

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS -  
IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA  
NA AMAZÔNIA - PPGSCA  
DOUTORADO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

**Josué Gomes Vieira**

Matricula nº. 3150027  
Bolsista DR-B FAPEAM

***O Navio de Teseu***

**Condicionamentos e Determinantes da Vitimização na  
Área Central de Manaus (AM)**

**MANAUS - AM  
2019**

**JOSUÉ GOMES VIEIRA**

*O Navio de Teseu*

**Condicionamentos e Determinantes da Vitimização na  
Área Central de Manaus (AM)**

Tese doutoral apresentada à Banca Examinadora no Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia

**Orientador:** Prof. Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa

**MANAUS - AM  
2019**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V658n Vieira, Josue Gomes  
O Navio de Teseu : Condicionamentos e Determinantes da Vitimização na Área Central de Manaus (AM) / Josue Gomes Vieira. 2019  
210 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Walmir de Albuquerque Barbosa  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Sociedade E Cultura. 2. Redes e Processos. 3. Criminalidade .  
4. Vitimização . I. Barbosa, Walmir de Albuquerque II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de repor ordem ao universo relacional, todo fim, em si, é um começo, por isso lembrar dos nomes que contribuíram para o sucesso ou a tristeza é uma forma pedagógica de dar sentido ao universo das relações, por isso: ordem. Foram 4 anos, e até hoje busco substancia que me faça crer que foi esse tempo todo. Nossa!!! É o que vem na mente, e com isso as imagens, as sensações e as lições pontuais aprendidas na vida acadêmica.

O primeiro nome ao qual agradeço muitíssimo, e devoto minha esperança por dias melhores é Deus; sem a iluminação necessária e pontual estaríamos perdidos nas riquezas ou na miséria. Deus foi tão forte em mim que a semente de esperança em mim se multiplicara.

Sou grato a minha família de origem, a meu Pai José Batista Vieira (in memoriam), à minha mãe Hecilda Maria Costa Gomes Vieira, pelos ensinamentos pontuais que levo até hoje em minha vida e pelo exemplo coeso de vida.

Agradeço aos meus filhos Clio Vitoria, Perseu, Maria Clara e Atena, por compartilharem comigo a alegria diária, as lições da vida caseira, as tristezas e as esperanças, cada olhar é uma gratidão sentida.

Sou eternamente grato ao meu orientador de mestrado e doutorado Professor Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa, pelas lições, comentários, correções, paciência e retidão, seu exemplo de vida é a maior herança que posso levar comigo. Muito Obrigado!

Agradeço à Professora Dr<sup>a</sup>. Marilene Corrêa pelas generosas oportunidades na vida acadêmica que pude usufruir na época de minha formação doutoral. Aos Professores Doutores Glaucio Campos, Michel Justamand, Iraildes Caldas, Rosemara Staub, Odenei Ribeiro, Elenise Scherer, Yoshiko Sasaki, Nelson Noronha, Renan de Freitas Pinto, pelo convívio e lições pontuais na minha caminhada doutoral no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), por dispor os recursos necessários para construção desta pesquisa, bem como para o custeio de minha formação doutoral. Muito Obrigado!

## RESUMO

O presente estudo apresenta como finalidade estabelecer os determinantes e os condicionamentos da Vitimização na Área Central de Manaus (AM), em uma amostra populacional de trabalhadores urbanos. Para isso aplicou-se questionário de Vitimização, modelo survey, em uma amostra de 618 Microempreendedores Individuais abrigados em quatro Galerias Comerciais, distribuídas na Área Central de Manaus (AM). Quando se referência “Determinantes” da Vitimização lê-se por práticas criminais ocorridas no cotidiano laborativa da amostra pesquisada, sua condição contextual, social e territorial, observará as características presentes no crescimento da violência criminal. E quando reportamos aos “Condicionantes” da Vitimização, buscamos compreender o crime como medida nas relações interpessoais estimulado por estratégias de desconfiança, de recusa e aceção por caminhos urbanos, principalmente para aqueles que dependem diretamente da rotina estabelecida nos espaços de integração urbana, como a dos trabalhadores das Áreas Centrais das cidades que abrigam em seu território as principais linhas de circulação de bens, mercadorias e valores econômicos. Para isso, a pesquisa considerou o crime cometido mediante estímulos sociais que favorecem a formação de condições desviantes, daí a vitimização sofrer forte influência de elementos estruturais da cidade influem na explicação da criminalidade, uma vez que a paisagem urbana se comunica com os indivíduos presentes, estabelece linhas relacionais onde a mensagem dada é de pertença ou de afastamento, podendo ou não albergar o crime como medida de integração social, em que vítimas e ofensores estabelecem rotinas sociais nos espaços sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade e Cultura. Redes e Processos. Criminalidade. Vitimização. Microempreendedor Individual

## ABSTRACT

The present study aims to establish the determinants and conditioning of Victimization in the Central Area of Manaus (AM), in a population sample of urban workers. For this, a questionnaire on Victimization, a survey model, was applied in a sample of 618 individual microentrepreneurs housed in four commercial galleries, distributed in the Central Area of Manaus (AM). When referring to "Determinants" of Victimization, we read that criminal practices occurring in the daily work of the sample studied, their contextual, social and territorial condition, will observe the characteristics present in the growth of criminal violence. And when we report on the "Conditioners" of Victimization, we seek to understand crime as a measure of interpersonal relations stimulated by strategies of distrust, rejection and acceptance by urban roads, especially for those who depend directly on the routine established in urban integration spaces, such as of the workers of the Central Areas of the cities that shelter in their territory the main lines of circulation of goods, merchandise and economic values. For this, the research considered the crime committed by social stimuli that favor the formation of deviant conditions, hence victimization suffer strong influence of structural elements of the city influence the explanation of crime, once the urban landscape communicates with the individuals present, establishes relational lines where the message given is of belonging or distance, and may or may not harbor crime as a measure of social integration, in which victims and offenders establish social routines in social spaces.

**KEYWORDS:** Society and Culture. Networks and Processes. Crime. Victimization. Individual Microentrepreneur

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	07
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	09
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	10
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	11
<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 – MORONGUETÁ DAS RHEINGOLD: CONSTRUÇÃO EPISTEMOLOGICA DO CRIME E VITIMIZAÇÃO</b> .....	19
2.1 – SOCIEDADE, CRIME E VITIMIZAÇÃO .....	32
2.2 – PODER, ESTRUTURA E CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA .....	65
<b>3 – UMA QUESTÃO DE MÉTODO</b> .....	70
3.1 – <i>DARK NUMBERS</i> E A ANÁLISE SOCIAL DO PROCESSO DE VITIMIZAÇÃO .....	77
<b>4 – A VITIMA COMO OBJETO DE PESQUISA: NOTAS TÉCNICAS DA PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO EM TRABALHADORES DA ÁREA CENTRAL DE MANAUS (AM)</b> .....	81
4.1 - UNIVERSO DA PESQUISA .....	81
4.2 - PLANO AMOSTRAL .....	87
4.3 – PONDERAÇÃO .....	88
4.4 INTERVALO DE CONFIANÇA E MARGEM DE ERRO .....	93
<b>5 – “ERA UM CÉU ALARANJADO EM GOTHAM CITY...”: A VITIMA ENQUANTO REPRESENTAÇÃO DA COLETIVIDADE</b> .....	96
5.1 – REPRESENTAÇÕES E CONDICIONAMENTOS DA VITIMIZAÇÃO NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS (AM) .....	105
5.1.1 Perfil Da Amostra .....	109
5.1.2 Características Das Atividades Rotineiras .....	115
5.1.3 Caracterização Da Vizinhança .....	116
<b>6 – A VITIMIZAÇÃO NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS (AM): DETERMINANTES E CONDICIONAMENTOS</b> .....	129
6.1 - DETERMINANTES DA VITIMIZAÇÃO .....	129
6.2 - CONDICIONAMENTOS DA VITIMIZAÇÃO .....	155
<b>7 – CONCLUSÃO</b> .....	168
<b>REFERENCIAS</b> .....	176

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO MEI NA RELAÇÃO BAIRROS E GALERIAS COMERCIAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>TABELA 2: RELAÇÃO PARTES DO QUESTIONARIO E PERIODO DE IMPLEMENTAÇÃO .....</b>	<b>90</b>
<b>TABELA 3: RELAÇÃO AMOSTRA E TEMPO DE ENTREVISTA (n = 618) / (t = 12 meses) .....</b>	<b>92</b>
<b>TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEXO .....</b>	<b>109</b>
<b>TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR IDADE .....</b>	<b>109</b>
<b>TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ESCOLARIDADE .....</b>	<b>110</b>
<b>TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ORIENTAÇÃO SEXUAL ..</b>	<b>110</b>
<b>TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR CLASSIFICAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>111</b>
<b>TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR RENDA FAMILIAR .....</b>	<b>111</b>
<b>TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR OCUPAÇÃO ECONÔMICA .....</b>	<b>112</b>
<b>TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR OPÇÃO RELIGIOSA .....</b>	<b>112</b>
<b>TABELA 12: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ESTADO CIVIL .....</b>	<b>113</b>
<b>TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR AUTO DECLARAÇÃO DE COR .....</b>	<b>113</b>
<b>TABELA 14: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR TIPO DE MORADIA .....</b>	<b>114</b>
<b>TABELA 15: MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS .....</b>	<b>116</b>
<b>TABELA 16: RELACIONAMENTO DO MEI COM SUA VIZINHANÇA .....</b>	<b>117</b>
<b>TABELA 17: RELAÇÃO ENTRE NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE NA VIZINHANÇA .....</b>	<b>119</b>
<b>TABELA 18: NIVEL DE TOMADA DE PROVIDÊNCIA NA VIZINHANÇA .....</b>	<b>121</b>
<b>TABELA 19: IMAGEM DA VIZINHANÇA .....</b>	<b>123</b>
<b>TABELA 20: CARACTERISTICAS DA VIZINHANÇA .....</b>	<b>124</b>
<b>TABELA 21: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS NA VIZINHANÇA .....</b>	<b>126</b>
<b>TABELA 22: FURTO DE VEICULO .....</b>	<b>130</b>
<b>TABELA 23: FURTO DE VEICULO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>131</b>
<b>TABELA 24: ROUBO DE VEICULO .....</b>	<b>132</b>
<b>TABELA 25: ROUBO DE VEICULO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>134</b>
<b>TABELA 26: ROUBO DE VEICULO EM OUTRAS REGIÕES DE MANAUS .....</b>	<b>134</b>
<b>TABELA 27: FURTO DE OBJETOS .....</b>	<b>137</b>
<b>TABELA 28: FURTO DE OBJETO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>138</b>
<b>TABELA 29: ROUBO DE OBJETOS .....</b>	<b>140</b>
<b>TABELA 30: ROUBO DE OBJETO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>141</b>
<b>TABELA 31: SEQUESTRO .....</b>	<b>142</b>
<b>TABELA 32: SEQUESTRO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>143</b>

<b>TABELA 33: FRAUDE/ESTELIONATO .....</b>	<b>145</b>
<b>TABELA 34: FRAUDE/ESTELIONATO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>146</b>
<b>TABELA 35: ACIDENTE DE TRÂNSITO .....</b>	<b>147</b>
<b>TABELA 36: AGRESSÃO E AMEAÇA .....</b>	<b>149</b>
<b>TABELA 37: AGRESSÃO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>150</b>
<b>TABELA 38: AMEAÇA – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>150</b>
<b>TABELA 39: OFENSA SEXUAL .....</b>	<b>152</b>
<b>TABELA 40: OFENSA SEXUAL – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>152</b>
<b>TABELA 41: DISCRIMINAÇÃO .....</b>	<b>154</b>
<b>TABELA 42: DISCRIMINAÇÃO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA .....</b>	<b>155</b>
<b>TABELA 43: SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DE ANDAR NO ENTORNO DO LOCAL DE TRABALHO .....</b>	<b>157</b>
<b>TABELA 44: SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DE ANDAR NO ENTORNO DO LOCAL DE TRABALHO .....</b>	<b>157</b>
<b>TABELA 45: PERCEPÇÃO DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO LOCAL DE TRABALHO E NO BAIRRO .....</b>	<b>161</b>
<b>TABELA 46: PERCEPÇÃO DO RISCO DE VITIMIZAÇÃO .....</b>	<b>162</b>
<b>TABELA 47: CONTATO COM AS POLICIAS .....</b>	<b>164</b>
<b>TABELA 48: SITUAÇÕES DE CONTATO COM AS POLICIAS .....</b>	<b>164</b>
<b>TABELA 49: TAXA DE CONFIANÇA NA POLICIA MILITAR .....</b>	<b>165</b>
<b>TABELA 50: TAXA DE CONFIANÇA NA POLICIA CIVIL .....</b>	<b>166</b>

**LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA MEI ENTRE ORIGEM DO TRABALHO CAMELÔ E GALERIAS COMERCIAIS .....</b>	<b>78</b>
<b>QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO ESTRATO, POPULAÇÃO E AMOSTRA .....</b>	<b>83</b>

**LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 1: ZONAS CONCENTRICAS</b> .....	46
<b>GRÁFICO 2: INFORMANTES INTERMEDIARIOS</b> .....	81
<b>GRÁFICO 3: MODELO SIMBIÓTICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	95
<b>GRÁFICO 4: MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NOS ULTIMOS 30 DIAS</b> .....	110
<b>GRÁFICO 5: MOMENTOS EM QUE FOI VITIMA DE ROUBO DE VEICULO EM OUTRO LOCAL DE MANAUS</b> .....	130
<b>GRÁFICO 6: OBJETOS FURTADOS</b> .....	131
<b>GRÁFICO 7: OBJETOS DE ROUBO</b> .....	134
<b>GRÁFICO 8: TIPOS DE FRAUDES OU ESTELIONATO</b> .....	139
<b>GRÁFICO 9: TIPOS DE AGRESSÕES E AMEAÇAS</b> .....	143
<b>GRÁFICO 10: LOCAL DAS AGRESSÕES E AMEAÇAS</b> .....	143
<b>GRÁFICO 11: SOFREU OFENSA SEXUAL</b> .....	146
<b>GRÁFICO 12: TIPOS DE DISCRIMINAÇÕES</b> .....	148
<b>GRÁFICO 13: LOCAL DAS DISCRIMINAÇÕES</b> .....	149
<b>GRÁFICO 14: EFEITOS DA VIOLÊNCIA NAS ATIVIDADES ROTINEIRAS</b> .....	154
<b>GRÁFICO 15: SITUAÇÕES DE MEDO NO BAIRRO E NO LOCAL DE TRABALHO</b> .....	155
<b>GRÁFICO 16: SITUAÇÕES EM QUE FOI VITIMA DA POLICIA MILITAR</b> .....	161
<b>GRÁFICO 17: SITUAÇÕES EM QUE FOI VITIMA DA POLICIA CIVIL</b> ...	162

**LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1: FLUXO DE OCORRÊNCIA CRIMINAL .....</b>	<b>67</b>
---	-----------

## INTRODUÇÃO

Neologismo derivado da combinação do termo latino “victima” com o grego “logos”, a palavra “Vitimologia” aparece assim concebida pela primeira vez no estudo “The origins of the Doctrine of Victimology”, de 1948, do jurista israelita Benjamin Mendelsohn. Porém, o termo já havia sido utilizado como nomenclatura e não conceito dois anos antes no estudo sobre o comportamento da vítima feito pelo alemão Hans Von Hentig (MANNHEIM, 1985; pp. 996-1003).

Tanto Mendelsohn como Von Hentig concordam que o estudo centrado na identidade e comportamento da vítima deve ser fundada em cinco objetivos que congregariam em uma Área de Conhecimento autônoma da Criminologia, a Vitimologia. Tais objetivos são: a) investigação da personalidade da vítima e dos seus hábitos que contribuem para a vitimização; b) identificação das condições psíquicas da vítima e do agressor que contribuem para a vitimização; c) estudo da personalidade da vítima em que a vitimização dependeu de atos e condições não-violentas; d) elaboração de planos e estratégias para a minimização do sofrimento da vítima, a partir de ações de prevenções à novos processos de vitimização.

Tendo por base o estudo de Mendelsohn como expoente da Vitimologia, consideramos importante neste presente estudo a medida atribuída pelo autor para aferição e definição da vitimização como processo social, é o que ele chama de “grau de culpa da vítima”. Este grau tende de ser utilizado para medir e correlacionar os perfis das vítimas frente a seus agressores, pois acredita-se que é no desempenho desses papéis e nas consequências da conduta que se é capaz de definir o “ponto de interação” entre os indivíduos envolvidos no crime e na vitimização. E, a partir disso, montar identidades, papéis, contextos, rotinas, relações, interesses e processos onde a vítima e o agressor são personalidades mutuas que conduzem a representação social do processo, pelo qual serve de material analítico para a Vitimologia e para a Criminologia.

Em primeiro momento, a Vitimologia como área de conhecimento tem sua epistemologia debitada na herança da sociologia do conhecimento fundada no pensamento marxista, no pensamento nietzschiano e no historicismo do século XX. E mais atual, nos pensamentos da criminologia feminista que contribuíram significativamente para a extensão conceptual da vítima e da evolução preventiva dos papéis criminais e da minimização dos

sofrimentos causados pela ação agressora. (GONÇALVES, R.; MACHADO, C., 2002; p. 26-28).

Assim, nesse momento acredita-se que expor essas prerrogativas de herança epistêmica possui valor impar para compreensão em sentido macro dos caminhos que este estudo segue e o que ele se propõe apresentar nas páginas seguintes onde o conceito de vítima amparado pela Vitimologia concebe abordagem teórica e crítica sobre os cinco objetivos propostos por Mendelsohn e Von Hentig, fornecendo elementos epistemológicos e operadores teóricos contribuintes para a construção e compreensão das representações e condicionamentos da vitimização em áreas urbanas, em especial Manaus (AM), por isso “*O Navio de Teseu<sup>1</sup>: Determinantes e Condicionamentos da Vitimização na Área Central de Manaus (AM)*”.

A este ver, a primeira herança epistêmica reside nos conceitos de “Unterbau” (infraestrutura) e “Ueberbau” (superestrutura) elaborados por Karl Marx, frisamos que sua contribuição é de maneira ampla e não localizada na análise da vítima; mas ao abordar a vitimização da classe operaria pela exploração de sua mão de obra pelos capitalistas, Marx demonstrou significativamente que um processo de vitimização é formado por um contexto social externo onde rotinas particulares são criadas para terceiros serem exploradas a medida que a externalidade se estabiliza e cresce.

Assim, ao apropriar-se dos conceitos de “infraestrutura” e de “superestrutura”, a Vitimologia entende que a vítima é formada por um nível infraestrutural resultante das ações humanas e por um nível superestrutural como consequência das ações humanas relacionadas e específicas criadas em nível infraestrutural.

---

<sup>1</sup> O paradoxo do Navio de Teseu foi publicado pela primeira vez no trabalho de Plutarco, filósofo grego seguidor de Platão. Ele descreveu como Teseu (o rei fundador de Atenas) retornou de uma longa viagem pelo mar. Ao longo de todo o percurso, todas as velhas e desgastadas placas de madeira que formavam o navio foram sendo arrancadas e substituídas por placas de madeiras novas e fortes. As placas velhas de madeiras eram jogadas ao mar. Quando Teseu e sua tripulação finalmente retornaram da viagem, cada placa de madeira do navio havia sido trocada e descartada. Isso leva às seguintes perguntas: o navio em que eles retornaram era o mesmo em que partiram, apesar de agora as placas de madeira serem completamente diferentes? E se o navio ainda tiver uma placa de madeira original em sua estrutura? E se houver duas placas de madeira original em sua estrutura? Isso mudaria a resposta de alguém?

Então, se considerarmos o status urbano do “camelo” albergado como Microempreendedor Individual nas Galerias Comerciais investigadas chegaremos a conclusão de que condição existencial e trabalhista perpassa pela “troca das tabuas do navio”, enquanto que a violência que o cerca, e de forma direta ou indireta faz parte do seu cotidiano transforma a Galeria Comercial em um grande “navio” completamente diferente da sua antiga condição de trabalhador de rua, por isso a ideia de vitimização nesse ambiente desdobrasse de duas formas distintas da original, uma que justifica a condição de Microempreendedor assistido por uma política pública municipal trabalhista e outra por sua condição de agente e passivo das praticas criminais que o cercam o dia a dia nas suas rotinas laborativas.

A Vitimologia surge como uma dupla necessidade, pois enquanto infraestrutura a vítima resulta das ações e atos de vitimização produzidos por sujeitos em interação, o que produz um conhecimento tendente a alimentar programas preventivos à vitimização. Logo, na superestrutura a Vitimologia aparece como necessidade produtora de um conhecimento a ser compreendido e a servir de base fática para minimizar as consequências da vitimização gerada na infraestrutura.

Dito isso, a luz do pensamento nietzschiano, pelos conceitos de “engano” e de “auto engano” combinados com o conceito de “arte da desconfiança”, articulam premissas e visões alicerçadas na representação social, fornecendo uma proposta analítica em que a vitimização em sentido lato é apresentada como consequência da luta pelo Poder e pela sobrevivência num contexto de enganos e desconfianças em que técnicas de adaptabilidade social e existencial funcionam como mecanismos pragmáticos de sobrevivência.

Em complemento ao enfoque, lançamos mão da perspectiva histórica para compreender a Vitimologia como Conhecimento e a vitimização como processo social, já que se entende por herança histórica nesse panorama que hábitos, práticas, identificações, interesses e valores de um determinado espaço podem ser lidos como recursos dos métodos histórico. Tentando um diálogo com o evolucionismo de Herbert Spencer, podemos afirmar então que o processo de vitimização tende a um processo de especialização de suas funções graças à adaptabilidade de suas estruturas nos meios sociais.

Podemos afirmar que toda conduta criminal assim como toda vitimização está imersa na lógica pragmática de evolução e da adaptação, em que vítima e agressor enquanto sujeitos do mesmo processo agem de forma idêntica dentro de um mutualismo de práticas, progredindo numa organização em que cada parte avança e reduz sua atividade à medida que a troca de benefícios se tornam maiores para um do que para outro, numa lógica de cada parte se auxiliando com maior eficiência.

A vitimização evolui ao modo que as práticas criminais se assentam e se adaptam à localização social, práticas criminais e as consequentes vitimizações são condições evolutivas do meio intrínseco, daí serem estudadas em consideração ao meio, a história e aos sistemas legais/ilegais. É a materialização do caráter evolutivo do crime e de suas práticas que resulta afirmar que o criminoso se adapta às circunstâncias, aos comportamentos e aos hábitos da vítima, independente das tipificações criminais evoluírem ou não; as representações sociais, os

valores e as aspirações sociais são apropriados e adaptados na conduta criminal e na vitimização.

A vítima real conhecendo os hábitos e as práticas dos agressores identificados agem em conformidade: adaptam-se a esses hábitos e práticas, estabelecem um mutualismo informal a ponto de condicionar a própria vontade ao legislador. É válido frisar que essa lógica lembra exemplarmente a máxima das Ciências Jurídicas de que cabe ao legislador atribuir parâmetros à vontade social, já que essas vontades inventam representações advindos da rotina comunitária, retornando para tal a fim de determinar a competência de legislar.

Particularmente a vitimização como representação pontual das vontades do agressor e da vítima, assim como das condições sociais que a amparam, tende a uma constante verticalização evolutiva do comportamento e da sociabilidade dos indivíduos em estágio de interação, de tal forma que a máxima jurídica ressoa e se atualiza contextualmente.

Evolução que se espalha em um ecossistema social, onde o crime é consequência do desequilíbrio entre grupos humanos e ambiente natural, e tem suas particularidades fundadas nas diferenças entre meio urbano e meio rural aos quais se revelam pelas intempéries existenciais exercidas sobre os indivíduos.

Por isso, as lições sociológicas de ecologia humana e urbana advogadas por Robert Erza Park e uma gama de brilhantes sociólogos norte-americanos da Universidade de Chicago, aos quais se debruçaram sobre a rotina urbana das grandes cidades norte-americanas do início do Século XX, para compreenderem a vida urbana e suas dinâmicas relacionais, as identidades submersas nos sistemas de interação e institucionalização urbana. Trazem a tona visões especializadas sobre o crime, importantes para compreensão da vitimização e da relação entre vítima e agressor.

Para os sociólogos dessa escola de pensamento social o crime apresenta uma ecologia humana e uma ecologia social que permitem ao analista explicar problemas espaciais e comunitários em uma dupla dimensão. Tendo como pano de fundo as cidades e os movimentos da urbanidade, esse método analítico encontra na cultura urbana dados de sua comprovação funcional, pois é na autonomia do indivíduo inseridos nos processos urbanos ocorre a habilitação para a capacidade de transmutar de posição, ora “representativo”, ora “anônimo”, pois a “superficialidade dos comportamentos” advindos da impessoalidade relacional e da fragmentação das atividades rotineiras a distinção das atitudes e as racionalidades das maneiras de agir proporcionam maior intensidade de dados sobre as ocorrências criminais, sobre a

identidade do agressor e da vítima, já que os estímulos urbanos e a mobilidade das relações interpessoais possibilitam a materialização da excentricidade e da especialização da marginalidade, numa cadeia de trocas e relações comportamentais autônomas e premeditadas.

Cabe então dizer que a vitimização é um processo alado e interdependente da criminalização, pois a pertinência ecológica numa perspectiva culturalista concebe à cultura papel de destaque na explicação das individualidades e das coletividades influentes na formação da personalidade. Logo, a socialização comunitária é consequência dos estímulos individuais e dos desequilíbrios de acesso à cultura, portanto o crime e a vitimização traduzem o conflito entre agressores e tratados socioculturais, a atividade criminal é resultado de frustrações e de aversões ao conjunto social de normas e padrões.

Centrando-se na “teoria da anomia” de Merton, o crime e a vitimização funcionam como resultados pragmáticos do desnível entre “estrutura cultural” e a “estrutura social”, pois embora a cultura estimule os indivíduos a buscarem meios para realização dos seus objetivos e aspirações, as sociabilidades produzem disparidades em sua estrutura que desnivelam o acesso aos meios comuns e legítimos. Com isso, os indivíduos pertencentes a grupos sociais onde as disparidades de acesso são mais visíveis e sistemáticas, são compelidos a utilizarem meios alternativos que em muitos casos “ilegítimos”, para realizarem suas aspirações e objetivos existenciais; assim como o crime o processo de construção da vítima resulta da adaptação funcional dos indivíduos às necessidades.

Essa adaptação funcional à determinadas necessidades que resultam do crime e da vitimização, numa perspectiva interacionista focada nos simbolismos produzidos na inter-relação agressor-vítima, podemos afirmar que os indivíduos envolvidos no processo agem por “funções” ao atribuírem às coisas e a outros indivíduos “significados”, quando lidos nessa ótica interativa conferem uma visão particular e autônoma no interior do processo.

Ao analisar o comportamento do agressor e da vítima há de convir que eles resultaram de uma lógica de ação e reação de um processo social intencional e interdependente passível de interpretações, daí não só o agressor detém a integralidade da culpa, como é capaz desvelar graus de culpa da vítima no acontecimento da ação criminal.

Em perspectiva biopsicossocial, que considera as produções relacionais do interacionismo simbólico, a vitimização é compreendida como consequência de uma tendência antissocial formada por duas características: a “universalidade” e a “dimensionalidade”. Na qual, a primeira conduz a existência de uma conjunto de condições danosas condenáveis criadas

pela intencionalidade do ato, pela vitimização, condição grupal, formas de autodefesa e grau de ameaça ao Poder constituído. A reunião desses fatores capacita o ato praticado ser condenável em escala universal.

A “dimensionalidade” considera o ato praticado em um espaço tridimensional: espaço da vitimização, da gravidade e da política. Ao homem comum, por norma, não se preocupa com aquilo que é real para ele e com o que conhece, a não ser que tropece em um problema qualquer...

Desse modo, uma das correntes de pensamento social que mais contribuiu para consecução da pesquisa e na escrita desta tese e que leva em consideração todo argumento ante posto, é da Vitimologia feminista, que em nos estudos dessa área reservam preocupação com os tipos de vitimização independente da condição da vítima. Porque pela ótica do pensamento feminista a Vitimologia se faz nascente por revisar argumentos e papéis sociais afetados pelas condições de opressão e de vulnerabilidade, por isso os interesses intelectuais pela condição social de idosos, crianças, mulheres e minorias sociais.

Por isso, considerarmos a breve exposição argumentativa dos caminhos e perspectivas epistemológicas traçadas nesta introdução como um panorama necessário para compreensão das particularidades e globalidades do presente estudo dividido em seis partes, *Moronguetá Das Rheingold: Construção Epistemológica do crime da vitimização; Uma questão de método; A vítima como objeto de pesquisa: Notas técnicas da pesquisa de vitimização em trabalhadores da Área Central de Manaus (AM); “Era um céu alaranjado em Gotham City...”: A vítima enquanto representação da coletividade; A vitimização na Área Central de Manaus (AM): Determinantes e Condicionantes.*

De onde partir e onde chegar? Dois critérios presentes em uma só pergunta: o que pesquisar? A escolha induz, seduz, apaixona e também aprisiona; o caminho é único, mas as formas de percorrer o caminho são múltiplas, são trilhas, conhecidas e desconhecidas, e se para desconhecer há de se conhecer, então em numerosas vezes a lógica da escolha nem ao menos é conhecida e desconhecida, por vezes ela apenas “é”, ela existe, logo a partida e a chegada como partes de um mesmo objetivo são duas formas coesas, entrelaçadas entre si, porém independentes: únicas num momento particular. Como as trilhas que a escolha provoca no caminho quando humaniza as formas de caminhar.

Assim é o objeto do que se intenciona pesquisar, longe do jogo de claro e escuro, do certo e do errado, do ser ou não ser. Apoiar-se em premissas distantes de confirmar as certezas e

responder as dúvidas, porque não é função vital, são critérios facultativos, algo próximo ao acidental em um processo de valoração social, já que sua natureza se serve do tempo, das vontades humanas, das escolhas feitas, resultados obtidos e dos não obtidos.

É... o objeto é humano e o processo “um mano”, porque quando o pesquisador decide estudar as representações sociais, ele decide investigar certo fenômeno de representação social que despertou uma atenção particular na relação entre valor do fenômeno e o interesse próprio do pesquisador, ou macrocontextual, pela relevância social e/ou acadêmica do objeto.

Veja se você concorda comigo leitor, uma vez escolhido o objeto, há de se construir a metodologia de pesquisa, que migra da intuição existencial para o resultado contextual da prática investigativa. As representações sociais estão dispersas em vários contextos, nas relações interpessoais, nos modos de saber, na cultura, nas ações sociais, nas instituições e em nossos pensamentos; por natureza, são multiformes, difusas e de grande volatilidade social, estão em profundo e acelerado movimento nos vários modos de interação entre indivíduos na sociedade.

Como objeto de pesquisa científica, a representação social surge como um objeto em movimento e transformação construtiva que de modo algum a pesquisa científica capta sua integralidade de modo direto, mas sim “imagens” intelectivas do processo e seu fundamento, uma vez que as realizações da ciência no campo dos estudos da representação são aproximações da realidade.

Por isso de considerarmos a pesquisa social sobre as condições contextuais, ideológicas e comportamentais da vítima como representações da fisiologia do processo de vitimização, em que o método científico possui suas limitações e operacionalidades particulares onde os dados sociais são tratados de forma interdependentes em que cada parte analisada fornece informações e interpretações contribuintes de um todo heterogêneo passível de análise.

Com essas considerações que a primeira parte dissertativa da tese, *Vítima como Representação*, considera o processo de formação social da vítima um processo de representação social de uma identidade formatada por informações, interpretações e outras representações sociais em que dialoga contextualmente e ideologicamente, em que a metodologia da pesquisa apresenta uma *visão* contextual e momentânea de um processo social em franca expansão na contemporaneidade cotidiana da Área Central de Manaus (AM).

Perfil da amostra pesquisada, características das atividades rotineiras desempenhadas pelos indivíduos pesquisados e a caracterização da vizinhança residencial e do ecossistema trabalhista em que estão inseridos. São pontos importantes da pesquisa que demonstram as informações centrais da representação social da vítima em áreas urbanas, por isso tomadas como grupos de informações centrais na análise do processo de vitimização da amostra populacional pesquisada neste estudo.

Ao estudarmos a vítima como representação social observamos que o processo de vitimização é mais complexo que o próprio objeto de pesquisa construído na relação agressor-vítima. Provoca no pesquisador o estímulo de retirar uma “fotografia” do processo, o que implica construir a metodologia de levantamento de dados sociais sobre o objeto pesquisado numa realidade de crime e da violência. De certo modo o pesquisador parte do princípio da simplificação da realidade na medida em que ele utiliza instrumentais metodológicos para fundamentar com informações pragmáticas a representação social da vítima, do crime e do processo de vitimização.

## 2 – MORONGUETÁ DAS RHEINGOLD<sup>1</sup>: CONSTRUÇÃO EPISTEMOLOGICA DO CRIME E VITIMIZAÇÃO

A definição do delito é ancorada na Sociologia a partir dos estudos de Êmile Durkheim quando na construção de seu método interpretativo do Crime nos fins do século XIX. Autor de obras fundadoras dos estudos sociológicos, como “Estudo do Método Sociológico”, “Da Divisão Social do Trabalho” e o “Suicídio”, Durkheim empenha-se em dar caráter científico à Sociologia como ciência autônoma e detentora de métodos de análise próprios, assim a leitura do Crime feita pelo sociólogo francês intenta fundar uma linha analítica independente dos estudos sobre os sujeitos do crime e que fosse validada por um método sociológico próprio.

Marcada profundamente por uma sociologia teórica, a leitura do crime feita por Durkheim revela a interdependência entre crime e sociedade, formula teorias coletivas atinadas no controle social, reflete sobre uma teoria geral e empirias do desvio; ocupa-se na tipificação de delitos e na análise social do criminoso, e por fim argumenta que o crime ocorre através da inserção do indivíduo em um organismo social.

Para a compreensão dessa sociologia do crime formulada por Êmile Durkheim nos anos finais do século XIX e que por anos seguintes adquiriu adeptos tanto nas Ciências Sociais e Humanas, assim como nas Ciências Jurídicas, consolidando disciplinas autônomas como a Criminologia e o Direito Penal é imprescindível apresentar os conceitos de “fato social”, “sociedade”, “consciência coletiva”, “anomia”, “solidariedades mecânicas e orgânica” formulados por Durkheim para dar caráter autônomo à análise sociológica, que serviram para futuros estudos sobre o crime.

Em primeira tela, a apresentação desses conceitos é específica porque a concepção de crime na sociologia de Durkheim possui consequência explicativa lógica a pena administrada pelo Estado. E, assim quando formula essa argumentação a sociologia do crime é redirecionada

---

<sup>1</sup> O termo “Moronguetá”, de origem indígena possui tradução literal de “boa conversa”, enquanto que a expressão germânica “Das Rheingold” (Ouro do Reno) é título de uma opera de Richard Wagner, a primeira parte das quatro óperas que compõem a tetralogia Der Ring des Nibelungen (O Anel do Nibelungo). A expressão híbrida, neológica, possui interpretação baseada no princípio irônico de considerar a “boa conversa” dos homens em sociedade ser baseada em condições, proposituras e intelecções que visam sempre aprimorar os mecanismos de controle e organização. Enquanto desvio da norma, a violência e suas práticas inicialmente variam de sociedade para outra sociedade, não são lineares, são complementares, daí pensar que o “ouro do reino” é o conhecimento sobre a condição humana frente ao crime com fato social, logo a “boa conversa” sobre o “ouro do Reino” ser os estudos do controle e do crime, para uma sociedade que a cada dia se sufoca por suas criações e argumentações que visam sempre a recombinação autofágica.

a explicar o delito como fenômeno social, e não por peculiaridades individuais do sujeito praticante do delito que estão na esfera psíquica do indivíduo como entendia Cesare Beccaria, Jeremy Bentham e Cesare Lombroso em estudos antes dos escritos de Durkheim.

Durkheim entende que as particularidades do sujeito criminoso estão inseridas em um contexto amplo e distinto de ações cometidas em outros grupos sociais, então a quantificação dessas peculiaridades a partir da mensuração social de ferramentas próprias para os estudos desses fenômenos sociais pode auxiliar no entendimento das causas do crime por uma abordagem contextual.

Por isso, a apresentação dos conceitos retro mencionados criados por Durkheim é imperioso para compreensão do pensamento sociológico formulado que construiu uma autonomia científica da explicação dos fenômenos sociais, da sociedade e do indivíduo. E em termos estritos, foi com Durkheim que a relação entre homem e sociedade foi compreendida como produtora do comportamento desviante.

Como argumenta Cristina Costa (2007):

Embora Comte seja considerado o pai da sociologia e tenha-lhe dado esse nome, Durkheim é apontado como um de seus primeiros grandes teóricos. Ele e seus colaboradores se esforçaram para emancipar a sociologia das demais teorias sobre a sociedade e constituí-la como disciplina rigorosamente científica. Em livros e cursos, sua preocupação foi definir com precisão o objeto, o método e as aplicações dessa nova ciência. (p. 70)

É aportada no princípio da autonomia científica que o pensamento sociológico de Durkheim define em 1895 na obra “Regras do Método Sociológico”, que o objeto da sociologia são os “fatos sociais”, ao final do primeiro capítulo da obra assim o conceitua:

Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007, p. 40)

Constituída prioritariamente pelo viés metodológico, “As Regras do Método Sociológico” se volta a investigar e explicar a sociedade e seus fenômenos, na obra o autor recomenda uma postura sociológica que possa mostrar, caracterizar e definir o método sociológico de estudos dos fenômenos próprios da sociedade, um método próprio da Sociologia.

É com pretensão de estabelecer um “manual” para o sociólogo, Durkheim pontua regras para análise sociológica baseada na teoria do fato social, cujo objetivo dessas regras é tornar a Sociologia objetiva e científica, devendo o fato social ser explicado da mesma forma que as Ciências Naturais observavam e explicavam seus fatos científicos. Para Durkheim (2007, p. 03), “eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações”

Outra característica dos fatos sociais é que como representações e ações não poderiam ser todos os fenômenos internos da sociedade, os fatos independem das consciências individuais, são exteriores aos indivíduos e dotado de poder coercitivo, os fatos sociais não podem ser confundidos “com os fenômenos psíquicos, os quais só tem existência na consciência individual e através dela. Esses fatos consistem portanto uma espécie nova” (DURKHEIM, 2007, p. 04).

Sendo não exclusivo e sim geral, “um fenômeno só pode ser coletivo se for comum a todos os membros da sociedade ou, pelo menos, à maior parte deles, portanto, se for geral. Certamente, mas, se ele é geral, é porque ele é coletivo” (DURKHEIM, 2007, p. 09). A generalidade em questão é uma espécie de *jogo* estabelecido pelo autor, porque sendo exterior às consciências individuais o fato exerce poder de coerção quando “comum a todos”, estabelece uma consciência ao qual submetida ao método sociológico representa a sociedade.

Aduzindo a característica da independência presente no fato social ao difundir-se e tornar-se “comum a todos”, Durkheim considera “os fatos sociais como coisas. Os fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas” (DURKHEIM, 2007, p. 28). A “coisa” no pensamento sociológico de Durkheim é tudo que possa ser observado e serve ao método sociológico que adentra no mundo social e parte do princípio da “coisa” para mostrar, caracterizar e definir o “desconhecido”, assim como o físico no seu estado de espírito se lança a uma região inexplorada no seu campo científico.

Coerção social; exterioridade em relação ao indivíduo; generalidade, como fundamentos do Fato Social habilitam Durkheim a estabelecer regras para o método sociológico, a primeira é o dever do sociólogo romper com pré-noções pelo rigor metodológico à medida que a preocupação central da Sociologia é a produção de conhecimento. A segunda, o sociólogo deve definir as coisas que ele trata, “jamais tomar por objeto de pesquisas senão um grupo de fenômenos previamente definidos por certos caracteres exteriores que lhe são comuns, e compreender na mesma pesquisa todos os que correspondem a essa definição” (DURKHEIM, 2007, p. 36). A terceira, “o sociólogo empreende a exploração de uma ordem qualquer de fatos

sociais, ele deve esforçar-se em considerá-los por um lado em que estes se apresentem isolados de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007, p. 46).

Durkheim estabelece regras capazes de tornar objetiva e científica a análise da sociedade e de seus fenômenos, atribuindo funções ao sociólogo semelhantes à de um cientista natural, porque o objetivo era a definição de objetos da pesquisa sociológica, então fugir das pré-noções sobre a “coisa”; não tomar por base definidora noções vulgares sobre os fenômenos; e investigar os fenômenos afastados das manifestações individuais, possibilitam ao autor afirmar que:

- 1) Um fato social é normal para um tipo social determinado, considerado numa fase determinada de seu desenvolvimento, quando ele se produz na média das sociedades dessa espécie, considerados na fase correspondente de sua evolução.
- 2) Os resultados do método precedente podem ser verificados mostrando-se que a generalidade do fenômeno se deve às condições gerais da vida coletiva no tipo social considerado.
- 3) Essa verificação é necessária quando esse fato se relaciona a uma espécie social que ainda não consumou sua evolução integral. (DURKHEIM, 2007, p. 65)

Essas noções gerais caracterizam o centro do pensamento metodológico de Durkheim, o qual possibilita o pensador afirmar que a sociedade é uma realidade de natureza antagônica daquela estabelecida na realidade individual, portanto o objeto da Sociologia são os fatos sociais, devendo ser tratados como “coisas” e explicados da mesma forma que os cientistas naturais explicam os fenômenos da Natureza.

Porque, “é na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social, porque ela supera infinitamente o indivíduo. Em virtude desse princípio, a sociedade não é uma simples soma de indivíduo, mas o sistema formado pela associação deles representa uma realidade específica que tem seus caracteres próprios” (DURKHEIM, 2007, p. 106)

Considerando o que afirma Durkheim: “a causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais antecedentes, e não entre os estados da consciência individual” (DURKHEIM, 2007, p. 112), dentre as três características do fato social a mais importante para os estudos sobre o crime e o delito é considerar que o fato social é coletivo se for comum a todos e que ele é dotado de poder coercitivo.

Entendido como coletivo se ocorrer com todos os membros de uma sociedade, essa característica do fato social desponta nos estudos sobre o crime e o delito no entendimento de que quando nascidos os indivíduos já encontram os fatos sociais estabelecidos em regras,

condutas, costumes, leis, moralidades e normas religiosas por isso são obrigados a aceitá-los mediante força coercitiva pelo podamento fraternal, familiar e institucional.

Quando reparamos nos fatos tais como são, e como sempre foram, salta aos olhos que toda a educação consiste num esforço contínuo para impor à crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente. Desde os primeiros tempos da sua vida que a obrigamos a comer, a dormir, a beber nas horas certas. Obrigamo-la à limpeza, à calma, à obediência. (DURKHEIM, 2007, p. 35)

A Sociedade é formada e coordenada para impor; esse “esforço contínuo” se estabelece na realidade dos indivíduos pelos modos de conduzir e executar ordens, nas formas de sentir e nas visões de mundo formadas ao longo da vida; é a coerção organizando a exterioridade para então conceber tarefas e sentido ordinário à vida e às interações sociais concebidas entre indivíduos que se reconhecem “comuns” dentro de um sistema social de crenças, costumes, modos de vida e atividades rotineiras.

Coercibilidade entendida como a força que coordena indivíduos a atuarem socialmente de uma determinada forma e que possua fundamento nos próprios fatos sociais Legais e/ou Morais, isto é, que sejam gerados por fatos prescritos nas Leis e Normas gerais, e/ou as que são padrões sociais de conduta da própria sociedade em sua rotina ordinária. Sobre o poder coercitivo, Durkheim escreve:

Não há dúvida de que quando a ela me conformo de boa vontade, esta coerção não se faz, ou faz-se pouco sentir, por inútil. Porém, não é por isso uma característica menos intrínseca de tais fatos, e a prova é que ela se afirma logo que eu procuro resistir. Caso tento violar as regras do direito, elas reagem contra mim de modo a impedir meu ato, se ainda for possível, ou a anulá-lo e a restabelecê-lo sob a sua forma normal, se já executado e reparável, ou a fazer-me expiar-lo se não houver outra forma de reparação. E caso trate de máximas puramente morais? A consciência pública reprime todos os atos que as ofendam através da vigilância que exerce sobre o comportamento dos cidadãos e das penas especiais de que dispõe (DURKHEIM, 2007, p. 32).

Atualizando a observação do autor para tempos coetâneos, podemos aduzir que a coerção é uma norma da norma, ela existe para resguardar o domínio do fato social, como exemplo podemos citar a comento o caso de um acidente de trânsito, quando ocorrido haverá sanções de compensação ou expiação dependendo da gravidade da ocorrência. No caso do homicídio, um crime que atenta contra a vida de outrem, o Estado por sua aplicabilidade das leis penais sanciona pena máxima que é o recolhimento do autor do crime a uma penitenciária administrada

pelo Estado, isso depois de passar pelo rito jurídico em que vai ser demonstrando a autoria e materialidade do homicídio recaindo sobre o réu.

“E caso trate de máximas puramente morais?” A comento podemos citar os casos que envolvem a *passion*, a traição amorosa em um relacionamento afetivo, a coerção adentra o campo das moralidades conjugais em que será o nível da “vergonha pública” que estabelecerá o grau de coercibilidade. Outro caso é em relação à mentira, que dependendo onde possa ocorrer, quando contada e descoberta seus autores ela pode gerar outra forma de coerção além da moral, aquela prescrita nas normas legais do Direito.

É a partir disso que a generalidade do fato social do crime é entendida quando o fato se repete a todos os indivíduos ou pelo menos a uma maioria, porque o crime como fato social não se torna exclusivo à individualidade dos agentes ele se torna uma “coisa” que por ser geral vai ser investigada a partir dos seus fundamentos e elementos centrais a fim de reconhecê-los, mostra-los, caracteriza-los e defini-los como fenômeno social.

Ao afirmar que o fato social é normal num determinado espaço social em que certos indivíduos se reconhecem pertencentes a um mesmo grupo social, e que é produzido no interior dessa sociedade, sujeita ao tempo, às moralidade e às Leis, Durkheim entende o estudo dos fatos sociais o próprio estudo e compreensão da Sociedade a partir do ponto de como ela se organiza como um todo.

Impressionado pelas obras de Spencer, Renouvier, Kant e Auguste Comte, Durkheim na época de seus estudos interessa-se em criar regras gerais que refletisse sobre o consenso social. Ensinando Filosofia nas principais escolas da França o pensador desperta interesse pelo estudo da Sociologia. Como na França essa disciplina não era regulamentada, nos fins do século XIX apenas a Alemanha já institucionalizara o ensino de Sociologia, Durkheim muda de residência para a Alemanha onde tem conhecimento das obras de Simmel, Dilthey e Tönnies. No ano de 1896 ele funda a revista “L’Année Sociologique”, marcando a fundação da Escola Sociológica Francesa. Em 1902, Durkheim é nomeado assistente de Buisson na cadeira de Ciência da Educação na Sorbonne, conseguindo transformá-la em cátedra de Sociologia em 1910 (ARON, 2007).

Preocupado em demonstrar a existência de elementos de propriedade social, o sociólogo acredita que a disciplina Sociologia deveria ser independente de outras ciências do homem, porque a especificidade dela é demonstrar a cientificidade dos fenômenos sociais. Durkheim aponta um reino social, com individualidade distinta dos reinos animal e mineral. Trata-se de

um campo de caracteres próprios e que deve por isso ser explorado através de métodos apropriados.

O estudo da sociedade deveria ser constituído pela descrição e explicação da realidade que a produz, a qual os fatos sociais seriam objeto dessa realidade e o método estabelecido na observação e na experimentação indireta seria o instrumento do sociólogo para descrever e explicar os fenômenos sociais separados de outras Ciências.

A concepção de Ciência proposta pela Sociologia é determinar os fatos sociais objetos de análise e o método comparativo a posição sociológica para a busca de regularidades que são próprias do “reino social” e que permitem explicar os fenômenos que ocorrem nesse meio sem precisar tomar explicações emprestadas de outros reinos.

A Sociedade é um Organismo vivo afirma em certo momento Durkheim ao considera os fatos sociais “normais” separado dos “patológicos”, porque “se encontrarmos um critério, objetivo, inerente aos próprios fatos, que nos permita distinguir cientificamente a saúde da doença nas diferentes ordens de fenômenos sociais, a ciência estará em condições de esclarecer a prática permanecendo fiel ao próprio método” (DURKHEIM, 2007, p. 69)

Em “Da divisão do trabalho social” (1893) o estudo é desenvolvido em um padrão de observação e explicação muito próximo das técnicas própria das Ciências Naturais em que a preocupação é tornar o labor sociológico científico. “As regras do método sociológico” (1895) o objetivo é prescrever normas gerais da Sociologia como Ciência. Em sua terceira obra “O Suicídio” (1897), Durkheim interessa-se pelo fenômeno patológico, preocupando-se em mostrar a influência das desordens sociais sobre o indivíduo. Em 1912 com “As formas elementares da vida religiosa”, a preocupação é pela investigação dos elementos básicos que configuram as ordens religiosas, estudo que delineia linhas gerais do que num futuro próximo viria ser conhecida como Sociologia do Conhecimento, principalmente quando o sociólogo afirma que através do estudo das religiões primitivas é capaz de encontrar elementos sociais de como os homens constroem a realidade e as concepções do mundo pelo consenso social (ARON, 2007).

Encontra-se nos estudos de Durkheim uma concepção de Sociedade baseada no reconhecimento de “normal” e “patológico” dependente da condução da Sociedade, não havendo como dizer que um fato social é patológico se ele faz parte de outra sociedade; e não há como justificar que um fato social seja normal se ele acontece em ambiente restrito ou em uma outra sociedade, “um fato social não pode, pois ser considerado normal para uma espécie

social determinada senão em relação a uma fase, igualmente determinada, do seu desenvolvimento” (DURKHEIM, 2007, p. 77).

“Como pode uma coleção de indivíduos constituir uma sociedade? Como se chega a esta condições da existência social que é o consenso?” (ARON, 2007, p. 287). A coesão social, a vontade coletiva como fato social só poderão ser consideradas se por razões objetivas e comprovadas representam o consenso da Sociedade, e para isso esse fato precisa ocorrer para todos. Logo, havendo coesão social sobre um determinado fato social, a Sociedade é um Organismo, porque ocorre em harmonia social. E os fatos patológicos são considerados por Durkheim de caráter excepcionais e transitórios, quando ocorrem um dissenso, uma morbidez social.

Em termos gerais, a Sociedade construída nos estudos de Durkheim nasce da realidade sociológica própria, independente, objetiva e coesa, em que os conceitos de representação coletiva, consciência coletiva, solidariedade mecânica e orgânica, anomia e consenso possam ser demonstrados, tipificados e classificados pelo método comparativo como fundamentos de explicação da Sociedade.

A teoria sociológica proposta por Durkheim procura validar a autonomia dos fatos sociais possuidores de vida própria, independente das particularidades de ação e de pensamento dos indivíduos da sociedade. Não há pretensão em anular os padrões próprios de pensamento dos indivíduos, mas sim de integrá-los nos padrões de ação e pensamento coletivo que representam a Sociedade como um organismo coeso, a isso o sociólogo classificou de “Consciência Coletiva”.

O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; poderemos chamá-los: a consciência coletiva ou comum. Sem duvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. (DURKHEIM, 1983, p. 40)

A “consciência” observada e classificada “coletiva” por Durkheim na obra “Da divisão do trabalho social” (1893), não possui base nas ações individuais, e nem nas de grupos sociais específicos, muito menos ela é substrato resultante de acordos comuns entre pensamentos individuais. Ela é algo mais complexo e universal, envolve todas as partes sociais, porém não

se atem na soma das particularidades e dos pensamentos para existir, é um “tipo psíquico da sociedade”, imutável às intempéries e aos ditames das gerações contemporâneas, mas fundamental para a sobrevivência social das gerações futuras.

Em alusão, a “consciência coletiva” conceituada por Durkheim é uma “régua de valores” da Sociedade que se “alonga” ou “encurta” pelo poder de coação do fato social conforme a complexidade e desenvolvimento das sociedades, porque “um fato social só pode ser bem conhecido por intermédio de seus efeitos sociais” (DURKHEIM, 1983, p. 34). A isso, “Durkheim responde distinguindo duas formas de solidariedade: a solidariedade dita mecânica e a orgânica” (ARON, 2007, p. 287).

Investigando a divisão do trabalho e sua função social ao arremeter na sociedade um sistema de solidariedade entre dois ou mais indivíduos trabalhadores, “Da divisão do trabalho social” (1893) apresenta uma análise sociológica que demonstra a existência de uma solidariedade social resultante da divisão do trabalho que evolui da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica no desenvolvimento das sociedades. Na obra, a solidariedade social “é um fenômeno totalmente moral, que por si, não se presta à observação exata, é necessário substituir o fato interno que nos escapa por um fato externo que o simbolize e estudar o primeiro através do segundo” (DURKHEIM, 1983, p. 31).

Como primeiro tipo de solidariedade, a solidariedade mecânica, Durkheim escreve:

(...) só pode ser forte na medida em que as ideias e as tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassam em numero e intensidade as que pertencem pessoalmente a cada um deles (...) apenas pode crescer na razão inversa da personalidade (...) A solidariedade que deriva das semelhanças está em seu maximum quando a consciência coletiva recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela; mas, nesse momento nossa individualidade é nula.

O pensador acredita que a consciência individual é um reflexo coeso por dependência da sociedade; nas sociedades em que se desenvolve esse padrão ocorre a solidariedade mecânica, porque o indivíduo não se pertence, sua consciência é reflexo coeso da “coisa”. Para o sociólogo, é nas sociedades pré-capitalistas onde não há estratificação social do trabalho que a solidariedade mecânica é geral e coercitiva; predominando sempre a consciência coletiva sobre a individual.

O tipo mecânico de solidariedade presente nas sociedades pré-capital desenvolvem uma solidariedade por semelhanças, onde não há distinção entre os pensamentos individuais

daqueles construídos na religião, tradições, famílias e nos costumes. A ação do indivíduo é condicionada pela capacidade coercitiva que o fato social exerce na sua vida ordinária, “cada indivíduo é o que são os outros; na consciência de cada um predomina, em número e intensidade, os sentimentos comuns a todos, os sentimentos coletivos” (ARON, 2007, p. 288).

Sobre o outro tipo de solidariedade social, a orgânica, Durkheim escreve:

(...) é apenas possível se cada um tem uma esfera de ação que lhe é própria, por conseguinte, uma personalidade. É preciso, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que aí se estabeleçam estas funções especiais que ela não pode regulamentar; quanto mais extensa esta região, tanto mais forte é a coesão resultante dessa solidariedade (DURKHEIM, 1983, p. 70)

Marcando temporalmente o desenvolvimento das sociedades a partir da divisão social do trabalho, o sociólogo atribui a ocorrência da solidariedade orgânica com maior intensidade nas sociedades que se desenvolveram a partir do período iluminista, pela razão da predominância do caráter individualista na criação de direitos ditos humanos e na limitação do Estado na regulação das atividades econômicas.

Nesse momento de desenvolvimento social, a sociedade mantém sua unidade na especialização e divisão social do trabalho, quanto mais autônomas e especializadas as instituições, mais elas reforçam o poder coercitivo uma com a outra para legitimar e manter a coesão da sociedade. Cada instituição possuindo função específica dentro de um Organismo que mantém funcionando a individualização das partes. A solidariedade de tipo orgânica é marca prioritária nas sociedades capitalistas, devido a maior especialização e divisão social do trabalho e da maior individualização dos membros da sociedade.

Os dois tipos de solidariedade social para Durkheim formam a consciência coletiva que por dependência constroem a realidade social independente, objetiva e coesa. Coesão dependente da coletividade da consciência, mantenedora da unidade e da relação dos tipos de solidariedade, que ultrapasse os acordos comuns de pensamento e se torne universal, um “tipo psíquico da sociedade”.

A “Anomia” é outro conceito fundamental da teoria sociológica proposta por Durkheim para o entendimento da realidade social coesa, independente e objetiva. Derivada da palavra grega “anomos”, o prefixo “a” de inexistência, privação, ausência; “nomos”, de norma, lei,

Durkheim utiliza a palavra para designar a ausência de regramentos ou a falta de leis de conduta social que certos fenômenos econômicos possuem.

Em “Da divisão do trabalho social” (1893), o sociólogo identifica algumas formas patológicas derivadas do entendimento da divisão social do trabalho ser um fenômeno normal que em certo ponto do desenvolvimento social essas formas superam o fato social. Explica Durkheim que o indivíduo nesse ponto de desenvolvimento envolto em suas atividades rotineiras se isola da atividade principal a tal ponto que não reconhece mais a presença dos seus pares colaboradores que executam as mesmas atividades rotineiras ao seu lado.

Esse distanciamento é a fonte de desintegração do consenso, já que afigura como dispersão ao passo que a visão de unidade se perde pelo afrouxamento das leis e do reconhecimento de tais por aqueles que antes as tinham como fundamento de generalidade e coesão social. É o momento que a solidariedade social se esmaece pelo enfraquecimento das formas de interação social, o que impede a manutenção do sistema de regras gerais da sociedade e do consenso.

Para Durkheim, os conflitos e as desordens são indícios de esmaecimento das normas morais e jurídicas, na sociedade moderna, por exemplo, a economia ao atingir um alto grau de desenvolvimento deixou uma grande distância no desenvolvimento das instituições morais que pudessem regular os limites sociais e as particularidades individuais, é o momento que a solidariedade não garante a coesão social. Por essa razão, a sociedade enfrentaria o desafio de resguardar o valor social das instituições mantenedoras do consenso como a religião, a família e o Estado.

A “anomia” em questão possui três entendimentos na obra de Durkheim, primeiro, é a perda do reconhecimento individual com os valores sociais, morais e com as normas estabelecidas na Sociedade; segundo, é o momento social em que as leis estão em conflito, desencadeando desvios de comportamento quando o indivíduo tem dificuldade em adequar-se a contradição da norma resultante do conflito; terceiro, é a ausência de normas em situações limites que confrontem o consenso e a própria sociedade.

A falência da unidade ideológica, dos interesses mútuos e dos valores partilhados garante o conhecimento aprofundado sobre o homem e sua sociedade, não que o antagonismo normativo torne o homem uma unidade independente de sua coletividade, mas é desviando da norma que ele se torna livre do pedantismo moral enraizado no tradicionalismo das normas de conduta de uma sociedade. A moral e as Leis que sempre existiram na sociedade cujo ápice se

encontra na realidade complexa da modernidade, são postas em xeque quando o homem administra seus interesses em conflito e mantêm o foco nas relações de produção com aquelas criadas para a formação da conduta desviante.

Ao averiguar e classificar a existência de dissonâncias entre representações coletivas e condutas individuais Durkheim confere o critério de normalidade ao crime, por que para ele a sociedade considera a existência de comportamentos desviantes da norma no interior da unidade social e que certos desvios por sua gravidade são considerados criminosos. O autor assim expressa a ideia em “As regras do método sociológico” (1895):

O crime não se produz só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades, qualquer que seja o tipo destas. Não há nenhuma em que não haja criminalidade. Muda de forma, os atos assim classificados não são os mesmos em todo o lado; mas em todo o lado e em todos existiram homens que se conduziram de tal modo que a repressão penal se abateu sobre eles

(...)

Não há, portanto, um fenômeno que apresente de maneira tão irrefutável como a criminalidade todos os sintomas da normalidade, dado que surge como estreitamente ligada às condições da vida coletiva. (DURKHEIM, 2007, 82 e 83)

O crime como fato social representa na sociologia de Durkheim o dissenso da coesão social. Por exemplo, em sociedades complexas de solidariedade social orgânica, detentora de um sistema de controle social forte, onde a moral e o direito espelham uma só conduta e pensamento, o crime é considerado violência aos membros sociais e aos bens coletivos.

A suscetibilidade ao desvio , “dizer que um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva” (DURKHEIM, 1983, p. 45), depende diretamente do nível de desenvolvimento da consciência coletiva, porque é ela que estabelece a medida social para considerar uma conduta desviante ser crime ou não crime.

Assim, o roubo e a simples desonestidade não chocam senão um único sentimento altruísta, o do respeito pela propriedade alheia. Mas este sentimento é menos chocado por um destes atos do que pelo outro. (...) Eis a razão por que apenas se critica o desonesto enquanto se pune o ladrão. (DURKHEIM, 1983, p. 84)

“O crime é normal porque uma sociedade isenta dele é impossível”, o crime concretiza um agravo cometido contra determinados sentimentos construídos na coletividade, logo o crime não desapareceria do sistema social, ele seria diluído em outras praticas sociais, já que ele “seria

a própria causa que assim eliminava as origens da criminalidade, que viria a gerar as novas fontes desta” (DURKHEIM, 1983, p. 83).

Imaginal uma sociedade de santos, um convento exemplar e perfeito. Os crimes propriamente ditos serão desconhecidos; mas os erros que consideramos veniais ou vulgares provocarão o mesmo escândalo que o delito normal provoca nas consciências normais. (DURKHEIM, 1983, p. 84)

Por essa razão, o crime é correspondente direto do desenvolvimento do controle social pelo refinamento das normas e das Leis, como fato social o crime estimula a consciência social a contribuir ou não para aplicação da pena e a validade do controle social através da aplicação das sanções de reparação dos danos e das perdas ocasionados pela ação criminosa. Durkheim ilustra esse argumento ao mencionar que no interior das sociedades há situações valorativas dos instrumentos de controle social do crime em especial aqueles que resguardam a vida dos indivíduos da sociedade.

Ressaltando a função social do desvio para a sociedade como elemento estabilizador da coesão social e da validade dos mecanismos de controle social exatamente por afronta-las, Durkheim entende que a repressão desta afronta emana da criação de demandas comuns de normas devidamente expressadas na forma de punição, ao qual representa um ritual da consciência coletiva da sociedade.

A punição compreendida dessa forma expressa o cumprimento da Lei ante ao crime, primeiro porque renova os anseios individuais por Justiça como poder coercitivo; segundo, a violência presente no crime estabelece dois parâmetros para a sociedade, um individual caracterizado no entendimento “antissocial” do fato e o outro pelo cumprimento da Lei como reforço da norma estabelecida pela consciência coletiva. “Com efeito, se o crime é uma doença, a pena é o remédio para ele e não pode ser concebida de modo diferente; assim, todas as discussões que levante incidem sobre a questão de saber em que deve consistir para desempenhar seu papel de remédio.” (DURKHEIM, 1983, p. 88).

Despertando essa duplicidade, o crime e a punição estão sujeitos ao tempo e ao lugar devido sofrerem influências da consciência coletiva na própria definição dessas categorias, por acompanharem as permanências e transformações da sociedade. Portanto, o direito torna-se adaptável em sua definição e formato para resguardar as normas e as Leis, acima de tudo reforçar a consciência coletiva da organização social.

Logo ao desestabilizar o sistema de normas da sociedade o crime é um dos resultados imediatos da anomia, pelo descompasso e diferenciação às regras sociais que provoca com sua realização, refletido na desintegração do organismo social e pelas perdas normativas do homem em sua existência de membro da sociedade.

O esgarçamento da norma dá força aos eventos que atingem negativamente a moralidade e aos direitos garantidos e mantidos pelas Leis. Essa fragilidade do organismo social favorece atentados contra a moral e aos direitos garantidos, por isso aumentar os níveis da unidade social frente ao processo de individualização é a prerrogativa defendida por Durkheim para controlar o desequilíbrio social provocado pelo crime, já que o delito é normal, elemento interno da sociedade que se sustenta na individualidade dos valores coletivos.

O crime denota toda ação antagônica à moral, às Leis e aos costumes; legalmente punido a ação sofre retaliação da consciência coletiva quando essa se eleva mais que o fato criminal para resguardar a sobrevivência do sistema social. Compreendendo as causas e os efeitos do crime na sociedade, parte dos estudos de Durkheim entende que as causas atuam sobre o criminoso e avalia quais os meios de demover o crime e instalar a defesa e o sentido coletivo de segurança social.

Não há sociedade em que não haja o crime, para o sociólogo francês todas as sociedades estão qualificadas e habilitadas a possuir em seu interior o fenômeno criminal, porque ele é normal quando sua conexão social está nas condições ordinárias da vida coletiva, portanto o crime possui sua utilidade prática ao estimular a evolução das normas da moral e do Direito, fundamentais para manter as condições da vida social.

## 2.1 – SOCIEDADE, CRIME E VITIMIZAÇÃO

A relação entre crime e sociedade na sociologia de Durkheim é a base de entendimento do pressuposto do crime como fato social normal, a herança deste pensamento nos estudos pós-Durkheim agrupam-se em um sistema de teorias que analisaram a criminalidade urbana moderna a partir da construção de métodos e técnicas de análise do fenômeno criminal. Essa herança reflete um viés epistêmico-metodológico tendente a construir conjecturas localizadas do crime num dado espaço social e numa dada sociedade com normas e Leis de Direito próprias que refletem a consciência coletiva, cujo objetivo desses estudos é apresentar modelos de análise da criminalidade presente nas sociedades modernas.

Pretende-se neste item dissertativo não esgotar e generalizar o debate científico sobre as teorias do crime, e sim compendiar e dar créditos aos principais modelos de análise do fenômeno criminal e suas teorias que focaram o objeto de estudo na relação entre crime, coesão social e controle coercitivo, que pela escolha do método e dos resultados obtidos elas se conectam em um diálogo comparativo entre suas teorias, suas técnicas, seus métodos e dos resultados obtidos quando da realização das pesquisas na sociedade ao qual foram implementadas.

Por essa razão a síntese das abordagens apresentadas são agrupadas em dois modelos de estudos empíricos sobre o crime considerados herança do pensamento sociológico de Durkheim sobre o tema. O primeiro grupo é formado por análises do fenômeno criminal que descreveram a realidade do crime a partir de técnicas que identificam os elementos identitários, sociais e espaciais da vítima e do agressor e os relacionam com fenômeno criminal. O segundo grupo apresenta teorias em que o conhecimento sobre crime é produzido a partir do nexo de causalidade entre os fundamentos sociais e os efeitos espaciais, grupais e legislativos do crime em um dado território e grupo da sociedade.

Apresentar essas abordagens epistêmico-metodológicas da análise criminal pontua condições, contextos e instrumentos de pesquisa científica que abordam temáticas da vitimização, das identidades do crime, do crime, do medo, do senso de segurança/insegurança e dos desequilíbrios espaciais na malha urbana, entendidas por “desordem”, que favorecem a oportunidade da ocorrência do crime e o estabelecimento de regiões propensas à criminalidade.

Nos primeiros estudos sobre o crime realizados pela escola de pensamento positivista no século XIX, ao qual o expoente maior foi Cesare Lombroso, que por cronologia seus escritos científicos antecedem a produção sociológica de Emile Durkheim. O pensamento dessa escola criminológica tendeu a explicar o crime não por sua relação com a estrutura social, mas sim pela relação das semelhanças e particularidades da identidade biológica e social do sujeito praticante do delito com o tipo crime previsto em legislação penal do Estado.

O Positivismo reformou nas Ciências o conceito de método científico, isso significou para os estudos criminológicos da segunda metade do século XIX entender a natureza do crime e suas identidades a partir da catalogação, tipificação e classificação do sujeito praticante do crime e relacioná-lo à medida penal administrada pelo Estado. É então que os pressupostos técnico-científicos da medicina adentram nos estudos sobre o delito e o crime, por que tendente à tornar-se Ciência a Criminologia feita pela escola positivista procurou estabelecer o método

científico como medida de identificação social do delito pelo estudo biológico do criminoso e intervir diretamente na prevenção do crime com recomendações e princípios técnicos para o Estado utilizar na aplicação e validação de seu poder coercitivo da violência, cuja finalidade era de reparar e compensar os danos criados pelo criminoso na prática do delito (DARMON, 1991).

Em termos gerais os pressupostos dessa criminologia de face clínica, pretendeu associar-se ao Estado a partir da Ciência fornecendo instrumentos e argumentos criminológicos para as instituições de justiça e polícia intervir coercitivamente nas entranhas sociais, já que o método científico forneceu condições de classificação biológica dos seres humanos e legitimidade na atuação coercitiva estatal para com certas populações consideradas propensas ao crime e/ou “indesejáveis” na sociedade por alguma característica biológica ou cultural resistente às normas e as Leis do Estado, a exemplo está o aproveitamento do conceito de Raça nos estudos sobre o crime que o Estado nessa época aproveitou à exaustão com intuito de justificar incursões de controle social e penal nas populações que não se encaixavam na rotina urbana da sociedade moderna europeia e americana dos anos finais do século XIX (ALVAREZ, 2003).

Representando a contrariedade frente aos estudos da Criminologia de face clínica dos escritos de Cesare Lombroso, os estudos sociológicos de Emile Durkheim entendeu que o crime não deve ser explicado estritamente a partir das condições biológicas do ser humano para justificar a aplicação da pena administrada pelo Estado. É preciso que as características físicas do criminoso sejam congregadas com as condições de produção da realidade social representada na consciência coletiva, uma vez que o crime é fato social normal, depende das condições sociais para ser realizado e controlado pelas Leis de Direito (MANNHEIM, 1973).

A Sociologia não anula as características individuais dos membros da sociedade, ela procura ler a individualidade a partir das normas morais e legais da sociedade, por que entende os fatos sociais desassociado das consciências individuais por conta da exterioridade e da generalidade presentes na existência social que não pode ser confundida como “fenômenos psíquicos”, assim ensinava Durkheim.

Ora, se o afrouxamento das normas sociais concede espaço para realização de eventos sociais negativos e degradantes da moral e da legalidade dos Direitos, pela qual fragilizam o sistema da sociedade, motivando o aumento dos níveis da unidade social para conter a individualização da norma que o crime provoca ao desestabilizar a sociedade. E que por isso o delito como elemento normal tende a ser reprimido pelas Leis de Direito.

Os estudos pós-Durkheim sobre o crime que possuíam como princípio científico a relação do fenômeno criminal com as características do indivíduo, os estudos sobre o Controle (HIRSCHI, 1969; NYE, 1958; RECKLESS, 1961; REISS, 1951; TITTLE, 1980; 1995), da Associação Diferencial (SUTHERLAND, 1924; 1939; 1947) e da Aprendizagem Social (AKERS, 1975; 1998; BURGESS & AKERS, 1966), tenderam aprofundar o estudo sobre o crime relacionando o comportamento criminoso aos níveis de inserção do crime na sociedade para explicar o delito como fato social sem desabonar a função da experiência individual de vida no sentido prático e conceitual do ato criminoso.

As teorias desse modelo de análise criminal abordam o fator causalidade na ação delituosa, focam na conduta individual como uma das variáveis de resposta para ocorrência do delito em determinado estrato social, tentando apresentar as causas sociais formadoras da ação criminosa e não da criminalidade em perspectiva estrutural, está última que a escola positivista do século XIX pretendia ao relacionar as características biológicas e individuais dos criminosos ao tipo de sanção penal aplicável pelo Estado com a finalidade de reparar o delito cometido.

Contornando a premissa de que a conduta legal possui conduta correspondente moldada no ato criminoso, os estudos sobre o Controle Social atinam-se na investigação sobre a generalidade da consciência coletiva em demonstrar que a maioria dos indivíduos não praticam crime, apenas alguns, e que por isso, o crime como normal necessitava ser estudado como medida antagônica formadora da consciência coletiva que controla o delito por mecanismos coercitivos.

O ser humano quando introduzido na rotina social pela aceitação e reprodução das normas de sociabilidade, não precisa de grandes motivações para contornar e/ou desfazer as regras, porque? Akers (1997) afirma que para os teóricos do Controle Social essas motivações se pautam nos riscos assumidos pelos atores durante o desvio e nos ganhos obtidos após o seu cometimento. Esses estímulos, riscos e ganhos, pautam-se em mecanismos de controle estabelecidos pelo grupo social ou pela particularidade individual suscetível ao desvio. Assim, o foco das pesquisas sobre o Controle Social pretende retirar atenção para as definições do jeito criminoso e redirecionar essa atenção científica para a formação de teorias que compreendem o crime como forma de controle social, podendo ser instrumentalizadas para deter o comportamento desviante presente no ato criminoso. (SHOMAKER, 1996)

Há dois modelos de teorias do Controle Social, uma baseada nas análises de controle individual, focada nas particularidades pessoais dos indivíduos, e outra baseada na análise do Controle Social em si, que entende as formas de controle resultante das normas e Leis. Tanto a de controle pessoal como a social compreende as causas para o comportamento criminoso residem no esgarçamento das normas e na ausência de mecanismos que possam confirmar e garantir a reprodução do controle social afiançado pela manutenção da Sociedade.

Considerado por Akers (1997) como o precursor nas investigações sobre o Controle Social em Criminologia, Albert Reiss em “*Delinquency as the failure of personal and social controls*” (1951) entende o Controle Social como processo de interiorização subjetiva das formas de interação social, dado que a interação é produzida pelo sistema de normas e ações sociais, a explicação do Controle Social ocorre pela elucidação de como essas normas e ações são interiorizadas pelos indivíduos numa dada Sociedade.

Considerando a influência do sistema de normas na natureza do Controle Social e a forma interacionista com que este controle é apreendido pelo indivíduo, Francis Ivan Nye é outro teórico de relevância na formação teórica do Controle Social. O teórico em “*Family relationships and delinquent behavior*” (1958) de afirma que há dois tipos de controle social externo: um direto e outro indireto; o controle social direto é aquele amparado por conduta coercitiva social, como por exemplo as sanções punitivas impetradas na conduta desviante que controla o crime, puni o agente executor e repara as perdas e os danos ocasionados pela ação criminosa; o segundo, controle social indireto é aquele que se dá mediante repressão interna, dentro das formas de interação entre membros de uma família, entre amigos, entre os membros de um casal, a lógica funcional deste nível de controle é estabelecida pelo grau de vínculo e comprometimento social presente no tipo de interação estabelecida entre os indivíduos (AKERS, 1997)

A esses dois tipos ideais do Controle Social entende-se que eles compactam um modelo teórico baseado no entendimento de como as individualidades estabelecem o Controle Social, ressaltam a importância das posições individuais no contexto das relações e do nível de comprometimento social nas filiações sociais. Quanto maior e mais complexa, os níveis de filiação social a outros indivíduos e instituições, maior é o nível de comprometimento quando da realização da conduta desviante, por que nesse processo há mais individualidades a serem reparadas do que coibir de forma precisa o evento desviante considerado criminoso.

Contemporâneo de Albert Reiss e Francis Ivan Nye, Walter Reckless em “*The crime problem*” (1961) desenvolve outro modelo de análise do Controle Social delimitando suas observações de como os estímulos externos (*pushes*) e os estímulos internos (*pulls*) são contidos pelos instrumentos de controle. Entre a década de 50 e 60 do século XX, este pesquisador desenvolve uma discussão sobre a influência do “*self concept*” na formação do caráter do indivíduo não praticante de crimes. Comentando o trabalho de Reckless, Akers (op. cit.) afirma que mesmo apresentando considerações equivocadas e por ora especulativas do material empírico utilizado em seus estudos, as investigações do cientista contribuíram para a consolidação de uma programação de pesquisa sobre a equidade entre o nível interno e o externo do Controle Social nos estudos sobre o crime e delito.

Desde então os estudos sobre a equidade dos níveis de Controle Social na Criminologia são implementados para explicar a ideia de como a externalidade influencia a formação da personalidade do criminoso e como esta personalidade exerce a coercibilidade na quebra das normas e das Leis sociais. Essa premissa de pesquisa é bem definida por Charles Tittle (1980; 1995) na proposta científica “teoria do equilíbrio de controle”. Tittle em “*Sanctions and social deviance: the question of deterrence*” (1980) considera a existência relacional entre a natureza do controle e os níveis pessoal e externo de controle, a zona da equidade entre esses níveis se dá em relação ao poder de ambos, a quantidade de poder sobre o indivíduo submete-o a exercer controle de igual poder a partir de sua posição social. O crime é entendido como o desequilíbrio funcional dessa zona, pela ideia de que quanto maior é o controle pessoal o indivíduo está suscetível a realizar desvios considerados “autônomos”, correlato aos crimes voluntários, como o furto, o roubo, o estupro, o homicídio; e, quanto maior é o controle externo exercido pela coercibilidade do poder social menor é o controle pessoal, que por consequência torna o indivíduo submisso a sofrer crimes praticados pelas instituições do Estado, como os crimes de guerras e os genocídios realizados pelas forças armadas do Estado.

Para confirmar sua teoria, Tittle em “*Control balance: toward a general theory of deviance*” (1995) ampara suas considerações sobre a equidade do controle no diálogo com a “teoria da escolha racional - TER” (*rational choice theory*) e com a do “aprendizado social”. Oriunda do pensamento econômico que considera o homem econômico como agente mais importante do que o homem social, a “teoria da escolha racional – TER” é respaldada por estudiosos que pensam os indivíduos como entes dependentes do momento e da tomada de decisões dos outros.

A TER associada aos estudos criminológicos trata a escolha como racional e o criminoso agente da racionalidade, situação que pode ser explicada a partir das características da ação social do criminoso agregada aos interesses desses agentes que utilizam mecanismos de troca na Sociedade para manterem sua posição de escolha. A Sociedade é compreendida pela teoria como um conjugado de normas morais e legais limitadas que os criminosos utilizam como campo de conflito de bens e interesses pessoais (TITTLE, 1995).

Quanto a utilidade da “teoria do aprendizado social” (*labelling approach*) para a sustentação da “teoria do equilíbrio de controle”, Charles Tittle (1995) parte do princípio de que as pessoas só se tornam sociais quando elas interagem uma com as outras na sociedade, quando o criminoso pratica o delito neste ambiente esse agente passa ser reconhecido pelo tipo de interação social estabelecida, isto é, pela ação desviante praticada. Esse processo de rotulação sofrido pelo agente que depende do seu nível de experiência com o delito e da sua inserção social no meio de outros criminosos é o que mantém o crime como desequilíbrio de controle.

Ao identificar os padrões de desequilíbrios nos níveis pessoal e externo que nutrem o crime, consegue-se agregar os comportamentos desviantes pelo tipo de crime e pelos conhecimentos oriundos das experiências criminosas dos agentes. A natureza desse controle possibilita as instituições de Justiça e sociais controlar e gerenciar melhor os conhecimentos e experiências sociais de cada delito, pois a organização feita pelo reconhecimento das formas de inserção social do crime capacita a criação do equilíbrio de controle pela relação entre natureza do controle e os níveis pessoais e externos do delito (TITTLE, 1995).

Outra teoria fundamental para os estudos sobre o Controle Social na Criminologia é a “teoria dos laços sociais” proposta por Travis Hirschi na década de 60, tornando-se a teoria do Controle Social mais popular entre as teorias do controle por analisar os elementos sociais que mais coíbem as práticas de delitos entre os jovens, propondo um sistema de controle que pudesse servir de intervenção nas ações criminosas que compõe a delinquência (AKERS, 1997).

Em “*Causes of delinquency*” (1969) de Hirschi a delinquência juvenil é tratada como o resultado da debilidade do sistema afetivo e relacional que deveria introduzir os jovens na sociedade. Essa debilidade é compreendida pelo possível enfraquecimento na ligação de quatro elementos que compõe o sistema relacional de introdução dos jovens nos ambientes sociais. Esses elementos de ligação são, primeiro a *afeição* ao outro motiva o indivíduo a estabelecer expectativas de vida (*attachment to others*); segundo, a *ocupação* do tempo do jovens em

atividades de conhecimento (*commitment*); terceiro, *introdução* dos jovens em atividades menos ociosas (*involvement*); quarto, os jovens devem entender que as leis devem ser *respeitadas* (*belief*).

Tomando por empiria os tipos de interação intrafamiliar que resultam na consolidação do sistema afetivo acordado como normas morais entre os membros familiares, Hirschi propõem que esses tipos de relações são fundamentais para as noções de convívio que limitam as probabilidades de um dos membros de menor idade praticar atos de delinquência, aumentando o número de vínculos afetivos dessas noções de convívio entre os membros da família pode ser capaz de controlar a ação criminosa e prevenir os entes familiares contra os efeitos do cometimento de ações criminosas de delinquência (SHOEMAKER, 1996).

Para os adeptos da teoria, as relações intrafamiliares são as bases dos vínculos pessoais por conta da capacidade formativa dos laços afetivos motivarem a identificação mútua entre os indivíduos a partir da construção pessoal e social da admiração e dos valores morais e sociais importantes para manutenção da vida na Sociedade. Assim, o compartilhamento desses valores resulta na formação de grupos de laços sociais, que quando intensificados entre os indivíduos são capazes de gerar normas de bloqueio e contenção de ações degradantes dos valores compartilhados como normas de convívio e afeto de determinado grupo social.

A proposta de Hirschi (1969) comporta a análise do crime para além do ângulo analítico da influência dos laços sociais na contenção e prevenção da ocorrência de práticas delituosas, estabelece um método de análise do fenômeno criminal por estudar empiricamente uma população suscetível à delinquência e apontar suas causas de origem social, como a desigualdade de acesso à bens materiais na Sociedade e pelos modos de introdução dos jovens nos ambientes sociais que nem sempre se dá pela via formal da cultura e sim por vias que compartilham fundamentos sociais com o crime.

Em geral as teorias do Controle Social tratam de estudar a relação dos comportamentos delituosos com a acumulação dos problemas sociais retidos e apresentados no processo de socialização dos indivíduos, a preferência dos estudos recai sobre a família e as instituições responsáveis pela introdução dos indivíduos na rotina social. Para essas teorias os fatores dos indivíduos não realizarem crime seria a crença no e manutenção do contrato social que vige na ligação do indivíduo à Sociedade, o reforço desse contrato e da ligação seriam medidas de controle a serem adotadas pela família e pelas redes sociais para coibirem as práticas delituosas

O fortalecimento dos afetos pelos vínculos sociais estabelecidos por iguais e por instituições sociais resulta no reforço do autocontrole, já que impulsiona o autocontrole pessoal que introduzido em um sistema de valores e normas amolda as perspectivas sociais. Por conseguinte, a partir do fortalecimento do controle social o Estado deve agir na criação de medidas políticas de resguardo da família, da comunidade e das Instituições estatais. Sem o controle das vinculações sociais o crime prevalece em determinados pontos do espaço social, capazes até de geograficamente se arregimentar de forma contrária aos bens coletivos, às normas e aos valores sociais.

A princípio a conduta humana em sociedade é estritamente dependente das constâncias e inconstâncias da ação social, oportunamente a explicação do crime deve considerar as condições sociais que favorecem a ação criminosa e o ambiente onde essa ação se fortalece frente às normas, valores e Leis da Sociedade. A partir desses termos, o estudo do crime deve ser situacional e não estrutural, porque não existem sociedades e/ou indivíduos exclusivamente “do crime”, mas situações onde o crime desponta como um modelo apêndice de ação social.

É o que defende os teóricos da “teoria da associação diferencial” (SUTHERLAND, 1924; 1939; 1947) e da “teoria da aprendizagem social” (AKERS, 1975; 1998; BURGESS & AKERS, 1966) quando fazem e recomendam enfoques de pesquisas sobre a prática grupal do crime a partir da classificação das associações das práticas com o ambiente onde ocorre o delito e dos estímulos sociais que essas práticas emitem como “convite” a prática do delito. O estudo sobre as gangues como ambiente de sociabilidade e repasse de conhecimento para a aplicação e aperfeiçoamento da conduta delincente, desponta como oportunidade de pesquisa, pelos estudiosos dessa corrente de pensamento criminal acreditarem que o espaço social corporifica a identidade do crime e nasce como lugar de circulação de conteúdos e de instrumentos para o aprendizado do jeito criminoso pela via da interação social entre as condutas criminosas.

Ao propor explicações sobre o momento e sobre as interpessoalidades que compõe a conduta criminosa e o delito, os teóricos da “associação diferencial” afirmam de modo geral que a conduta humana em sociedade depende das condições sociais para realização da ação social, a Sociedade e o indivíduo comportam-se de modo situacional em uma fluente relação entre conjunturas e particularidades, portanto o crime deve ser compreendido pelas condições de realização da ação criminosa na qual o comportamento, as condições, as situações da prática delituosa são elementos de explicação.

A “teoria da Associação Diferencial” proposta na década de 20 do século passado por Edwin Sutherland em “*Principles of criminology*” (1924) defende a ideia sobre o crime como ação social programada e planejada pelo aprendizado construído nas afinidades interpessoais que um grupo e/ou indivíduo repassa o conhecimento do sobre a prática delituosa para outro grupo e/ou indivíduo com a finalidade de expandir a influência e os valores criminais frente ao enfraquecimento das normas morais e legais da Sociedade (AKERS, 1997).

Os argumentos da “teoria da associação diferencial” foram introduzidos na edição de 1939 da obra, e reformulados na edição de 1947 quando o autor já estava trabalhando em outra grande teoria da Criminologia, o “*withe collar crime*” (crime do colarinho branco). A obra é dividida em duas partes, a primeira apresenta o método e os fundamentos epistêmicos da Associação diferencial; a segunda parte concebe uma análise sobre a política criminal e o sistema de justiça penal à luz da teoria da associação diferencial (SUTHERLAND, 1949).

A obra afirma que a Criminologia é um aparelho de estudos sobre a delinquência e o crime como fenômenos sociais, recomenda que o sociólogo deva se ater no exame das formas legais, nos modos de violação dessa legalidade e das implicações penais dessa infração, Sutherland investiga o comportamento criminoso e procura a medida legal aplicável a essa conduta. A Associação Diferencial como um modelo teórico apresenta instrumentos para a análise das particularidades do crime e de sua execução por grupos associados a outros grupos, sejam os de indivíduos à grupos e os de indivíduos com indivíduos.

A teoria é constituída por nove princípios: primeiro, o criminoso não herda o comportamento delituoso: o indivíduo deve ser treinado para cometer o crime, logo ele não inventa a partir de sua não experiência com o crime, é necessário a pessoa aceitar, aprender e exercitar para reproduzir a ação criminosa. Segundo, o comportamento delituoso é formado pela interação entre indivíduos e grupos criminosos, vice-versa: a conduta criminosa é formada dentro de um sistema de comunicação, onde características físicas, verbais, ideológicas e societárias estão em fluente transição para formar o comportamento do crime.

Terceiro, o comportamento do criminoso necessita de referências além do que é repassado no nicho ao qual ele aprende e reproduz o crime, esse reforço social é dado por redes de informações privadas como os filmes e os jornais, por exemplo, que fazem circular nos ambientes sociais tipos ideais do comportamento criminoso assim como o comentário ideológico sobre o crime. Quarto, o conteúdo do aprendizado do crime são as técnicas e procedimentos delituosos sempre organizados por padrões argumentativos, motivacionais,

comportamentais e por racionalizações dos ganhos sociais e grupais após o cometimento do crime.

Quinto, a especificidade das razões e das condutas é formada na aprendizagem dos prós e contras da ação criminosa frente às normas e aos códigos legais. Há sociedades em que os códigos legais são normas compartilhadas e há outras que as violações dos códigos legais são normas, nas sociedades urbanas, como a norte-americana, essas situações se misturam o que resulta em um conflito normativo. Sexto, o indivíduo para se tornar delinquente e ser reconhecido na sociedade como tal é porque a sociedade ampara inúmeras definições favoráveis de violação de leis, esse princípio define a associação diferencial por fundamentar associações criminosas quanto anticriminosas.

Sétimo, as associações diferenciais variam por intensidade, duração, prioridade e frequência; oitavo, a conduta criminosa aprendida envolve no processo todos os elementos que definem aprendizagem, parte do princípio da associação grupal evoluindo para um plano em que a imitação não fundamenta a conduta, mas a autonomia da ação criminosa. Nono, embora o comportamento criminoso é expressão de valores e práticas associados e aprendidos, ele deve ser explicado por valores gerais da sociedade, porque o comportamento não criminoso também é explicado pelos mesmos valores.

Comentando a teoria da associação diferencial, Antonio Garcia Pablos de Molina (1997) compartilha a mesma premissa de Sutherland ao afirmar que a conduta criminosa é aprendida da mesma maneira que os outros indivíduos aprendem as formas lícitas, através de um sistema de regras compartilhadas por redes de informações e produção de saberes conectadas entre indivíduos, onde circulam técnicas criminosas, valores criminais, subjetivações e instrumentos de racionalização de comportamento.

Já Howard Becker (1997) se aproxima da associação diferencial ao confirmar em pesquisa que os grupos desviantes detêm razões autojustificadas (“*a self-justifying rationale*”) para o cometimento do crime, sejam essas formatadas em ideologias de grupo ou pela função social dos ganhos e perdas tomados com a realização do comportamento criminoso.

Wright (2002) em comentário dos princípios da teoria proposta do Sutherland diz que os critérios de gênero, raça, idade e de setor censitário não são suficientes para comprovar e explicar o comportamento criminoso, logo que o crime é realizado pela conjugação de vários fatores interacionistas e por padrões de aprendizagem que refletem o lugar social que o crime é estimulado. Lyman e Potter (1999), afirmam que as condições socioeconômicas dos indivíduos

não são capazes de fundamentar as explicações sobre as tendências pessoais para o crime, essas explicações residem nas formas com que as pessoas lidam emocionalmente com a racionalização dos seus atos e da consequência desses.

Seguindo o mesmo padrão de compreensão da criminalidade proposta por Sutherland, Robert Burgess e Ronald Akers em 1966 publicam a pesquisa “*A differential association-reinforcement theory of criminal behavior*” no periódico “*Social Problems*”. O texto propõe um estudo sobre os processos de aprendizados do crime a partir dos princípios da psicologia comportamental, porque notaram duas falhas no estudo de Sutherland: primeiro, o teórico peca pelo excesso de empiria, segundo, a empiria provocou inconsistência operacional entre os conceitos da teoria (AKERS; JENNINGS, 2009).

A “teoria do reforço da associação diferencial” (“*differential association-reinforcement theory of criminal behaviour*”) como os autores chamaram no artigo apresentava sete princípios: a) o comportamento criminoso é aprendido por “condicionamento de operação” (*operant conditioning*); b) o comportamento criminoso é aprendido em situações não sociais e interacionistas que robustecem ou discriminam a condição; c) a principal motivação da aprendizagem ocorre dentro do grupo social; d) as técnicas, atitudes e procedimentos de aprendizagem do comportamento criminoso é dado pelos mecanismos de reforço (*reinforcers*) e por contingências do grupo; e) a categoria e a frequência do comportamento criminoso são mecanismos de reforço das regras do grupo criminoso; f) o comportamento criminoso é uma função da discriminação desse comportamento e a aprendizagem toma lugar quando as regras da conduta criminosa são mais aceitas do que aquelas da conduta não criminosa; g) a conduta criminosa é resultado direto da quantidade, frequência e probabilidade do seu reforço (AKERS, 1997).

Posterior a publicação do artigo, Ronald Akers em “*Law and control in society*” (1975), “*Deviant behavior: a social learning approach*” (1985) e em “*Social learning and social structure*” (1998) ampliou o debate original do texto de 1966, modificando os princípios e revisando os argumentos a partir das críticas recebidas pelos defensores acadêmicos da efetividade teórica dos postulados no campo dos estudos sobre o comportamento desviante. Akers desenvolveu interpretações sobre a conduta criminosa até denominar a “teoria do reforço da associação diferencial” em “teoria da aprendizagem social” (*social learning theory*).

A priori, dos sete princípios difundidos no artigo de 1966, a teoria da aprendizagem social resumiu-os em dois pontos centrais, primeiro, em um contexto social situacional, interacional

ou estrutural o esquema de aprendizagem forma o comportamento desviante, assim como o não desviante. Segundo, a perspectiva de indivíduos adotarem o comportamento criminoso aumenta quando: a) o indivíduo se associa a outro com comportamento criminoso e dessa associação definem práticas favoráveis para a exequibilidade do crime; b) estão mais expostas ou simbolicamente formadas; c) são justificáveis e desejáveis pelos que praticam; d) possuem vinculações pretéritas que definiram uma situação futura com recompensa maior do que o tipo de punibilidade legal aplicável a conduta (AKERS, 1997)

O modelo teórico da aprendizagem social pretende explicar a formação da conduta delitiva e a não delitiva pela investigação das noções de recompensa e punição, de reforço diferencial e estímulo discriminante em que o crime é considerado opção entre a crença nas normas e no cumprimento das leis.

A teoria de Akers sustenta-se em quatro conceitos, o de “associação diferencial” refere-se a ideia de que os indivíduos decidem com quem interagir diferencialmente, onde as concepções e atitudes pessoais do indivíduo é dado pelo comportamento. As “definições” são informações orientadoras da individualidade na escolha do comportamento; o “reforço diferencial” é atribuído às recompensas obtidas pela conduta delitiva e a probabilidade dessas recompensas influenciarem o comportamento criminoso e o não criminoso, que levam os outros indivíduos à “imitação” que é o processo de engajamento criminoso de outros indivíduos no crime (AKERS; JENNINGS, 2009).

Toda conduta social é aprendida, a conduta sempre está em processo construtivo corrente com outras condutas, essa é a base do pensamento teórico da associação diferencial proposta por Edwin Sutherland e da aprendizagem social do crime de Ronald Akers, que observam o comportamento criminoso a expressão física das obrigações e dos valores compartilhados em laços socioafetivos firmados entre indivíduos, logo as motivações para isso são as mesmas utilizadas por pessoas que não cometem o crime e zelam os valores legais, pois a associação diferencial e o aprendizado são produtos da socialização de princípios regentes da vida para o criminoso quanto para o indivíduo respeitador das leis, uma vez que a frequência, duração, prioridade e intensidade determinarão os pontos valorativos do aprendizado porque esses elementos regulam as associações, racionalizações, justificativas e práticas tanto dos criminosos quanto dos não criminosos.

Ao considerar que os indivíduos estabelecem seus comportamentos mediante experiência pessoal em situações de comunicação e conflito, a teoria da associação diferencial e do

aprendizado social do crime não explicam o delito como ação inata, mas socialmente construído pela relação entre os indivíduos que detém as técnicas do crime, a validade da teoria se mantém porque ela esclarece o surgimento do crime, não as formas com que o crime se ampara na Sociedade. Centra esforços de pesquisa no esclarecimento dos problemas do aprendizado do crime e dos efeitos desse aprendizado nas redes de filiação social, já que trabalham com a premissa de controle do crime pela anulação de possíveis vínculos entre novatos com os experientes do crime e no fortalecimento de redes de comunicação que inabilitem os efeitos danosos da fragilidade socioeconômica das populações.

Balizada pela ideia de que o crime é realizado mediante estímulos sociais que favorecem a formação de condições desviantes dos valores morais e legais, os estudos sobre a crime baseados nas análises estruturais da criminalidade como um sistema social de práticas, normas e pensamentos desviantes, ampara-se inicialmente na concepção do desvio como sintoma defendido na teoria sociológica de Durkheim a partir da relação entre dois conceitos fundamentais da teoria da coesão social, o conceito de “integração social” e de “regulação social”.

Em “O Suicídio”, Durkheim apresenta a ideia de desvio dependente dos elementos formativos da integração entre indivíduos, de grupos, de grupos com as Instituições; também, dos esquemas regulatórios do agir social. Argumenta o autor que a conduta desviante é um sintoma do organismo social devendo ser explicado por seus condicionantes sociais, livre de pressupostos biológicos e da investigação das particularidades do comportamento social.

A “integração social” é conceituada como a tensão das ligações sociais que unem os indivíduos a outros, a grupos sociais e a Instituições, por isso em observação macro, esses laços tensionados dão condições existenciais para a coletividade e para a consciência coletiva criar, regular e manter as normas e valores sociais difundidos entre indivíduos e grupos sociais, promovendo assim a “regulação social”.

Interdependentes, integração e regulação social cumprem dupla função no esclarecimento do desvio, a primeiro quando o crime é realizado provoca a “desregulação” com a formação das causas do delito e na afirmação social do desvio espelhada nas consequências do desalinhamento entre indivíduos e as regras do sistema normativo. Isso ocorre porque as condições sociais e institucionais estimulam o afrouxamento nas tensões reguladoras das relações entre os indivíduos e de Instituições com os indivíduos. Segundo, ao criar uma aparente liberdade nas relações a “desregulação” estimula a ingerência dos comportamentos sociais ao

deixa-los por conta das emoções e das expectativas individuais, os indivíduos orientam suas ações em valores não acordados com outros membros da mesma sociedade, impondo uma rotina desvinculada da consciência coletiva pela execução de ações indigitadas e ao sabor das aspirações particulares.

Por outro lado, há influência da “desregulação social” no enfraquecimento das formas de controle social, enquanto a regulação promove a integração entre indivíduos, a “desregulação” enfraquece os laços de integração e de conformação dos indivíduos às normas e aos valores comungados como bens coletivos da Sociedade. Esse movimento interessa aos estudos sobre o crime porque a atenuação do controle social demonstrada em situações diminutivas da atração entre indivíduos espelha condições menos solidárias e com menor tensão coletiva, sendo favoráveis ao cometimento da transgressão das normas e valores, já que o isolamento e o individualismo favorecem a ação delituosa.

O *ethos* resultante da relação entre desregramento normativo e do enfraquecimento das formas de controle social desencadeia práticas desviantes fragilizáveis da ordem social, assim como defendeu Durkheim sobre as doenças e os estudiosos da relação crime e sociedade ao utilizarem os princípios estruturais como base epistêmica e metodológica de análise social, quando defendem a ideia de que não existe Sociedade sem o compartilhamento de valores e normas, o crime ao ser cometido desagrega o sistema normativo comum dos grupos sociais, o que leva a especialização de práticas desviantes da norma e por outro lado o aumento ou a diminuição do controle dessas praticas (SUMMER, 1994).

Portanto, os estudos que relacionam o cometimento do crime à causas e questões macroestruturais da sociedade intencionam estabelecer padrões da criminalidade, se reúnem em volta de dois paradigmas estruturais o da teoria da “desorganização social” e da “anomia”, pelos estudiosos dessa corrente acreditarem: 1) o crime realizado exerce função social além da perda e dos danos localizados, ele desperta sentimentos grupais e imperativos morais que mantém a coesão social por obrigar os indivíduos a reagirem e se resguardarem; 2) a reação e o resgarde reforçam formas de controle dos sentimentos coletivos; 3) sem um *ethos* coletivo não existe Sociedade; 4) os desejos e aspirações são de natureza humana, não são inatas pertencem ao sistema cultural da Sociedade; 5) a expansão econômica estimula constantemente o sistema cultural da Sociedade, essa expansão encontra limitações que faz nascer a anomia como inconsistência estrutural.

A relação crime e Sociedade à luz dos pressupostos estruturais amplia o argumento de que sem uma unidade não há Sociedade, pois a coesão como elemento fundador do sistema normativo moral e legal necessita ser amparado no compartilhamento mútuo de valores e orientações entre os indivíduos. Seja na defesa dessa unidade ou contra ela o crime é explicado a partir do princípio da regulação/desregulação dessa unidade que identifica a Sociedade como construção coletiva.

Os estudiosos da Escola de Chicago, que defendem a ideia de que o crime é um sintoma de desregulação entre indivíduos e os princípios sociais, assim como aqueles que estudam a teoria anômica, cuja explicação da conduta desviante é dada pelo condicionamento social de meios ilegítimos para realização de desejos; os fins justificam os meios. Resguardam o pressuposto de que se a ordem social é diminuída e/ou desestabilizada, o consenso entre os membros da sociedade também é diminuído e/ou desestabilizado, primeiro porque sem a identificação do indivíduo com o sistema de valores haverá a suplementação da ordem social por práticas desviantes; segundo, a normalidade das práticas desviantes vem pela ordem cultural e são reforçados por ela, assim os fins e os meios serão sempre justificados pela força de atração que essa ordem exerce sobre o indivíduo.

No domínio científico da Escola de Chicago a disjunção entre os indivíduos e os valores morais e legais é entendido como uma “desorganização social”, primeiro porque descreve o conjunto de tirocínios sociais e os modos de vida instalados e difundidos em determinados territórios da cidade percebidos como “zonas de transição”, segundo, a partir de uma análise macroestrutural, essa disjunção explica o compasso e a envergadura de produção das diferenças na organização social urbana. Ao descrever e explicar, os teóricos da Escola de Chicago dizem que a “desorganização social” é resultado direto das rupturas e tensões locais provocadas pelo processo econômico da industrialização e pela urbanização de áreas prioritárias para o Capital, fato que cria as “zonas de transição” por isolamento e extrusões na ordem local (WIRTH, 1940).

Outro modo de pesquisa estrutural da criminalidade entende os desejos individuais são constituintes do sistema cultural e não da condição inata do homem, debitoria da teoria anômica formulada por Robert Merton ao dizer que a anomia resulta da inviabilidade de satisfação social dos desejos provocada propositalmente por uma organização social dos estímulos que visa manter o desenvolvimento da ordem econômica. A constante expansão econômica promovida pelas empresas e estimulada pelo Estado força os indivíduos açodarem seus desejos sem nenhum controle e limite estabelecendo pressões e exigências culturais nas relações interpessoais. Por um lado as pessoas são estimuladas a buscarem a satisfação própria com o

usufruto dos bens capitais, por outro não há garantia institucional e social da satisfação de seus desejos, resultando dessa incongruência estrutural a anomia (MERTON, 1970).

A teoria da anomia serve aos estudos estruturais do crime por considerar a dissociação entre o sistema cultural que mantém a regularidade dos desejos individuais e os poucos meios normativos institucionais que não favorecem a realização dos desejos. Segundo, pela teoria afirmar que os desejos não regulados por formas de controle levam ao desregramento social, desestabilizando a estrutura da Sociedade que estimula outras oportunidades de satisfação social. A conduta criminosa como desregulação das normas sociais encontra na ordem cultural um ponto de flexão social já que o desvio vai se favorecer do limite das oportunidades de satisfação social mantido pelas instituições econômicas para estabelecer a normalidade de praticas delitivas como suplementação da ordem social organizada pelos indivíduos para a satisfação de seus desejos particulares.

A medida explicativa do crime é a Sociedade que o condiciona como ponto de inflexão dos códigos morais e legais acordados e mantidos entre os membros sociais como referencias valorativas das atividades existenciais particulares e grupais. Objeto de estudo das Ciências Humanas e Sociais, da relação violência e Sociedade, os elementos que compõe essa medida quando descritos e explicados promovem a reflexão epistêmica e metodológica sobre o fenômeno criminal resultante das condições macroestruturais da Sociedade. A “teoria da desorganização social” é uma dessas teorias de descrição e explicação do crime como fenômeno social que apresenta pontos de vista empíricos sobre a ocorrência do crime, da Sociedade que o controla ou promove e do padrão estrutural da criminalidade.

Na época de ouro dos estudos da “teoria da desorganização social”, entre as décadas de 40 e 60 do século XX havia uma preocupação das Instituições do Estado e da Universidade quanto a entrada de novos atores sociais na criminalidade, principalmente sobre as formas de recrutamento utilizados pelos grupos criminosos para a cooptação de menores de idade e adolescentes pertencentes a classes sociais mais vulneráveis e residentes de bairros com estrutura física arruinada, com altos índices de criminalidade (BECKER, 1963), assim a “teoria da desorganização social” nasce do estudo sobre a delinquência urbana, tendo inicio com a publicação do estudo de R. Clifford Shaw e Henry D. McKay, “*Juvenile delinquency and urban areas*” (1942) ao discutir a função e a influência social do território urbano sobre a formação do delinquente.

Shaw e Mckay (1942) estudam a influencia da expansão dos espaços urbanos sobre a delinquência, a proposta teórico-metodológica parte do principio de que o ambiente urbano é muito próximo ao ecológico, existindo uma forte disputa por melhores lugares físicos entre os indivíduos e os piores lugares são desocupados ou ocupados por populações vulneradas socialmente pela inacessibilidade às condições materiais de vida. A Ecologia Humana como ficou conhecida a linha metodológica desse estudo entende a ocupação do território urbano obedece critério de proximidade aos centros administrativo e econômico da cidade, os residentes prioritários ocupavam as primeiras áreas próximo a centro financeiro e das Instituições estatais. Essa população era pressionada constantemente pelas mudanças sociais e econômicas estimuladas por novas transformações no tecido social, como encarregada de manter a equidade relacional no território os residentes prioritários seriam forçados a criar novos espaços centrais a partir do seu deslocamento territorial e na construção de novos centros de decisão, consolidando o meio urbano por camadas de prioridade em que as áreas com maior valor situavam próximos a estrutura financeira e aos de tomada de decisão administrativa. (PIERSON, 1968).

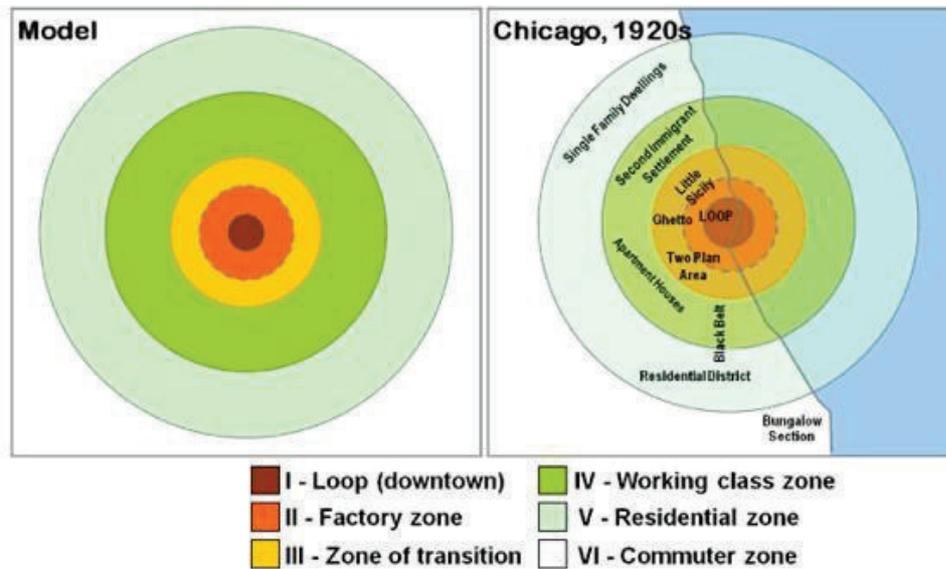
A delinquência neste movimento territorial se situava em zonas de transição localizadas em antigos espaços econômicos abandonados devido a acelerada vida social e econômica das cidades; a constante procura por melhores espaços impulsiona a ocupação dos antigos ambientes centrais por populações vulneradas, imigrantes e por grupos delinquentes que estabelecem na rotina desses espaços valores e normas próprias de filiação grupal. As normas da sociedade urbana são reorientadas e difundidas como bens grupais são frágeis, por vezes estranhas à delinquencia por envolverem um debate profundo sobre a existência social, por isso os indivíduos desse grupo se valem da lei do mais forte e a da ocupação prioritária como lógica expansiva de seus códigos de filiação em áreas do território citadino da sociedade moderna urbana (SHAW & MCKAY, 1942).

Para ser valorada como uma teoria sobre a delinquência o estudo de Shaw e Mckay se beneficia dos estudos dos professores Robert Park e Ernest Burgess da Universidade de Chicago por envolver resultados de pesquisa sobre as influencias das transformações sociais e existenciais na composição de tipos humanos urbanos. Os estudiosos da delinquência sob a perspectiva da “teoria da desorganização social” pensam a cidade como uma rede estabelecida na lógica de menor oferta e maior procura, onde a ocupação do seu território influencia outros movimentos sociais como a fragilização social das áreas urbanas menos desenvolvidas e a formação de bolhas especulativas de imóveis a partir da equiparação dos valores existenciais

aos valores econômicos e da produção mercadológica, esta condição promovida no território urbano influenciaria diretamente na racionalização do comportamento do delinquente. (SHOEMAKER, 1996).

Em “*The city*” (1925) obra coletiva escrita com Ernest Burgess e Roderick Mackenzie. Robert Park advoga a ideia de que as cidades possuiriam “áreas naturais”, seriam áreas definidas pela localização das residências das classes econômicas e políticas no ambiente urbano, seria o marco da cidade. A expansão citadina se daria em volta dessas áreas, porque os processos de fortalecimento das cidades se davam pela econômica e pela vida social, sendo um fenômeno sintomático independente da Sociedade onde ocorre. O modelo expansivo seria apenas um, pois a tendência das Sociedades modernas urbanas era circunscrever em seu território os grupos prioritários impulsionadores da expansão da malha citadina. A ideia de “áreas naturais” de Robert Park interessa muito a Shaw e Mckay, porque explica os movimentos de alargamento da malha urbana da cidade a partir da lógica de que as cidades evoluem em volta dos grupos econômicos e sociais prioritários. “*Juvenile delinquency and urban areas*” (1942) apresenta a cidade como um grande sistema de fundações e disjunções impulsionadas pelo capitalismo, onde ao eleger grupos também exclui outros, o processo de exclusão é o que interessa para o estudo da influência do território sobre a delinquência já que são as causas estruturais da exclusão que conformam a delinquência no território (AKERS, 1997).

Ainda sobre a obra coletiva “*The city*” (1925), Ernest Burgess apresenta a “teoria das zonas concêntricas”, que influenciou diretamente a proposta metodológica do estudo de Shaw e Mckay sobre a delinquência e dos estudos futuros sobre o crime à luz da “teoria da desorganização social” porque a teoria de Burgess parte da premissa de que a ocupação das cidades é dada pela formação de zonas territoriais que abrigam específicos modos de vida.



**GRÁFICO 1: ZONAS CONCENTRICAS**  
**FONTE: BURGESS, PARK, MACKENZIE, 1925**

Estudando o processo de urbanização e industrialização da cidade de Chicago na década de 20 do Século XX a partir de um formato radial de crescimento, Ernest Burgess propõe a ideia de que o território citadino é ocupado em cinco zonas definidas pelas condições econômicas dos grupos sociais e uma camada indeterminada que seria formada pelas regiões além do meio urbano.

A primeira e a segunda zona são eminentemente administrativa, financeira e industrial, possuem baixo índice de residências por conta do fortalecimento das atividades comerciais e da presença dos núcleos administrativos do Estado e das empresas, são espaços onde os grupos sociais se relacionam mediante posição empregatícia no ecossistema do trabalho. A terceira e a quarta zonas são compostas por antigas áreas residenciais que ao longo da expansão industrial essas áreas foram incorporadas ao meio urbano pela industrialização e pela instalação de programas de habitação para moradores pertencentes aos quadros laborais das industriais e das empresas instaladas na zona I e II, consideradas como “zona de transição” (zona III) e “bairro operário” (zona IV) eram tidas como áreas de alta periculosidade devido o grande volume de crimes ocorridos entre seus moradores e frequentadores, pela presença de áreas abandonadas/degradadas e de um sistema de recrutamento juvenil para o exercício de atividades criminosas orquestradas por grupos delituosos. A quinta zona era composta de áreas novas não-industrializadas e com alta nível de urbanização por abrigar as moradias das classes políticas e econômicas mandatárias da cidade. A camada indeterminada localizada nas extremidades urbanas é uma zona não pertencente ao meio urbano e nem à natureza, considerada um cinturão

verde da cidade onde abrigava espaços florestais controlados que circunscreviam os limites territoriais da cidade.

Shaw e Mckay (1942) tendo por base o esquema radial de Burges, avaliam a posição geográfica das residências dos menores de idade que já tinham praticado atos delituosos entre 1900-1906; 1917-1923; e de 1927-1933, avaliam que as áreas centrais da cidade detinham os maiores índices de delinquência por conta do centro contiver maior concentração de atividades econômicas e industriais. Demonstram um padrão distributivo das residências dos delinquentes próximos ao centro da cidade nos períodos estudados, apontando a tendência das atividades criminosas acompanharem a mobilidade territorial das atividades econômicas, isto é, quanto mais os núcleos administrativos e econômicos se afastam da *downtown* as residências dos delinquentes e as praticas delituosas também se afastam acompanhando o movimento territorial dessas atividades, daí a criminalidade diminui no centro da cidade ao passo que nos novos locais das atividades comerciais distante do centro aumentam.

Essa explicação é possível porque os autores consideraram a divisão das cidades norte-americanas no formato radial proposto por Burgess, assim investigaram a relação entre local de residência do delinquente apreendido pelo Estado e os espaços de ocorrência dos crimes. Consideraram a observação sobre a zona III e zona IV feita na “teoria das zonas concêntricas”, concluindo que a “zona de transição” e o “bairro operário” são *passagens* de grande fluxo de moradores que estão em transito procurando melhorar suas condições sociais e financeiras, por conta disso essas áreas são incapazes de manterem a coesão entre os grupos sociais que compõe a vizinhança, instabilizando a região por um cenário de pobreza e abandono, já que a população dali era transitória e vulnerada economicamente. De tal modo, essas zonas seriam conhecidas pelos graves problemas sociais e econômicos enfrentados por suas populações, por conflitos gerados pelos diversos códigos morais em confluência na socialização dos indivíduos, e pela influente racionalização social dos moradores se envolverem com a criminalidade. A mobilidade e a influencia desses fatores sociais na vida dos moradores dessas zonas enfraqueceria as formas de controle sociais da criminalidade e promoveria um sistema de condutas delinquentes que tenderia aumentar com o crescimento populacional e com o fortalecimento estrutural de grupos criminosos que acompanhassem o deslocamento das atividades comerciais no tecido urbano, uma vez que se a ocupação do solo por residências depende de questões econômicas então áreas urbanas de baixo custo próximas a espaços de grande atividade comercial terão crescente mobilidade e com isso aumento na criminalidade (SHAW e MCKAY, 1942).

Um ambiente residencial desarranjado, com uma vizinhança formada por populações de diferentes culturas e costumes com seus códigos morais próprios combinado com o baixo desenvolvimento socioeconômico das famílias, promoveria uma desestabilização entre o reconhecimento dos direitos civis e os valores sociais e existenciais partilhados em comunidade. Para a “teoria da desorganização social” esse contexto compacta um ambiente socialmente desorganizado que depende do tempo de socialização na vizinhança, da relação de respeito e dignidade entre os moradores, da baixa melhoria estrutural da região e da fraca pertença comunitária que desfortalece as relações entre os indivíduos. Portanto, os espaços citadinos com maior concentração de jovens delinquentes situavam-se nessas áreas com maior instabilidade socioeconômica, de desorganização residencial e social, cuja população era formada por uma massa heterogênea de culturas.

Para a realização dos estudos sobre a criminalidade pela “teoria da desorganização social” os elementos estruturais da cidade são influentes apontadores de explicação da criminalidade, Shaw e Mckay consideram-nos evidências comprobatórias da mecânica social do crime porque vizinhanças desorganizadas por estruturas arruinadas, pelo baixo índice de integração social entre os moradores, e pelo arregimento de códigos de condutas contrários aos valores sociais comuns transfere para a racionalização das atividades delitivas a solução de problemas individuais que impactam no arranjo social e estrutural do ambiente em que vivem, porem os autores não entram definitivamente na discussão dessa seara, sugerem por meio de soluções de controle estrutural.

Considerando a distribuição da criminalidade dependente da localização e mobilidade das atividades econômicas da cidade, admitindo que as condições residenciais do crime e da economia estão relacionados à delinquência, Shaw e Mckay (1942) deixam de debater o efeito dessas condições no controle da população juvenil, principalmente a consequência da desorganização na manutenção de culturas juvenis específicas que se alinham a certos padrões de ação delinquente (AKERS, 1997).

É nessa preocupação que os seguidores da “teoria da desorganização social” tomam como referencia as variáveis ambientais de ocupação do espaço urbano e suas influencias no fenômeno da criminalidade nascendo dessa razão três vertentes explicativas do crime que tinham como inspiração os princípios metodológicos e epistêmicos do estudo de Shaw e Mckay, são elas: 1) *broken windows theory* (WILSON & KELLING, 1982); 2) conceito de “eficácia coletiva” (SAMPSON, 1990); 3) “teoria da abordagem sistêmica” (BURSIK & GRASMICK, 1993)

Na “*broken windows theory*” a desorganização é aprimorada e dividida em dois aspectos, uma social e outra física, a conjugação das duas é a que dá sentido de desorganização ao espaço social e motivaria o menor ou maior controle da criminalidade a partir da verificação física e social do lugar. James Q. Wilson e George L. Kelling no artigo “*Broken windows: the Police and neighborhood safety*” publicado no periódico *The Atlantic Monthly* em 1982 e no estudo aprofundado por George L. Kelling com Catherine Coles “*Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities*”(1996), defendem a ideia de que um espaço urbano desorganizado em sua estrutura física e com normas sociais muito flexíveis seria um espaço atraente para abrigar uma população de criminosos, por que a própria condição urbana do lugar abriria espaço para a instalação desses grupos já que seria um lugar com menor controle social (COLES & KELLING, 1996).

No texto de 1982, Wilson e Kelling defendem a tese de que a ocorrência de um fato que provoque a desestabilidade da ordem de um lugar, independente de sua intensidade, como por exemplo uma janela quebrada em um prédio abandonado, tem a capacidade de estimular novos fatos desestabilizadores dependentes ou não do primeiro fato, porque a ideia estimulante presente nos novos fatos é a de que pequenos atos de desordem indicariam descompromisso dos indivíduos pelo bem danificado, desse modo o desvio provocado pela transgressão não teria relevância para aquela população daí de sua reduplicação até atingir a banalização da transgressão como ação social suplementar do indivíduo na Sociedade.

Hunter (1985) comentando a “*broken windows theory*” afirma que as variantes explicativas utilizadas pelos autores da teoria são as mesmas utilizadas por Shaw e Mckay no estudo de 1942 na identificação das residências dos delinquentes nos períodos estudados: desentendimentos com agressão física e moral na vizinhança; presença de pessoas consumindo álcool e drogas em abundancia; formas de incivildades como medida relacional entre moradores; presença de espaços abandonados e/ou em ruínas; desarranjos familiares, para citar os principais. Já que essas variantes agregadas em um ambiente social urbano comporiam a ideia de desordem social, facilitariam a entrada e permanência de grupos criminosos porque os valores morais e os controles legais estariam arruinados e aberto para reestruturações sociais.

No estudo complementar de 1996 realizado por Kelling e Coles, a desordem física é entendida como o conjunto de degradações ambientais presentes em um determinado território arruinado, como terrenos abandonados, vias publicas mal conservadas, prédios arruinados ou mal preservados, presença de pontos de acúmulos de lixos nas ruas, essas características denotariam desorganização social e poderiam abrigar pessoas com intuito de realizar delitos,

isso porque a vizinhança não estaria interessada em reverter as condições de desordem física fundamentada na impressão de abandono e de baixo controle social.

Mas quais os fatores presentes no espaço social desorganizado pode reforçar a criminalidade? A “*broken windows theory*” como foi idealizada a partir da análise do espaço urbano arruinado e na idealização de políticas públicas que contornassem a condição de decrepitude do meio urbano das décadas de 70 e 80 do Século XX; diferente da Sociedade de Shaw e Mckay que se debruçavam sobre fatos de uma sociedade urbana em ascensão, Wilson e Kelling procuravam compreender como as mazelas produzidas pela sociedade urbana interferiam diretamente no aumento da criminalidade, uma vez que era o sintoma social mais emergencial. Desse modo, a teoria aponta três fatores presentes na desordem física capazes de influenciar a criminalidade: a) condições de conformidade e normalidade; b) rotina social; c) estimulantes sociais para o crime presente no lugar.

Um território urbano com baixo índice populacional onde os valores e normas sociais não bem esclarecidos é capaz de albergar pontos dentro do ambiente em que as normas sociais não amparam e protegem o comportamento do indivíduo, definindo sinais de perigo pelo estabelecimento de hipóteses de violações. Já um lugar socialmente compartilhado, com alta rotatividade de pessoas que se reconhecem membros de uma comunidade, que compreendem claramente as normas e as leis do bem público, é um ambiente ordenado ao dar garantias civis aos indivíduos moradores ou transeuntes, havendo pouca possibilidade de sucesso para a instalação da criminalidade e fluência do comportamento delitivo. Por isso, as condições de normalidade e conformidade estimulam tanto a criminalidade como as formas sociais de combate dela, por que essas condições são forjadas nos modos perceptivos que as populações dão ao seu lugar.

A paisagem urbana se comunica com os indivíduos presentes, estabelece linhas relacionais em que a mensagem dada é de pertença ou de afastamento, quando a paisagem é criada e mantida para o pertencimento, a rotina social nela se forma com mais intensidade, tornando seus frequentadores símbolos de defesa e preservação do lugar e das leis sociais que regem a rotina. Logo um ambiente onde o controle social se dá pela informalidade de indivíduos com baixo nível de pertencimento ao lugar, pouco ou nada se importarão com as mudanças ocasionadas pelas relações e pelas transformações ambientais, porque a coesão entre os indivíduos está fragilizada, partida, como a janela quebrada de um prédio, se o prédio for bem cuidado o vidro da janela é logo trocado por um novo denotando cuidado e senso de pertença,

mas se o prédio for abandonado, a janela quebrada estimulará outras quebras de janelas porque a rotina social é baixa e a pertença idem.

A degradação progressiva da sociedade presente no lugar altera a forma com que os indivíduos se relacionam e se comportam, atraindo situações antes nunca imaginadas que vão se somando e reconfigurando os locais públicos; bêbados, dependentes químicos, desabrigados, mendicantes, prostitutas logo se distribuem pelos espaços ociosos do lugar, atraindo lentamente outras categorias sociais pretensas ao controle social informal como os donos de bordeis, traficantes de drogas, invasores e delinquentes. Resultado deste movimento progressivo os assuntos comunitários serão substituídos por regulações desconectadas dos interesses comunitários e ocorre o alongamento dos problemas sociais já existentes e provocados com o albergue territorial descomprometido dessas categorias informais.

As proposições da “*broken windows theory*” se tornaram influentes dentro da Academia com a estruturação institucional de estudos populacionais à larga escala sobre o crime assim como na formulação de Políticas Públicas para o enfrentamento da criminalidade e do controle de problemas sociais derivados e associados a desorganização provocada pelo crime. Primeiro argumento sobre essa influencia se dá pela própria atuação dos autores na construção de políticas de policiamento e de combate à criminalidade nos Estados Unidos nas décadas seguintes (COLES & KELLING, 1996); segundo, porque o campo das Políticas Públicas se tornaram objetos de atuação governamental nas décadas de 80 e 90 do Século XX e se fortaleceram na década inicial do Século XXI ao se porem como medidas publicas de atuação governamental frente à problemas sociais que necessitavam de uma presença institucional mais especializada de cuidados, é entendido por essas diretrizes que a criminalidade começa ser tratada como um problema social macroestrutural formado por varios elementos estimulantes da degradação física e social das comunidades.

Fora as implementações de experiências governativas no combate à criminalidade pela formulação de Políticas Públicas de enfrentamento do crime, há teóricos da criminalidade que não concordam com a premissa básica da “*broken windows theory*” que é da influencia do ambiente social na criminalidade, um dos primeiros estudos a propor uma reformulação metodológica para assim nomear uma episteme da “*broken windows*” é o de Robert J. Sampson, Felton E. Hirschi e Stephen W. Raudenbush, “*Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy*” (1997) publicado no periódico *Science*.

Sampson, ERLS e Raudenbush (1997) afirmam com base em resultados empíricos sobre a estrutura da criminalidade que não é viável para os estudos do fenômeno criminal ter como fundamento primo direto a relação entre crime e desordem física porque essa condição é parte de um fenômeno amplo da criminalidade e da desorganização física/social que estão subordinadas aos constituintes da ordem social. O que há em primeiro lugar é dado pela eficiência da ação coletiva da população, comunidades com populações desorganizadas são mais comissivas para com a estrutura da criminalidade, ao passo que o sistema de controle social é fraco possibilitando menor capacidade da população se organizar de modo contrário à criminalidade.

Para Sampson (2000) a ideia guisa é a “eficiência coletiva” que diz respeito à relação entre controle e capital social que se efetivam pela ação coletiva no meio urbano, porque esse movimento é imprescindível para as populações determinarem ações efetivas de controle criminal e encaminharem a pequeno, médio ou longo prazo soluções para problemas de ordem social comuns. Porque é através do fortalecimento dos vínculos de pertencimento comunitários e pelas relações coesas entre moradores que ocorrerá a interferência direta no combate ao crime e no acompanhamento das melhorias sociais do lugar.

A condição social formada entre a criminalidade e o controle social formada pela apreensão das particularidades espaciais do território pela população que habita ou está temporariamente reorganiza as formas objetivas do cotidiano, dos valores sociais compartilhados e da estrutura física. A desorganização espacial combinada com a criminalidade modificam a percepção e a utilidade dos espaços sociais da comunidade, formam denotações “menos perigosas” ou “perigosas” para certos pontos ambientais do território, e a solução é a criação de “espaço defensivo” (NEWMAN, 1972) para reforçar a ideia de Sampson et. all. (1997) ao dizer respeito que a forma de percepção e comportamentos dado no ambiente público inibem as ocorrências criminais e criam condições de espacialidade comunitária

Os estudos sobre “espaço defensivo” (*defensible space*) são da década de 1970, anteriores à “*broken windows theory*”, mas muito servem para reforçar os argumentos de Sampson e Raudenbush (1997) sobre a “eficiência coletiva”, por que o conceito afirma que o ordenamento estrutural dos territórios comunitários possibilitam sucesso às formas naturais de prevenção e vigilância entre os moradores do lugar, estimula a conformação de atividades integradoras entre os indivíduos no espaço público já que o bem comum é reconhecido e mantido por códigos formais de integração social.

Em “*defensible space*” (1972), Oscar Newman concebe quatro premissas para consolidação de um espaço defensivo: 1) divisão transparente e democrática do território entre público e privado; 2) geração de linhas visadas pela posição de janelas que deem visão panorâmica do espaço público; 3) o formato dos edifícios deve privilegiar e criar espaços de apropriação social; 4) criar espaços sociais que complementem a rotina dos moradores e frequentadores do lugar.

A comunidade deve possuir o controle pelos seus próprios espaços de circulação na definição das territorialidades, um ambiente pertence a um indivíduo quando ele ampara mecanismos sutis de comunidade, quando aos olhos pertence a validade dos valores sociais praticados no meio social estabelecido no espaço pela vigilância e manutenção da moral e do legal. Há de se evitar a elevação da altura dos edifícios porque pode denotar desterritorialização do espaço. Torres altas geram desapropriação do lugar, concebe formas autônomas de anonimato entre os indivíduos, forma um espaço de oportunidade delitiva por conta das rotas de fuga que propiciam ao criminoso pelos vácuos e sombras das torres.

Jane Jacobs é outra estudiosa que contribui para a consolidação acadêmica do conceito de “eficácia coletiva” nos estudos da relação crime e estrutura social, tendo seus escritos anteriores aos Newman, Jacobs em “*The death and life of great american cities*” (1961) resalta que elementos presentes na integração social, na territorialidade e nas culturas, condicionam influências dos aspectos físicos e societários que configuram diretamente a estrutura física das cidades e das oportunidades para o crime, logo a relação com um lugar degradado é mais propenso a desestabilidade das relações sociais, os acordos grupais para a modificação dos aparelhos físicos das comunidades são menos atrativos para a modificação das condições urbanas arruinadas presentes no espaço degradado.

Observa-se que os estudos da “*broken windows theory*” e da “eficácia coletiva” apropriam-se de lições da “teoria da desorganização social” para refletir a associação entre ambientes urbanos e a dinâmica social do crime, preocupam-se com a formação do crime no interior dos bairros e na delimitação de ações combativas às práticas criminais que as vizinhanças possam implementar em seus contextos. Uma vez que a criminalidade sendo um ecossistema social que se acomoda na desordem social para manter seus mecanismos de cooptação e de práticas delitivas, é dever dos moradores implementarem ações de controle da criminalidade e de outros problemas sociais que se associam a ela.

Presente nas preocupações epistêmico-metodológicas da “teoria da desorganização social”, da “*broken windows theory*” e no conceito de “eficácia coletiva”, o pressuposto teórico da “integração social” permeia amplamente o debate sobre a relação crime e sociedade. Desde a década de 40 até os anos finais do século XX existia uma preocupação acadêmica das áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais para com a “integração social”, os estudiosos dessas áreas enxergavam um refluxo sociológico da coesão e da integração social influenciada pela arquitetura das “influências globalizantes” (SANTOS, 2003) que imprimiam nos espaços sociais a “morte do homem público” como bem explicou Richard Senett na década de 70.

Fenômeno multifacetado, alternante da natureza do cotidiano e das formas de interação social, tendente a expandir a condensação das macroestruturas, das Instituições, as “influências globalizantes” afetaram consideravelmente a peculiaridade da existência humana em sociedade: a integração social. Antony Giddens (2002) acredita que entre a década de 70 e 90 o ponto de inflexão causado pela *globalização* alterou a interconexão entre os indivíduos e as formas públicas de pertencimento, porque as influências globalizantes agindo pela noção de encaixe/desencaixe criou a destradicionalização das formas de vida social, uma vez que promoveu a troca dos sistemas manuais por sistemas peritos e especializados. A noção de encaixe/desencaixe vindouro da mecanicidade produtiva e mercadológica aprofundou-se para além do engenho perito, desabilitou a integração como norma social de entrelaçamento das relações em sociedade, no lugar pôs o “zoneamento tempo-espacial preciso da vida social” (GIDDENS, 1991, p. 25).

Enquanto a vida para Giddens se tornou um sistema social de zoneamento de tempos e espaços, Zigmunt Bauman (2007) acredita que nesse período ocorreu a formatação de uma “modernidade líquida” atemporal e ambiental que se apropriou das condições inter-relacionais dos indivíduos para conceber a quebra de limites éticos imposto pelo conjunto de normas morais e legais, com a pretensão de criar uma mobilidade ideológica regressiva entre os indivíduos que culminou em uma Sociedade desagregada, quartelada em si mesma por se desconectar e reconectar não mais pelas formas de pertença, mas sim por suplementos ideológicos sobre temas existenciais. Verificação muito próxima ao que Jock Young (2002) conceituou de “Sociedade Excludente”, que por sua vez guarda semelhanças com o conceito de “Sociedade de Risco” de Ulrich Beck (2010).

A instauração na Sociedade de “domínios de ninguém” (ARENDDT, 2009) caracterizados pelo baixo nível de integração social e pelo aumento escalonar de pequenos modos de sobrevivência e interação: os condôminos residenciais e os locais de trabalho; campeados na

ordem e nos comandos normativos vazios de pertencimento, com baixa capacidade de promover a integração social, fragmentou a Sociedade baseada no diálogo e na negociação de falas, desabilitou a integração social de sua função de promover a unidade comunitária.

A conjuntura atual da sociedade debitaria desse sistema de desagregação societária e redução das formas tradicionais dos saberes e conhecimentos comunitários, colocou por terra a ideia da tradição como certeza, trouxe a noção de riscos e perigos, pressupôs uma atmosfera social de incerteza e de possíveis agravos. O gerenciamento desta atmosfera levou os indivíduos à fragmentação da vida pela redução dos conhecimentos tradicionais e expansão dos saberes especializados, burocratizando o viver, construindo a angústia como percepção comum entre os indivíduos; portanto, condições pilares da criminalidade.

Considerando a análise da criminalidade feita por uma abordagem dos sistemas integradores das experiências sociais, a terceira corrente de pensamento epistêmico-metodológico derivada da “teoria da desorganização social” entende que o campo principal de análise da criminalidade são as articulações sociais promovidas pelas experiências individuais e grupais na Sociedade. A “teoria da abordagem sistêmica” da criminalidade procura analisar as condições de controle social na vizinhança, avalia a relação das práticas criminais com os atores sociais a partir dos modos de integração social, identificando as vias de controle social da criminalidade utilizados por comunitários e gestores institucionais para conter a criminalidade e os problemas sociais que se amoldam a ela (AKERS, 1997).

Convalidando as formas de integração social consolidadas por populações organizadas em movimentos sociais e comunitários, a “teoria da abordagem sistêmica” trabalha com a formatação de modelos híbridos de participação, e do utilitarismo dessa participação e do poder público organizado em volta de políticas sociais comprometidas para solucionar problemas sociais diversos. Entende a teoria que a existência social é dependente de conjunturas e relações de poder organizados para determinados fins de manutenção e/ou transformação da natureza urbana, por que a Sociedade baseada na diferença distribuída no interior do contexto normativo, eficientes ou não, estabilizam um fluxo das informações estimulante de uma rede gestora da democracia, da ordem pública e da participação coletiva (CARR, 2003)

Por isso, os modelos de integração social de uma comunidade para análise estrutural da criminalidade são fundamentais por conta de sua função transitória e evolutiva entre as populações. Logo, o espaço urbano é visto como um lugar ocupado por organizações defensoras de seus códigos, ideologias e políticas capazes de albergar ou não o crime como medida social.

Avaliar a Sociedade e as interações ocorridas no seu interior determinam conjuntos processuais articulados entre si capazes de se auto-explicarem a partir das características tomadas como modelo de integração social. É o que defende os precursores da “teoria da abordagem sistêmica”, Robert J. Bursik e Harold G. Grasmick em “*Neighborhoods and crime: the dimensions of effective community control*” (1993), ao proporem um *approach* sobre os modos de assimilação do espaço público no controle da criminalidade.

Os autores objetivam com o trabalho criar um panorama analítico das teorias ecológicas no estabelecimento de formas de controle social como ponto principal da discussão, nesse modelo de análise é feita uma revisão epistêmica e metodológica de como a vizinhança é tratada nos escritos teóricos influenciados pela “teoria da desorganização social”, ressaltando a função do controle social como elemento fundamental para o controle da criminalidade. Defendem a premissa de que um espaço físico estruturado eficaz no controle das práticas criminais e da delinquência depende dos níveis das relações entre os indivíduos na comunidade, porque o fortalecimento do controle é dado por condições de estabilidade mediadas pelo controle social, desde o monitoramento das atividades cotidianas dos menores de idade, passando pela conservação das vias públicas, do controle de atividades consideradas “ilícitas”, indo até a sensação de segurança e do contato relacional com as polícias, a abordagem sistêmica recalca-se no controle social como media estrutural de domínio da criminalidade (BURSIK e GRASMICK, 1993).

Conforme Lebrun (2008), a Sociedade contemporânea das duas décadas finais do Século XX e da primeira do Século XXI é resultado do fluxo acelerado de desenvolvimento instrumental da Ciência e da tecnologia, marcada pelo abandono das premissas coletivas do Estado e da Religião em pró a valorização de ideogramas técnico-científicos estabelecidos na popularização da “relação saber acéfalo-sujeito”, em que os parâmetros de sociabilidade são conduzidos pelo contentamento imediato da individualidade e da massificação da imagem de bem-estar privado e da desqualificação do saber determinado pela relação “mestre-sujeito”.

Lyotard (2000) debita os créditos dessa condição a uma dinâmica consensual entre os membros da Sociedade e o *establishment* para valorização da individualidade por meio do desmonte das bases de integração social comum formadora dos laços de pertencimento comunitário. É um movimento que inicia com a popularização do consumismo de mercadorias capitais entre as massas a partir de 1940, atinge seu ápice na valorização da individualidade como imperativo comportamental entre 1950 e 70, se reconfigura pelo desmonte dos laços

sociais de coesão e integração comunitária, aprofundado a partir de 1970 com a expansão científica e tecnológica nos âmbitos sociais.

A valorização do individualismo sobre a desqualificação do coletivismo a partir de 1940 provocou entre os meios de sociabilidade a instalação de normas apócrifas tendentes a se tornarem principais com força de lei social. É o momento em que a conduta individual se fez solução para os problemas estruturais da Sociedade aportados no coletivismo social; o “olho por olho; dente por dente”, “cada qual por si próprio” ou o “salve-se quem puder” antes normas restritas a determinados grupos dentro do circuito social das cidades ganham reforço com o individualismo, são especializadas por ideologias, comportamentos e técnicas até tornarem-se referências sociais substitutivas das formas de organização coletiva deterioradas na Sociedade.

Contribuindo para o debate sobre o estado contemporâneo da Sociedade das duas décadas finais do Século XX e início do XXI, Agamben (2004) afirma que os contextos sociais coevos atingiram um limite tolerável entre eles, por conta disso começaram se recrudescer em si mesmos tornando-se modelos de concentração unitária. O excesso normativo e a uniformidade paradigmática presente nesses modelos estimulou a formação de espaços biopolíticos concentrados, onde as normas morais e legais são autônomas de se promoverem e se suspenderem a partir de critérios próprios de metapoder.

À luz da teoria anômica, as observações propostas pelos filósofos da “pós-modernidade” sobre o estado atual da Sociedade fundamentam a existência de um estado social desenvolvido por uma macroestrutura social e outra cultural, em que as perspectivas culturais dos indivíduos são definidas em primeiro plano e as leis revestem os meios sociais criados para a satisfação dessas perspectivas culturais. Robert Merton (1968) acredita que a estrutura social não é isonômica da cultural, há um desnível funcional entre essas forças; por vezes, há sociedades que se favorecem desse desnível e reforçam os meios legais da ação social, já noutras há o estímulo de forma contínua e imperativa das perspectivas culturais como modelo comportamental e coesivo entre os indivíduos.

Segundo Merton, a Sociedade alicerçada na maior promoção dos estímulos culturais é aquela que a criminalidade encontra albergue para se disseminar, já que os grupos sociais estão em um ritmo acelerado de satisfação íntima pelo consumo de bens hipervalorizados, sujeitos a situações desiguais de aquisição e contentamento, porque a criminalidade é um ecossistema formado por duas partes, de um lado os desvios normativos da moral e da legalidade que se

encontram personificados na prática delitiva; e por outro um sistema ideológico, comportamental e racional da satisfação íntima por usufruto de bens culturais.

Ao lado da “teoria da desorganização social” e suas vertentes epistêmico-metodológicas, a teoria anômica proposta por Robert Merton no capítulo “Estrutura social e anomia” de sua obra “Sociologia: teoria e estrutura” (1949) é o segundo mais importante paradigma de entendimento da relação crime e ambiente social a partir da leitura da estrutura social, onde a criminalidade é uma condição estrutural urbana resultante das transformações sociais ocorridas em um território sociocultural.

Tendo por base analítica um quadro tipológico de comportamentos sociais, Robert Merton afirma que as condições de adaptabilidade social nivelam as normas, as técnicas de acomodação e satisfação dos objetivos individuais. Os estímulos sociais influenciadores das respostas comportamentais determinam traços instáveis de comportamento que quando estimulados por circunstâncias e estímulos determinam modelos de satisfação adaptados pelo contexto, situação formadora de uma “Sociedade anômica” (MERTON, 1968)

Para o teórico a sociedade norte-americana urbana do Século XX espelhava no seu interior a cristalização da anomia em estágio avançado, pois numa sociedade pautada na valorização de bens econômicos e culturais o status social dos indivíduos era dado pelo grau de obtenção de riquezas e usufruto de benesses privadas. Os sistemas trabalhista, religioso, educacional e societário estavam para manter o rol de sucessos, conquistas individuais e acúmulo de riquezas materiais. Este aparelho social norte-americano debita seu sucesso a três condições: 1) a força para concretizar os objetivos pessoais deve ser partilhado com os outros membros sociais; 2) as glórias obtidas com os fracassos são elementos transitórios na caminhada rumo ao sucesso; 3) o insucesso no fim da jornada é, também, o fim da ambição (MERTON, 1968).

A teoria anômica mertoniana apresenta um quadro tipológico de comportamentos sociais que se adaptaram à transformação dos valores sociais impulsionados pela urbanização e pela industrialização, a sociedade norte-americana da primeira metade do Século XX é o exemplo maior porque as funcionalidades sociais e os comportamentos dos indivíduos tendiam ao desenvolvimento de condutas anômicas a partir da valorização de bens culturais numa realidade de hipervalorização do trabalho e do capital. Seguida de perto por outros modelos sociais da época, a sociedade norte-americana impulsionou em um isomorfismo fisiológico de sociedade baseado no acúmulo de riquezas, na promoção do individualismo e na satisfação íntima como

medida de interação social, por isso compreender a sociedade norte-americana era compreender os contextos de outras sociedades que adotaram o isomorfismo fisiológico do *american way of life*.

Outro ponto importante da leitura de Merton da Anomia recai na observação de que o processo de urbanização, de divisão especializada do trabalho e da expansão industrial nas cidades estavam relacionados intimamente com a formação de populações vulneradas pela pobreza gerada por condições desiguais de acesso aos bens de manutenção da vida, ao passo que para existir um polo industrial havia vários bolsões de pobreza. O problema social resultante dessa condição se deu por conta de que o crime começava a se estabilizar com mais facilidade nesses bolsões vulnerados e formava o consenso situacional de que marginalidade social também era criminal, atribuindo ao espaço periférico a ideia de meios ilegítimos de compensação dos desejos.

As proposições mertonianas sobre a anomia impulsionaram na Academia a construção de grandes estudos sobre a criminalidade a partir do entendimento de que as formas delitivas são resultados do desnível entre os estímulos sociais de satisfação própria e os meios legais para realização dos desejos, como o do estudo de Albert K. Cohen “*Delinquent boys*” (1955) sobre as subculturas delinquentes; e àquele realizado por Richard Cloward e Lloyd Ohlin “*Delinquency and opportunity: a theory of delinquent gangs*” (1960) na tentativa de unificar a “teoria da desorganização social”, a da “associação diferencial” com a teoria anomica mertoniana com a finalidade de teorizar o que os autores chamaram de “oportunidade diferencial”. Bem como, a investigação realizada por Donald Shoemaker “*Juvenile delinquency*” (1996) sobre a influencia da “privação relativa” na pratica delitiva; como o estudo de Robert Agnew “*Anomie, strain and subcultural theories of crime*” (2010) sobre as tensões e condicionantes do comportamento criminoso.

São estudos que partem das premissas sociológicas de Robert Merton sobre os sistemas burocráticos, sobre os comportamentos sociais e sobre a anomia com a finalidade de compreender a criminalidade consolidada estruturalmente na Sociedade em que as formas ilegítimas de realização dos desejos individuais pela adoção ou transmissão de práticas delitivas está relacionada a forma desnivelar com que os valores sociais são apreendidos pelas populações.

## 2.2 – PODER, ESTRUTURA E CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

As primeiras incursões reflexivas sobre a violência e o crime realizadas por pensadores brasileiros remontam ao período de 1890 à 1930, quando juristas, bacharéis e *brasilianistas* se debruçaram sobre os comportamentos das *Raças* para instituir reflexões sobre o ato violento, o comportamento delinquento e as identidades do crime, com especial mérito para a taxonomia tipológica do criminoso.

Com a progressiva libertação da população escrava impulsionada pela assinatura da Lei Áurea em 1888, e com instauração do modelo republicano de governo no Brasil a partir de 1889, a moderna e urbana sociedade brasileira em ascensão herda socialmente e politicamente do período imperial brasileiro (1822-1889) uma antiga questão social e uma medida de controle: um enorme contingente populacional miserável analfabeto e as formas violentas de imposição da ordem social (CARVALHO, 1988; GOMES, 2014).

José Murilo de Carvalho (1988; 1990; 2004) afirma que essa condição social herdada e em transição abriu precedentes institucionais de tratar coercitivamente de modo “higienista” as populações pauperizadas e delimitar racionalizações eugênicas para os espaços sociais, que tendiam refletir a “disciplina” das pulsões passionais dos indivíduos e implementar normas de controle legal das populações desvalidas e analfabetas a partir da legitimação de um campo punitivo penal e civil.

A arquitetura social de 1889-1930 por um lado possibilitou ao Estado brasileiro adotar um comportamento administrativo restritivo da cidadania pela institucionalização republicana das formas violentas de imposição da ordem herdadas da época da administração imperial brasileira (CARVALHO, 2004). Por outro, favoreceu o surgimento de um movimento intelectual formado por republicanos, bacharéis e juristas influenciados pelas ideias da “Nova Escola Penal” que centravam os estudos penais nas particularidades do criminoso.

É desse período a primeira crítica brasileira à obra de Cesare Lombroso “*L’uomo delinquente*” (1876) realizada por Tobias Barreto (1839-1889). Do estudo de Silvio Romero (1851-1914) sobre os tipos étnicos, seus elementos de coletividade, da “alma do povo” e dos vícios ambientais imprimidos na “alma” do povo brasileiro. Em 1896, Clóvis Beviláqua (1859-1944) publica o primeiro estudo brasileiro de criminologia, “*Criminologia e Direito*”, obra ao qual afirma que o crime é fruto da relação entre indivíduo-ambiente-tipo delitivo.

Euclides da Cunha (1866-1909) escreve “Os Sertões” (1902), na obra ao definir a expressão “delinquência sertaneja” o autor inspira-se na metodologia da topografia psíquica do homem criminoso proposta por Lombroso para dizer que os sertanejos de Canudos guardavam semelhanças com os tipos criminosos estudados pelo medico italiano. Reforça a ideia de delinquência a partir da ideia de que o ambiente influencia o desenvolvimento mental do sertanejo, e que as formas de privação sofridas por este homem inculto e supersticioso estimulavam a violência e o delírio.

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), medico legista, professor e psiquiatra aplica os estudos de Lombroso em uma certa população de criminosos, precursor na America Latina da “Antropologia Criminal”, ele cria a “teoria da criminalidade étnica” na qual defende a ideia de que num mesmo espaço físico é possível verificar varias “raças” de diferentes estágios morais e jurídicos, por isso advogava a ideia de que o Estado brasileiro deveria ter quatro códigos penais de acordo com o clima e a raça.

Destaca-se nesse período algumas figuras publicas que tiveram importância na recepção dos estudos sociológicos, como Afrânio Peixoto (1876-1947) traduziu para o português as obras de Emile Durkheim e Lacassagne. E de Julio Pires Porto-Carneiro (1887-1937), medico psicanalista, introdutor dos estudos neuropsiquiátricos no Brasil entre 1920 e 40, produziu vários artigos e conferencias psicanalíticas inspiradas nos estudos de Freud, quando seus estudos se debruçavam sobre a psicopatia e o comportamento criminoso defendia a ideia de que a pedagogia centrada no controle individual substituiria progressivamente a penologia do encarceramento (MOKREJS, 1989).

Joaquim Pimenta (1886-1963) jurista, escreveu sobre temas do Direito e sobretudo publicou estudos sobre os efeitos sociais do alcoolismo na classe operaria brasileira, enfatizava que as condições sociais que levavam o individuo ao vicio possuía semelhanças com as mesmas situações podiam levar o homem a cometer delitos, principalmente quando o individuo se torna dependente do álcool. Luis Carpenter (1876-1957), professor de Direito e um dos fundadores da Faculdade de Direito da UERJ, destacou-se no campo científico pelo estudo da criminologia militar, nas obras “O velho direito penal militar” e “Ideias modernas da sociologia criminal” ambos de 1914 tipificou crimes militares a partir dos princípios sociológicos do fato criminal.

Com publicações eméritas nos estudos criminológicos brasileiros, como “Crianças abandonadas e crianças criminosas” (1900), “Ensaio de patologia social” (1921), “Criminalidade da infância e da adolescência” (1927) e “Criminalidade passional” (1933),

Evaristo de Moraes (1871-1939) inscreve-se como o grande intelectual criminológico do período 1889-1930, seus escritos foram de grande relevância para o campo criminológico a ponto de fundamentarem a tipificação de crimes no Código de Direito Penal de 1940.

Wilson Martins (1994) afirma que os estudos sobre a sociedade brasileira durante a Primeira República (1889-1930) tinham um objetivo comum: a construção de uma imagem de Nação. Republicanos, juristas, letrados e professores compuseram obras interpretativas da *brasilidade* de uma sociedade recém-saída da administração imperial, mas que guardava em sua constituição a *vontade europeizante* de controlar os processos e segregar as moralidades das massas. É um período de grande atuação estatal por políticas de controle social fundamentadas em teorias eugênicas e higienistas que tendiam a imprimir nos espaços sociais ares de ambiente civilizado com a incorporação de tecnologias burocratas no ambiente urbano das cidades com grande concentração de riquezas e excedente populacional, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Para Marcos César Alvarez (2003) o primeiro movimento intelectual criminológico brasileiro representou a primeira escola do pensamento social brasileiro influenciada por um “conjunto extremamente variado de ideias científicas importadas sobretudo da Europa”. De 1880 à 1930, os intelectuais brasileiros interessados em construir cientificamente a realidade brasileira adotaram posturas no debate intelectual fundamentados em explicações da natureza evolutiva, material e positivista, que reafirmavam teorias raciais sobre os tipos étnicos nacionais. Bacharéis, criminologistas, juristas e pensadores adotaram como referência os estudos da Escola Positivista do Direito ou “Nova Escola Penal” de origem italiana. A Faculdade de Direito de Recife se destacou por estabelecer um intercâmbio fluente de ideias com a escola italiana, a atuação do professor João Vieira de Araújo (1844-1922) primeiro crítico latino das obras de Cesare Lombroso e de seus seguidores, Rafele Garofalo, magistrado e Enrico Ferri, professor de Direito, foi pioneiro na carreira docente por introduzir as premissas da “Nova Escola Penal” na formação heurística dos bacharéis na referida faculdade.

O segundo momento de incursões reflexivas sobre a criminalidade no Brasil se deu dentro das Universidades após a estruturação dos quadros institucionais e docentes do ensino superior brasileiro. Demerval Saviani (2007) diz que em 1967 e 69, durante a ditadura militar brasileira (1964-1984), ocorreu a reforma educacional nas etapas de ensino (1º grau, 2º grau e superior) que possibilitou o aumento na oferta educacional brasileira vinculada aos interesses de mercado e favorecimento à privatização do ensino, gerando ampliação do acesso e permanência discente

na educação, transformando as Universidades públicas em organizações departamentais de ensino responsáveis por servir a diversos cursos.

Nesse contexto, os estudos sobre a criminalidade começam a ser realizados a partir de vários tratamentos epistêmico-metodológicos menos vinculados ao pensamento de classe jurídica e às políticas de controle do Estado brasileiro, pois a institucionalização dos quadros intelectuais das Ciências Humanas e Sociais na Universidade pública brasileira favoreceu a realização de estudos sociológicos das causas estruturais da violência, do crime e dos processos urbanos que os reforçavam. Ocorre nesse período a criação de núcleos de pesquisas científicas pós-graduanda que serviram de base formativa de pesquisadores sociais mestres e doutores, com o tempo seriam incorporados aos quadros intelectuais da Universidade (MISSE, 1999; VELHO, 1998).

Alba Zaluar (2000) refere-se às primeiras produções sociológicas do crime desse período compreendido entre os 1970 e 1990, feita por intelectuais universitários, como estudos de validação de macroteorias sociais de filiação marxistas com forte apelo dualista do confronto entre classes, procuraram afirmar que a violência social no Brasil é fruto das mazelas sociais provocadas pelas formas de exploração laboral do indivíduo, do processo desigual de distribuição de riquezas e da ingerência estatal provocada pela herança administrativa portuguesa instalada no Poder desde à época da Colônia.

Durante os anos de 1980 essas características impressas nos elementos definidores da violência social no Brasil tornaram-se mais evidente devido ao processo de redemocratização política no País e da grave instabilidade econômica e social gerada pela troca de Poderes. O crime passa a estar associado à questões administrativas do Estado brasileiro, como a ineficiência de um modelo de assistência social para solucionar os problemas sociais gerados pela pobreza e pelas condições de vulnerabilidade social que agravavam a exclusão social de certas populações; bem como da própria atuação policial que era considerada pelos estudiosos a expressão de controle manejada pelas classes dominantes para lidar com conflitos de classe (ZALUAR, 2000; MISSE, 1999; SILVA, 2003).

Salutar que a argumentação da pobreza como elemento de definição e estímulo social para o cometimento do crime foi a tese em voga neste período, porque as mazelas sociais provocadas pelo baixo controle social do Estado brasileiro sobre seu território e população conduziu a tese de que o crime era um modelo de fuga cultivado entre os grupos sociais vulnerados para escapar das privações provocadas pela pobreza. Ganham força nesta tese,

pesquisas sociais sobre a organização sistemática social dos bairros pobres considerados “violentos” (ZALUAR, 1984; 2000; SILVA, 1998; CANO, 2000).

A herança metodológica desses primeiros estudos feitos por intelectuais universitários para compreensão do crime à *brasileira* reside na atualização corrente dos estudos sobre a criminalidade urbana, da questão associativa entre integração social e criminalidade no ambiente social, realizados por núcleos de pesquisa universitários desde o início da última década do século XX, por essa razão os estudos sobre a criminalidade no Brasil privilegiaram a análise estrutural do crime e seus condicionantes sociais (ZALUAR, 2000; MISSE, 2006; ADORNO, 2014).

Nessa linha investigativa inscrevem-se estudos sobre a relação entre crime e ambiente social (ZALUAR, 1984; CRUZ, 1995; MISSE, 1999; 2006; BEATO, 2000; SILVA, 2003; DA SILVA, 2004; PAES MANSO, 2005), com foco analítico entre a economia e o crime; da afinidade entre criminalidade e pobreza, procurando estudar os elementos sociais dos bairros periféricos que reforçavam o fenômeno criminal (MENEZES, 2000; FIGUEIRA, 2004; MAGALHÃES, 2006; TEIXEIRA, 2011; ANTUNES, 2013); o estudo de grupos delinquentes e seus ambientes de sociabilidade (ZALUAR, 1996; ABRAMOVAY, 1999; AVILTO, 2001; BEATO, 2001; BARCELLOS, 2003 ANDRADE, 2007; SILVEIRA, 2007; ZILLI, 2004; 2011; ARAUJO & SALES, 2008). Dos “ilegalismos” (FOUCAULT, 1972) enquanto conceito consolidado social e institucionalmente (HIRATA, 2010; 2014; TELLES, 2010); da pistolagem e dos crimes de mando como fenômeno social específico de certos lugares (FRANCO, 1983; MONTEIRO, 1980; BARREIRA, 1998; CAVALCANTE, 2004); da associação dos crimes de extrema violência com o tráfico e o uso de substâncias, como drogas psicotrópicas e álcool (MISSE, 1997; LEEDS, 1998; RATTON, 2006; ADORNO, 2007; RAMOS, 2009; RUI, 2012; CANO, DUARTE, 2012), da criminalização de grupos sociais estigmatizados pelas condições sociais e econômicas (VELHO, 1973; 1974; MISSE, 1999; PORTO, 2002; WERNECK, 2012; VIEIRA, 2015); dos delitos de proximidade como a violência doméstica (CORRÊA, 1983; AZEVEDO, 1985; ARDAILLON, DEBERT, 1987; MUNIZ, 1996; VARGAS, 2004; MINAYO, 2011; FACHINETTO, 2012). Bem como da estatística criminal feita por agências estatais e das pesquisas de vitimização (FJP, 1992; CASTRO, 1996; CERQUEIRA, LEMGRUBER, MUSUMECI, 2000; CRISP, 2002; ILANUD, 2002; KAHN 1998; 2000; LIMA, 2005; DIRK, 2007; SENASP-MJ, 2012).

### 3 – UMA QUESTÃO DE MÉTODO

Partindo do pressuposto de que o crime e suas identidades são resultados de conflitos consolidados por elementos da dinâmica social que o tornam fenômeno comum a todos, consolidam um contexto peculiar e estimulam o Estado, a comunidade aplicarem medidas de controle das formas delitivas contextualizadas. Acredita-se que o estabelecimento de exames investigativos fundamentados em princípios sociológicos e criminológicos para estudar esse movimento possa conceber um quadro analítico dos conflitos, das práticas delitivas e das identidades criminais tratados nas políticas de segurança implementadas pelo Estado e na atuação da justiça criminal estabilizada em dois sistemas, um institucional e outro político.

Os exames investigativos produzidos por associações interdisciplinares de técnicas de pesquisa com metodologias de análise social encontram na Estatística uma área de produção de conhecimento sobre o crime em que princípios institucionais e políticos se reconfiguram na produção de dados públicos sobre o crime como fenômeno social. Logo a criação de estatísticas criminais depende de como a transparência dos processos sociais são subsidiados em formas de descritores e variáveis que reconhecem e validam o crime.

Renato Lima (2005) afirma que o nível de transparência desses dados são definidos por critérios legais, medidas institucionais percepções do contexto onde as práticas criminais se realizam, identificadas ou não pelo sistema de segurança e Justiça. Nesse sentido, identificar os processos sociais da ocorrência criminal, seu(s) autor(es), a conduta delitiva, as tratativas administrativas do crime e da punição, significa aprofundar o estudo das relações entre fatores criminais e contexto social da ocorrência.

Seja pelo cruzamento de informações da justiça criminal, da segurança pública, e do entendimento dos fatores sociais, o crime fala das suas identidades, motivações, racionalizações, técnicas e contextos conformadores da tese de que o crime e o criminoso são respectivamente contexto e entidade construídos socialmente, seus elementos formativos são passíveis de análise social.

Implica dizer que o contexto de produção técnica do conhecimento interdisciplinar pela Estatística na construção de séries históricas criminais são capazes de formar um panorama funcional para criação de políticas públicas em segurança; de estudos das percepções individuais do crime e no estímulo a investigações paralelas dos fatores contextuais que reforçam a estrutura social onde o crime encontra albergue.

Porque, as estatísticas criminais reconhecem os grupos e a classificações sociais formadas por noções contextuais e locais da ocorrência criminal, dando a entender que o crime e o criminoso são resultados da triagem de informações presentes na comunidade, nas legislações, nas políticas de controle social, nas de segurança e Justiça que se infiltram nas localidades pela percepção coletiva e individual da legalidade, ilegalidade e das praticas desviantes, bem como de suas formas de controle.

Logo a primeira etapa necessária para construção das estatísticas criminais é dar causa funcional ao fluxo de geração de dados em segurança publica, conceber um quadro geral dos contínuos dimensionais da ocorrência criminal é dar partida na elaboração de series históricas das estatísticas criminais. Renato Coelho Dirk (2007) em “Homicídio doloso no Estado do Rio de Janeiro: uma análise sobre os registros de ocorrência policial” apresenta um organograma administrativo da ocorrência criminal, “fluxo de ocorrência”: a ocorrência criminal compreendida pela dinâmica funcional de três dimensões dependentes entre si que geram o “fluxo de ocorrência”, a dimensão dos “Acontecimentos”, do “Acionamento das Instituições” e do “Fluxo dos Registros de Ocorrência”, vide FIGURA 2.

A proposta de Dirk (2007) contempla a dimensão dos “Acontecimentos” como a etapa do cometimento delituoso, da ação criminal, do estabelecimento das identidades do crime (criminoso, vitima, testemunha). É dado por fato social onde a narrativa do acontecimento materializa o crime como comportamento a ser controlado, as perdas morais e materiais compensadas por medidas restritivas administradas pelo Estado – por ora ou definitiva. Essa dimensão é passível de construção coletiva, das racionalizações fundamentadas nos humores individuais e por imaginações, devido a mecânica social do delito encontrar-se ainda *in natura*.

Por conta de carregar em sua constituição factível a razão do “possível” e do “real”, a dimensão dos “Acontecimentos” pode ser tratada como acontecimento notificado e não-notificado, servindo a dois momento simultâneos: a ocorrência criminal e a *subnotificação*. A ocorrência criminal pode ser conceituada como o momento de comunicação do fato delituoso à autoridade policial; já a *subnotificação* corresponde ao tratamento particular ou coletivo dado ao evento criminal não informado à autoridade policial independente de sua gravidade delitiva.

A *subnotificação* do evento criminal se referindo ao fato não comunicado à autoridade policial por natureza carrega a “neutralidade axiológica” (WEBER, 2000) das instituições de policia, por considerar o crime não levado a autoridade como uma forma de intervenção dos valores nos procedimentos administrativos do Estado, dando a entender que o crime

subnotificado é circunscrito por uma utilidade exclusiva da intrusão ilegítima dos valores sociais que sustentam e legitimam o crime como fato social em uma comunidade.

Sobre a “neutralidade axiológica” que a *subnotificação* do crime carrega ela não possui fundamento objetivo puro na ordem do ideal, isto é, no crime notificado; estar a depender dos critérios individuais apelados nos valores sociais integrantes do procedimento da notificação e da construção dos tipos ideais do criminoso, da vítima e da testemunha. As opções subjetivas refletidas nas crenças, nas relações causais, nas convicções e nas ideologias reforçam a subnotificação do crime, que pode ser *desconhecida*, daquela que nenhum agente de segurança publica tem prévio conhecimento de sua ocorrência; e *conhecida*, quando as autoridades aduzem hipóteses de ocorrência a partir do histórico de acontecimentos criminais em determinado espaço social, mas não há registro oficial algum que sustente o *fumus commissi delicti* (“fumaça da pratica de um crime punível”)

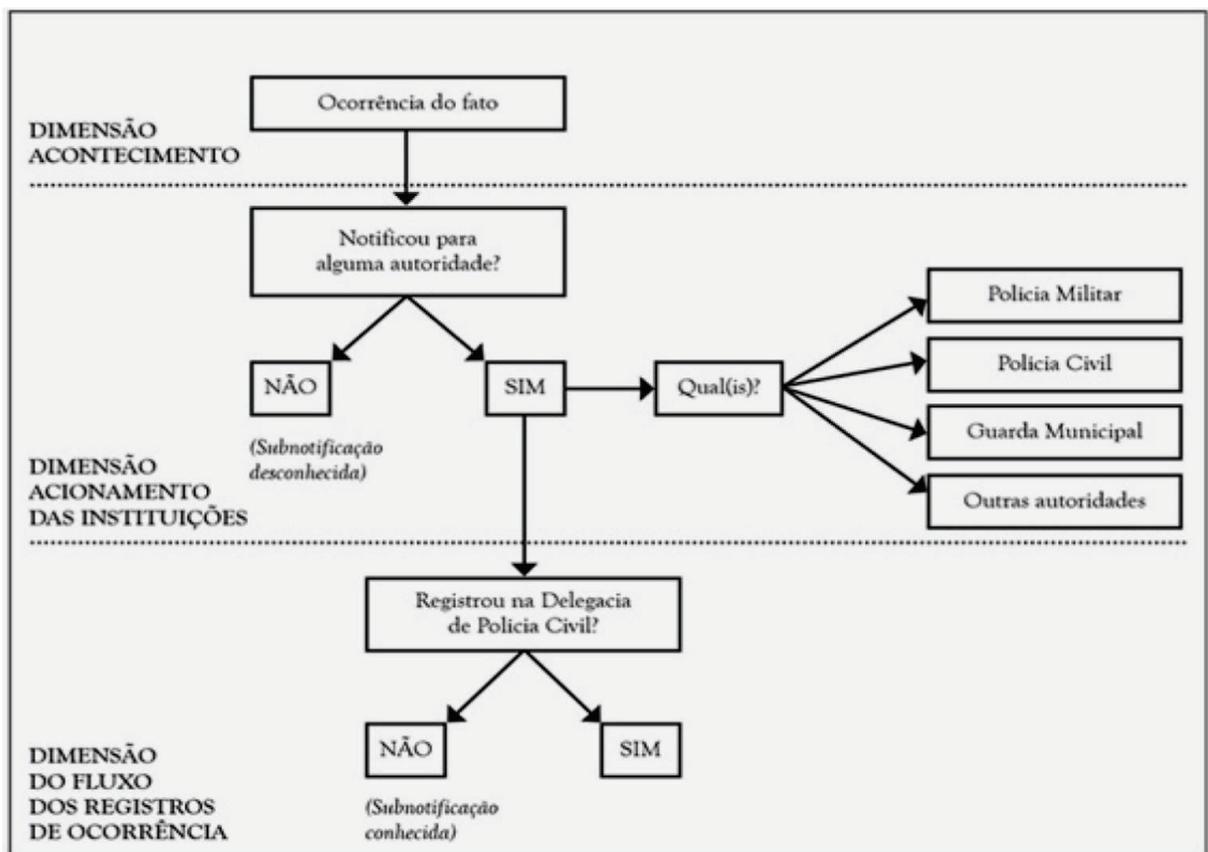


FIGURA 1: FLUXO DE OCORRÊNCIA CRIMINAL  
FONTE: DIRK (2007)

Com relação ao “Acionamento das Instituições”, Dirk (2007) refere-se ao momento em que a vítima e a testemunha entram em contato com as policias para comunicar o evento criminal, essa comunicação não garante o registro administrativo do evento perante autoridade

legal instituída, situação que aumenta o número da subnotificação conhecida, já que o evento é comunicado, as autoridades tomam ciência da dinâmica social do acontecimento, mas por diversas intrusões motivadas por julgamentos individuais, pressões sociais e defasagens processuais o registro não é consumado, dando assim causa a criação de sub-registros do crime nas delegacias.

A partir dos critérios de gravidade e urgência dos fatos apresentados na narrativa do crime construída pela vítima e testemunha, as polícias registram o fato delitivo no “Boletim de Ocorrência” (B.O.), que é processada por um fluxo institucional de registros de ocorrência consolidada desde a investigação dos fatos apresentados até a medida restritiva de liberdade. Esse momento cabe à autoridade legal instituída com poder de polícia institucionalizar essa dimensão por processos administrativos que visam controlar o cometimento da prática delituosa e reparar por medidas penais as perdas e os danos ocasionados pelo evento criminal.

O modelo organizacional apresentado por Renato Dirk (2007) proporciona uma visão sistêmica no tratamento administrativo do fato criminal feito pelas polícias, considerando três modalidades de crimes: a) crimes desconhecidos (*subnotificação desconhecida*); b) crimes comunicados à autoridade policial não registrados (*subnotificação conhecida*); c) crimes comunicados e registrados - dependendo do ente federado – no Relato de Ocorrência (R.O.) ou no Boletim de Ocorrência (B.O.).

Conforme a Constituição Federal de 1988, Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III – Da Segurança Pública (artigo 144), a organização das Polícias cabe aos Estados brasileiros estruturá-la em Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC), cuja função da PM é fundada na atividade de controle externo de conflitos emergenciais e no policiamento ostensivo. Já a PC possui responsabilidade administrativa e investigativa das ocorrências criminais, devendo registrar, investigar e dar entrada a procedimentos jurídicos iniciais.

Quando o fato criminal é registrado perante autoridade da Polícia Civil, audiência, registro da ação criminosa narrada pela vítima, testemunha e tipificação com base na legislação penal vigente, produz-se a peça administrativa “Boletim de Ocorrência” (B.O.) ou “Relato de Ocorrência” (R.O.). A elaboração das estatísticas institucionais do crime tem por base essas peças administrativas, porque o Estado considera como oficial o crime conhecido e registrado na delegacia de Polícia Civil ou formulados pelo Ministério Público, onde o fato relatado é

tratado por técnicas investigativas e classificado juridicamente com base na legislação penal do Estado.

Funcionando como “ingresso” nas Instituições de Polícia, o “Boletim de Ocorrência” aparece nesse sistema como a “ficha de entrada” em um organismo administrativo de geração de dados oficiais que servem as estatísticas da burocracia estatal, guardando semelhanças de “entrevista do crime” o “Boletim de Ocorrência” é o evento comunicado que dispara o ciclo burocrático da atividade de polícia na segurança pública (MUNIZ, 2000).

Fundamentada nessa realidade institucional cabe por ora uma pergunta: as estatísticas produzidas pelo Estado com base nas informações contidas no B.O. ou R.O. são confiáveis para construção de investigações sobre a criminalidade presente na Sociedade brasileira, em especial àquela situada na Amazônia brasileira? A pergunta nasce da conclusão de estudos desenvolvidos por Michel Misse (1997), Tulio Kahn (1998), Claudio Beato (2000), Ignacio Cano (2000) e Renato Lima (2005) ao apontarem problemas operacionais e administrativos do B.O. como base de dados fidedigna para o mapeamento real da criminalidade.

Uma das razões recorrentes para essa dúvida é quanto ao tratamento dado às estatísticas oficiais do crime apresentados pelas Secretarias de Segurança Pública no ordenamento do quantitativo de registros policiais, uma vez que são registros clivados que desprezam a subnotificação desconhecida e conhecida, e por não serem introduzidas criam um reduto de cifras ocultas de quantum subnotificado do crime, os *dark number*, muito maior que a quantidade de registros oficiais (MISSE, 1997; KAHN, 1998; LIMA, 2005; DIRK, 2007).

A tese do valor das estatísticas oficiais para os fundamentos de pesquisas sociais da criminalidade não desponta como uma preocupação recente, ela envereda e acompanha os quadros administrativos de segurança pública desde sua constituição inicial como serviço obrigatório do Estado, primeiro pela dinâmica social do crime possuir ciclo mais flexível que os processos de registro e controle elaborados pelo Estado para tratar os conflitos resultantes da violência social (SKOGAN, 1990; BEATO, 2000; DIRK, 2007). Segundo, o dever de segurança amparado pelas legislações precisam acompanhar a atuação das instituições de segurança no que compete a tipificação penal e a organização das atividades rotineiras das polícias, que influencia diretamente nos modelos de coletas de dados para as estatísticas oficiais (ANGEL, 2009; MUNIZ, 2000; LIMA, 2005).

Em se tratando das formas de controle dos dados a grande preocupação dos analistas criminais é alimentada pelos graves problemas associados aos modelos de registro e coleta de

informações, por vezes as estatísticas criminais apresentam induções e conclusões corrompidas sobre dados empíricos coletados em diferentes contextos policiais; pela falta de treinamento técnico dos coletores informacionais do evento criminoso; pela falta de investimentos locais que impedem a estruturação de equipes destinadas para a elaboração de novas técnicas de coleta e controle seriado das informações (BEATO, 1998; CANTOR & LYNCH, 2000; LIMA, 2005).

Cerqueira *et. all.* (2005) considera que as estatísticas criminais elaboradas pelo Estado brasileiro e seus entes federados não estão em um nível de confiabilidade técnica por conta de vários fatores administrativos que impedem o tratamento técnico dos dados, entre eles estão a inexistência de um padrão analítico da criminalidade e da violência, a falta de normas de coleta empírica das informações registradas no B.O. e no R.O.; e, também, pela gestão anacrônica dada pelas instituições de polícia aos registros. Essas características associadas em um contexto administrativo estimula a cultura da informação de segurança pública desvinculada de precisão e tecnicismo o que torna a análise criminal dessas estatísticas inviáveis ou quando realizadas não confiáveis.

A elaboração de estatísticas criminais confiáveis perpassa pelo conhecimento da dinâmica social da criminalidade e da violência no espaço social, mesmo amparado por elementos de um multiverso cultural, institucional e social, as análises criminais tendem a preferir os padrões de ocorrência distribuídos nos níveis populacionais. Logo análises fundamentadas em dados anacrônicos e livres de método podem comprometer a análise crítica das informações e as conclusões obtidas desse material.

No Brasil na última década essa preocupação técnica ganhou lastro intelectual na formação de núcleos de pesquisas comprometidos em contornar problemas institucionais e técnicos associativos que comprometiam a análise crítica das informações da criminalidade e violência.

Segundo Renato Lima *et all.* (2014, p. 189-90) entre esses problemas contornados estavam as formas de coleta de dados não sistematizados presentes nas instituições policiais estão:

- A informação não é coletada de forma sistemática. Em alguns estados, as organizações policiais não produzem estatísticas sobre as suas atividades mensalmente.
- Algumas estatísticas criminais não possuem informações sobre o dia e a hora, a cidade ou bairro, ou a posição entre as ruas onde o crime ocorreu.

- Em muitos casos, não há registro estatístico das circunstâncias em que os crimes foram cometidos. Não se conhecem as perdas materiais ou físicas ou o dano sofrido pelas vítimas, nem aspectos “ambientais” do delito, ou seja, horário, localização geográfica, se houve uma condição física específica, como áreas escuras, sem assistência, que aumentam a possibilidade de vitimização, entre outras coisas.
- Em alguns estados, há pouca visibilidade ou não há periodicidade na divulgação das estatísticas criminais, impossibilitando a construção de séries históricas.
- Existem estados nos quais os delitos não podem ser desagregados segundo as circunstâncias, mas são tomados de forma geral, por exemplo, o homicídio. Em geral, os crimes podem ter variantes que são extremamente relevantes para um diagnóstico específico para definição de políticas públicas, como no caso de homicídios por faca, por arma de fogo, por acidente de trânsito, ou causado por uma briga. Todavia, o homicídio poderia ser desagregado ainda mais, por exemplo: presença de álcool ou drogas ilícitas, defesa de honra, relação com o tráfico de drogas, brigas entre gangues etc. Se um policial ou um gestor de políticas públicas tiver acesso a essas informações e souber utilizá-las, o seu trabalho, provavelmente, seria muito mais eficaz e eficiente.
- Há sobre-representação de alguns crimes devido a duplicação do registro de um mesmo fato delituoso.
- Não existe uma uniformidade na classificação dos delitos e, em alguns casos, o registro é feito de forma discricionária. Isto é, existem problemas de definição e detecção. Para tanto, a SENASP desenvolveu um sistema nacional de classificação de ocorrências criminais, com o objetivo de padronizar a classificação das estatísticas criminais entre os estados, mas ainda ele não foi plenamente adotado por todas as Unidades da Federação.
- Existe uma série de crimes não comunicados a polícia (subnotificação e sub-registro), seja por falta de confiança nas autoridades ou por considerar que não tem sentido fazê-lo, seja por não acreditar na eficiência das instituições ou pelo tempo gasto para denunciar.
- A falta de tecnologia apropriada para a coleta e a crítica dos dados é um problema comum entre as instituições de segurança pública no Brasil;
- Algumas instituições desencorajam as queixas dos indivíduos.
- Em geral, não se tem muitas informações sobre a vítima ou, quando obtidas, essas informações não são de qualidade. Além da idade e do sexo da vítima, seria muito interessante saber a cor, o estado civil, a renda, a profissão etc.
- Nos sistemas estatísticos de nosso país não há informações sobre os agressores.
- Pouco se sabe sobre a relação entre a vítima e o agressor.

Diante desse esforço conjunto entre Instituições Democráticas de estudo da criminalidade com as organizações de segurança pública para a formatação de um modelo de tratamento estatístico do evento criminal, atualmente a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) investiu na construção de um sistema nacional de estatística criminal, onde a coleta informacional é atribuída às Secretarias Estaduais de Segurança Pública, que em 2004 criou o Sistema de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) e em 2012 o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP), objetivando estruturar o padrão estatístico e classificatório do crime registrado por ocorrências policiais e fortalecer os mecanismos de controle informacional do crime organizado pelos Estados brasileiros.

Na outra ponta, pode-se atribuir ganhos com a formação de bancos de dados por instituições democráticas que monitoram a criminalidade e a violência letal, dentre as iniciativas pode-se destacar o Mapa da Violência organizado desde 2000 por Julio Jacobo Waiselfisz e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que desde 2010 introduz técnicas inovadoras no tratamento estatístico do crime no Brasil.

### 3.1 – *DARK NUMBERS* E A ANÁLISE SOCIAL DO PROCESSO DE VITIMIZAÇÃO

Debitaria do pressuposto técnico de que há um padrão distributivo da delinquência e da vitimização na população, a análise estatística aliada a análise social na pesquisa criminológica prima pela quantificação da incidência criminal e pela qualificação da prevalência delitiva nos grupos e subgrupos sociais. Em se tratando de avaliações e do desenvolvimento de pesquisas científicas sobre a criminalidade esses dois critérios estatísticos, a incidência e prevalência, são elementos essenciais para interpretação da dinâmica social do crime, da formulação de teorias criminológicas e estimulantes à criação de políticas de segurança públicas mais eficientes e diretas quando utilizadas na formulação de práticas de controle social locais.

Por questão metodológica na análise criminal a incidência e a prevalência são critérios suscetíveis capazes de despertar conflito entre dados, porque se prevalecendo de informações populacionais as estatísticas criminológicas delimitam seus focos investigativos em dados de crimes cometidos, nos índices de indivíduos autuados e nos elementos sociais presente nas práticas delitivas. Luiz Felipe Zilli (2004) e Braulio Silva (2004) concordam que nesses modelos de análise estatísticas a distribuição do crime aparece desigual em certos pontos da análise, havendo certos casos estatísticos que o envolvimento criminal se quer é tido como medida, criando um vácuo interpretativo capaz de comprometer a fidedignidade relacional entre prevalência etária, populacional e de gênero com o tipo delitivo comensurado.

Para Mosher *et. all* (2002) é válido considerar na análise criminal a existência de “crimes” e não de “crime” devido a concorrência de modelos analíticos que objetivam explicar a dinâmica social e as formas de violência como emaranhados complexos que despertam a criação de políticas públicas de controle com intervenção de práticas de prevenção. Dar visibilidade técnica a essa distinção na análise criminal é explicar o crime pela interpretação dos perfis dos ofensores e das vítimas pertencentes a um determinado contexto social, econômico e cultural regido por condutas e códigos “normais” mantidos por agências de

controle, capazes de estimular respostas sociais e institucionais de enfrentamento do fenômeno criminal.

A mensuração do crime por metodologias de análise social depende essencialmente da teoria criminológica que o ampara, como as que foram comentadas nos itens anteriores, como a do controle social, do autocontrole, da associação diferencial, do aprendizado social, da desorganização social e da anomia. Cabe a cada uma delas fundamentar um modelo metodológico próprio de explicação do fenômeno criminal, seja o baseado em dados oficiais: como pesquisas abalizadas em dados de mortalidade populacional, nos boletins de ocorrência policial e nos registros judiciais e prisionais. Ou seja em pesquisas corporificadas em dados coletados por métodos extraoficiais que se amparam na proposta interdisciplinar de análise, como os *surveys* com os criminosos e os realizados com as vítimas de crimes.

Maguire (2002) afirma que os mecanismos técnicos de determinação e qualificação do crime, da violência são múltiplos e complementares, eles não se excluem um do outro. Uma teoria que abrace a totalidade do crime e explique de forma coesa todas as dinâmicas sociais não existe, apesar de haver iniciativas totalizantes, mas o mapeamento construído por elas carece de particularidades do fenômeno que o tornam complexo. Cada pesquisa possui seu limite metodológico, teórico e ético, sua dificuldade operacional, sua consistência estatística e interpretativa, sua coerência e utilidade pública. Epistemologicamente em termos quantitativos não há um número que represente o totalizante real do crime; sim fontes e métodos que se auto complementam e se atualizam nas premissas da incidência e prevalência.

Referindo-se às bases de pesquisa criminais no Brasil, Tulio Kahn (2000) diz que as únicas bases fidedignas de mensuração do crime no Brasil são de quatro tipos e de natureza complementar, 1) as bases registradas do sistema de justiça criminal, B.O., R.O., processos judiciais; 2) repositórios epidemiológicos de saúde; 3) *surveys* de autorreportagem com autores de crimes; 4) *surveys* com as vítimas de crime.

Essa pesquisa acredita que uma importante pesquisa constituída nas bases de dados complementares às fontes oficiais de investigação criminal seja a Pesquisa de Vitimização por se ater fundamentalmente nos *dark numbers* (cifras ocultas) do crime, por sua metodologia de análise ir além das variantes respostas dos registros oficiais, ao se aprofundar na microsociologia dos processos de vitimização muitas vezes não relatados às polícias, ou quando informados não registrados pelos agentes de polícia (CATÃO, 2000; KAHN, 2000; LANGTON, 2012).

As primeiras pesquisas de vitimização foram implementadas nos Estados Unidos na década de 1960 com a finalidade de mapear os crimes que não chegavam ao conhecimento policial pelo registro formal nos departamentos de policias. Àquela época considerou que esses tipos de crimes compunham uma base oculta e vasta de acontecimentos criminais que não chegavam ao conhecimento da policia por diversas razões sociais e institucionais ao qual necessitavam ser entendidos com a finalidade de ser tratados pelas policias com a criação de políticas de prevenção e enfrentamento.

À época, quando os crimes inscritos nessa categoria foram interpretados ganharam a alcunha de “cifras ocultas” do crime. A compreensão da dinâmica desses crimes, em alguns casos chegavam a complementar os dados oficiais já produzidos pelos departamentos de policia, uma vez que o entendimento sobre o crime e o criminoso deixavam de ser tratados isolados e passaram a ser considerados construções sociais sujeitas aos processos de expansão e condensação do crime nos grupos e subgrupos sociais, por isso necessitavam de tratamento estatístico novo a partir da elaboração e mensuração de técnicas de pesquisas sociais dos determinantes locais da pratica delitiva (PEIXOTO *et all*, 2012).

Teoricamente as primeiras pesquisas de vitimização são impulsionadas pelas investigações acadêmicas dos grupos desviantes realizadas por Erwin Goffman (1962) no estudo sobre as classes sociais estigmatizadas e pelo estudo de Howard Becker (1967) sobre a conduta desviante como técnica de afirmação grupal na sociedade. Foi com o desenvolvimento de análises criminais a partir da teoria da desorganização social que as pesquisas de vitimização foram impulsionadas para além do entendimento institucional do crime, pois corporificaram na Academia os entendimentos de que certo comportamento só é desviante porque assim a consciência coletiva o lê pela sua disjunção com as normas “legais”; segundo, as bases estatísticas criadas pelo Estado para organizar em numeros a criminalidade desde a década de 30 não davam mais conta de cobrir a totalidade da dinâmica social do crime, deixando escapar informações secundarias que quando conjugadas num determinado contexto produziam novas incidências criminais; terceiro, o estudo da subnotificação do crime fornecia base para criação de instrumentos de resolução de conflitos a partir de como se percebia a organização social das praticas delitivas (BEATO, 2000; LANGTON, 2012; SENASP-MJ, 2013).

As recentes pesquisas de vitimização realizadas pelo *National Crime Victimization Survey* (NCVS) e pelo *International Crime Victims Survey* (ICVS) consideram a pesquisa de vitimização um mecanismo sistêmico importante para o estudo e compreensão do crime como uma construção social de grupos sociais delitivos e vulnerados pelos riscos ocasionados pela

criminalidade, pois objetivam organizar informações pertinentes à experiência individual com o crime, das condições de ocorrência, do sentimento de segurança/insegurança e da violência cometida.

É pelo estudo dos *surveys* de vitimização que se obtém com detalhes as estimativas e os desdobramentos do crime comunicado registrado, do crime não comunicado e/ou do crime comunicado não-registrado. A frequência e a natureza amostradas na pesquisa de vitimização detalham informações dos perfis vitimológicos, dos ofensores, dos potenciais ofensores, das circunstâncias temporais e ambientais do cometimento delitivo, e das informações suplementares da experiência da vítima com o sistema de justiça criminal e dos mecanismos de autodefesa utilizados pelas populações como medida de controle social da criminalidade (MAGUIRE, 2002; MOSHER *et all*, 2002).

Alem da estimação dos índices criminais numa dada população as pesquisas de vitimização inserem-se nas Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Humanas como estudos metodológicos e teóricos das circunstâncias do crime, importante para elaboração epistêmica e técnica de políticas de enfrentamento e prevenção ao oferecer dados mais próximos da realidade capazes de localizar na malha social os conflitos, as identidades, as condições de amparo social do crime e os riscos ocasionados pelas praticas delitivas, bem como das omissões institucionais com a não resolução dos problemas secundários ao delito. Essas informações organizadas permitem o analista criminal mapear a frequência dos cometimentos delitivos, identificar grupos delinquentes e outros vulnerados pelas ações criminosas e determinar os ambientes e identidades propensos à pratica de violência letal, como o homicídio (PINTO *et all*, 2007; TRUMAN & PLANTY, 2012; VAN DIJK *et all*, 2008).

Kahn (*op. cit*), Langton (2012) e Van Dijk *et all* (2008) concordam que as pesquisas de vitimização necessitam de um tratamento metodológico único e com periodicidade de atualização anual, pois a base de dados resultante pode servir para os departamentos de segurança publica como um mecanismo exógeno de aferição e controle dos dados oficiais organizado pelas policias. Com isso aferir o nível de confiabilidade técnica das medidas preventivas implementadas nos grupos sociais, pois os dados reais sobre o processo de vitimização pode ser é destinado a formulação de técnicas de prevenção de futuras vitimas a partir da socialização dessas técnicas como instrumentos de resolução de conflitos interpessoais onde o alcance policial é mínimo.

#### **4 – A VITIMA COMO OBJETO DE PESQUISA: NOTAS TÉCNICAS DA PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO EM UMA POPULAÇÃO DE TRABALHADORES URBANOS DA ÁREA CENTRAL DE MANAUS (AM)**

##### **4.1 - UNIVERSO DA PESQUISA**

Apresentando uma natureza quantitativa e probabilística a presente Pesquisa de Vitimização utilizando uma abordagem domiciliar do trabalho e residência na Região Central de Manaus, Amazonas, estadeia como universo de pesquisa homens e mulheres com idade igual ou superior a 16 anos tipificados por Micro Empreendedores Individuais (MEI), trabalhadores nas Galerias Comerciais Municipais e residentes nos bairros da Área Central de Manaus, Amazonas, a unidade de pesquisa é o trabalhador urbano Microempreendedor Individual (MEI).

No planejamento da pesquisa considerou “trabalhadores” homens e mulheres com idade de 16 anos ou mais inscritos como Microempreendedores Individuais (MEI), que é o individuo trabalhador que realiza por conta própria sua atividade ocupacional remunerada e se legaliza como pequeno empresário. Em conformidade com a Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008 o pequeno empresário MEI é aquele que fatura em sua ocupação no máximo até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por ano e não tem participação em outra empresa como sócio ou titular.

Como MEI o empresário inscrito goza das seguintes vantagens após sua legalização: 1) Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); 2) Conta Bancaria em nome da empresa, com isso podendo adquirir linhas de crédito junto às Instituições Financeiras, expedição de notas fiscais, Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) no caso do universo pesquisado; 3) Enquadramento ao SIMPLES NACIONAL; 4) Isenção de tributos federais como Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL; 4) Ao contribuir com R\$ 49,00 (prestação de serviços) ou R\$ 50,00 (comercio e serviços) o empresário é inscrito na Previdência Social e ao ICMS ou ISS, no caso do universo pesquisado mantido pela Prefeitura de Manaus (PMM) é ao ISS. Garantia dos benefícios como Auxilio Maternidade, Auxilio Doença e Aposentadoria, para citar os mais importantes; 5) Possibilidade do MEI contratar um empregado com salário máximo de um salário mínimo.

A pesquisa considerou “Galeria Comercial” os estabelecimentos provisórios e permanentes construídos pela Prefeitura de Manaus entre 2013 e 2014 para abrigar os trabalhadores informais de rua conhecidos como “camelôs”. Fruto de um Projeto de Revitalização, Ordenamento e Requalificação do mobiliário urbano do Centro de Manaus, administrado pela Prefeitura de Manaus, a construção dessas Galerias visou qualificar, organizar e legalizar a mão-de-obra informal localizadas na Área da antiga Zona Franca Comercial.

A primeira ação empreendida nesse sentido foi a criação da Secretaria Extraordinária de Requalificação do Centro de Manaus, SEMEX, na administração do Prefeito Arthur Virgílio Neto (2013 – 2017), e a realização de um estudo socioeconômico e de planejamento urbanístico junto a essa população de trabalhadores informais. Por conseguinte, devido à pressões administrativas para o cumprimento da Agenda de Obras realizadas para a Copa do Mundo de 2014, a qual incluíram a construção da Arena da Amazônia, Reforma e Ampliação do Aeroporto Eduardo Gomes e a Criação de Corredores Urbanos, para citar os que foram realizados a tempo, a SEMEX-PMM cria uma Agenda de desapropriação do solo urbano da Área Central, cujo foco foi a remoção das bancas dos “camelôs” para essas “Galerias Comerciais”, ver as imagens de desapropriação no ANEXO II.

Essa desapropriação do solo urbano obedeceu um cronograma, os primeiros trabalhadores retirados foram aqueles localizados nas calçadas da Avenida Eduardo Ribeiro, os segundos foram os que ocupavam o entorno da Praça XV de Novembro (Praça da Matriz); em sequência foi desapropriada a Rua Henrique Martins na imediação da Barroso com a Lobo D’Almada. A quarta ação nesse sentido se concentrou nas bancas que ocupavam as calçadas da Avenida Epaminondas na altura da Travessa 10 de Julho à Rua da Instalação.

As últimas ações realizadas até a realização da Copa do Mundo em Julho de 2014 foram concentradas numa força tarefa para desapropriar a Praça Adalberto Vale, as calçadas da Avenida Marechal Deodoro, o entorno do Mercado Adolfo Lisboa e as calçadas da Avenida Floriano Peixoto e Sete de Setembro, depois dessas ações não ocorreu nenhuma outra deixando de fora outros trabalhadores informais localizados nas ruas internas da antiga Zona Franca Comercial.

<b>Amostra MEI da Pesquisa: 618 indivíduos</b>									
<b>Galerias Comerciais</b>	<b>Origem do Trabalho como “Camelô”</b>								
	Eduardo Ribeiro	Henrique Martins	Praça da Matriz	Praça Adalb. Vale	Epaminondas	Marechal Deodoro	Mercado Adolfo Lisboa	Florianópolis	Instalação
<b>Remédios</b>	17	17	18	17	18	17	17	17	17
<b>Florianópolis</b>	17	17	19	17	17	17	17	17	17
<b>Espirito Santo</b>	17	17	17	17	19	17	17	17	17
<b>Epaminondas</b>	17	17	17	17	17	17	17	17	17
<b>TOTAL</b>	68	68	71	68	71	68	68	68	68

**QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA MEI ENTRE ORIGEM DO TRABALHO CAMELÔ E GALERIAS COMERCIAIS**

**FONTE:** Planejamento da Pesquisa

Utilizando a definição de “morador” formulada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera como tal a pessoa detentora de domicílio como local habitual de residência num período médio de 12 meses ou superior. No planejamento da pesquisa considerou “morador” na Área Central o MEI que utiliza domicílio locado, cedido ou de sua propriedade situado no Centro ou nos bairros adjacentes à Área Central, onde estão localizadas as Galerias Comerciais (MAPA 1).

Em conformidade com o artigo 64, da Seção I, “Das Zonas Urbanas” (MAPA 2), da Lei Complementar Municipal nº. 002 de 16 de Janeiro de 2014, “Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus”, caracteriza-se Área Central de Manaus a Zona Urbana Sul (MAPA 3) composta dos setores geográficos urbanos 01 (restrito ao Bairro Centro), 03 (Bairros Cachoeirinha e Praça 14 de Janeiro) e 04 (Bairros Colônia Oliveira Machado, Crespo, Educandos, Morro da Liberdade, Santa Luzia, São Lázaro e Betânia), parte dos setores 02 (Bairros Nossa Senhora Aparecida, Glória, Santo Antônio, São Raimundo, Presidente Vargas) e 12 (Bairros Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças).

**Universo Total MEI (Galerias Comerciais): 700 indivíduos**

**Amostra MEI da Pesquisa: 618 indivíduos**

<b><u>BAIRROS</u></b> <b><u>ÁREA CENTRAL</u></b>	<b><u>AMOSTRA MEI DA PESQUISA</u></b>				<b>TOTAL</b>
	REMÉDIOS	FLORIANO PEIXOTO	ESPÍRITO SANTO	EPAMINONDAS	
<b>CENTRO</b>	11	8	16	7	42
<b>N. SR<sup>a</sup>. APARECIDA</b>	11	8	12	4	35
<b>SÃO RAIMUNDO</b>	11	13	6	5	35
<b>PRE. VARGAS</b>	12	6	12	5	36
<b>SANTO ANTONIO</b>	5	15	6	9	35
<b>SANTO AGOSTINHO</b>	4	17	6	8	35
<b>PRAÇA 14 DE JANEIRO</b>	17	6	11	1	35
<b>CACHOEIRINHA</b>	12	4	20	4	40
<b>COL. OLIVEIRA MACHADO</b>	8	18	8	10	44
<b>CRESPO</b>	7	18	6	5	36
<b>EDUCANDOS</b>	14	10	10	20	54
<b>MORRO DA LIBERDADE</b>	6	8	7	19	40
<b>SANTA LUZIA</b>	11	6	8	21	46
<b>SÃO LAZARO</b>	9	5	7	17	38
<b>BETÂNIA</b>	10	8	6	16	40
<b>N. SR<sup>a</sup>. DAS GRAÇAS</b>	5	4	9	2	20
<b>ADRIANOPOLIS</b>	2	-	5	-	7
<b>TOTAL</b>	155	155	155	153	618

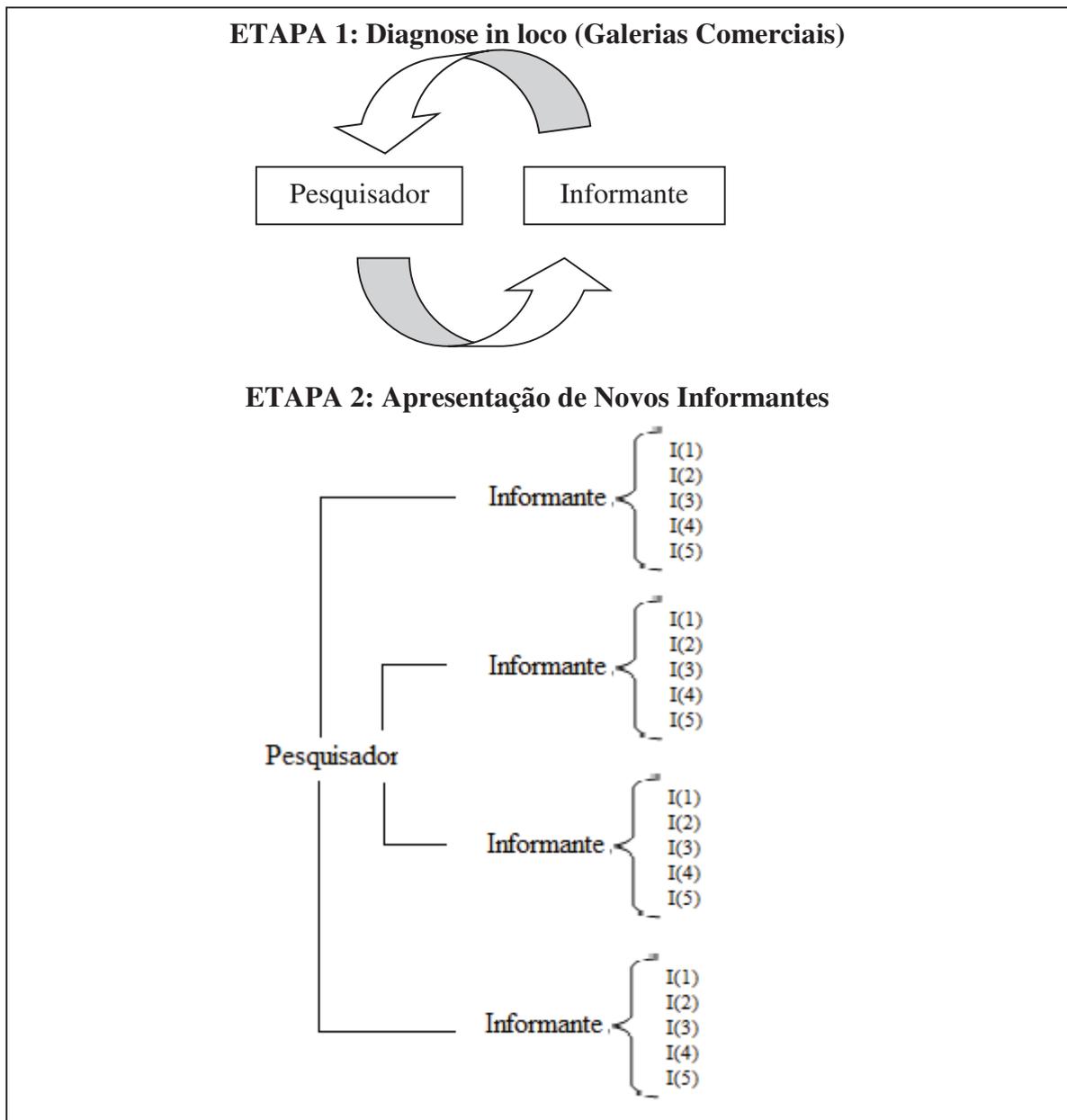
**TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO MEI NA RELAÇÃO BAIROS E GALERIAS COMERCIAIS**

**FONTE:** Planejamento da Pesquisa

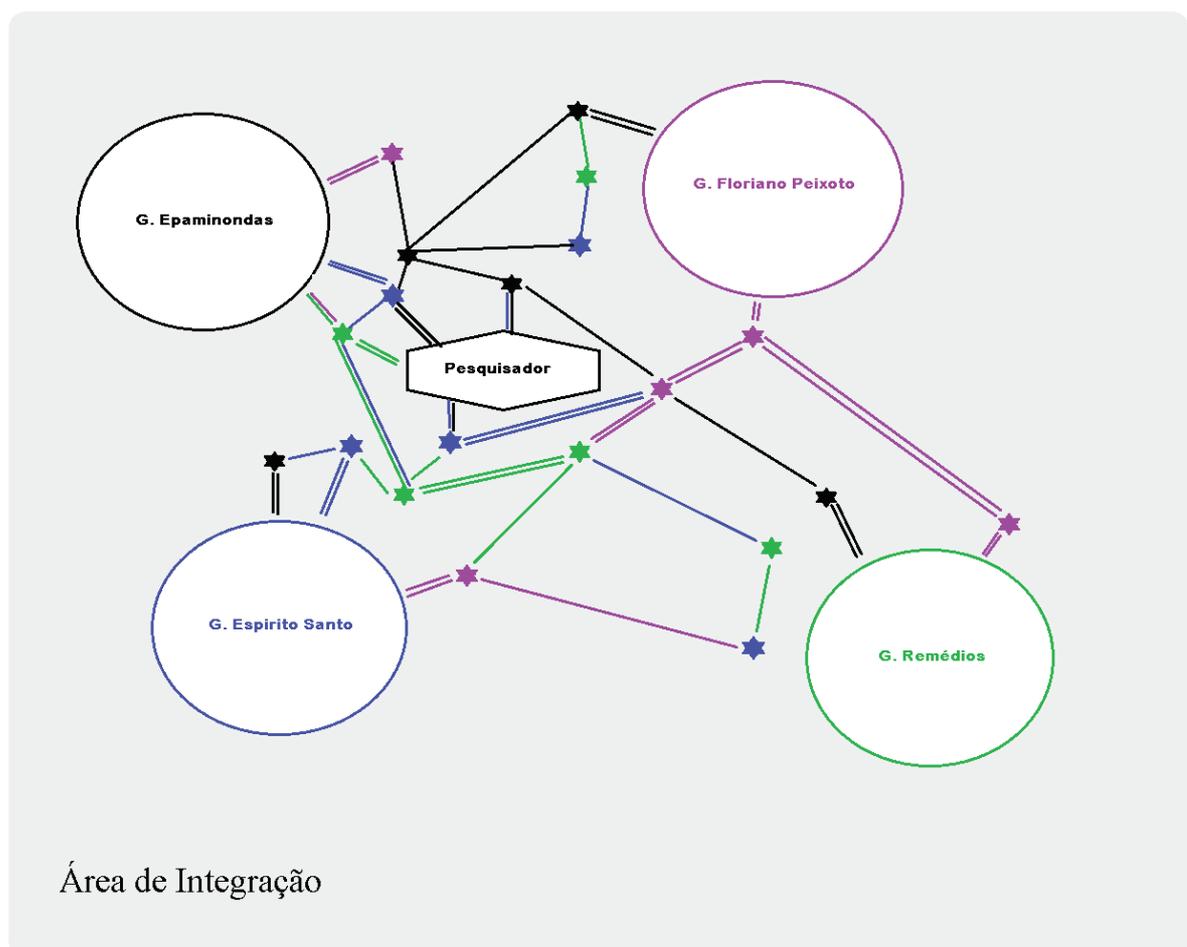
Na coleta de dados utilizou-se a técnica de entrevistas mediante perguntas estruturadas em um questionário conforme modelo, Anexo I. A operacionalidade da entrevista via questionário durou em média 50 minutos com cada informante, seguiu-se a orientação de que cada entrevista fosse realizada em local reservado, distante do local de trabalho e residência do entrevistado, para que não ocorresse a intrusão de terceiros na hora da coleta de dados e preservasse a intimidade do informante.

Nos dias predefinidos das entrevistas realizadas com homens não se realizava entrevista com as mulheres informantes, e vice-versa, essa medida estratégica foi adotada para gerar maior confiabilidade nas respostas das perguntas dos questionários, além de preservar a identidade e privacidade do informante na declaração das informações ao pesquisador no ato da entrevista.

No acompanhamento da execução das entrevistas foi montada uma rede de informantes e informações exclusiva entre o pesquisador e os informantes da pesquisa. Em primeiro momento o coordenador da pesquisa realizou uma diagnose *in loco* nas Galerias Comerciais Municipais, distribuindo convites para a pesquisa e fazendo entrevistas orais informais com a finalidade de esclarecer e convencer o indivíduo MEI a se tornar um informante da pesquisa. No segundo momento cada informante cooptado apresentava um numero “x” de outros informantes, nesta etapa fixou-se esse numero “x” em 1/5, isto é, um (1) informante convencido na primeira etapa apresentava cinco (5) novos informantes.



Os cinco novos informantes eram distribuídos na Área de integração social entre as Galerias Comerciais a partir de sua posição laborativa, como tipo de informante considerou sua posição no meio social como intermediária já que as informações circuladas entre esses indivíduos se dava pela apresentação de novos contatos que poderiam apresentar outros informantes dentro das Galerias Comerciais que pudessem ser os entrevistados da pesquisa. Considera-se esse momento como triagem de informantes intermediários estabelecidos em uma rede comunicacional onde o valor da relação era mediado pela intensidade dos laços comunicacionais estabelecidos entre esses indivíduos, conforme demonstra o gráfico abaixo:



**Legendas**



**GRÁFICO 2: INFORMANTES INTERMEDIÁRIOS**

FONTE: Planejamento de Pesquisa

Uma vez apresentado pelos “informantes intermediários” aos possíveis informantes trabalhadores MEI dentro das Galerias Comerciais, o pesquisador empreendeu a quarta etapa de seleção dos entrevistados da pesquisa. Separou em duas categorias, “entrevistados

prioritários” e “entrevistados secundários”, respectivamente, os informantes que entravam no grupo prioritário são trabalhadores das Galerias Comerciais, inscritos no regime tributário MEI, dono da banca e morador da Área Central ou em bairros próximos a essa Área. Já o grupo secundário de entrevistados era formado por indivíduos trabalhadores das Galerias Comerciais, não inscritos no regime tributário MEI, locatários das bancas e moradores em bairros distantes da Área Central de Manaus.

Para esta pesquisa privilegiou-se o grupo de entrevistados prioritários pelas razões de proximidade residencial com o local de trabalho e pela legalidade tributária que o amparasse nas Galerias Comerciais como trabalhador urbano legislado MEI. Após as respostas dos questionários, do término de cada ida à campo, o material era revisado com a finalidade de averiguar possíveis erros nos preenchimentos das respostas. Cada momento da pesquisa o questionário respondido passava por uma crítica, checagem e digitação dos dados.

#### 4.2 - PLANO AMOSTRAL

Considerando as definições metodológicas formuladas pelo ICVS-UNICRI e concordando com a metodologia utilizada na Pesquisa Nacional de Vitimização da SENASP-MJ para seu plano amostral, a presente pesquisa opta por utilizar a técnica estatística de amostragem probabilística para montagem do seu plano amostral.

Justifica-se a escolha dessa técnica, inicialmente, por considerar as restrições operacionais e financeiras para realização de uma pesquisa em grande escala focada no mapeamento completo dos domicílios comerciais e residenciais da Área Central de Manaus (AM) através de uma operação censitária.

Segundo, mesmo com as limitações operacionais o uso da técnica de amostragem probabilística para tipos de pesquisas populacionais como a presente que tende a facilitar a demonstração representativa da vitimização em um determinado espaço urbano, oferece ao analista aspectos representativos da população como um todo. A definição do universo da pesquisa, a formulação do plano de amostragem e a seleção das unidades da amostra compõe um quadro técnico importante para se ler um dado específico da sociedade como um todo a partir da seleção de uma amostra populacional.

Assim, o plano amostral da pesquisa de vitimização baseia-se nos múltiplos estágios que o universo da pesquisa apresenta. Primeiro o bairro Centro onde se localizam as Galerias Comerciais é estratificado, cada unidade foi disposta a partir da localização e área de influência geográfica de cada Galeria Comercial dentro do bairro. Essa proposta possibilita estimar variáveis de interesse empírico para o domínio geográfico de cada Galeria Comercial com uma medida de precisão controlada.

Ao considerar a divisão dos estratos as posições das Galerias Comerciais a pesquisa considera o Bairro Centro uma Região de Vitimização e as Galerias Comerciais seus estratos, a pesquisa avalia que cada unidade amostral é o indivíduo com 16 anos ou superior, Microempreendedor Individual (MEI) das Galerias Comerciais e morador dos bairros próximos à Galerias, localizados na Área Central de Manaus (AM).

<b>REGIÃO DE VITIMIZAÇÃO</b>	<b>ESTRATO</b>	<b>POPULAÇÃO (MEI)</b>	<b>AMOSTRA (MEI)</b>
CENTRO	Galeria dos Remédios	175	155
	Galeria Floriano Peixoto	175	155
	Galeria Espírito Santo	175	155
	Galeria Epaminondas	175	153

**QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO ESTRATO, POPULAÇÃO E AMOSTRA**

**FONTE:** Planejamento da Pesquisa

Então, como Região de Vitimização o Centro, estratificado pela posição geográfica das quatro Galerias Comerciais, Galeria dos Remédios com uma população de 175 MEI e uma amostra da pesquisa de 155 MEI; Galeria Floriano Peixoto com uma população de 175 MEI e uma amostra da pesquisa de 155 MEI; Galeria Espirito Santo com uma população de 175 MEI e uma amostra da pesquisa de 155 MEI e a Galeria Epaminondas com uma população de 175 MEI e uma amostra da pesquisa de 153 MEI, como dispôs o quadro abaixo:

#### 4.3 - PONDERAÇÃO

O questionário como instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa teve por inspiração a metodologia o instrumento formulado pela *United Nations Crime Institute*

(UNICRI), utilizado no projeto de Pesquisa de Vitimização intitulado *International Crime Victimization Survey* (ICVS). Também, utilizou-se como medida técnica a Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada entre 2010-2012 nas 27 unidades da Federação com mais de 70.000 entrevistas feitas, cuja responsabilidade pela pesquisa foi da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça (MJ) em consórcio com o DATAFOLHA.

Por conta das medidas conceituais adotadas por essas pesquisas, o questionário aplicado na presente pesquisa para coleta de dados foi estruturado em oito partes intercambiadas entre si, modelo *survey*. A primeira parte toma dados sobre o “Perfil da Amostra”, como Sexo, Idade, Escolaridade, Orientação Sexual, Classe Social, Renda Familiar Mensal, Tipificação Econômica Ativa, Religião, Estado Civil, Cor e Tipo de Moradia. A segunda parte, “Características das Atividades Rotineiras”, em que a intenção é coletar informações sobre os Hábitos de Circulação Diária, Atividades realizadas nos últimos 30 dias e Meios de Transportes utilizados para a execução dessas atividades diárias.

A terceira parte, “Caracterização da Vizinhança” procurou obter dados sobre a vizinhança residencial e trabalhista do entrevistado, sobre o Relacionamento com os Vizinhos, a Solidariedade da Vizinhança, Características da Vizinhança, bem como sua Imagem e dos Acessos aos serviços públicos e privados.

Quanto a quarta parte, “Mapeamento de Crimes”, procurou obter informações sobre Furtos e Roubos de Veículos, Furto e Roubo de Objetos, Sequestro, Fraude / Estelionato, Acidentes de Transito, Agressão, Ameaça, Ofensa Sexual, Discriminação. Bem como a Taxa de Notificação e Satisfação com a Polícia nos registros desses crimes.

A “Sensação de Segurança” foi tema da quinta parte do questionário, em que procurou avaliar a sensação do entrevistado em andar pelas ruas da cidade, se o entrevistado deixou de fazer alguma atividade por conta da violência, identificando assim, quem foi que deixou de fazer algo por conta da violência, e por último o nível do medo sentido na vizinhança.

Nas partes seis, sete e oito do questionário dispôs perguntas que avaliavam a percepção do informante quanto a criminalidade, quanto ao risco de vitimização e sobre o funcionamento das Instituições de Polícia na Segurança Pública. Em relação a “Percepção da Criminalidade”, procurou saber qual a opinião do entrevistado quanto ao aumento da criminalidade na vizinhança (residencial e trabalhista); quanto a “Percepção do Risco de Vitimização” procurou saber a intensidade do medo do crime e se o entrevistado, por conta desse medo, se acha provável vítima da criminalidade.

Na ultima parte, “Percepção da Segurança Pública”, o entrevistado foi perguntado quanto as formas de contato com a policia (Militar, na atividade ostensiva, e a Civil, na investigação), bem como a confiança que ele tem nas Policias, e se em algum momento nos últimos 12 meses ele foi vitima de violência praticada por agentes dessas policias.

O modelo do questionário aplicado nesta pesquisa encontra-se anexo a esse trabalho. A forma com a qual se escolheu implementar os *surveys* transcorreu em oito momentos. O primeiro momento foi o levantamento dos informantes da pesquisa dentro do universo desta; o segundo momento foi a implementação das partes 1, 2 e 3 inicialmente com a finalidade de conhecer a amostra pesquisada e avaliar o estímulo do respondente em continuar nas próximas etapas.

O momento seguinte, mais delicado, foi a implementação das partes 4 e 5, nesta etapa da pesquisa registramos evasões e desistências de informantes por conta da natureza das perguntas. O estágio seguinte, ultimo na coleta das informações, foi implementar as partes 6, 7 e 8.

Devido ao grande numero de desistências na etapa três, implementação das partes 4 e 5, o pesquisador tomou a iniciativa de intercalar os essa parte com as partes 6, 7 e 8, obedecendo a seguinte disposição: parte 8 com a 5 e 7; parte 6, 7 com a 4; parte 4 com a 7; parte 4 com 6, 7 e 8. Assim ficou disposto a aplicação dos questionários dentro do universo de pesquisa, vide:

<b>ESTRATOS</b>		<b>QUANTIDADE</b>		
População do Universo da Pesquisa (MEI – Galerias Comerciais)		1.310 indivíduos		
Informantes Selecionados Provisoriamente		700 indivíduos		
Amostra (TOTAL)		618 indivíduos		
<b>OPERACIONALIDADE</b>				
<b>PARTES DO QUESTIONARIO</b>	<b>PERIODO (1 ANO)</b>	<b>NUMERO DE INDIVDUOS ENTREVISTADOS</b>	<b>AMOSTRA DA EVASÃO</b>	<b>AMOSTRA DE RECOMPOSIÇÃO</b>
1, 2 e 3	10 meses	700 indivíduos	90 indivíduos	
4 e 5	5 meses	610 indivíduos	196 indivíduos	
6, 7 e 8	4 meses	414 indivíduos	14 indivíduos	
8, 5 e 7	1 mês	75 indivíduos		75 indivíduos
6, 7 e 4	5 meses	43 indivíduos		43 indivíduos
4 e 7	3 meses	68 indivíduos		68 indivíduos
5 e 6	2 meses	32 indivíduos		32 indivíduos

**TABELA 4: RELAÇÃO PARTES DO QUESTIONARIO E PERIODO DE IMPLEMENTAÇÃO**

**FONTE:** Planejamento da Pesquisa

A população do universo de pesquisa compreende 1.310 Microempreendedores Individuais (MEI) trabalhadores nas Galerias Comerciais, deste quantum foi selecionado provisoriamente 700 MEI informantes ideais, ao final da pesquisa com duração de 1 ano, outubro de 2014 à outubro de 2015 a Amostra total selecionada para essa Pesquisa foi de 618

MEI, considerando este numero da Amostra o quantitativo de questionários completos respondidos.

De outubro de 2014 à outubro de 2015, o pesquisador fez a seguinte divisão de seus horários de pesquisa, o primeiro turno das 8:00 às 12:00 e o segundo turno das 14:00 às 18:00, em sua totalidade no primeiro turno o pesquisador realizava três questionários, no segundo turno eram preenchidos quatro questionários. A semana da pesquisa compreendia Segunda, Quarta e Sexta, ao final de uma semana eram realizados vinte e um questionários, e em um mês de pesquisa oitenta e quatro questionários eram preenchidos.

A todo foram entrevistados 700 MEI, numero considerado ideal para a pesquisa, entre evasões e desistências motivada por qualquer natureza essa pesquisa finalizou na Amostra total em 618 questionários respondidos num período de 1 ano de pesquisa, outubro de 2014 à outubro de 2015, esse numero é considerado a Amostra real para composição da análise estatística dispostas nas tabelas e gráficos.

Conforme a tabela citada acima, a aplicação da parte 1, 2 e 3 levou dez meses tendo 700 indivíduos; das partes 4-5 foi de cinco meses tendo 414 indivíduos; das partes 6, 7 e 8 foi de quatro meses com 400 indivíduos. Por conta das evasões e desistências ocorridas no meio do processo, dos 700 indivíduos (Amostra Ideal) que responderam inicialmente, 300 (Amostra Evasiva) não quiseram participar mais das entrevistas, forçando o pesquisador selecionar uma nova amostra (Amostra de Recomposição) dentro da população do universo e estabelecer um novo prazo dentro dos 12 meses da pesquisa para novas rodadas de entrevistas. Dessa nova amostra manteve-se inicialmente a resposta da Parte 1, 2 e 3 e foi organizada as novas partes separando a parte 4 da 5, sendo assim criou-se uma excepcionalidade assim disposta parte 8,5 e 7 com um mês de implementação e 75 entrevistados; parte 6, 7 e 4 com cinco meses e 43 entrevistados; parte 4 e 7 com três meses e 68 participantes, e, por ultimo, parte 5 e 6 com dois meses e 32 entrevistados.

Considerando a Amostra total da pesquisa de 618 questionários respondidos dentro do universo pesquisado, Galerias Comerciais (Remédios, Floriano Peixoto, Espírito Santo e Epaminondas), a tabela abaixo apresenta a relação Galeria Comercial, numero de indivíduos pesquisados na primeira rodada, numero de indivíduos pesquisados na segunda rodada, tempo de execução da primeira rodada e tempo da segunda rodada de aplicação dos questionários.

GALERIAS COMERCIAIS	ENTREVISTADOS		TEMPO		TOTAL
	(1ª Rodada)	(2ª Rodada)	1ª Rodada	2ª Rodada	Tempo 1ª e 2ª Rodada
Remédios	100	55	7 meses	5 meses	12 meses
Florianópolis	61	94	7 meses	5 meses	12 meses
Espírito Santo	90	65	10 meses	2 meses	12 meses
Epaminondas	51	102	6 meses	6 meses	12 meses
<b>TOTAL</b> (Entrevistados)	302	316			

**TABELA 5: RELAÇÃO AMOSTRA E TEMPO DE ENTREVISTA (n = 618) / (t = 12 meses)**

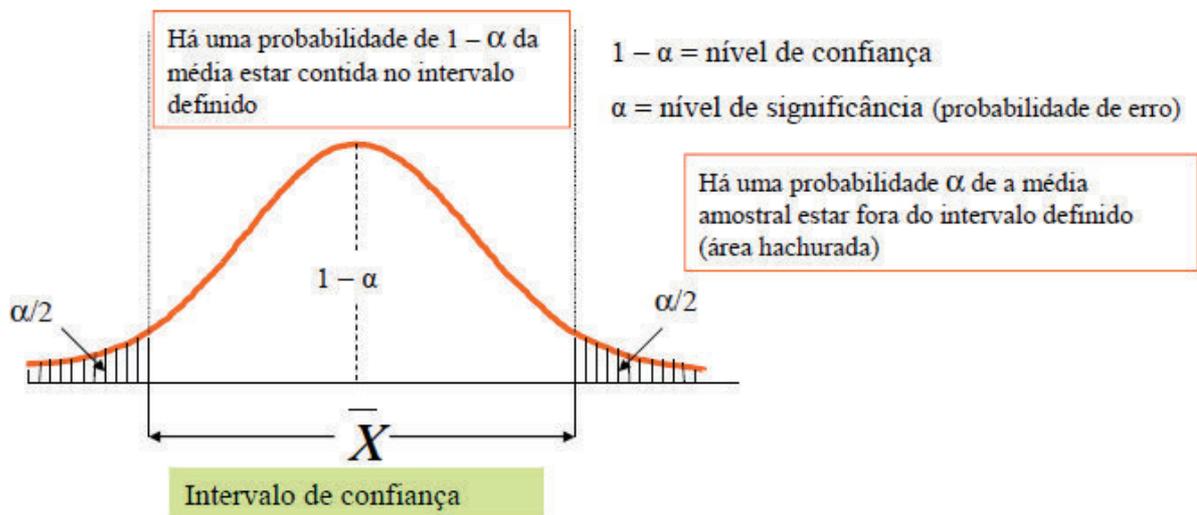
FONTE: Planejamento da Pesquisa

A pesquisa considera cada Galeria Comercial uma unidade domiciliar do trabalho que abriga uma população de trabalhadores urbanos legalizados, que por sua vez refletem outras unidades domiciliares, a “Banca” e o domicílio residencial. A “Banca” é caracterizada por um espaço de 4mx4m construído dentro da Galeria Comercial utilizado pelo MEI como local comercial. O domicílio residencial é caracterizado como a construção física utilizada pelo indivíduo como espaço de moradia. Em fase preliminar de planejamento da pesquisa foi considerado realizar as entrevistas por questionários por “Banca”, no entanto essa estratégia foi afastada quando o número de Microempreendedores Individuais presentes em cada Galeria Comercial é superior ao número de “Bancas”, portanto privilegiou-se nessa pesquisa o indivíduo em vez da construção física ocupada para fins comerciais.

Nesse sentido, cada Galeria Comercial é um estrato de pesquisa que apresenta um significativo quantum de indivíduos predispostos inicialmente à pesquisa, avalia-se essa predisposição devido ao expressivo número de homem e mulher de 16 anos ou superior participantes da pesquisa na 1ª e 2ª rodada de pesquisa que compreendeu 12 meses, outubro de 2014 à outubro de 2015.

#### 4.4 INTERVALO DE CONFIANÇA E MARGEM DE ERRO

Para confiabilidade representativa dos dados levantados pela pesquisa amostral é imprescindível que se adote medidas técnicas capazes de mensurar a confiança e o percentual de erro presente numa dada amostra. Consideradas medidas de valor nas pesquisas por amostragem o “Intervalo de Confiança” (IC), a “Margem de Erro Padrão” ( $S_p$ ) e a “Margem de Erro Amostral” ( $E$ ) servem para legitimar a confiabilidade dos dados apresentados numa pesquisa. O Intervalo de Confiança é a faixa de valor real da média amostral, a probabilidade desse intervalo chama-se “nível de confiança” (média da população) é simbolizado por  $1 - \alpha$  como demonstra o gráfico abaixo:

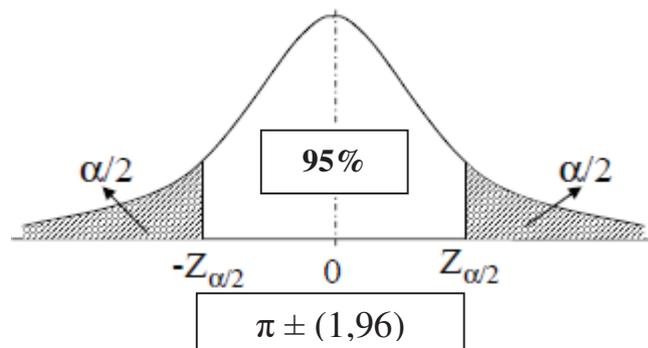


O nível de confiança é o valor estimado dentro da distribuição amostral que permite avaliar um limite superior de erro na amostra selecionada, em que  $\alpha/2$  simboliza as áreas críticas onde valores próximos ou dentro dessas áreas representam disparidades e uma margem de erro muito grande na amostra.

Pretendendo estabelecer um nível significativo de confiança dentro da amostra para que a probabilidade de ser verdadeira a incidência de vitimização contida no intervalo de confiança, fixa-se o intervalo de confiança em 95 % da Amostra da pesquisa que em números são 588 MEI representando o valor esperado da amostra ( $\mu_p$ ) do total de 618 MEI ( $n = 618$ ) vítimas de crime nos últimos doze meses, de um universo de 700 MEI selecionados provisoriamente distribuídos em quatro Galerias Comerciais dispostas no Centro, antiga Zona Franca Comercial,

$$X = \frac{\mu p}{n} = \frac{588}{618} = 0,9500 \text{ ou } 95,0\% \text{ (intervalo de confiança)}$$

Considerar-se-á quinhentos e oitenta e oito Microempreendedores Individuais o nível máximo de confiabilidade de mensuração da vitimização numa amostra de 618 MEI, representando 95% de nível de confiança dessa pesquisa. A teoria da distribuição normal afirma que para 95% de probabilidade de que um valor seja observado os desvios de padrões da média é em torno de 1,96. Então, ao tomar por nível de confiança 95 % da amostra essa pesquisa anui com a premissa da teoria da distribuição normal, ponderando o desvio padrão de 95% de probabilidade dessa pesquisa de vitimização no valor de  $\pm 1,96$ .



Para calcular a Margem de Erro Padrão ( $S_p$ ) dessa pesquisa utilizaremos a equação abaixo, onde ( $P$ ) é o Intervalo de Confiança de 95% ou 0,95; ( $1 - P$ ) representa  $1 - 0,95$  que é igual a 0,05; e, ( $n$ ) representa o valor total da Amostra da pesquisa, ( $n$ ) igual a 618

$$S_p = \sqrt{\frac{P \cdot (1 - P)}{n}}$$

$$S_p = \sqrt{\frac{(0,95) \cdot (0,05)}{618}} = 0,0087$$

Para o nível de confiança de 95% (588 MEI), a Margem de Erro Padrão ( $S_p$ ) adotado nesta pesquisa de vitimização é de  $\pm 0,0087$ , que é o fator principal para o calculo da Margem de Erro Amostral ( $E$ ), que é o intervalo limite superior e inferior da Amostra. A equação para o calculo do ( $E$ ) é expresso na multiplicação da média de desvio padrão do nível de confiança ( $\pi$ ) com a Margem de Erro Padrão ( $S_p$ ) calculado. É, então, a multiplicação de (1,96) que representa o

desvio padrão ( $\pi$ ) do nível de confiança 95% com (0,0087) que representa Margem de Erro Padrão ( $S_p$ ) da pesquisa.

$$E = (1,96).S_p$$

$$E = (1,96).(0,0087) = 0,0171 \text{ ou } 1,71\%$$

$$95,0\% \pm 1,71\%$$

Portanto, o intervalo limite inferior do nível de confiança 95,0% é 95,0% menos 1,71% que perfaz o valor igual a 93,29% e o limite superior do nível de confiança 95,0% é 95,0% mais 1,71 que perfaz o valor de 96,71%.

A perspectiva qualitativa desse valor é interpretado da seguinte maneira, para o nível de confiança 95%, adotado nesta pesquisa, em que o desvio padrão ( $\pi$ ) do nível de confiança de 1,96 e a Margem de Erro Padrão de 0,0087. No intervalo de vitimização de 95,0% dos entrevistados, a Margem de Erro Amostral ( $E$ ) da pesquisa representa  $\pm 1,71\%$ .

## **5 – “ERA UM CÉU ALARANJADO EM GOTHAM CITY...”: A VITIMA ENQUANTO REPRESENTAÇÃO DA COLETIVIDADE**

Condição essencial para compreensão dos aspectos básicos da vida em sociedade, as representações sociais baseadas em arquétipos, predefinições e argumentações, teóricas ou à senso comum, assim como as ações humanas, elas são balizadas pelo tempo e pelos espaços aos quais aparecem e/ou desaparecem. Sem um esforço dissertativo aprofundado, pode-se dizer que as representações sociais de um determinado objeto se estabelecem no tempo e se acomodam nos espaços sociais, por meio de imagens, ideias, materializações conceptuais da natureza e das funções pragmáticas dessas representações sociais.

Quando se trata esse material pelo ângulo científico das Humanidades, é cabal entender que a natureza e as transformações sociais amplificam as representações a tal ponto de considerarmos base substancial para análises de processos sociais. Daí entender como central o conceito de Representação Social para análise do crime e da vitimização, na relação entre agressor-vítima, pois, auxiliando na leitura de dados empíricos, a aplicação do conceito ajuda na compreensão da vítima como indivíduo construído nas relações empíricas do contexto criminal.

Oriunda da Psicologia Social, o conceito de Representação Social foi apresentada pela primeira vez por Serge Moscovici na década de 60 do Século XX, e desde então explorada à exaustão dentro de sua Área de origem, assim como em outras de estudo do comportamento humano em sociedade, pelo conceito apresentar um conjunto de métodos e técnicas auxiliares nas leituras de problemas relacionados à Identidade, Identificação, Processos Criativos e Interconexões Simbólicas resultantes das conectividades relacionais dos seres humanos. De todo modo, o conceito detinha uma finalidade: compreender a formação e a reconfiguração social dos fenômenos e processos sociais que formam estruturas representativas do conhecimento dos grupos sociais simples e complexos.

Jodelet (2009) compreende o conceito de Representação Social como uma forma de conhecimento socialmente criada e compartilhada, sua praticidade contextual revela uma realidade comum a determinados grupos sociais. Ferreira de Almeida (2000), por sua vez, afirma que ao se deter na análise de valores e comportamentos multifacetados em dimensões sociais, linguísticas e comportamentais, as representações sociais formam um conjunto de recursos

heterogêneos disponíveis para a leitura global de simbolismos e culturalidades que determinam as práticas sociais cotidianas de grupos sociais.

Desse modo, comportamentos, práticas, ritos, ideologias e linguagens possuem carga empírica subjacentes às interpretações valorativas sobre contextos, identidades, subjetividades e simbolismos culturais sobre o que se pensa, se escreve, se esquece e se opina nos micro contextos sociais formatadores das “dimensões simbólicas do social” (MOSCOVICI, 2003) das individualidades e das coletividades.

Ao admitir que os indivíduos são seres pensantes autônomos, frequentemente associados à grupos sociais identificados por pensamentos e condutas formais ou informais, podemos seguir o raciocínio de Jorge Vala (2002), ao considerar que as representações sociais questionam a inaptidão argumentativa de que indivíduos sociais são construções sem autonomia, pois coloca em análise não o indivíduo em si, mas o pensamento resultante da construção coletiva da identidade; então, toda representação social detém autonomia contextual de definir processos e de se auto definir com objetivo de se adaptar ao contexto.

Essa verificação é fulcral para os estudos da vitimização, quando entendemos que a vítima é uma identidade e um processo de identificação formada por condições autônomas de pensamento e escolha, porque a partir da verificação do “grau de culpa” do acometimento criminal a vítima pode ser contextualizada para além do dano causado na ação criminosa, ao considerarmos que tanto o agressor como a vítima possuem autonomia em suas ações e estão condicionados à ação criminal. Logo, a mutualidade relacional estabelecida entre agressor e vítima revela condições e necessidades entre as duas identidades, que se revelam pelas condições de adaptabilidade consensual entre vítima e agressor.

Investigar a identidade, contextos, circunstâncias, necessidades, pensamentos que formam as representações sociais da vítima em determinado contexto social é extremamente importante para identificar grupos sociais vulnerados por ocorrências criminais registradas nos órgãos de segurança pública, bem como aquelas que não aparecem nas estatísticas oficiais desses órgãos, por que não foram notificadas ou foram subnotificadas. A partir dessas informações a criação de condições preventivas serão melhores trabalhadas, para que outros grupos que se assemelham àquele vulnerado consigam minimizar pragmaticamente a consecução de ocorrências produtoras da vitimização.

Retornando ao estudo de Moscovici (2003), o conceito de representação social tem como ponto central a premissa de que os indivíduos no meio social criam teorias, concepções e

conceitos para a explicação de processos e fenômenos sociais lógicos e fragmentários. Essa habilidade social desdobrada em simbolismos, linguagens e performances contextuais concebem *corpus* linguístico e ideológicos que necessitam passar pela análise das Ciências para então se tornarem tópicos de compreensão das experiências humana, dos traços culturais e das ideias sobre as coisas e o mundo.

Essa necessidade epistêmica contida nas representações sociais são dados formatadores de realidades, ressoam em nossas interpretações, condensam ideias, comportamentos e linguagens sobre o que acontece no nosso cotidiano e fornece-nos subsídios em respostas para o que cremos como “factível” em nossa existência, porque a construção social da realidade é um processo contínuo de “acreditar” na ação humana e nas dinâmicas possíveis de mensurar a ocorrência da ação e das consequências surgidas no tempo e no espaço.

Pois, esse “acreditar” são imagens e ideologias comungadas pelos indivíduos de uma comunidade ou grupo social, em que no micro contexto da individualidade cabe a pessoa aceitar ou não a imagem ou ideia, cuja aceitação produz a “coesão social” (DURKHEIM, 2009) por determinação de “laços sociais” (HIRSCHI, 1969) condicionantes da ação do indivíduo em suas escolhas e opções contribuintes para a coletividade enquanto representação.

Apesar da natureza do crime sempre passar por revisões epistêmicas nas Ciências Humanas e Sociais e a maior parcela das análises apontarem para um mesmo caminho de que as ideias sociais sobre crime e vitimização congregam ideias *in natura* do senso comum, as representações sociais oriundas desse contexto apresentam condições favoráveis para análise sociológica do processo de vitimização, por conferir legitimidade ao ato agressor, ao dano, ao “grau de culpa” da vítima e à durabilidade da ação e dos efeitos pragmáticos da ocorrência em determinados contextos que apresentam outros problemas sociais irresolutos e propensos a se combinarem com as causas da vitimização, já que o entendimento sobre isso também confere legitimidade aos atos antes mesmo da ocorrência criminal.

Na Vitimologia as representações sociais podem ser entendidas como consequência do saber prático das experiências em vitimização, ou de um conhecimento ideológico e linguístico sobre a vítima e dos efeitos sociais da vitimização, que a senso comum pode comumente ser apontado como conhecimento da realidade de um objeto real. É nesse ponto que consideramos a vítima como produto conflituoso entre condições existenciais da realidade e atividades subjetivas do indivíduo frente à contextualização e modalizações das relações sociais complexas de manutenção da ordem social.

A este ver, a vítima se desdobra em três dimensões da representação social: a dimensão naturalista; dimensão individualista e a dimensão etnocentrista. Todas inter-relacionadas na produção contextual de simbologias, linguagens, ideias, condições de saber sobre o processo de vitimização como micro contexto social da produção da vítima como identidade representativa do crime e violência.

A dimensão naturalista da representação social da vítima é dada por informações naturais do arquétipo, como idade, cor, gênero, informações que possibilitem montar o tipo humano em questão. O uso desses elementos tem a finalidade auto argumentativa como “valo explicativo absoluto” do processo, porque como dimensão naturalista da vítima preocupa-se na ocorrência do crime, nas causas e consequências do dano como produtor exógeno da vítima que possui valoração autoexplicativa.

Quanto a dimensão individualista, a representação da vítima responde às origens econômicas, sociais e políticas do arquétipo, estão atinadas às capacidades subjetivas e interpretativas do indivíduo associadas as condições sociais vigentes no contexto de ocorrência da vitimização. Nesta dimensão, considera-se o indivíduo ser atuante numa zona além do vazio social deixado pelo dano, pertence a um contexto social restrito e a dois sistemas de interação: um “funcional”, em que os indivíduos assumem papel social de “ator”, desempenhando funções contextuais de agente; e um “interdependente”, que como “atores” os indivíduos realizam seus interesses comuns a partir de uma programação exequível de metas íntimas e coletivas.

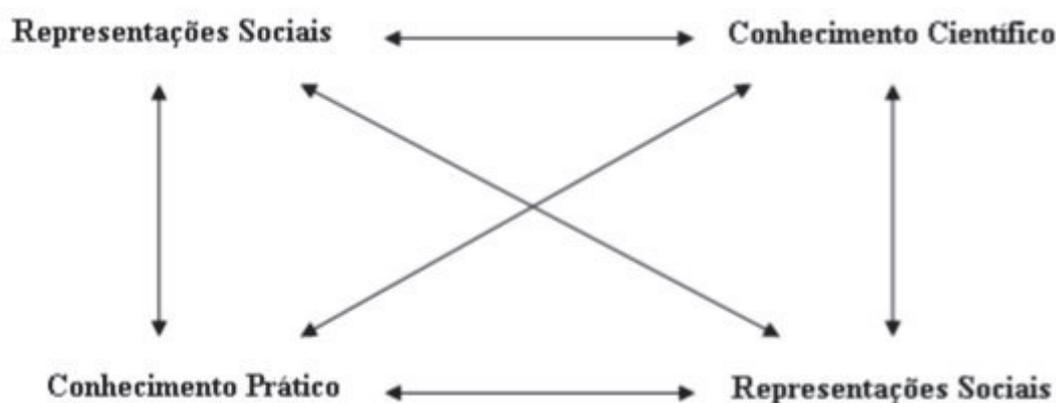
Na dimensão etnocentrista, as representações sociais da vítima estão em flutuação e recombinação constante, fazem-se e desfazem-se numa espontaneidade intercambial de trocas e fusões de valores, comportamentos, ritos, em que a tendência nessa dimensão é sempre aproximar o arquétipo da vítima da visão de mundo de outros grupos sociais, migrando do particular para o coletivo, em um movimento de tornar a ocorrência particular em extensão uniforme do movimento global.

Considerando a autonomia relacional das três dimensões da representação social da vítima na produção de conhecimentos sobre o processo de vitimização, dando a entender que elas se formam por intermédio de outros conhecimentos universais, chamamos atenção para o que ocorre quando essas dimensões fundamentam o conhecimento científico sobre a vítima, em especial àquela vista pelas Ciências Humanas e Sociais, pois a particularidade do conhecimento científico permite um novo movimento balizador da representação social da vítima baseado na reconfiguração substancial do arquétipo vítima em um “outro” conhecimento que dependendo

das estratégias de mitigação dos processos de vitimização adotados por uma sociedade esse “outro” conhecimento pode se tornar padrão identificador da vítima e sonegar o princípio de certeza e ocorrência de representações sociais não surgidas no conhecimento científico, daí pensar que o processo de vitimização é um duplo quadro integrador e ao mesmo tempo desagregador, cuja base fundacional é a coesão social por laços de pertencimento, quanto mais curto os laços de pertencimento maior o conhecimento sobre a vítima; quanto mais tensionado os laços de pertencimento maior a dificuldade de mapeamento do processo de vitimização, por conta de haver uma complexidade relacional entre indivíduos em constante transformação social.

Jose Ferreira de Almeida (2009), afirma que as representações sociais engendram e partilham funcionalidades práticas na interpretação e no controle da realidade, fornecendo explicações derivativas que funcionam como operadoras de nomações, classificações e significados que ajudam construir adversidades estruturadas, reproduzir identidades sociais e culturais sistemáticas de valores e comportamentos.

Assim, afirmamos que as representações sociais da vítima possuem origem difusa a partir de uma simbiose de dados sociais que respondem a necessidades concretas do indivíduo, podendo transformar-se e complexificar-se de modo dialético entre científicismos e praticidades, como é demonstrado no gráfico abaixo, vide:



**GRÁFICO 3: MODELO SIMBIÓTICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**  
**FONTE: MOSCOVICI (2003)**

O gráfico acima resume a tarefa de identificar os pontos de partida e as relações formativas das representações sociais da vítima, e como se observa não existe um ponto inicial,

uma origem comum da vítima que além do crime, mas há de considerar as múltiplas origens, as possibilidades de representação derivativas de um ou mais conhecimentos de causa. Sobre isso, Varela (1984), defende a ideia de que todo processo formativo de representações sociais age numa aparente desconexão baseado num princípio multifacetado de cadências de origem, onde cada ponto de partida atua para formar um conjunto global de ideias, que por analogia esse processo lembra o funcionamento de uma “orquestra”, como que para cada tema representado socialmente há vários interpretes.

A criatividade, oriunda do exercício contextual da subjetividade improvisa a construção do tema, que numa globalidade situacional mantém constante a sintonia e a harmonia da percepção humana da interpretação do tema representado. Logo, existe uma contribuição substancial intersubjetiva dos indivíduos para a formação da representação social sem que os constructos tenham base comum de apoio, porque todo tema social carrega particularidades relacionais assim como interpretações individuais.

Toda representação é um ponto de partida para outra, quando da interpretação das representações sociais da vítima este movimento auto referencial, permite ao analista reconstruir a estrutura da representação de origem apreendida pelos indivíduos, podendo consolidar visões como representação social do crime, da violência, do agressor, da vítima, do dano, das consequências da ação danosa, da relação entre agressor e vítima, do ato infracional, da justiça, e assim por diante.

Porque cada parte funciona autônoma para a constituição de uma globalidade representativa de ideias, contextos, comportamentos, linguagens e interpretações que formam a representação social retida na análise. Então, ao passo que o analista criminal identifica os elementos constituintes da imagem última da representação ele incorpora uma gama maior de interpretações ao formato analisado.

Caso exemplar, é o estudo de Alberto Peixoto (2004), “Cartografia dos Medos”, objetivando interpretar e nomear as conjugações das representações sociais em torno do sentimento “medo”, o pesquisador inquiriu 1.590 indivíduos sobre o que lhes acometiam medo, o que resultou em 180 agrupamentos temáticos divididos em dois segmentos, “medos objetivos” e “medos inconscientes”.

Na pesquisa, identificou-se que os agrupamentos temáticos funcionavam como interpretações da representação social do medo, o pesquisador concluiu que nesse processo há forte influência de temas secundários aos medos na formação representativa do tema

averiguado, por exemplo a pesquisa apontou a tendência do sentimento medo em torno do sentido amplo da concepção do que a probabilidade real de um acontecimento real, revelou-se que se sente mais medo da morte do que propriamente de assaltos ou mais de acidentes aéreos do que de agressões físicas e verbais (PEIXOTO, 2004).

Tomamos como exemplar o caso investigativo de Peixoto (2004) por considerarmos atinente à nossa pesquisa, e guardar semelhanças na constituição das representações sociais da vítima, já que tanto o medo como a vítima revelam múltiplas conexões entre si e com elementos constituintes da representação do tema que tende sempre a expansão e a indefinição do que ao controle e a categorização, daí podemos pensar no fato da existência de representações sociais miscigenadas ao redor da representação final que tende a condicionar a interpretação dos indivíduos.

Por isso, quando o pesquisador da “Cartografia dos Medos” catalogou 180 agrupamentos temáticos em dois segmentos, ele teve a preocupação de diferenciar as representações de um objeto das práticas sociais em torno desse objeto, porque visualizou nessas práticas a autoatualização das representações do medo por meio de procedimentos de incorporação e de apropriação temáticas.

Por analogia, o processo de vitimização apresenta movimentos de incorporação e de apropriação internos que concebem generalizações representativas que frequentemente influenciam nas práticas sociais, já que experiências de vida, conceitos e ideologias, robustecem e legitimam recombinações temáticas, ao passo que uma ou outra acabam se tornando únicas constituintes representativas socialmente da vítima.

A vítima, então, além de ser formada pela relação entre ação agressora e dano perpetrado, ela também é formada por informações particulares presentes no dano, que se expandem mais que a ação agressora em si. Considerando que as representações sociais são formadas por ideologias, comportamentos, condições, contextos e linguagens, eis que informações oriundas desses campos, e presentes na relação entre dano e perda, detonam generalizações sobre a vítima que se legitimam internamente no processo e tornam interpretações uníssonas sobre a vítima.

Com isso, moldam conhecimentos práticos influentes na sociabilidade dos indivíduos, que com o tempo de utilidade se desprendem do movimento inicial que formou a vítima e se tornam autônomos e autossuficientes de se tornarem “outro” conhecimento sobre a vítima, um conhecimento virtual e móvel que pode ser utilizado por qualquer indivíduo como fundamento

de práticas sociais descontextualizadas do processo de vitimização. É nesse entendimento que a classificação das representações sociais da vítima se torna fundamental para melhor visualização do quadro esquemático da pesquisa, e das informações atinentes ao contexto analisado.

Moscovici (2003) classifica as representações sociais em três grupos: a) coletivas ou homogêneas, formadas pela comunicação de massa e pela intensificação dos processos comunicativos no meio popular, são de caráter uniforme; b) emancipadas, são oriundas da cooperação entre indivíduos e de grupos, prevalece a construção representativa por intermédio de trocas simbólicas de interpretações e significados; c) polemicas, advindas do choque entre ideias, percepções e práticas sociais de um mesmo tema.

Consideramos que a representação social da vítima não se estabelece em apenas um grupo classificatório, porque sua base de formação é móvel e fluente, possui carga recombinação muito acelerada, por isso adotaremos as classificações propostas por Moscovici como grupos de classificação da representação social da vítima, já que reforça a ideia inicial de que toda representação não possui apenas uma origem e sim origens, logo não há “vítima”, mas “vítimas”, por considerarmos que a vitimização não apresenta uma visão modalizada e estanque da vítima.

O processo de vitimização por si é influenciado por outros processos sociais, é então que as representações sociais advindas desse processo social é multifacetado pela influencia de outras representações sociais, assim pensar em uma imagem ou arquétipo representativo do tema é abri-lo às condições e intempéries de contextos, condições, ideias, comportamentos e linguagens que se massificam e se pasteurizam-se mutuamente, por vezes se confrontam noutras cooperam entre si.

Neste sentido, investigar a representação social da vítima é pensar tanto em sentido restrito do termo assim como em sentido amplificado, balizado por condições atemporais e fragmentarias constantemente restaurada por diferentes análise, conhecimentos, metodologias, conceitos e teorias. A razão da representação social da vítima leva em consideração o indivíduo em movimento, pensante, atuante na sociedade, que diante de um acometimento criminal se vê pesado por suas escolhas, condutas, ritos e existências na libra do dano recebido. Por isso, toda representação social deve ser compreendida por sua funcionalidade sistêmica e pelo quadro social que o ampara.

Porque as peças e as partes dessa construção estão articuladas entre si transmitindo concessões e conflitualidades que se analisada por sua individualidade, as funções derivam de sua totalidade como representação emitente de sentidos, interpretações e imagens influentes nas práticas sociais.

A partir do que preceitua o conceito de representações sociais, podemos dizer que a representação social da vítima é a forma de conhecimento obtido a partir do senso comum e das experiências sociais com o crime, o que incorpora à sua existência informações da realidade social, ações sociais e outras informações condicionantes da vitimização.

Nisso, as representações sociais da vítima são processuais porque suas informações dependem da conjugação entre conceito e tema por traduzir a posição, os valores de um indivíduo ou grupo na medida em que cada objeto é transformado em algo familiar de modo específico para cada grupo, portanto ao representar socialmente a vítima é pontual a análise das interações entre percepção-ideia-prática social.

Concordamos com Moscovici (2003) ao afirmar que as representações sociais são processos e conteúdo, processos porque sua formação é interdependente de práticas, interpretações, ideologias e comportamentos estabelecidos na coesão social. São conteúdos porque formam grupos de dados, representações, formando um campo imagético, representativo do tema e de atitude porque a mobilização de práticas sociais fundamentadas no conhecimento sobre a vítima.

Quando representada a vítima demanda dois tipos de processo, o de objetivação e de ancoragem; quanto ao primeiro, a objetivação acontece quando o tema representado se transmuta em uma “imagem”, e começa a operar por seleção construtiva quando organiza elementos distintos do tema em informações numa estrutura esquematizante, ao passo que simplifica o conceito em uma figuração ou naturalização, quando essa estrutura se torna quadro conceitual do senso comum. E o processo de ancoragem, ocorrer em completude ao da objetivação através de dois mecanismos, um de inserção, quando o tema se torna reconhecível a um grupo social e o de interpretação, quando as informações de reconhecimento é classificado e nominado.

Por conseguinte, as representações sociais da vítima concebem conhecimentos sobre a realidade social em que o processo de vitimização se estabelece, justificando e orientando atos e interações de diferenciação e de identificação social dos agentes e terceiros do processo. Permitindo ao analista identificar os resultados e transições da produção da imagem

representativa da vítima, que em momento oportuno capacita modelos preventivos para minimizar sua ocorrência, uma vez que entendemos as representações sociais da vítima detentoras de um profundo conhecimento social que podem ser utilizados para criação de medidas preventivas de segurança pública, que contribuem para a manutenção da coesão social e do controle de práticas promotoras da vitimização

### 5.1 – REPRESENTAÇÕES E CONDICIONAMENTOS DA VITIMIZAÇÃO NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS (AM)

É de Karl Marx a afirmação: “não é a consciência do homem que determina sua existência, pelo contrario, é sua existência social que determina sua consciência”. Por analogia, diríamos que não é consciência do homem que determina a sua vitimização, mas sua existência como homem que lhe permite reflexão e consciência para saber que é vítima.

Se indivíduos acreditam na realidade de um determinado objeto ser “verdade”, assim o é porque há causas e consequências sociais que amparam tal interpretação. A princípio, as representações sociais da vítima formatam a imagem física da vítima, do agressor e de toda cadeia social de práticas e informações expressivas da fisiologia processual da vitimização, porque há representações sociais.

Entendemos que as representações sociais da vítima concebem a fisiologia da vítima real, portanto na medida que se analisa a representação mais próxima, se chega perto da concretude da vítima real. E as transformações das representações definem o processo, refutam ideias e conceitos imperantes afim de que esse panorama explicado à luz do conhecimento biopsicossocial responda questões prementes ao empirismo factual e contextual de formação da vítima real.

O desafio da análise e faz presente no estudo dos níveis representativos do objeto, porque seu fundamento está no cotidiano da vida social em que arquétipos temáticos objetivos e subjetivos condicionam experiências e padrões de sociabilidade presentes em um determinado tempo e em um espaço que refletem as modulações e as constâncias da vida cotidiana onde indivíduos se relacionam com a vitimização em níveis de perda, reparo, prevenção, controle.

Desse modo, a presente pesquisa se ampara em critérios analíticos da representação social e da sociologia do crime e da vítima, com a finalidade de formar um quadro analítico

sobre as representações e percepções contextuais da vítima real, como padrão e rotina das atividades diárias realizadas pela amostra populacional vitimada, das características estruturais, urbanas e comportamentais desses indivíduos sobre a visão que detém das cercanias residenciais e do local de trabalho.

Porque entendemos que a metodologia *survey* de vitimização aplicada a uma amostra populacional formada por um ou mais segmentos sociais pretende, acima de tudo, estudar as vivências, as experiências de vida diante do crime e as representações sociais advindas dessas. E, também alargar a análise sobre as condições e motivos das vitimizações, assim como sobre os perfis criminais presentes nas denúncias ou em suas tentativas.

Já que o instrumento de pesquisa de vitimização, o questionário, pretendeu averiguar pelas respostas dadas pelas vítimas indicadores diretos, associados e variáveis sobre a problemática, permitindo ao analista realizar o intercâmbio de informações sobre os crimes, os agressores, as vítimas e os contextos de ocorrência. Não pretendemos esvaziar a temática apenas com essa pesquisa, acreditamos que as pesquisas de vitimização estão longe de se tornarem instrumentos globais de perícia do crime, por condições que escapam a consecução das mesmas, sendo mais exemplar o elevado custo de realização em escala censitária que permitem o recolhimento de dados em várias esferas contextuais maiores, além do que as respostas obtidas estariam atreladas a um grau de confiança sobre o crime em uma escala dependente da memória dos entrevistados sobre os crimes, autores e motivações, que dificilmente seria captado em sua integralidade por meio de um questionário.

Lembremos que os episódios de vitimização são os complementos contextuais das ocorrências criminais por deterem informações particulares impressas no comportamento da vítima normalmente apresentado por dados culturais, interpretações e representações sociais em que o conhecimento da problemática constituem opções metodológicas consideráveis para que o processo de vitimização seja compreendido como complemento do processo de criminalização estratificado por intermédio do conhecimento oficial do crime, consolidado por estatísticas, estudos sociológicos sobre o crime, agressor, tipologias criminais e comportamentos psicológicos transgressores, reverberados na atuação em segurança pública do Estado e na institucionalização de estudos via Institutos de pesquisa mantidos por investimentos públicos e privados.

Por isso, na análise das percepções dos entrevistados encontramos uma argumentação em torno do que depreendeu a vitimização e de que seja a vítima do processo, a partir desse

exemplo, ressaltamos que mesmo a pesquisa de vitimização não cubra a totalidade da visão social sobre a criminalidade na Área Central de Manaus (AM), ao menos fornece elementos comportamentais, contextuais, ocupacionais e representativos da vítima e da vitimização.

Logo, as informações obtidas via pesquisa de vitimização aplicadas à 618 Microempreendedores Individuais (MEI) albergados em quatro centros comerciais populares da Área Central de Manaus (AM), demandam informações importantes formatadoras de representações sociais da vítima, complementares às leituras do processo de criminalização amparada por dados oficiais da segurança pública.

Assim como Cusson (2009), acreditamos que todos os indivíduos em interação social estão predispostos à criminalidade, portanto à condições de vitimização, nessa ótica existe a lógica com que cada indivíduo vitimado dá sentido registral ao cometimento criminal, enquanto poucos procuram a reparação do bem lesado, a maioria não procuram a reparação, porque não se voltam para vitimização como um momento crítico passível de reparação, daí resulta a perspectiva da vitimização não-registrada, muito importante para leitura contextual da vitimização por *survey's* porque são esses inúmeros não-registros criminais que refletem a profundidade da criminalidade.

Sobre a natureza da vitimização não-registrada há de considerarmos a questão em volta das informações emanadas da relação entre vítima e agressor, o que influencia no entendimento particular da vítima e possa ou não condicionar estratégias de defesa pessoal e proteção, assim sua natureza é marcada profundamente pelas inúmeras representações apreendidas pela vítima. Por essas razões que as representações sociais podem ser consideradas imprescindíveis para a leitura contextual da vítima e do processo de vitimização, pois quanto ao contexto avaliado, essas representações corporificam estratégias e subterfúgios no sentido da adaptação e da não adaptação.

Há de considerarmos que na vitimização não-registrada há uma espécie de “relação afeto-convencional” entre agressor e vítima que funciona como o mecanismo mais importante quando se refere à percepção individual da vitimização, o que implica dizer dos níveis de ansiedade e predisposição à denúncia, assim como a condenação do agressor, pois é na valorização das formas de relacionamento entre vítima e agressor que se condiciona a intensidade e o valor da qualidade da agressão.

A distancia entre vítima e agressor no processo de vitimização condiciona a motivação do ato violento e também o tempo e as formas com que a vítima faz a denúncia, dando suporte

à aceitação e a legitimação para justificar o ato. Como por exemplo nos casos de violência doméstica motivada por ciúmes entre casais, em que a propensão ao cometimento criminoso aparece associados ao ciúme, seja na sua legitimação e em sua tolerância ao ato.

Quanto mais elevada a probabilidade de uma relação não favorável entre vítima e agressor, maiores são as oportunidades de denúncia e pedidos de condenação por parte da vítima numa vertente altruísta, o distanciamento entre as identidades do crime (vítima / agressor) favorece o senso de autoproteção filial, em que os critérios de proteção e defesa variam de uma conduta contratual entre indivíduos e instituições.

Por sua vez a anulação da vitimização corporifica o desejo da não-denúncia por parte da vítima, seja por relação proximal com o agressor ou seja por interesses próprios correlacionados as carências de autodefesa e acesso aos meios legais para a formalização da denúncia. A vítima nesse caso possui o esforço de desqualificar o ato lesivo praticado por outrem a sua identidade; frequentemente é evocada por graus de auto-culpabilização pela agressão. A não-denúncia espelha não só a condição social e psicológica da vítima frente ao ato agressor, apresenta em sua formação a desvalorização no sistema de segurança pública; nas formas de exposição íntima; e nos possíveis meios coercitivos acionados contra o agressor.

Essa pesquisa acredita que as informações representativas formadas por condicionamentos com efeitos de afirmação e anulação da vitimização perpassam pelas formas de pertencimento e despertencimento social, bem como pelas situações de ocupação dos territórios citadinos em “espaços” e “lugares”. Então, quando fala-se em Perfil da Amostra; Características das Atividades Rotineiras e das Características da Vizinhança, pela ótica da Vitimologia, são informações formatadoras do processo de vitimização, pois como informações particulares dos entrevistados revelam graus de confiabilidade nos espaços sociais, nos grupos humanos e nas estruturas citadinas, portanto imprescindíveis para a verificação do processo de vitimização e da representação social da vítima, que por sua vez reverberam nas interações sociais entre indivíduos e nas modalidades de ocupação da malha urbana

Portanto, a pesquisa utilizou como parâmetro de verificação nesses tópicos a ideia de “pertencimento social”, que em síntese são modalidade relacionais que os indivíduos e grupos estabelecem entre si com a finalidade de proteção, manutenção, de reprodução, onde laços sócio afetivos entre os indivíduos estabelecem como rotina modelos comportamentais, ideologias, ritos, hierarquias em um ou mais espaço territorial, onde as relações humanas estabelecidas ali consolidam sentimentos íntimos de empatia ou repulsa. Logo, falar de “pertencer” a uma

comunidade, a um grupo, a um local denota possuir performances e padrões visíveis formadores da coletividade e da individualidade que podem ser substantivos da representação social.

### 5.1.1 Perfil Da Amostra

Considerando que os entrevistados foram homens e mulheres Microempreendedores Individuais (CMEI), trabalhadores das Galerias Comerciais localizadas na Área Central de Manaus (AM), 42% (n = 260) são homens e 58% (n = 358) são mulheres. O percentual dos homens entrevistados é composta assim, 8,09% (n = 53) na Galeria dos Remédios, 9,35% (n = 78) na Galeria Floriano Peixoto, 11,64% (n = 67) na Galeria Espírito Santo e 12,92% (n = 80) na Galeria Epaminondas. A amostra das mulheres entrevistadas é composta de 14,59% (n = 102) na Galeria dos Remédios, 8,75% (n = 77) na Galeria Floriano Peixoto, 18,80% (n = 88) na Galeria Espírito Santo e 15,86% (n = 73) na Galeria Epaminondas.

GALERIAS	SEXO			
	Masculino		Feminino	
Remédios	8,09%	53	14,59%	102
Floriano Peixoto	9,35%	78	8,75%	77
Espirito Santo	11,64%	67	18,80%	88
Epaminondas	12,92%	80	15,86%	73
<b>TOTAL</b>	42%		58%	
	n = 260		n = 358	

**TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEXO**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Com relação a idade dos entrevistados, o maior percentual foram de indivíduos com idade entre 25 à 34 anos, 28 % (n = 174), seguido dos entrevistados com idade entre 45 à 59 anos, 26% (n = 161), posteriormente daqueles com idade entre 16 à 24 anos, 19% (n = 118), dos com idade entre 35 à 44 anos, 16% (n = 98), o menor percentual de entrevistados está com idade entre 60 anos ou mais, 11% (n = 67)

GALERIAS	IDADE									
	16-24		25-34		35-44		45-59		60 ou mais	
Remédios	4,69%	29	6,92%	43	5,58%	34	9,70%	60	4,29%	26
Floriano Peixoto	5,82%	36	6,11%	38	4,12%	25	5,31%	33	1,61%	10
Espirito Santo	4,69%	29	5,14%	32	4,69%	29	6,63%	41	2,51%	15
Epaminondas	3,80%	24	9,83%	61	1,61%	10	4,36%	27	2,59%	16
<b>TOTAL</b>	19%		28%		16%		26%		11%	
	n = 118		n = 174		n = 98		n = 161		n = 67	

**TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR IDADE**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Cerca de 41% (n = 252) dos entrevistados possuem o Ensino Médio completo, antigo 2º Grau, como grau de instrução escolar e 9% (59) sem nenhuma instrução escolar. Quanto a 22% (n = 135) possuem o Ensino Fundamental completo, antigo 1º Grau; e 28% (n = 172) obtiveram instrução especializada pela frequência em algum curso de graduação no Ensino Superior.

A média de entrevistados com Ensino Médio nas quatro Galerias Comerciais girou em torno de 10% a média, isto é entre 60 e 65 entrevistados; os entrevistados com Ensino Superior completo a média gravitou entre 4 e 8%, de 31 à 51 entrevistados. Os que afirmaram não ter nenhuma instrução a média gravitou entre 1 e 3%, de 9 à 25 entrevistados; e os que disseram possuir o Ensino Fundamental completo a média nas 4 Galerias Comerciais gira entre 4 e 6%, entre 30 e 40 entrevistados.

GALERIAS	ESCOLARIDADE							
	Sem Instrução		Fundamental		Médio		Superior	
Remédios	2,24%	14	5,58%	34	10,20%	63	6,92%	44
Floriano Peixoto	1,90%	11	5,14%	31	10,44%	62	8,55%	51
Espírito Santo	1,46%	09	6,45%	38	10,20%	62	7,84%	46
Epaminondas	3,40%	25	4,83%	32	10,16%	65	4,69%	31
<b>TOTAL</b>	9%		22%		41%		28%	
	n = 59		n = 135		n = 252		n = 172	

**TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ESCOLARIDADE**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Perguntados sobre a Orientação Sexual, 53% (n = 339) responderam ser heterossexuais, enquanto 29% (n = 167) são homossexuais, 5% (n = 31) são bissexuais e 13% (n = 81) transexuais. O maior percentual de heterossexuais entrevistados encontra-se na Galeria Floriano Peixoto, 14,16% (n = 95), o menor é 12,78% (n = 79) pertencentes a Galeria Espírito Santo; o maior percentual de homossexuais está na Galeria Espírito Santo 9,28% (n = 47) e o menor na Galeria Floriano Peixoto, 4,83% (n = 33). O maior percentual de bissexuais entrevistados foi na Galeria Epaminondas, 1,46% (n = 09) e o de transexuais foi na Galeria Espírito Santo, 3,31% (n = 21).

GALERIAS	ORIENTAÇÃO SEXUAL							
	Heterossexual		Homossexual		Bissexual		Transexual	
Remédios	13,11%	84	7,12%	44	1,12%	07	3,23%	20
Floriano Peixoto	14,16%	95	4,83%	33	1,12%	07	3,23%	20
Espírito Santo	12,78%	79	9,28%	47	1,30%	08	3,31%	21
Epaminondas	12,95%	81	7,77%	43	1,46%	09	3,23%	20
<b>TOTAL</b>	53%		29%		5%		13%	
	n = 339		n = 167		n = 31		n = 81	

**TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ORIENTAÇÃO SEXUAL**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Ponderando o conceito de “classe social” formulado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), corroborado pela Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP), em que “classe social” é o agrupamento de pessoas em um mesmo estrato social a partir de critérios sociais, econômicos e de consumo.

Privilegiando a posição no estrato econômico, quando perguntados sobre a Classificação Social dos entrevistados, a pesquisa revela que 8% (n = 50) pertencem a Classe E, já 74% (n = 457) pertencem a Classe C, e 18% (n = 111) estão na Classe D. Essa divisão de classe é complementada com as informações da Renda Familiar, pois considerando o valor de um salário mínimo R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), 4% (n = 25) dos entrevistados ganham até dois salários mínimos, 13% (n = 81) ganham mais de 10 salários mínimos, 36% (n = 222) ganham entre 6 à 10 salários mínimos e 47% (n = 290) recebem de 2 à 5 salários mínimos

GALERIAS	CLASSIFICAÇÃO SOCIAL					
	Classe C		Classe D		Classe E	
Remédios	18,68%	115	3,23%	20	1,46%	09
Florianópolis	18,44%	114	5,58%	34	2,24%	14
Espírito Santo	18,44%	114	4,83%	30	1,71%	11
Epaminondas	18,44%	114	4,36%	27	2,59%	16
<b>TOTAL</b>	74%		18%		8%	
	n = 457		n = 111		n = 50	

**TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR CLASSIFICAÇÃO SOCIAL**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

GALERIAS	RENDA FAMILIAR MENSAL							
	Até 2 Sal. Min.		2 a 5 Sal. Min.		6 a 10 Sal. Min.		Mais de 10 Sal. Min.	
Remédios	0,94%	06	11,33%	70	9,12%	56	3,40%	21
Florianópolis	0,80%	05	12,70%	78	12,18%	75	3,23%	20
Espírito Santo	0,80%	05	12,18%	55	6,45%	40	3,23%	20
Epaminondas	1,46%	09	6,45%	87	8,25%	51	3,23%	20
<b>TOTAL</b>	4%		47%		36%		13%	
	n = 25		n = 290		n = 222		n = 81	

**TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR RENDA FAMILIAR**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Observando os critérios de “Formação e Experiência” e de “Condições Gerais de Exercício” entre outros utilizados para a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho (MTE), onde a “Formação e Experiência” diz respeito ao exercício de ocupação laborativa a partir do grau de especialidade, formação profissional e registro de classe. E as “Condições Gerais de Exercício” refere-se ao ecossistema trabalhista relacionada à execução empregatícia. Foi observado que 49% (n = 302) dos entrevistados detinham CMEI de

Comercio, logo 25% (n = 155) estavam inscritos como prestadores de serviço e 26 % (n = 161) tinham CMEI de Comercio e Prestação de Serviços.

GALERIAS	OCUPAÇÃO ECONÔMICA					
	Comercio		Prestação de Serviços		Comercio e Prestação de Serviços	
Remédios	12,36%	76	6,31%	39	7,23%	45
Floriano Peixoto	13,66%	84	5,80%	36	5,06%	31
Espirito Santo	10,20%	63	7,23%	45	6,79%	42
Epaminondas	12,78%	79	5,66%	35	6,92%	43
<b>TOTAL</b>	49%		25%		26%	
	n = 302		n = 155		n = 161	

**TABELA 12: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR OCUPAÇÃO ECONÔMICA**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Tomando por critério a auto declaração como forma de legitimidade informacional na entrevista, os entrevistados quando perquiridos sobre a que Religião cultivavam, 34% (n = 208) são evangélicos não pentecostais, 20% (n = 128) evangélicos pentecostais, 14 % (n = 85) católicos, 9% (n = 56) candomblé, 7% (n = 46) espíritas kardecistas, 6% (n = 36) umbanda e empatadas cada uma com 5% (n = 30) são ateus e entrevistados que cultuam outra Religião não especificada anteriormente.

GALERIA	RELIGIÃO															
	Católica		Evangélica Pentecostal		Evangélica não Pentecostal		Espírita Kardecista		Candomblé		Umbanda		Ateu		Outras	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Remédios	3,23%	20	4,83%	30	8,09%	50	1,71%	11	2,24%	14	2,22%	13	1,12%	07	1,46%	10
Floriano Peixoto	4,29%	26	5,06%	31	9,54%	59	1,61%	10	1,90%	12	1,30%	06	1,30%	06	1,12%	05
Espirito Santo	3,89%	19	5,66%	35	10,35%	60	1,46%	09	1,46%	09	1,46%	09	1,12%	07	1,12%	07
Epaminondas	3,23%	20	5,07%	32	6,02%	39	2,22%	16	3,40%	21	1,30%	08	1,46%	09	1,30%	08
<b>TOTAL</b>	14%		20%		34%		7%		9%		6%		5%		5%	
	n = 85		n = 128		n = 208		n = 46		n = 56		n = 36		n = 29		n = 30	

**TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR OPÇÃO RELIGIOSA**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Quanto ao Estado Civil, 34% (n = 210) dos entrevistados afirmaram estar casados, 27% (n = 167) estão amigados, 22% (n = 136) estão solteiros, 10% (n = 62) separados de forma não jurídica e 7% (n = 43) separados judicialmente. O maior percentual de entrevistados casados foi na Galeria Espirito Santo 10,44% (n = 64), de solteiros foi na Galeria dos Remédios 6,45%

(n = 40), de separados judicialmente foi na Galeria Floriano Peixoto com 2,22% (n = 13), de separados não judiciais foi na Galeria Epaminondas 2,75% (n = 17) e de amigos na Galeria Floriano Peixoto 12,46% (n = 76).

GALERIAS	ESTADO CIVIL									
	Casado		Solteiro		Separado Judicialmente		Separado não judicial		Amigado	
Remédios	9,45%	59	6,45%	40	1,61%	10	2,59%	16	6,79%	42
Floriano Peixoto	6,02%	37	5,14%	32	2,22%	13	2,42%	15	12,46%	76
Espirito Santo	10,44%	64	4,83%	30	1,46%	09	2,24%	14	5,06%	31
Epaminondas	8,09%	50	5,58%	34	1,71%	11	2,75%	17	2,79%	18
<b>TOTAL</b>	34%		22%		7%		10%		27%	
	n = 210		n = 136		n = 43		n = 62		n = 167	

**TABELA 14: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ESTADO CIVIL**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Balizada pelo critério de auto declaração a pergunta relativa a Cor demonstrou o seguinte quantitativo de auto declarações étnicas: 40% (n = 247) morenos, 33% (n = 204) negros, 14% (n = 86) pardos, 10% (n = 62) brancos e 3% (19) amarelos. O maior contingente de entrevistados brancos, pardos e morenos estava na Galeria Floriano Peixoto respectivamente com 3,07% (n = 19), 4,29% (n = 26) e 12,70% (n = 78); de negros na Galeria Espírito Santo com 9,28% (n = 57) e de amarelos na Galeria Epaminondas 1,12% (n = 07).

GALERIAS	COR (AUTO DECLARAÇÃO)									
	Branca		Parda		Negra		Morena		Amarela	
Remédios	2,47%	16	3,07%	19	8,25%	51	9,28%	57	0,80%	05
Floriano Peixoto	3,07%	19	4,29%	26	8,09%	50	12,70%	78	0,64%	04
Espirito Santo	2,24%	14	2,47%	16	9,28%	57	11,57%	72	0,44%	03
Epaminondas	2,22%	13	4,12%	25	7,38%	46	6,45%	40	1,12%	07
<b>TOTAL</b>	10%		14%		33%		40%		3%	
	n = 62		n = 86		n = 204		n = 247		n = 19	

**TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR AUTO DECLARAÇÃO DE COR**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), domicílio é o local de moradia, separado e independente de outros locais e atividades; separado porque é limitado por paredes, muros, cercas, coberto por um teto que permitem aos seus moradores se isolarem. Independente porque o acesso ao ambiente é exclusivo de seu mantenedor que pode entrar e sair sem passar por outros ambientes, sendo tipificado por Casa, Apartamento e Cômodo.

A Casa é a instalação que ocupa totalmente um prédio, de um ou mais pavimentos, ou dois ou mais prédios, de um ou mais pavimentos, localizados no mesmo terreno; ou ocupasse parte de um prédio, de um pavimento, que não tivesse espaços comuns (tais como: vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências) para servir aos domicílios particulares permanentes ali existentes. Assim também foi considerado o domicílio situado em prédio de, no máximo, três pavimentos onde as demais unidades existentes não fossem domicílios particulares permanentes.

O Apartamento é um recinto instalado em um prédio com mais de um domicílio particular permanente, servidos por espaços comuns (vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências); dois ou mais pavimentos, com mais de um domicílio particular permanente, e com entradas independentes para os andares; ou três ou mais pavimentos, onde as demais unidades fossem não-residenciais. E Cômmodo é o espaço mínimo de ocupação residencial com um ou mais microespaços, podendo ser Kitnet e Quarto.

A entrevista com 618 MEI (100%) instalados nas Galerias Comerciais da Área Central de Manaus (AM) revelou que 67% (n = 413) residem em Cômmodos tipo Kitnet, 49% (n = 302) e Quarto, 18% (n = 111). Em Casa residem 22% (n = 136) e 11% (n = 67) em Apartamentos da amostra pesquisada. O maior percentual de residentes em Casa estão na Galeria Floriano Peixoto 6,45% (n = 40), em Apartamentos está na Galeria Espirito Santo 4,29% (n = 26), em kitnet e Quarto estão na Galeria Epaminondas, respectivamente, 13,66% (n = 79) e 5,58% (n = 34).

GALERIAS	TIPO DE MORADIA							
	Casa		Apartamento		Cômmodo			
					Kitnet		Quarto	
Remédios	5,14%	32	1,61%	10	10,20%	63	4,83%	30
Floriano Peixoto	6,45%	40	2,47%	16	12,78%	76	4,36%	27
Espirito Santo	5,58%	34	4,29%	26	12,46%	84	2,23%	20
Epaminondas	4,83%	30	2,42%	15	13,66%	79	5,58%	34
<b>TOTAL</b>	22%		11%		49%			
	n = 136		n = 67		n = 302			
					n = 302		n = 111	

**TABELA 16: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR TIPO DE MORADIA**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

### 5.1.2 Características Das Atividades Rotineiras

Cerca de 76% (n = 470) dos entrevistados costumam estar fora de casa entre 6:00 e 12:00 da manhã e 87% (n = 538) pela parte da tarde, das 12:00 às 18:00. Já 24% (n = 148) realizam atividades rotineiras em casa pela manhã, das 6:00 às 12:00, e 13% (n = 80) estão em casa pela parte da tarde, das 12:00 às 18:00. A pesquisa revela que esse percentual sofre alteração no período da noite e da madrugada, quando 66% (n = 407) dos entrevistados estão em casa das 18:00 às 24:00, aumentando esse percentual na madrugada quando estão em casa das 24:00 às 6:00 81% (n = 500) dos entrevistados. Por outro lado, 34% (n = 211) estão fora de casa a noite das 18:00 às 24:00, diminuindo esse percentual para 19% (n = 118) de entrevistados que ficam fora de casa na madrugada das 24:00 às 6:00.



**GRÁFICO 4: MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS 30 DIAS**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Perguntados sobre quais as atividades eles realizaram fora do ambiente de trabalho nos últimos 30 dias a pesquisa revelou que 94% (n = 580) saiu de casa para ir a missa, culto ou

frequentou alguma atividade relacionada a Religião; 84% (n = 519) disse ter frequentado sessão de cinema; 77% (n = 475) saiu para algum bar ou frequentou casa noturna; 68% (n = 420) afirmaram ter frequentado praias ou balneários; 57% (n = 352) preferiram sair para passear no shopping Center; 42% (n = 259) disse ter praticado alguma atividade esportiva; 31% (n = 191) saíram para visitar parentes ou amigos; empatados com 22% (n = 135) cada, estão as atividades de sair para algum evento esportivo amador ou profissional e sair para algum show, espetáculo de musica ou dança; e 19% (n = 117) dos entrevistados disseram que frequentaram feiras populares.

Sobre os meios de transportes mais utilizados para ir ao trabalho e realizar atividades rotineiras, os participantes da pesquisa revelaram que o transporte público, ônibus e executivo respectivamente com 38,02% (n = 235) e 15,85% (n = 98) são os meios de transportes mais utilizados; 5,17% (n = 32) usam moto-taxi; 8,73% (n = 54) dizem não utilizar meio de transporte motorizado algum preferindo ir à pé para seu trabalho ou para realizar alguma tarefa rotineira; 11,32% (n = 70) usam bicicleta; 3,07% (n = 19) utilizam taxi como meio de transporte principal.

Á pé	8,73%	54
Bicicleta	11,32%	70
Ônibus	38,02%	235
Ônibus Executivo	15,85%	98
Moto Táxi	5,17%	32
Táxi	3,07%	19
Carro particular	8,09%	50
Moto particular	9,70%	60

**TABELA 18: MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

### 5.1.3 Caracterização Da Vizinhança

Objetivando conhecer o nível de relacionamento estabelecido entre vizinhos residenciais e entre os comerciais; o índice relacional entre solidariedade e disponibilidade na vizinhança; o nível de confiabilidade e tomada de providencia dos vizinhos para com problemas presentes no bairro; das características e da imagem pessoal da vizinhança; da avaliação dos serviços na vizinhança dos participantes da pesquisa, este item foi montado com intuito de apresentar uma visão abrangente da vizinhança do entrevistado.

Pretendendo conhecer a confiança do participante da pesquisa com relação ao seu desejo de moradia e permanência em sua vizinhança residencial foi construído a tabela abaixo com

cinco variantes avaliativas: 1) *Gostaria de continuar morando em seu bairro*; 2) *Mudaria para outro bairro de Manaus*; 3) *Mudaria para outra cidade do Amazonas*; 4) *Mudaria para outro Estado do Brasil*; 5) *Mudaria para outro País*.

	Remédios		Floriano Peixoto		Espírito Santo		Epaminondas	
	%	n	%	n	%	n	%	n
Gostaria de Continuar morando em seu Bairro	6,79%	42	4,85%	30	9,06%	56	5,50%	34
Mudaria para outro Bairro de Manaus	5,98%	37	4,36%	27	4,53%	28	11,32%	70
Mudaria para outra Cidade do Amazonas	2,10%	13	6,47%	40	1,71%	11	1,61%	10
Mudaria para outro Estado do Brasil	6,33%	39	10,19%	63	5,17%	32	2,75%	17
Mudaria para outro País	3,88%	24	0,80%	5	4,53%	28	3,55%	22
<b>TOTAL</b>	25,08%		25,08%		25,08%		24,76%	
	n = 155		n = 155		n = 155		n = 153	

**TABELA 19: RELACIONAMENTO DO MEI COM SUA VIZINHANÇA**

**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Sobre a variante *Gostaria de continuar morando em seu bairro*, 9,06% (n = 56) dos participantes da Galeria Espírito Santo disseram que sim, bem como concordaram 6,79% (n = 42) da Galeria dos Remédios, 5,50% (n = 34) da Galeria Epaminondas e 4,85% (n = 30) da Galeria Floriano Peixoto. Por outro lado, concordaram com a variante *Mudaria para outro bairro de Manaus* 11,32% (n = 70) da Galeria Epaminondas, 5,98% (n = 37) da Galeria dos Remédios, 4,53% (n = 28) da Galeria Espírito Santo e 4,36% (n = 27) da Galeria Floriano Peixoto.

Se *Mudaria para outra cidade do Amazonas*, 6,71% (n = 40) da Galeria Floriano Peixoto concordaram, assim como 2,10% (n = 13) da Galeria dos Remédios, 1,71% (n = 11) da Galeria Espírito Santo e 1,61% (n = 10) da Galeria Epaminondas. Quanto se *Mudaria para outro Estado do Brasil*, 10,19% (n = 63) da Galeria Floriano Peixoto concordaram junto com 6,33% (n = 39) da Galeria dos Remédios, 5,17% da Galeria Espírito Santo e 2,75% (n = 17) da Galeria Epaminondas. Se *Mudaria para outro País*, 4,53% (n = 28) da Galeria Espírito Santo se mudariam, assim como 3,88% (n = 24) da Galeria dos Remédios, 3,55% (n = 22) da Galeria Epaminondas e 0,80% (n = 5) da Galeria Floriano Peixoto.

Comparando os índices, enquanto 9,06% dos entrevistados da Galeria Espírito Santo desejam continuar morando seu bairro, 11,32% da Galeria Epaminondas se mudariam para outro bairro de Manaus, em paralelo 6,47% da Galeria Floriano Peixoto iriam para outra cidade

do Amazonas e 10,19% dos participantes dessa Galeria desejam mudar de Estado, preferindo um local mais distante 3,88% da Galeria dos Remédios mudariam de País.

Se considerar que as variantes 2, 3, 4 e 5 compõe um quadro de avaliação negativa do relacionamento do entrevistado com seu bairro e somar os maiores índices dessas variantes o resultado será 31,86% da amostra total pesquisada disposta a mudar de bairro, cidade, Estado ou País por algum motivo negativo que abale a confiança na vizinhança do seu bairro de origem, contra 26,20% do total amostrado que desejaria continuar morando no bairro de origem (total variante 1).

Entende-se que o conceito de vizinhança utilizado na pesquisa não se restringe apenas às redondezas espaciais da moradia do entrevistado, como a pesquisa realizada com os trabalhadores urbanos da Área Central de Manaus intenciona avaliar os condicionantes e os determinantes da vitimização nessa amostra populacional que trabalha na Área Central e reside nos bairros adjacentes, toma-se por referencia o conceito também para caracterizar o espaço geográfico (SANTOS, 1982; 1988; 2000) de influencia urbana das Galerias Comerciais, baseando-se neste critério ao se referir a vizinhança essa pesquisa considera-a de dois tipos: uma residencial e a outra comercial.

Objetivando criar índices que pudessem medir a confiabilidade entre vizinhos residenciais e dos vizinhos comerciais a partir da avaliação relacional entre necessidade e solidariedade; do nível de tomada de providencia dos moradores para resolução de problemas sociais presentes na vizinhança; da imagem apreendida da realidade da vizinhança e das características elementares que formam suas imagens foi criado as seguintes medidas baseadas na declaração do informante.

Composta de nove variantes perguntas a tabela abaixo pretende avaliar a relação entre *Solidariedade*, se o individuo pode contar com a ajuda de terceiros para resolver algum problema e a *Necessidade*, personificada na frequência de precisão da ajuda de terceiros, as variáveis são: 1) Auxilio em caso de doença ou problema de saúde; 2) Vigiar a casa e banca em momento de ausência; 3) Auxilio para alimentar algum animal domestico; 4) Auxilio no cuidado de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência); 5) Denunciar a ocorrência de um crime; 6) Vigiar o carro em momento de ausência; 7) Resolver conflitos e brigas na vizinhança; 8) Pedir dinheiro emprestado; 9) Fazer compra a credito cartão, cheque ou crediário.

Ponderando que a máxima de *Solidariedade* entre vizinhos residenciais e também entre vizinhos comerciais é emprestar cartão, cheque ou crediário para fazer compras, respectivamente com 77% (n = 475) e 74,91% (n = 463). E a mínima taxa de solidariedade entre vizinhos residenciais e comerciais é auxiliar a alimentação de animal domestico quando o cuidador dono encontra-se ausente, respectivamente, 13% (n = 80) e 10,84% (n = 67). A pesquisa demonstra que a maior frequência de *Necessidade* encontra-se em pedir emprestado cartão, cheque ou crediário para realizar compras que entre os vizinhos residenciais essa taxa é 79% (n = 488) e entre vizinhos comerciais é de 76,21% (n = 471); por outro lado os entrevistados revelam que a baixa necessidade é pedir para que vizinho vigie seu carro durante um período breve de ausência, entre vizinhos residenciais o índice é 8 (n = 49) e entre vizinhos comerciais é de 6,95% (n = 43)

Variáveis	Pode contar com os vizinhos (Solidariedade)		Vizinhos costumam pedir com frequência (Necessidade)	
	Residencial	Comercial	Residencial	Comercial
<i>Vizinhanças</i>				
Auxilio em caso de doença ou problema de saúde	52% (n 321)	48,86% (n 302)	49% (n 302)	46,44% (n 287)
Vigiar casa e banca em momento de ausência	28% (n 173)	24,91% (n 154)	31% (n 191)	27,5% (n 170)
Auxilio para alimentar algum animal domestico	13% (n 80)	10,84% (n 67)	19% (n 117)	17,63% (n 109)
Auxilio no cuidado de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência)	59% (n 321)	47,89% (n 296)	55% (n 339)	52,26% (n 323)
Denunciar a ocorrência de um crime	33% (n 203)	29,77% (n 184)	14% (n 86)	12,94% (n 80)
Vigiar o carro em momento de ausência	40% (n 247)	32,36% (n 200)	8% (n 49)	6,95% (n 43)
Resolver conflitos e brigas na vizinhança	63% (n 389)	59,87% (n 370)	13% (n 80)	11,97% (n 74)
Pedir dinheiro emprestado	41% (n 253)	37,37% (n 231)	39% (n 241)	37% (n 229)
Fazer compra a crédito com cartão, cheque ou crediário	77% (n 475)	74,91% (n 463)	79% (n 488)	76,21% (n 471)

**TABELA 20: RELAÇÃO ENTRE NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE NA VIZINHANÇA**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Diante das respostas obtidas a pesquisa revela que a relação entre *Solidariedade* e *Necessidade* dos trabalhadores MEI das Galerias Comerciais (Remédios, Floriano Peixoto, Espírito Santo e Epaminondas) com seus vizinhos residenciais e comerciais apresenta-se mediada por quatro tipos de relações niveladas pela frequência entre a procura de agentes que

possa suprir a carência e a existência da demanda desses agentes, nomeia-se esses tipos de relações de *dinâmicas relacionais orgânicas*.

São *dinâmicas* porque estão localizadas em um sistema móvel de carências e oportunidades estabilizado numa rede multinível de confianças e relações entre os pares sociais envolvidos dentro de um contexto emergencial de necessidades, propostas e resoluções, portanto *relacionais* quando a mobilidade desse sistema de razões, valores e normatizações societárias depende das formas de interação social e dos “contratos” estabelecidos nesse sistema, dessa forma *orgânicas* quando a medida da Solidariedade e da Necessidade faz-se na movimentação de materialidades capitais em situações produzidas a partir do nível de filiação e comprometimento contratual firmado entre os pares sociais.

O primeiro tipo de relação presente entre os entrevistados aparece na relação *Solidariedade e Necessidade* na variante 1, “Auxílio em caso de doença ou problema de saúde”, em que a taxa média da relação entre vizinhos residenciais e comerciais é 47%. E na variante 4, “Auxílio no cuidado de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência (Solidariedade e Necessidade)”, cuja taxa media vizinhos residenciais e comerciais é 53%, por conta do teor dessa relação envolver questões de assistência e auxílio à saúde, nomeia-se de *Relação Orgânica em Saúde*.

O segundo tipo de relação apresentado na relação *Solidariedade e Necessidade* encontra-se na media entre a variante 2 “Vigiar casa em momento de ausência” em que a média é 27%; na variante 6 “Vigiar o carro em momento de ausência” com media relacional de 25%. Por envolver condições de vigilância e presteza esse tipo de relação nomeia-se de *Relação Orgânica Filial*.

Os outros dois tipos de relações apresentam um desnível funcional entre haver mais pessoas solidarias do que a própria necessidade para com a ação e nem por isso compromete a relação *Solidariedade e Necessidade*. Observou que esses dois tipos de relações se fazem por *contrato velados de coesão social*, isto é, por tipos de interações sociais em que a solicitude é menor do que a disponibilidade de agentes de resolução, argumenta-se em favor desse parecer porque eles demonstram a estabilidade de interações sociais confiáveis, pois considerando que os entrevistados compartilham o mesmo espaço de trabalho o reconhecimento classista suplanta o reconhecimento humano nos processos de firmamento do contrato social entre os pares envolvidos no ecossistema do trabalho pesquisado, pois o que está no centro desses contratos são os modos de pertencimento ao lugar laboral e residencial.

O terceiro tipo de relação está na variante 3 “Auxílio para alimentar algum animal domestico” com média relacional de 15%; na variante 5 “Denunciar a ocorrência de um crime” em que a média é 20% e na 7 “Resolver conflitos e brigas na vizinhança”, onde existe mais pessoas dispostas a resolver conflitos do que pessoas que necessitam, esse baixo índice reflete uma perspectiva de autocontrole e de controle social criado pelos próprios entrevistados para com dilemas emergenciais e consequências danosas resultantes dos conflitos. Nomeia-se esse terceiro tipo de *Relação Orgânica de Dilemas*.

Na mesma lógica relacional do terceiro tipo encontra-se àquelas relações focadas nas necessidades econômicas e financeiras como a variante 8 “Pedir dinheiro emprestado” com media 35% e a 9 “Fazer compra a crédito com cartão, cheque ou crediário” com media 75%, nomeia-se *Relação Orgânica Capital*.

Essas relações apareceram com maior frequência e detalhes quando os entrevistados foram perquiridos sobre qual o nível de ajuda na vizinhança teriam quando tomassem alguma providencia diante dessas situações 1) Quando vê alguém faltar com respeito a um adulto; 2) Quando vê pessoas depredando aparelhos urbanos públicos e privados; 3) Quando vê pessoas se envolvendo em atividades ilícitas; 4) Quando menores de idade estão matando aula e ficando à toa na rua

SITUAÇÕES	Pode contar com o vizinho para tomar providencia	Talvez	Não pode contar
Quando vê alguém faltar com respeito a um adulto	24% (148)	38% (235)	38% (235)
Quando pessoas depredando aparelhos urbanos públicos e privados	42% (259)	19% (117)	39% (242)
Quando vê pessoas se envolvendo em atividades ilícitas	11% (67)	18% (111)	71% (440)
Quando menores de idade estão matando aula e ficando à toa na rua	24% (148)	9% (55)	67% (415)

**TABELA 21: NÍVEL DE TOMADA DE PROVIDÊNCIA NA VIZINHANÇA**

**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

A pesquisa revela que 24% (n = 148) podem contar com os vizinhos para alguma iniciativa quando visem alguém desrespeitando um adulto, já 38% (n = 235) dos entrevistados talvez pudessem contar com alguma atitude ou nem contariam com a defesa. Quando perguntados sobre se vissem alguém depredando aparelhos urbanos públicos e privados, 42% (n = 259) seriam ajudados por vizinhos na providencia, 19% (n = 117) talvez pudessem contar com a ajuda, 39% (n = 242) não contaria com ajuda de ninguém na defesa do bem publico ou particular. Em razão de ver pessoas se envolvendo em atividades ilícitas na vizinhança

residencial e comercial, 11% (n = 67) afirmam ter ajuda dos vizinhos nas providencias cabíveis de repressão, 18% (n = 111) talvez se disporem de ajuda nas providencias, 71% (n = 440) não podem contar com ajuda nenhuma na tomada de providencia para coibir a pratica da ilicitude. Por fim, se vissem menores de idade matando aula ou estando à toa na rua, 24% (n = 148) dos entrevistados afirmam poder contar com ajuda dos vizinhos para que essa situação não se repita, 9% (n = 55) talvez pudessem ser ajudados, 67% (n = 415) acredita que não teriam ajuda na tomada de providencia ao ver menores de idade nessa situação.

Observa-se que em situações extremas estabelecidas na fronteira entre a legalidade e a ilegalidade a relação entre *Solidariedade* e *Necessidade* tipificada na tabela anterior apresenta-se desfocada porque se compararmos os quatro tipos relacionais com as quatro variantes extremas de mobilização ou não mobilização de providencias para resolução de problemas locais notará que o “talvez” e o “não pode contar” estarão numa media estatística superior daquela que “pode contar com o vizinho para tomar providencia”, revelando que na amostra pesquisada há pessoas com pouca ou nenhuma pretensão de resolver problemas locais coletivos que estão diretamente relacionados a configuração socioespacial da vizinhança residencial e das áreas de influencia urbana das Galerias Comerciais localizadas na Área Central de Manaus.

Subjacente a formação da confiabilidade na vizinhança, a imagem da vizinhança desponta como um dos critérios importantes na caracterização do local de moradia e de trabalho, por isso para cada informante da Amostra pesquisada foi apresentado cinco frases relacionadas a imagens de vizinhanças podendo o entrevistado concordar e discordar, eis: 1) As pessoas do meu bairro e Galeria Comercial estão dispostas a ajudar seus vizinhos; 2) Pode-se confiar nos meus vizinhos; 3) As pessoas próximas da minha casa e do meu trabalho são muito unidas; 4) Em geral, minha vizinhança residencial e do trabalho não compartilha os mesmos interesses, objetivos e valores; 5) Em geral, as pessoas da minha vizinhança residencial e comercial não se dão bem.

<b>IMAGEM DA VIZINHANÇA</b>	<b>CONCORDA</b>	<b>DISCORDA</b>
As pessoas do meu bairro e Galeria Comercial estão dispostas a ajudar seus vizinhos	61% (376)	39% (242)
Pode-se confiar nos meus vizinhos	59% (364)	41% (254)
As pessoas próximas da minha casa e do meu trabalho são muito unidas	43% (265)	57% (353)
Em geral, a minha vizinhança residencial e comercial não compartilha os mesmos interesses, objetivos e valores	56% (346)	44% (272)
Em geral, as pessoas da minha vizinhança residencial e comercial não se dão bem	33% (203)	67% (415)

**TABELA 22: IMAGEM DA VIZINHANÇA**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Quanto a presença de pessoas solícitas a ajudarem em tarefas rotineiras no bairro e nas Galerias Comerciais, 61% (n = 376) concordaram com a ocorrência, 39% (n = 242) discordaram de haver essas pessoas; sobre a confiabilidade pessoal nos vizinhos, 59% (n = 364) dos entrevistados concordaram, já 41% (n = 254) discordaram da situação. Sobre as pessoas próximas da residência e das Galerias Comerciais serem muito unidas, 43% (n = 265) concordaram, 57% (353) discordaram; ao contrário de que em geral a vizinhança residencial e comercial não compartilha os mesmos interesses, objetivos e valores, 56% (n = 346) concordaram com a frase, já 44% (n = 272) discordaram. Na mesma lógica do resultado anterior, a variante 5 “Em geral, as pessoas da minha vizinhança residencial e comercial não se dão bem”, 33% (n = 203) concordaram com a ideia, e 67% (n = 415) discordaram.

A amostra revela que enquanto 61% concordam que haja pessoas solícitas e solidárias próximo a sua residência e no seu local de trabalho, 67% discorda que as pessoas residentes no mesmo bairro e trabalhando ao seu lado sejam pessoas que tem uma relação harmônica. Por outro lado, enquanto 57% dos entrevistados discordam que haja próximo de sua casa e no seu local de trabalho pessoas unidas, e 59% confiam em seus vizinhos, mas em 56% da amostra pensa que seus vizinhos não compartilham dos mesmos interesses, objetivos e valores.

Valido frisar que essas concordâncias e discordâncias se referem a imagem pessoal que cada entrevistado possui do espaço de sua residência e daquele em volta do seu local de trabalho, as adjacências das Galerias Comerciais, por isso os elementos de formação imagética que cada indivíduo carrega a respeito das coisas e sobre os outros indivíduos são formadas por conjecturas entre as particularidades emocionais e a configuração socioespaciais do lugar; das características físicas com o tipo de moradia; da organização do lugar com as atividades rotineiras; das escolhas íntimas em relação ao pensamento dos vizinhos; dos contextos relacionais e trabalhistas com a tomada de providência, daí a importância de verificação das

características das vizinhanças levando em consideração a existência ou não de certas características ambientais baseadas nas percepções dos indivíduos.

Na sua vizinhança existe?	Sim	Não	Não soube responder
Ruídos, musica alta e gritaria.	59%	39%	2%
Terrenos ou lotes vagos cheio de lixo, com mato alto, cercado ou não.	64%	33%	3%
Cheiros desagradáveis.	51%	40%	9%
Prédios, casas ou galpões abandonados.	78%	10%	12%
Carros abandonados ou desmanchados na rua.	41%	35%	24%
Vendedores ambulantes.	77%	19%	4%
Pessoas pedindo esmola ou outro tipo de ajuda.	80%	13%	7%
Pessoas jogando, apostando dinheiro com jogo do bicho, carteadado ou dominó.	76%	21%	3%
Pessoas dormindo ou vivendo na rua	94%	4%	2%
Pessoas fazendo necessidades fisiológicas em via pública.	85%	7%	8%
Pessoas quebrando janelas, grafitando muros, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos.	68%	18%	14%
Pessoas se prostituindo.	85%	9%	6%
Pessoas praticando atos obscenos ou indecentes em via pública.	73%	25%	2%
Flanelinhas ou guardadores de carros.	83%	12%	5%

**TABELA 23: CARACTERÍSTICAS DA VIZINHANÇA**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Por isso foi feita a pergunta “Na sua vizinhança residencial e comercial existe?” e depois lido quatorze variantes de *sim* ou *não* para os entrevistados com a intenção de saber os níveis de percepção ambiental das vizinhanças: 1) Ruídos, musica alta e gritaria; 2) Terrenos ou lotes

vagos cheio de lixo, com mato alto, cercado ou não; 3) Cheiros desagradáveis; 4) Prédios, casas ou galpões abandonados; 5) Carros abandonados ou desmanchados na rua; 6) Vendedores ambulantes; 7) Pessoas pedindo esmola ou outro tipo de ajuda; 8) Pessoas jogando, apostando dinheiro com jogo do bicho, carteadado ou dominó; 9) Pessoas dormindo ou vivendo na rua; 10) Pessoas fazendo necessidades fisiológicas em via pública; 11) Pessoas quebrando janelas, grafitando muros, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos; 12) Pessoas se prostituindo; 13) Pessoas praticando atos obscenos ou indecentes em via pública; 14) Flanelinhas ou guardadores de carros.

Estabelecendo o padrão de *sim* e *não* nas respostas sobre as características da vizinhança a pesquisa revela que esses padrões se organizam em dois tipos de percepção ambiental e social, a) *percepções organizacionais*, relacionadas a resposta da presença ou não de aparelhos urbanos públicos e privados degradados e/ou abandonados que denotam a ideia de uma vizinhança desorganizada, b) *percepções funcionais*, relacionada a padrões comportamentais estabelecidos no espaço de integração do bairro e na área de influencia geográfica das Galerias Comerciais.

O padrão *sim* e *não* das *percepções organizacionais* é composto pelas respostas das variantes 2) Terrenos ou lotes vagos cheio de lixo, com mato alto, cercado ou não, *sim* 64%, *não* 33%; 4) Prédios, casas ou galpões abandonados, *sim* 78%, *não* 10%; 5) Carros abandonados ou desmanchados na rua, *sim* 41%, *não* 35%; 11) Pessoas quebrando janelas, grafitando muros, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos, *sim* 68%, *não* 18%.

Com relação ao padrão *sim* e *não* das *percepções funcionais* as seguintes variantes o compõe: 1) Ruídos, musica alta e gritaria, *sim* 59%, *não* 39%; 3) Cheiros desagradáveis, *sim* 51%, *não* 40%; ; 6) Vendedores ambulantes, *sim* 77%, *não* 19%; 7) Pessoas pedindo esmola ou outro tipo de ajuda, *sim* 80%, *não* 13%; 8) Pessoas jogando, apostando dinheiro com jogo do bicho, carteadado ou dominó, *sim* 76%, *não* 21%; 9) Pessoas dormindo ou vivendo na rua, *sim* 94%, *não* 4%; 10) Pessoas fazendo necessidades fisiológicas em via pública, *sim* 85%, *não* 7%; 12) Pessoas se prostituindo, *sim* 85%, *não* 9%; 13) Pessoas praticando atos obscenos ou indecentes em via pública, *sim* 73%, *não* 25%,; 14) Flanelinhas ou guardadores de carros, *sim* 83%, *não* 12%.

Desse modo nas vizinhanças residenciais e comerciais, 78% dos entrevistados afirmam conviver em espaços urbanos que possui prédios, casas e galpões abandonados e 64% próximos a terrenos ou lotes vagos cheio de lixo, com mato alto, cercado ou não, em que 77% dizem ter na vizinhança a presença de vendedores ambulantes, 85% afirmam observar pessoas se

prostituindo, 80% convivem com pessoas pedindo algum tipo de ajuda material e 76% veem na vizinhança pessoas apostando dinheiro com jogo do bicho, carteadado ou dominó. E cerca de 94% dos entrevistados convivem diariamente com pessoas dormindo nas ruas, na qual 85% dizem presenciar rotineiramente pessoas fazendo necessidades fisiológicas em via publica, onde 73% dos entrevistados presenciam pessoas praticando atos obscenos ou indecentes em via pública

Quanto a avaliação dos serviços prestados na vizinhança residencial e comercial foi perguntado aos entrevistados numa escala de “Excelente/Bom”, quando o serviço existe é prestado com êxito, “Ruim/Péssimo”, quando o serviço existe, mas por qualquer dificuldade ele não é executado com êxito, “Não tem”, quando o serviço não existe no local. Os serviços avaliados foram: 1) Comercio Local; 2) Coleta de lixo; 3) Iluminação Pública; 4) Quantidade de Escolas Públicas; 5) Quantidade de Transportes Públicos; 6) Pavimentação, calçamento de ruas e calçadas; 7) Organização do Transito; 8) Serviços Públicos de Saúde; 9) Policiamento em moto e viatura; 10) Locais de esporte, cultura e lazer; 11) Policiamento à pé.

SERVIÇOS	Excelente / Bom		Ruim / Péssimo		Não tem	
	Residencial	Comercial	Residencial	Comercial	Residencial	Comercial
<i>Vizinhança</i>						
Comercio Local	78%	89%	22%	11%	-	-
Coleta de lixo	31%	63%	51%	32%	18%	5%
Iluminação pública	63%	90%	15%	5%	22%	5%
Quantidade de Escolas públicas	72%	95%	28%	5%	-	-
Quantidade de Transportes públicos	52%	82%	48%	18%	-	-
Pavimentação, calçamento de ruas e calçadas	30%	91%	70%	9%	-	-
Organização do trânsito	54%	22%	46%	78%	-	-
Serviços públicos de saúde	49%	40%	45%	50%	6%	10%
Policiamento em moto e viatura	42%	78%	56%	11%	2%	11%
Locais de esporte, cultura e lazer	30%	12%	26%	80%	44%	8%
Policiamento à pé	24%	86%	16%	7%	60%	7%

**TABELA 24: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS NA VIZINHANÇA**

**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Sobre a avaliação do comercio local próximo da residencia 78% dos entrevistados consideram excelente e bom, próximo do local de trabalho 89% avaliam como excelente e bom,

no entanto 22% dos entrevistados consideram-no ruim e péssimo na vizinhança residencial e 11% na comercial. A coleta de lixo é avaliada pelos entrevistados como excelente e bom 31% próximo da residência, 63% no comércio; como ruim e péssima 51% na vizinhança residencial, 32% na comercial, já 18% afirmam não ter coleta próximo de casa e 5% no local de trabalho.

A iluminação pública, como excelente e bom: 63% considera próximo da residência, 90% próximo das Galerias Comerciais; como ruim e péssimo: 15% próximo da residência, 5% no comércio; afirmaram não ter na residência 22% e 5% no local de trabalho. Com relação a quantidade de escolas públicas: 72% dos entrevistados consideram excelente e bom próximo da residência, 95% próximo do local de trabalho; como ruim e péssimo: 28% considera próximo de suas casas, 5% próximo do ambiente trabalhista.

Sobre a disponibilidade quantitativa de transportes públicos próximo do local de trabalho e da residência, como excelente e bom: 52% considera próximo da sua moradia, 82% em volta das Galerias Comerciais; como ruim e péssimo: 48% na vizinhança residencial, 18% na comercial. Quanto a estrutura de pavimentação, calçamento de ruas e calçadas em volta do local de trabalho e da residência, por excelente e bom: 30% na vizinhança residencial, 91% próximo do local de trabalho; como ruim e péssimo: 70% no bairro, 9% próximo do local de trabalho. Da organização do trânsito, 54% consideram excelente e bom no bairro, 22% próximo das Galerias Comerciais; por ruim e péssimo, 46% no bairro, 78% na Área Central.

Quanto aos serviços públicos de saúde, consideram excelente e bom: 49% nas unidades de pronto atendimento à saúde próximo de sua residência, 40% no local de trabalho; como ruim e péssimo: 45% no bairro, 50% nos prontos atendimentos próximo do local de trabalho, já 6% dos entrevistados afirmaram não ter próximo da residência, 10% no local de trabalho.

Com relação ao policiamento em moto, viatura e à pé, de moto e viatura consideram excelente e bom: 42% no bairro, 78% no local de trabalho; como ruim e péssimo: 56% no bairro, 11% nas ruas próximas às Galerias Comerciais, no entanto 2% dizem não ter próximo da residência, 11% no local de trabalho. O policiamento à pé, 24% consideram excelente e bom próximo da residência, 86% no local de trabalho; como ruim e péssimo: 16% no bairro, 7% no local de trabalho, 60% dos entrevistados dizem não ver esse tipo de policiamento próximo de suas casas e 7% nas Galerias Comerciais.

Sobre os locais e os aparelhos públicos e privados de esporte, cultura e lazer, consideram excelentes e bom: 24% próximo de suas residências, 86% no local de trabalho; por ruim e

péssimo: 16% no bairro, 7% no local de trabalho. Sendo que 60% dos entrevistados dizem não ter esse aparelhos e espaços próximo de suas casas e 7% no local de trabalho.

Considerando que Educação, Saúde, Segurança são direitos fundamentais garantidos aos cidadãos pela CF 88, bem como o acesso ao ambiente salubre para a manutenção das necessidades básicas da vida, como acesso à iluminação pública, à coleta de lixo, à espaços ordenados com pavimentação, calçamento, e acesso à espaços e aparelhos de cultura e lazer. Observa-se que as taxas obtidas pelos *surveys* aplicados em uma amostra populacional de trabalhadores urbanos apresentam dois padrões avaliativos desnivelares quanto ao acesso à esses serviços, o primeiro padrão são dos serviços oferecidos próximos as áreas de influencia geográfica das Galerias Comerciais e o outro padrão são dos serviços disponíveis nos bairros onde os entrevistados residem.

Enquanto 95% dos entrevistados consideram a oferta da Educação publica melhor com mais escolas públicas na Área Central de Manaus, 28% dizem que a oferta educacional próximo à suas residências são péssimas. Assim como o acesso à saúde, enquanto 6% dizem não ter, 45% avaliam como ruim e péssimo a oferta próximo de sua residência, 40% dos entrevistados estão satisfeitos com a oferta publica de saúde próximo do seu local de trabalho. E sobre as formas de policiamento, enquanto 2% dizem não ver policiamento de moto e viatura nos bairros e 60% dizem não ver policiamento à pé no mesmo local, 78% e 86% estão satisfeitos, respectivamente, com o policiamento motorizado e à pé próximo das Galerias Comerciais.

Quanto a coleta de lixo, 63% dizem que o serviço funciona com excelência próximo do local de trabalho, enquanto 51% avaliam o serviço feito próximo de sua residência como ruim e péssimo e 18% dizem não ter esse serviço nos seus bairros. Já 90% dos entrevistados consideram a iluminação pública do seu local de trabalho excelente, 22% dos entrevistados dizem não ter acesso a esse serviço em suas residências. Sobre os locais e aparelhos de esporte, lazer e cultura, 44% dizem não ter esses espaços e aparelhos próximo de sua residência e 30% estão satisfeitos com os espaços recreativos próximo a seu ambiente trabalhista.

## **6 – A VITIMIZAÇÃO NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS (AM): DETERMINANTES E CONDICIONAMENTOS**

### **6.1 - DETERMINANTES DA VITIMIZAÇÃO**

Os determinantes da vitimização avaliados junto aos trabalhadores urbanos MEI das Galerias Comerciais da Área Central de Manaus (AM) correspondem aos crimes cometidos no período dos últimos 12 meses no espaço geográfico dos estratos amostrados, entram no rol de determinantes da vitimização no local das Galerias Comerciais os seguintes crimes: furto e roubo de veículos; furto e roubo de objetos; sequestro; fraudes ou estelionatos; acidente de trânsito; agressões e ameaças; ofensa sexual e discriminação.

Considera-se o conjunto amostrado de determinantes da vitimização o mapeamento informacional sobre o crime coletado a partir das declarações dos trabalhadores MEI entrevistados pela pesquisa entre outubro de 2014 à outubro de 2015 sobre as práticas delituosas enumeradas acima a partir da relação entre a parte vitimizada e a amostra MEI de cada estrato, do fracionamento da frequência de vitimização, da relação entre vitimização e registro do crime e do registro do crime com a atuação das polícias na solução do caso; das situações que levaram à vitimização; e dos locais de vitimização.

#### 6.1.1 – Furto De Veículos

Na Galeria Espírito Santo possuem carro 43% (n = 66) e moto 53% (n = 82); na Galeria Epaminondas, 47% (n = 72) e 68% (n = 104) possuem ou possuíram, respectivamente, carro e moto; na Galeria dos Remédios 38% (n = 59) possuem/possuíram carro e 31% (n = 48) são proprietários de moto; já na Galeria Floriano Peixoto, 45% (n = 65) e 70% (n = 108) disseram possuir ou que possuíram, respectivamente, carro e moto, como é apresentado abaixo na tabela.

GALERIAS COMERCIAIS	Possui carro ou moto / Possuiu carro ou moto				Foi furtado alguma vez	Foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado nos últimos doze meses		
	Carro		Moto			%	n	%	n	
	%	n	%	n						
<b>Espirito Santo</b>	43%	66	53%	82	49%	72	7,74%	12	41,26%	60
<b>Epaminondas</b>	47%	72	68%	104	60%	105	16,34%	25	43,66%	80
<b>Remédios</b>	38%	59	31%	48	63%	67	7,74%	12	55,26%	55
<b>Floriano Peixoto</b>	42%	65	70%	108	41%	71	12,25%	19	28,75%	52

**TABELA 22: FURTO DE VEICULO**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Considerando propriedade de automóvel a posse de carro, moto ou dos dois itens, após a afirmativa de propriedade de automóvel perguntou-se para os entrevistados proprietários se em algum momento eles tiveram seus automóveis furtado na Área Central alguma vez, 49% (n = 72) da Galeria Espírito Santo, 60% (n = 105) da Galeria Epaminondas, 63% (n = 67) da Galeria dos Remédios, 41% (n = 71) da Galeria Floriano Peixoto, afirmaram que já haviam sofrido furto de automóvel.

Dos entrevistados que tiveram seu automóvel furtado alguma vez, 7,74% (n = 12) da Galeria Espírito Santo, 16,34% (n = 25) da Galeria Epaminondas, 7,74% (n = 12) da Galeria dos Remédios, 12,25% (n = 19) da Galeria Floriano Peixoto, afirmaram que tiveram seus automoves furtados nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa. Já 41,26 (n = 60) da Galeria Espírito Santo, 43,66% (n = 80) da Galeria Epaminondas, 55,26% (n = 55) da Galeria Epaminondas, 28,75% (n = 52) da Galeria Floriano Peixoto, afirmam que não tiveram seus automóveis furtados nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa.

Os entrevistados proprietários de carro e moto que não tiveram seus automóveis furtados na Galeria Espírito Santo: 21,93% (n = 34) de carro, 27,09% (n = 42) de moto; na Galeria Epaminondas: 15,03% (n = 23) de carro, 31,37% de moto; na Galeria dos Remédios: 16,77% (n = 26) de carro, 9,03% (n = 14) de moto; na Galeria Floriano Peixoto: 36,77% (n = 57) de carro, 29,03% (n = 45) de moto.

Dos entrevistados proprietários de automóveis que tiveram seus bens furtados nos últimos 12 meses que deram queixa na policia sobre o ocorrido, na Galeria Espírito Santo do total de 7,74% (n = 12) vitimados por furto de automóvel: 16,66% (n = 2) deram queixa, 75% (n = 9) não deram queixa, 8,34% (n = 1) se recusou ou não soube responder; na Galeria Epaminondas

do total de 16, 34% (n = 25) vitimados por furto de automóvel: 20% (n = 5) prestaram queixa, 68% (n = 17) não deu queixa, 12% (n = 3) se recusou ou não soube responder; na Galeria dos Remédios do total de 7,74% (n = 12) de vitimados por furto de automóvel: 25% (n = 3) deu queixa, 50% (n = 6) não deu queixa, 25% (n = 3) se recusou ou não soube responder; na Galeria Floriano Peixoto do total de 12,25% (n = 19) de vitimados por furto de automóvel: 21,05% (n = 4) prestou queixa na policia, 63,15% (n = 12) não deu queixa, 15,80% (n = 3) se recusou ou não soube responder.

Dos totais de entrevistados vitimados por furto de automóvel nos últimos 12 meses que prestaram queixa na policia do ocorrido, 02 entrevistados (16,66%) da Galeria Espírito Santo; 05 (20%) da Galeria Epaminondas; 03 (25%) da Galeria dos Remédios; e 04 (21,05%) da Galeria Floriano Peixoto. Os 02 entrevistados da Galeria Espirito Santo não ficaram satisfeitos com o modo que a policia lidou com o caso; da Galeria Epaminondas: 01 ficou satisfeito com a atuação da policia no caso, 01 não ficou satisfeito, 03 não se lembram ou não responderam; da Galeria dos Remédios: 01 ficou satisfeito com o modo que a policia lidou com o caso, 02 não ficaram satisfeito; da Galeria Floriano Peixoto: 02 ficaram satisfeitos com a atuação da policia no caso, 01 não ficou satisfeito e 01 não soube responder, como demonstra a tabela abaixo.

TEVE O VEICULO FURTADO NOS ULTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	7,74%	16,66%	75%	8,34%	0%	100%	%
	<i>n (12)</i>	<i>n (2)</i>	<i>n (9)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (2)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Epaminondas</b>	16,34%	20%	68%	12%	20%	20%	60%
	<i>n (25)</i>	<i>n (5)</i>	<i>n (17)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (3)</i>
<b>Remédios</b>	7,74%	25%	50%	25%	33,34%	66,66%	0%
	<i>n (12)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (6)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (2)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Floriano Peixoto</b>	12,25%	21,05%	63,15%	15,80%	50%	25%	25%
	<i>n (19)</i>	<i>n (4)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (2)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (1)</i>

TABELA 23: FURTO DE VEICULO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

### 6.1.2 – Roubo De Veículos

Os entrevistados proprietários de veículos que tiveram seu bem roubado alguma vez, 14% (n = 20) da Galeria Espírito Santo, 32% (n = 56) da Galeria Epaminondas, 18% (n = 19) da Galeria dos Remédios, 58,33% (n = 21) da Galeria Floriano Peixoto afirmaram que seus veículos foram roubado alguma vez. Do total de 14% (n = 20) dos vitimados por roubo de veículo da Galeria Espírito Santo, 85% (n = 17) foi vítima nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, 15% (n = 3) não foi vítima nos últimos 12 meses; do total de 32% (n = 56) vitimados por roubo de veículos na Galeria Epaminondas, 57,14% (n = 32) a vitimização ocorreu nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, 42,86% (n = 24) não foi no período de 12 meses.

Ponderando o total de 18% (n = 19) de entrevistados proprietários de veículos da Galeria dos Remédios que foram vítimas de roubo de veículos, 42,10% (n = 8) foi vítima nos últimos 12 meses, 57,90% (n = 11) não foram vítimas nos últimos 12 meses. Na Galeria Floriano Peixoto, do total de 21% (n = 36) que foram vítimas de roubo de veículo, 58,33% (n = 21) foram nos últimos 12 meses, 41,67% (n = 15) não foram vítimas nos últimos 12 meses.

GALERIAS COMERCIAIS	Possui carro ou moto / Possuiu carro ou moto				Foi roubado alguma vez		Foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado nos últimos doze meses	
	Carro		Moto		%	n	%	n	%	n
	%	n	%	n						
<b>Espirito Santo</b>	43%	66	53%	82	14%	20	85%	17	15%	3
<b>Epaminondas</b>	47%	72	68%	104	32%	56	57,14%	32	42,86%	24
<b>Remédios</b>	38%	59	31%	48	18%	19	42,10%	8	57,90%	11
<b>Floriano Peixoto</b>	42%	65	70%	108	21%	36	58,33%	21	41,67%	15

**TABELA 24: ROUBO DE VEICULO**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Do total de entrevistados proprietários de veículos vítimas de roubo nos últimos 12 meses da Galeria Espírito Santo, 85% (n = 17): 23,52% (n = 4) relataram que foram vítimas no bairro, 5,88% (n = 1) no local de trabalho, 70,60% (n = 12) em outro local de Manaus, sendo que 52% (n = 9) prestou queixa na policia, 24% (n = 4) não fez queixa nenhuma à policia, 24% (n = 4) se recusou ou não soube responder, onde os 09 (100%) que prestaram queixa à policia relataram que não ficaram satisfeitos com o modo que a policia lidou com o caso.

Os entrevistados que relataram serem vítimas por roubo de veículos nos últimos 12 meses da Galeria Epaminondas, 57,14 (n = 32): 37% (n = 11) foram vítimas no bairro, 12% (n = 3) no local de trabalho, 51% (n = 18) em outro local de Manaus. Desse quantum vitimizado em 12 meses, 84,37% (n = 27) prestou queixa na polícia, 9,37% (n = 3) não prestou, 6,26% (n = 2) não soube responder ou recusou; sendo que 23 (85,18%) que prestaram depoimento à polícia ficaram satisfeitos com a atuação da polícia no caso, 01 (3,70%) não ficou satisfeito, 03 (11,12%) não lembra ou não respondeu.

Dos 42,10% (n = 8) vitimizados nos últimos 12 meses por roubo de veículo da Galeria dos Remédios, 12,50% (n = 1) disse que foi vítima no bairro, 50% (n = 4) no local de trabalho, 37,5% (n = 3) se recusou ou não soube responder. Desse total de vitimizados, 75% (n = 6) prestou queixa do ocorrido, 12,50% (n = 1) não prestou queixa, 12,50% (n = 1) se recusou a responder; dos que prestaram queixa à polícia do ocorrido, 03 (50%) relataram ficar satisfeitos com a atuação da polícia, 02 (33,33%) não ficaram satisfeitos, 01 (16,67%) se recusou a responder.

Na Galeria Floriano Peixoto, os 58,33% (n = 21) que relataram sofrer roubo de veículo nos últimos 12 meses, 23,80% (n = 5) relatam que foram vítimas no bairro, 28,57% (n = 6) no local de trabalho, 47,63% (n = 10) em outro local de Manaus. Na qual, 85,71% (n = 18) deram queixa na polícia, 4,76% (n = 1) não deu queixa do ocorrido à polícia, 9,53% (n = 2) se recusou ou não soube responder; dos que prestaram queixa na polícia, 09 (50%) ficaram satisfeitos como a polícia lidou com o ocorrido, 04 (22,22%) não ficaram satisfeitos, 05 (27,78%) se recusaram ou não souberam responder.

Quanto aos entrevistados que foram vítimas de roubo de veículo nos últimos 12 meses em outro local de Manaus que não fosse no bairro de sua residência ou no local de trabalho, relatam vitimização em locais da Zona Sul: 02 (16,68%) da Galeria Espírito Santo; 01 (5,55%) da Galeria Epaminondas, 01 (10%) da Galeria Floriano Peixoto; relataram que foram vítimas de roubo de veículo em locais da Zona Centro-Sul: 03 (25%) da Galeria Espírito Santo, 02 (11,10%) da Epaminondas, 01 (10%) da Floriano Peixoto; em locais da Zona Oeste: 01 (8,33%) da Espírito Santo, 01 (5,55%) da Epaminondas, 01 (33,33%) da Remédios, 04 (40%) da Floriano Peixoto; na Zona Centro-Oeste: 01 (8,33%) da Espírito Santo e 03 (16,70%) da Epaminondas; Zona Leste: 04 (33,33%) da Espírito Santo, 09 (50%) da Epaminondas, 02 (66,66%) da Remédios, 02 (20%) da Floriano Peixoto ; Zona Norte: 02 (20%) da Floriano Peixoto, 02 (11,10%) da Epaminondas, 01 (8,33%) da Espírito Santo, como demonstra a tabela 35 abaixo.

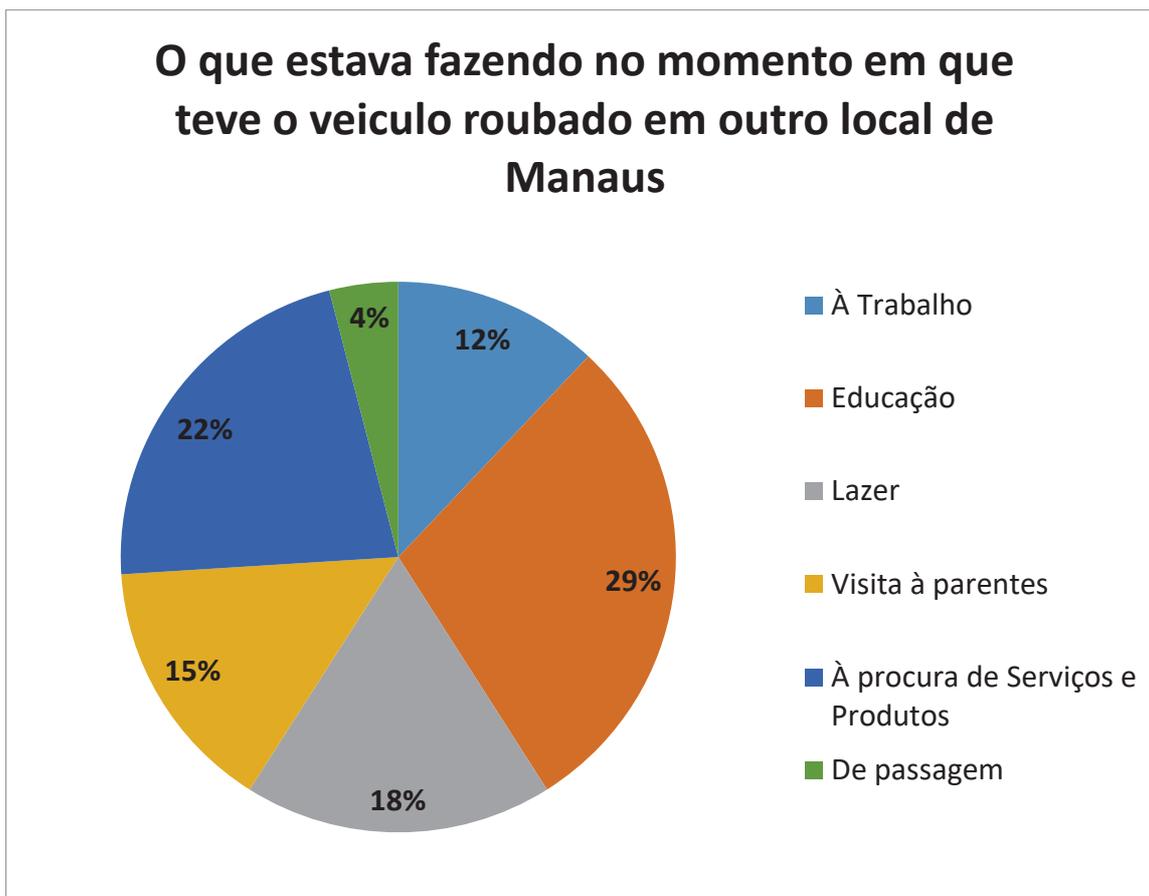
TEVE O VEICULO ROUBADO NOS ULTIMOS 12 MESES	No momento do roubo o Sr(a) estava presente onde?			O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito			
	No Bairro	No local de trabalho	Em outro local de Manaus	Sim	Não	Recusou Ou Não Respondeu	Sim, fiquei satisfeito	Não fiquei satisfeito	Não lembra Ou Não Respondeu	
Espírito Santo	85%	23,52%	5,88%	70,6%	52%	24%	24%	100%	0%	0%
	n (17)	n (4)	n (1)	n (12)	n (9)	n (4)	n (4)	n (9)	n (-)	n (-)
Epaminondas	57,14%	37%	12%	51%	84,37%	9,37%	6,26%	85,18%	3,70%	11,12%
	n (32)	n (11)	n (3)	n (18)	n (27)	n (3)	n (2)	n (23)	n (1)	n (3)
Remédios	42,10%	12,5%	50%	37,5%	75%	12,5%	12,5%	50%	33,33%	16,67%
	n (8)	n (1)	n (4)	n (3)	n (6)	n (1)	n (1)	n (3)	n (2)	n (1)
Florianópolis	58,33%	23,80%	28,57%	47,63%	85,71%	4,76%	9,53%	50%	22,22%	27,78%
	n (21)	n (5)	n (6)	n (10)	n (18)	n (1)	n (2)	n (9)	n (4)	n (5)

**TABELA 25: ROUBO DE VEICULO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

TEVE O VEICULO ROUBADO EM OUTRO LOCAL DE MANAUS	Zona Sul	Zona Centro-Sul	Zona Oeste	Zona Centro-Oeste	Zona Leste	Zona Norte
Espírito Santo	70,6%	16,68%	25%	8,33%	8,33%	33,33%
	n (12)	n (2)	n (3)	n (1)	n (1)	n (4)
Epaminondas	51%	5,55%	11,10%	5,55%	16,70%	50%
	n (18)	n (1)	n (2)	n (1)	n (3)	n (9)
Remédios	37,5%	0%	0%	33,33%	0%	66,66%
	n (3)	n (-)	n (-)	n (1)	n (-)	n (2)
Florianópolis	47,63%	10%	10%	40%	0%	20%
	n (10)	n (1)	n (1)	n (4)	n (-)	n (2)

**TABELA 26: ROUBO DE VEICULO EM OUTRAS REGIÕES DE MANAUS**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Como os maiores bairros residenciais estão distantes da Área Central, como por exemplo os situados na Zona Norte e Leste, por conta disso ocorre maior tráfego de pessoas, bens e serviços da Capital, foi perguntado para os entrevistados que foram vítimas de roubo de veículo nos últimos 12 meses em outro local de Manaus o que eles estavam fazendo no momento em que teve o veículo roubado, 29% relata que estava indo ou voltando de alguma instituição educacional, 22% quando estavam à procura de serviços e produtos, 18% quando estavam em local de lazer, 15% indo ou voltando da residência de seus parentes após uma visita, 12% indo para o trabalho, 4% estavam apenas de passagem pelo local, como demonstra os dados apresentados no gráfico 6 abaixo, vide.



**GRÁFICO 5: MOMENTOS EM QUE FOI VITIMA DE ROUBO DE VEICULO EM OUTRO LOCAL DE MANAUS**

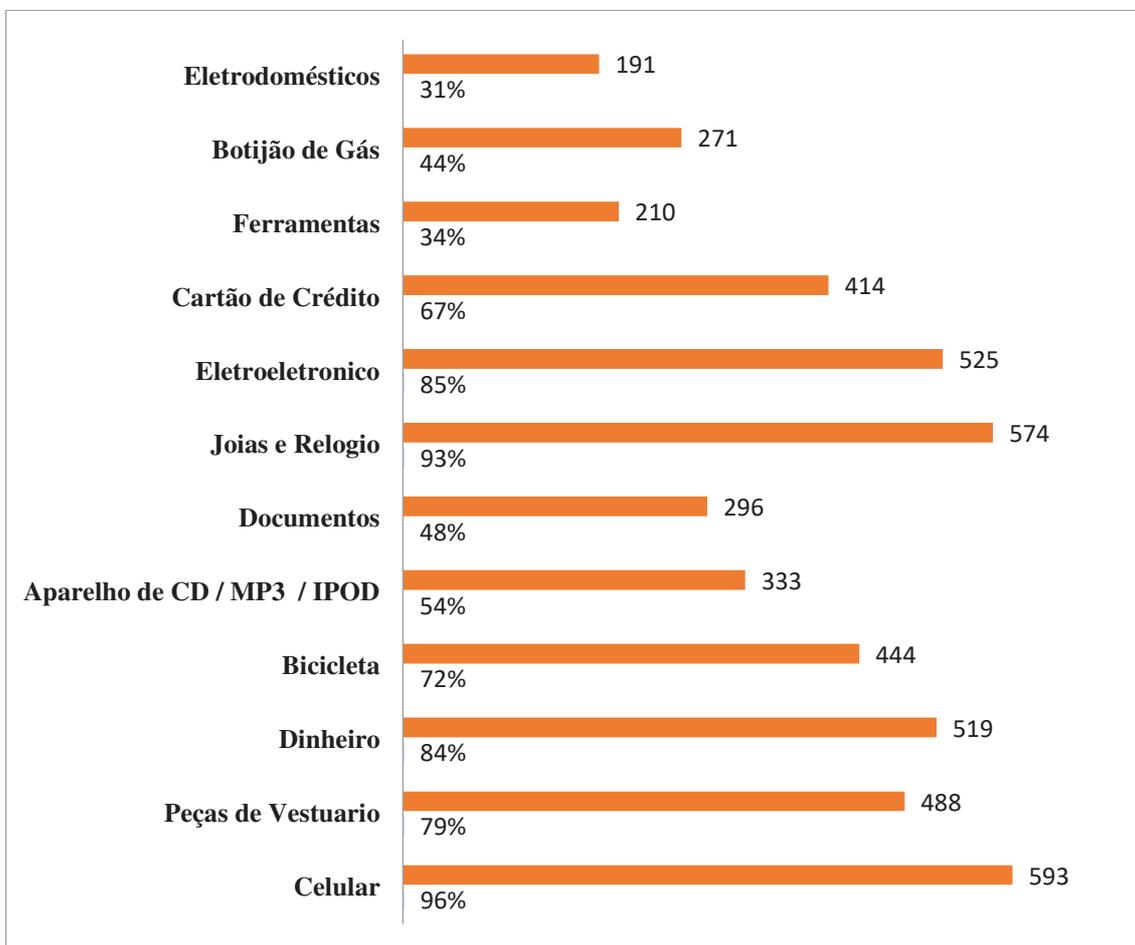
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Quanto a vitimização da amostra pesquisada por roubo de veículo pode-se dizer que há um padrão baseado nos fatores de visibilidade e oportunidade de ação criminosa, que quando relacionados à dinâmica social dos espaços de integração, de circulação de bens e mercadorias estimulam a realização da prática delituosa.

### 6.1.3 – Furto De Objeto

Nessa pesquisa foi considerado como objeto de furto celulares, peças de vestuário, dinheiro, aparelho de cd / mp3 / ipod, documentos, joias e relógio, eletroeletrônico, cartão de crédito, ferramentas, botijão de gás, eletrodomésticos. Cerca de 31% (n = 191) dos entrevistados nas Galerias Comerciais relatam que já tiveram algum eletrodoméstico furtado, 44% (n = 271) tiveram o botijão de gás furtado, 34% (n = 210) tiveram ferramentas furtadas, 67% (n = 414) dos entrevistados já tiveram o cartão de crédito furtado, 85% (n = 525) tiveram eletroeletrônicos furtados, 93% (n = 574) sofreram furto de joias e relógio, 48% (n = 296) de documentos, 54%

(n = 333) tiveram aparelho de cd / mp3 / ipod furtados, 72% (n = 444) tiveram as bicicletas furtadas, 84% (n = 519) foi dinheiro o objeto do furto, 79% (n = 488) relataram furto de peças de vestuários e 96% (n = 593) sofreram furto de celular, assim o gráfico 7 demonstra.



**GRÁFICO 6: OBJETOS FURTADOS**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Na Galeria Espírito Santo, 98% (n = 151) foram furtados alguma vez, sendo que 77% (n = 116) tiveram objetos furtados nos últimos 12 meses e 21% (n = 35) não foi no período de 12 meses, na qual 2% (n = 4) dos entrevistados na Espírito Santo relatam que nunca sofreram furto de objeto. Quanto a Galeria Epaminondas 93% (n = 142) dos entrevistados relatam que tiveram objetos furtados alguma vez, em 84% (n = 129) foram furtados nos últimos 12 meses e 9% (n = 13) fora deste período, porém 7% (n = 11) dos entrevistados relatam nunca ter tido algum objeto furtado.

A taxa de vitimização por furto de objeto na Galeria dos Remédios é de 90% (n = 139), em que 73% (n = 113) foi no período dos últimos 12 meses e 17% (n = 26) alguma vez na vida, contudo 10% (n = 16) relatam nunca terem objetos furtados. Já na Galeria Floriano Peixoto,

91% (n = 141) relatam terem sofrido furto de objetos, na qual 85% (n = 131) foram vítimas nos últimos 12 meses e 6% (n = 10) alguma vez na vida, no entanto 9% (n = 14) dos entrevistados dizem nunca ter sido furtados, como demonstra a tabela 36.

GALERIAS COMERCIAIS	Foi furtado alguma vez		Foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado nos últimos doze meses	
	%	n	%	n	%	n
<b>Espirito Santo</b>	98%	151	77%	116	21%	35
<b>Epaminondas</b>	93%	142	84%	129	9%	13
<b>Remédios</b>	90%	139	73%	113	17%	26
<b>Florianópolis</b>	91%	141	85%	131	6%	10

**TABELA 27: FURTO DE OBJETOS**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Avaliando a taxa de vitimização por furto de objeto nos últimos 12 meses se a vítima deu parte ou não do ocorrido à polícia e se a vítima depoente se sentiu ou não satisfeita com a atuação da polícia no caso. Dos 77% (n = 116) da Galeria Espirito Santo, 13,54% (n = 21) deu parte para a polícia sobre o ocorrido, 38,06% (n = 59) não deu parte, 25,40% (n = 36) se recusou ou não respondeu. Considerando 13,54% (n = 21) como a amostra vitimizada nos últimos 12 meses por furto de objeto que deu parte na polícia representando 100%, os 21 (100%) entrevistados furtados nos últimos 12 meses que deram parte na polícia disseram que de modo geral não se sentiram satisfeitos com como a polícia lidou com o caso relatado.

Na Galeria Epaminondas, dos 84% (n = 129) dos entrevistados vitimizados nos últimos 12 meses, 23,25% (n = 30) deu parte a polícia sobre o delito, 56,12% (n = 87) não deu parte, 4,63% (n = 12) se recusou ou não soube responder, da parte vitimizada que prestou queixa à polícia sobre o furto de objeto nessa Galeria, 23,25% (n = 30), 06 (20%) entrevistados se sentiu satisfeito com a atuação da polícia no caso, outros 06 (20%) entrevistados não se sentiram satisfeitos e 18 (60%) entrevistados se recusaram ou não souberam responder.

Dos 73% (n = 113) dos entrevistados da Galeria dos Remédios que sofreram furto de objeto nos últimos 12 meses, 51,72% (n = 80) prestaram queixa na polícia, 3,87% (n = 6) não prestaram queixa, 17,41% (n = 27) se recusaram ou não souberam responder, daqueles que registraram queixa na polícia, 21 (26,25%) entrevistados dizem que ficaram satisfeitos com os

procedimentos da policia diante do caso, 48 (60%) entrevistados não ficaram satisfeitos com a atuação da policia e 11 (13,75%) entrevistados não souberam responder ou se recusaram.

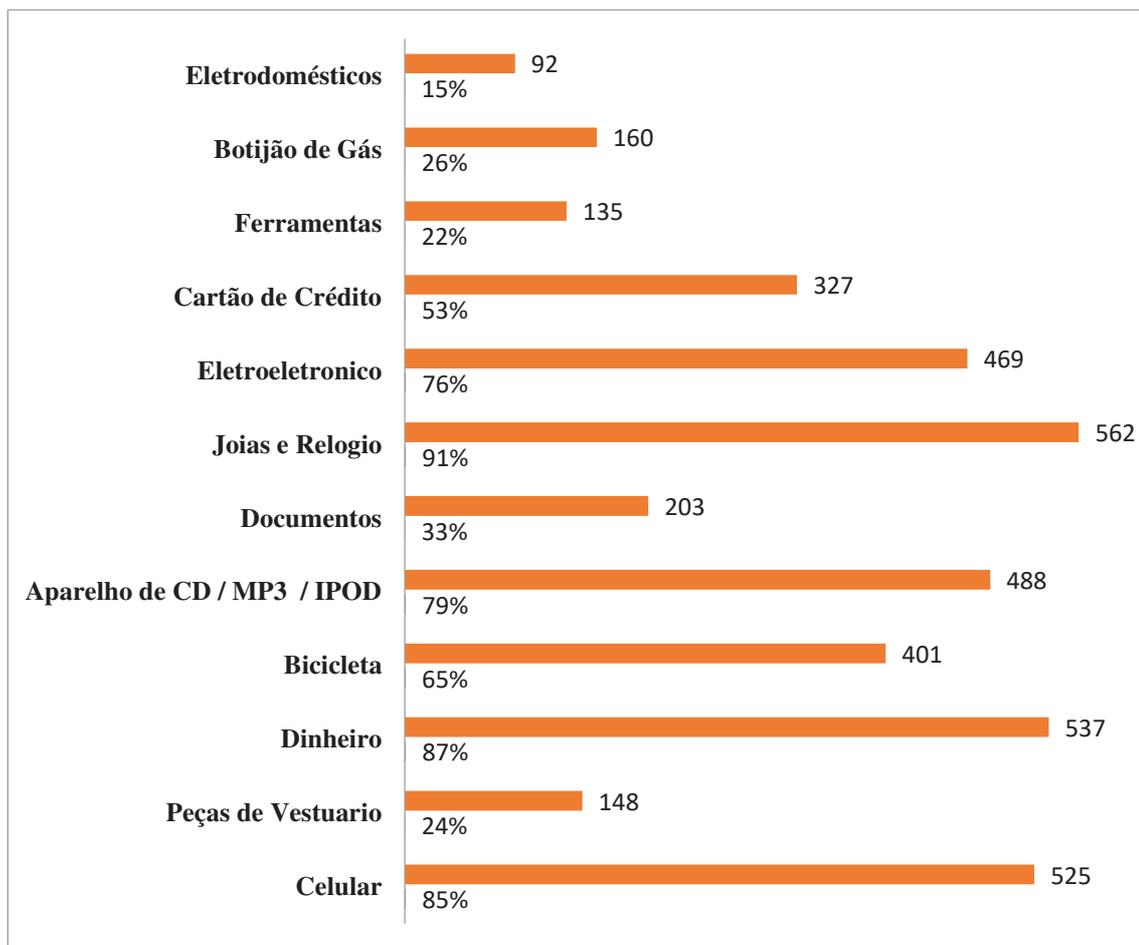
Na Galeria Floriano Peixoto, os 85% (n = 131) que disseram ter sofrido furto de objeto no mesmo período, 50,96% (n = 79) disseram que acionaram a policia para resolver o caso, 25,80% (n = 40) não prestaram queixa sobre o fato, 8,24% (n = 12) não souberam ou se recusaram a responder; do quantum que prestou queixa na delegacia, 23 (29,11%) dos entrevistados vitimizados ficaram satisfeitos com a atuação da policia no caso, 56 (70,89%) entrevistados se dizem não satisfeitos com os procedimentos da policia no caso.

TEVE OBJETO FURTADO NOS ULTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	77%	13,54%	38,06%	25,40%	0%	100%	0%
	<i>n (116)</i>	<i>n (21)</i>	<i>n (59)</i>	<i>n (36)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (21)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Epaminondas</b>	84 %	23,25%	56,12%	4,63%	20%	20%	60%
	<i>n (129)</i>	<i>n (30)</i>	<i>n (87)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (6)</i>	<i>n (6)</i>	<i>n (18)</i>
<b>Remédios</b>	73%	51,72%	3,87%	17,41%	26,25%	60%	13,75%
	<i>n (113)</i>	<i>n (80)</i>	<i>n (6)</i>	<i>n (27)</i>	<i>n (21)</i>	<i>n (48)</i>	<i>n (11)</i>
<b>Floriano Peixoto</b>	85%	50,96%	25,80%	8,24%	29,11%	70,89%	0%
	<i>n (131)</i>	<i>n (79)</i>	<i>n (40)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (23)</i>	<i>n (56)</i>	<i>n (-)</i>

**TABELA 28: FURTO DE OBJETO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

#### 6.1.4 – Roubo De Objeto

Com base no total amostrado quanto a roubo de bens ou objetos, 91% (n = 562) dos entrevistados afirmaram que já foram vítimas de roubo de joias e relógio, 87% (n = 537) já tiveram dinheiro roubado, 85% (n = 525) sofreram roubo de celular, 79% (n = 488) aparelhos de cd / mp3 / ipod, 76% (n = 469) eletrodomésticos, 65% (n = 401) a bicicleta roubada, 53% (n = 327) o cartão de credito, 33% (n = 203) tiveram algum documento roubado, 26% (n = 160) o botijão de gás, 24% (n = 148) peças de vestuário, 22% (n = 135) ferramentas, e 15% (n = 92) já tiveram eletrodomésticos roubados, taxas apresentadas no gráfico 8 abaixo.



**GRÁFICO 7: OBJETOS DE ROUBO**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Com relação à frequência dos roubos na Galeria Espírito Santo 92% (n = 142) foram roubados alguma vez, desses 85% (n = 131) foi nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa e 7% (n = 11) em algum momento fora dos últimos 12 meses, outros 8% (n = 13) relatam que nunca tiveram objetos e bens roubados. Na Galeria Epaminondas, 92% (n = 140) dos entrevistados dizem que já tiveram bens roubados, na qual 76% (n = 116) relatam que o fato ocorreu nos últimos 12 meses e 16% (n = 24) não foi nos últimos 12 meses, já 8% (n = 13) nunca foram vítimas de roubo de objetos e bens.

Cerca de 88% (n = 136) dos entrevistados na Galeria dos Remédios relatam que foram vítimas de roubo de objeto alguma vez, sendo que 82% (n = 127) foi nos últimos 12 meses e 6% (n = 9) fora deste período, 12% (n = 19) dos entrevistados dessa Galeria relatam nunca terem sido vítima de roubo de objeto. Na Galeria Floriano Peixoto, 95% (n = 147) já foram roubados alguma vez na vida, 80% (n = 124) nos últimos 12 meses, 15% (n = 23) em algum momento fora dos 12 meses, e 5% (n = 8) nunca foram vitimizados.

<b>GALERIAS COMERCIAIS</b>	<b>Foi roubado alguma vez</b>		<b>Foi roubado nos últimos doze meses</b>		<b>Não foi roubado nos últimos doze meses</b>	
	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>
<b>Espirito Santo</b>	92%	142	85%	131	7%	11
<b>Epaminondas</b>	92%	140	76%	116	16%	24
<b>Remédios</b>	88%	136	82%	127	6%	9
<b>Floriano Peixoto</b>	95%	147	80%	124	15%	23

**TABELA 29: ROUBO DE OBJETOS**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Avaliando a vitimização por roubo de objeto nos últimos 12 meses, dos 85% (n = 131), 64,51% (n = 100) prestaram queixa na delegacia, 8,38% (n = 13) não abriram ocorrência, 12,11% (n = 18) se recusaram ou não souberam responder. Da taxa vitimizada que prestou queixa do ocorrido perante autoridade policial, 14 (14%) entrevistados ficaram satisfeitos com a atuação da policia no caso, 77 (77%) entrevistados não ficaram satisfeito, 9 (9%) entrevistados se recusaram ou não souberam responder.

Na Galeria Epaminondas dos 76% (n = 116) que foram vitimas nos últimos 12 meses, 56,86% (n = 87) prestou queixa na policia, 14,37% (n = 22) não prestaram queixa, 4,77% (n = 7) se recusaram ou não souberam responder. Dos 56, 86% (n = 87) que prestaram queixa, 21 (24,13%) entrevistados afirmaram estar satisfeito com a forma que policia lidou com o caso, 53 (60,91%) não ficaram satisfeitos e 13 (14,96%) entrevistados se recusaram ou não souberam responder.

Dos 82% (n = 127) dos entrevistados da Galeria dos Remédios vitimizados nos últimos 12 meses, 68,22% (n = 98) prestaram queixa na policia, 10,96% (n = 17) não prestaram queixa, 7,82% (n = 12) se recusaram ou não souberam responder. Os entrevistados vitimizados que prestaram queixa, 68,22% (n = 98): 14 (14,28%) entrevistados se sentiram satisfeitos com o modo que a policia lidou com o caso, 60 (61,22%) entrevistados não se sentiram satisfeitos, 24 (24,50%) entrevistados se recusaram ou não souberam responder.

A taxa de 80% (n = 124) vitimizada na Galeria Floriano Peixoto nos últimos 12 meses, 72,25% (n = 112) prestaram queixa na policia do ocorrido, 5,80% (n = 9) não prestaram queixa, 1,95% (n = 3) se recusaram ou não souberam responder. Avaliando a satisfação ou não dos

serviços de polícia na resolução do caso, dos 72,25% (n = 112) que registraram queixa na delegacia sobre o ocorrido: 9 (8,03%) entrevistados ficaram satisfeitos, 98 (87,50%) não ficaram satisfeitos, 5 (4,47%) entrevistados se recusaram ou não souberam responder.

TEVE OBJETO ROUBADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na polícia do ocorrido			De modo geral como a polícia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	85%	64,51%	8,38%	12,11%	14%	77%	9%
	<i>n (131)</i>	<i>n (100)</i>	<i>n (13)</i>	<i>n (18)</i>	<i>n (14)</i>	<i>n (77)</i>	<i>n (9)</i>
<b>Epaminondas</b>	76 %	56,86%	14,37%	4,77%	24,13%	60,91%	14,96%
	<i>n (116)</i>	<i>n (87)</i>	<i>n (22)</i>	<i>n (7)</i>	<i>n (21)</i>	<i>n (53)</i>	<i>n (13)</i>
<b>Remédios</b>	82%	63,22%	10,96%	7,82%	14,28%	61,22%	24,50%
	<i>n (127)</i>	<i>n (98)</i>	<i>n (17)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (14)</i>	<i>n (60)</i>	<i>n (24)</i>
<b>Floriano Peixoto</b>	80%	72,25%	5,80%	1,95%	8,03%	87,5%	4,47%
	<i>n (124)</i>	<i>n (112)</i>	<i>n (9)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (9)</i>	<i>n (98)</i>	<i>n (5)</i>

**TABELA 30: ROUBO DE OBJETO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLÍCIA**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

### 6.1.5 - Sequestro

O crime de sequestro construído a partir das declarações dos entrevistados das Galerias Comerciais é um tipo de crime que ocorre sempre acompanhado por outro crime, como roubo à residência e roubo de veículos. Assim, 14% (n = 21) dos entrevistados da Galeria Espírito Santo foram sequestrados alguma vez, desse índice 8% (n = 12) foi nos últimos 12 meses, 6% (n = 9) fora deste período, logo 86% (n = 134) nunca sofreram sequestro. Na Galeria Epaminondas, 10% (n = 15) dos entrevistados foram sequestrados, em que 3% (n = 4) nos últimos 12 meses, 7% (n = 11) foram em outro período, 90% (n = 138) nunca foram sequestrados. Relataram sequestro na Galeria dos Remédios 18% (n = 27) dos entrevistados, na qual 13% (n = 20) nos últimos 12 meses, 5% (n = 7) não foi sequestrado nos últimos 12 meses e 82% (n = 128) nunca foram sequestrados. Quanto aos entrevistados da Galeria Floriano Peixoto, 5% (n = 7) foram vítimas de sequestro, onde 2% (n = 3) foi no período dos últimos 12 meses, 3% (n = 4) foi fora deste período, e 95% (n = 148) nunca foram sequestrados, como a Tabela 40 demonstra.

GALERIAS COMERCIAIS	Foi sequestrado alguma vez		Foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado nos últimos doze meses	
	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>
<b>Espirito Santo</b>	14%	21	8%	12	6%	9
<b>Epaminondas</b>	10%	15	3%	4	7%	11
<b>Remédios</b>	18%	27	13%	20	5%	7
<b>Floriano Peixoto</b>	5%	7	2%	3	3%	4

TABELA 31: SEQUESTRO

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Avaliando o relacionamento entre as vítimas de sequestro nos últimos 12 meses com as policias, na Galeria Espírito Santo dos 8% (n = 12) de entrevistados vítimas, 3,22% (n = 5) prestou queixa na policia, 1,93% (n = 3) não prestou queixa, 2,85% (n = 4) se recusaram ou não souberam responder. Do percentual que prestou queixa, 3,22% (n = 5): 1 (20%) entrevistado ficou satisfeito com a atuação da policia, 4 (80%) entrevistados se dizem insatisfeitos.

Os entrevistados sequestrados que prestaram queixa da Galeria Epaminondas, 3% (n = 4): 0,66% (n = 1) prestou queixa na policia, se dizendo insatisfeito com os procedimentos tomados pela policia diante do caso, 1,68% (n = 2) não prestou queixa, 0,66% (n = 1) se recusou a responder. Os sequestrados da Galeria dos Remédios, 13% (n = 20), 6,45% (n = 10) relatam que fizeram queixa na policia sobre o ocorrido, 1,68% (n = 2) não procuraram a policia para formalizar queixa, 4,62% (n = 7) se recusaram ou não souberam responder, sobre os que prestaram queixa na policia, 6,45% (n = 10): 4 (40%) entrevistados afirmam que ficaram satisfeitos com a policia, 5 (50%) não ficaram satisfeitos com a atuação da policia, 1 (10%) se recusou a responder.

Na Galeria Floriano Peixoto os entrevistados que sofreram sequestro 2% (n = 3), 0,66% (n = 1) formalizou queixa na delegacia sobre o crime ficando satisfeito com o modo que a policia lidou com o caso, 0,66% (n = 1) não prestou queixa, 0,66% (n = 1) se recusou a responder.

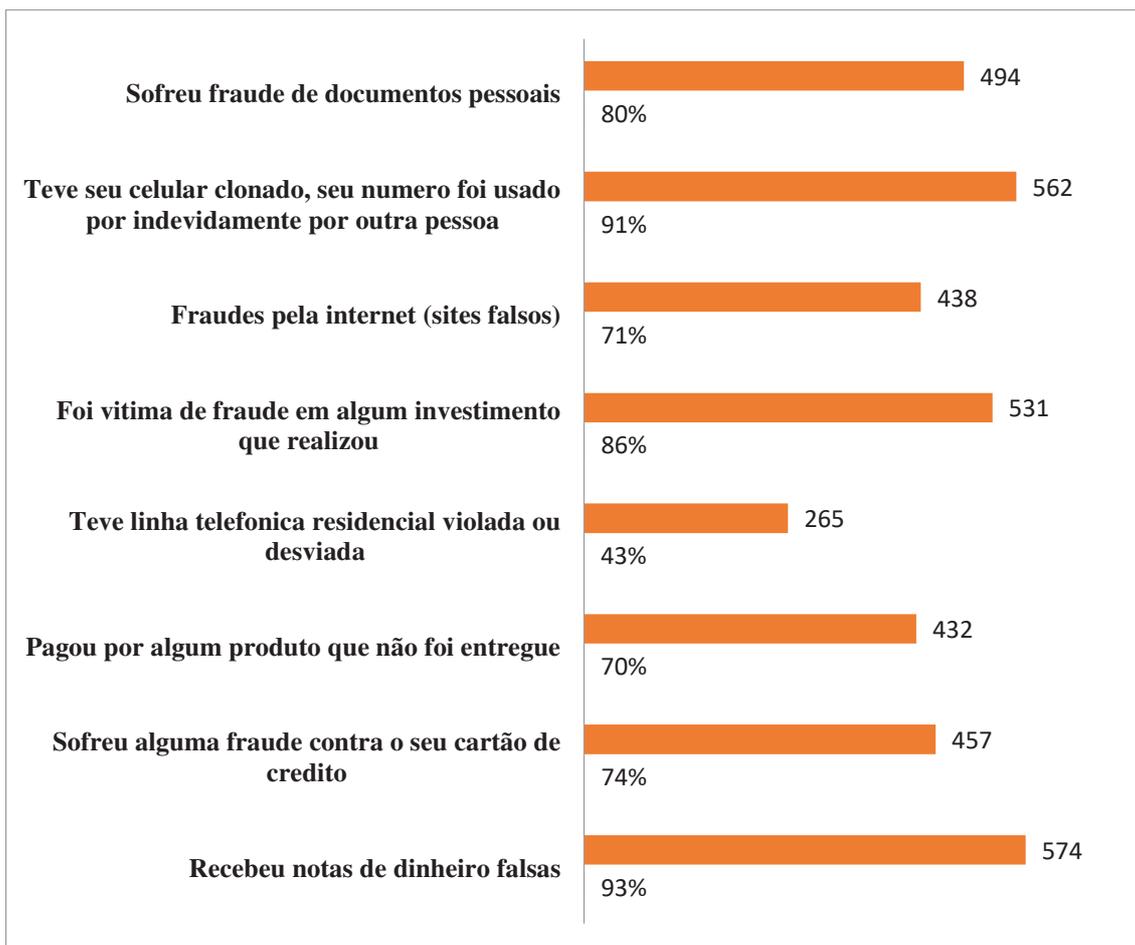
FOI SEQUESTRADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	8%	3,22%	1,93%	2,85%	20%	80%	%
	<i>n (12)</i>	<i>n (5)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (4)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (4)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Epaminondas</b>	3%	0,66%	1,68%	0,66%	0%	100%	0%
	<i>n (4)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (2)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Remédios</b>	13%	6,45%	1,93%	4,62%	40%	50%	10%
	<i>n (20)</i>	<i>n (10)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (7)</i>	<i>n (4)</i>	<i>n (5)</i>	<i>n (1)</i>
<b>Florianópolis</b>	2%	0,66%	0,66%	0,66%	100%	0%	0%
	<i>n (3)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (-)</i>

TABELA 32: SEQUESTRO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

#### 6.1.6 – Fraude Ou Estelionato

A partir das declarações dos entrevistados das Galerias Comerciais, 93% (n = 574) já receberam cédulas de dinheiro falsificadas, 91% (n = 562) teve o celular clonado, tendo o numero usado indevidamente por pessoa desconhecida da vitima, 86% (n = 531) foi vitima de fraude em algum investimento que realizou, 80% (n = 494) já teve os documentos pessoais fraudados, 74% (n = 457) sofreu alguma fraude contra o seu cartão de credito, 71% (n = 438) sofreu fraude pela internet ao acessar sites falsos de produtos e serviços, 70% (n = 432) pagou por algum produto que não foi entregue, e 43% (n = 265) teve a linha telefonica residencial violada ou desviada, como apresenta o Gráfico 9 abaixo.



**GRÁFICO 8: TIPOS DE FRAUDES OU ESTELIONATO**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

O fracionamento da vitimização nas Galerias Comerciais demonstra que na Galeria Espírito Santo 78% (n = 120) dos entrevistados já sofreu alguma fraude ou estelionato, em que 70% (n = 108) foi nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, 8% (n = 12) em outro momento, 22% (n = 35) nunca foi vítima de fraude ou estelionato. Na Galeria Epaminondas, 83% (n = 126) relatam terem sofrido fraude ou estelionato, 76% (n = 115) foi nos últimos 12 meses, 7% (n = 11) em outro momento, 17% (n = 27) afirmam nunca ter sido vítima de fraude ou estelionato.

Os entrevistados da Galeria dos Remédios, 80% (n = 124) relatam terem sido vítimas de fraude ou estelionato, desse número 72% (n = 112) foram vítimas nos últimos 12 meses, 8% (n = 12) em outro período, 20% (n = 31) nunca foram vítimas. Os participantes da pesquisa da Galeria Floriano Peixoto, 75% (n = 116) relataram que foram vítimas alguma vez na vida, 73% (n = 113) foi nos últimos 12 meses, 2% (n = 3) fora desse período, 25% (n = 39) nunca foram vítimas de fraude e estelionato.

GALERIAS COMERCIAIS	Sofreu alguma fraude/esteli onato		Sofreu alguma fraude/esteli onato nos últimos doze meses		Não Sofreu alguma fraude/esteli onato nos últimos doze meses	
	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>
<b>Espirito Santo</b>	78%	120	70%	108	8%	12
<b>Epaminondas</b>	83%	126	76%	115	7%	11
<b>Remédios</b>	80%	124	72%	112	8%	12
<b>Floriano Peixoto</b>	75%	116	73%	113	2%	3

**TABELA 33: FRAUDE/ESTELIONATO**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Os entrevistados fraudados nos últimos 12 meses da Galeria Espírito Santo, 70% (n = 108), 20,64% (n = 32) prestou queixa na policia, 38,70% (n = 60) na prestou queixa, 10,66% (n = 16) se recusaram ou não souberam responder; do total de vitimizados que prestaram queixa, 20,64% (n = 32): 11 (34,37%) entrevistados ficaram satisfeitos com a atuação da policia no caso, 16 (50%) entrevistados não ficaram satisfeitos, 5 (15,63%) entrevistados não lembra ou não respondeu.

Na Galeria Epaminondas, os vitimizados nos últimos 12 meses 76% (n = 115), 5,88% (n = 9) registraram queixa na policia, 15,03% (n = 23) não registraram queixa, 55,09% (n = 83) se recusaram ou não responderam; dos que registraram queixa 4 (44,44%) entrevistados ficaram satisfeitos com o modo que a policia lidou com o caso, 3 (33,33%) entrevistados não ficaram satisfeitos, 2 (22,23%) entrevistados não se lembram.

Dos 72% (n = 112) vitimizados nos últimos 12 meses da Galeria dos Remédios, 26,45% (n = 41) prestou queixa na policia, 38,06% (n = 59) não prestaram queixa, 7,49% (n = 12) se recusaram ou não souberam responder; do índice que prestou queixa, 26,45% (n = 41): 3 (7,31%) entrevistados estão satisfeitos com a atuação da policia no caso, 38 (92,69%) entrevistados não ficaram satisfeitos com a atuação da policia.

A parcela de 73% (n = 113) de entrevistados vitimas da Galeria Floriano Peixoto, 7,74% (n = 12) registrou o caso na policia, 58,06% (n = 90) não registrou o caso, 7,20% (n = 11) se recusaram ou não souberam responder. Dos 7,74% (n = 12) que registraram queixa: 8 (66,66%) entrevistados ficaram satisfeitos com os trabalhos da policia, 3 (25%) entrevistados disseram estar insatisfeitos com o modo que a policia lidou com o caso, 1 (8,34%) entrevistado não respondeu.

FOI FRAUDADO NOS ULTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	70%	20,64%	38,70%	10,66%	34,37%	50%	15,63%
	<i>n (108)</i>	<i>n (32)</i>	<i>n (60)</i>	<i>n (16)</i>	<i>n (11)</i>	<i>n (16)</i>	<i>n (5)</i>
<b>Epaminondas</b>	76%	5,88%	15,03%	55,09%	44,44%	33,33%	22,23%
	<i>n (115)</i>	<i>n (9)</i>	<i>n (23)</i>	<i>n (83)</i>	<i>n (4)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (2)</i>
<b>Remédios</b>	72%	26,45%	38,06%	7,49%	7,31%	92,69%	0%
	<i>n (112)</i>	<i>n (41)</i>	<i>n (59)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (38)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Floriano Peixoto</b>	73%	7,74%	58,06%	7,20%	66,66%	25%	8,34%
	<i>n (113)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (90)</i>	<i>n (11)</i>	<i>n (8)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (1)</i>

TABELA 34: FRAUDE/ESTELIONATO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

### 6.1.7 – Acidente De Trânsito

Os entrevistados questionados se no período de 12 meses anteriores a pesquisa ele sofreram acidentes de qualquer natureza, na Galeria Espírito Santo 56% (n = 86) dos entrevistados responderam que sim, 13% (n = 20) não foram vitimas, 31% (n = 49) se recusam a responder. Na Galeria Epaminondas, 43% (n = 65) dos entrevistados responderam ter sofrido acidente nos últimos 12 meses, 21% (n = 32) não sofreram, 36% (n = 56) se recusaram a responder. Cerca de 57% (n = 88) dos entrevistados da Galeria dos Remédios responder terem sido vitima de acidente, 18% (n = 27) não foram vitimas, 25% (n = 40) se recusaram ou não souberam responder. Na Galeria Floriano Peixoto, 34% (n = 52) dos entrevistados sofreram acidente nos últimos 12 meses, 10% (n = 17) disseram não ter sofrido acidente, 56% (n = 86) se recusaram a responder, como demonstra a Tabela 44 abaixo

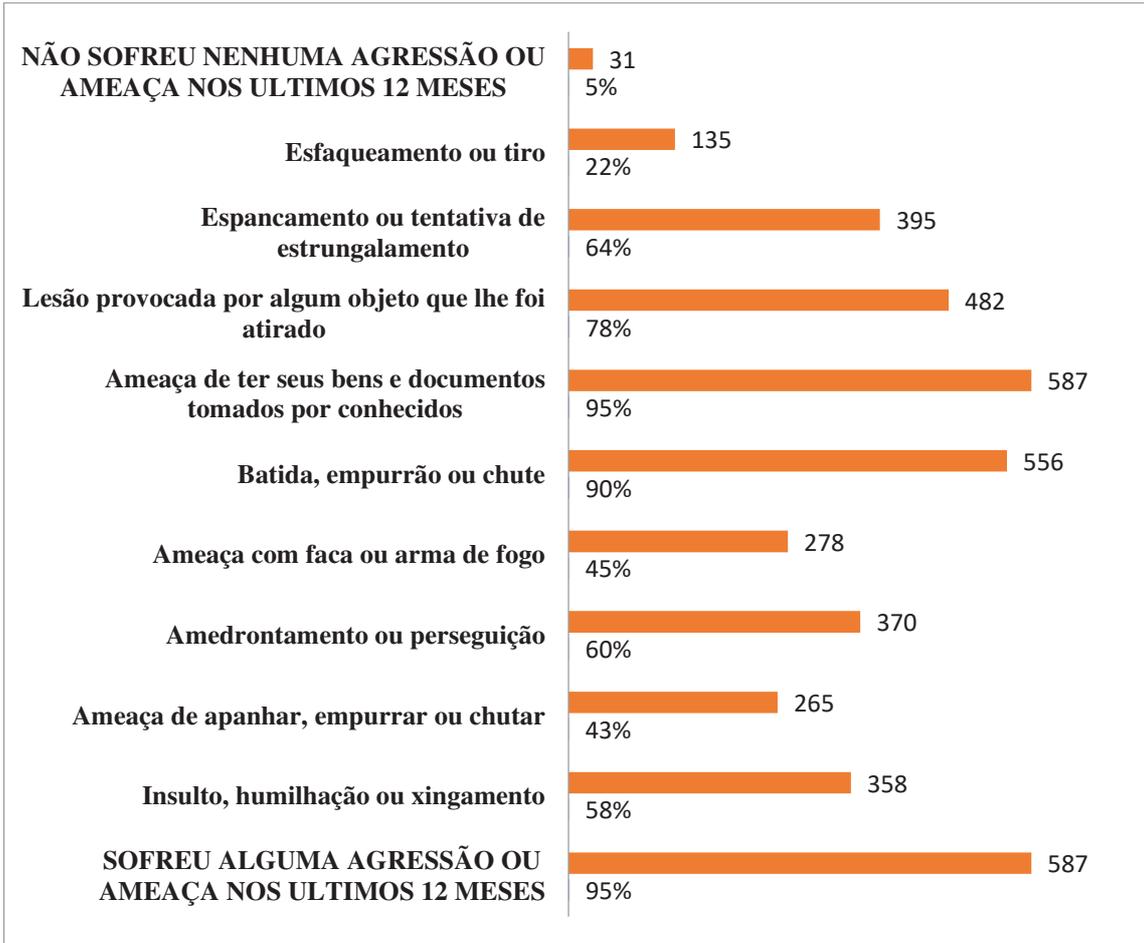
GALERIAS COMERCIAIS	ACIDENTE						ACIDENTE DE TRÂNSITO (inclui atropelamento)					
	Foi Vitima nos últimos 12 meses		Não foi Vitima nos últimos 12 meses		Recusou ou Não respondeu		Sim		Não		Recusou ou Não respondeu	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<b>Espírito Santo</b>	56%	86	13%	20	31%	49	11%	17	29%	44	60%	94
<b>Epaminondas</b>	43%	65	21%	32	36%	56	23%	35	30%	45	47%	73
<b>Remédios</b>	57%	88	18%	27	25%	40	14%	21	23%	35	63%	99
<b>Florianópolis</b>	34%	52	10%	17	56%	86	9%	13	11%	17	80%	125

**TABELA 35: ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

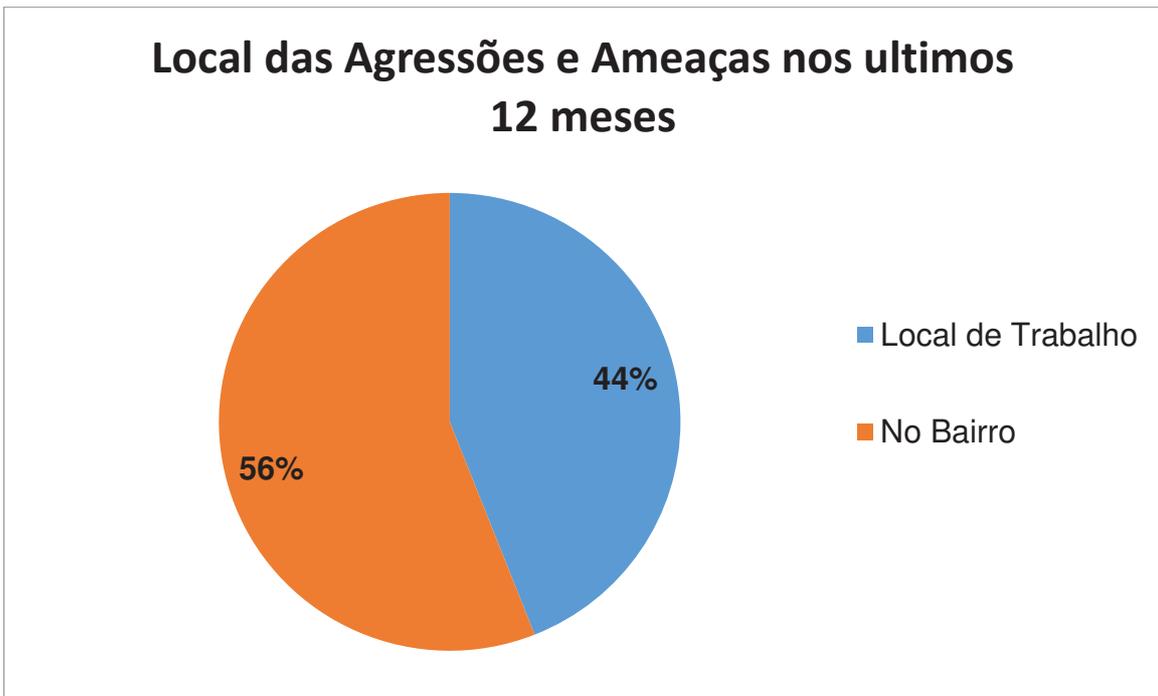
Inquiridos se a natureza desses acidentes foi batida ou colisão de carro, capotamento, queda de moto, derrapagem e atropelamento, 11% (n = 17) dos entrevistados da Galeria Espírito Santo, 23% (n = 35) da Galeria Epaminondas, 14% (n = 21) da Galeria dos Remédios, 9% (n = 13) da Galeria Florianópolis responderam que eles tiveram acidentes dessa natureza no trânsito. Já 29% (n = 44) da Espirito Santo, 30% (n = 45) da Epaminondas, 23% (n = 35) dos Remédios, 11% (n = 17) da Florianópolis não sofreram acidente de trânsito. Se recusaram ou não souberam responder: 60% (n = 94) da Espirito Santo, 47% (n = 73) da Epaminondas, 63% (n = 99) dos Remédios e 80% (n = 125) da Florianópolis.

#### 6.1.8 – Agressões E Ameaças

Perguntados se haviam sofrido ou não agressão e ameaça nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, 95% (n = 587) dos entrevistados relatam que sofreram ameaça de ter seus bens e documentos tomados por conhecidos, 90% (n = 556) sofreram batida, empurrão ou chute, 78% (n = 482) sofreram lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado, 64% (n = 395) foram espancados ou sofreram tentativa de estrangulamento, 60% (n = 370) foram amedrontados e perseguidos, 58% (n = 358) sofreram insultos, humilhações ou xingamentos, 45% (n = 278) foram ameaçados com faca ou arma de fogo, 43% (n = 265) ameaçados de apanhar, empurrar ou chutar, 22% (n = 135) já foram esfaqueados e tomaram tiro, apenas 5% (n = 31) dos entrevistados não sofreu nenhuma agressão ou ameaça nos últimos 12 meses como demonstra o gráfico 10 abaixo.



**GRÁFICO 9: TIPOS DE AGRESSÕES E AMEAÇAS**  
 FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)



**GRÁFICO 10: LOCAL DAS AGRESSÕES E AMEAÇAS**  
 FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Relatam 56% dos entrevistados que o local das agressões e ameaças foram no bairro próximo de suas residências e 44% dos entrevistados vitimizados dizem que foi no local de trabalho, como é apresentado no Gráfico 11 acima. Por isso, na Galeria Espírito Santo, 90% (n = 140) dos entrevistados foram agredidos nos últimos 12 meses, 10% (n = 15) em algum momento da vida; na Galeria Epaminondas, 95% (n = 144) foram vítimas de agressão nos últimos 12 meses, 5% (n = 9) em algum momento; na Galeria dos Remédios 94% (n = 146) foram agredidos nos 12 meses anteriores a pesquisa, 6% (n = 9) em algum momento; na Floriano Peixoto, 96% (n = 150) sofreram agressão nos últimos 12 meses, 4% (n = 5) sofreram em outro momento da vida.

Com relação a serem vítimas de ameaça, 85% (n = 132) dos entrevistados da Galeria Espírito Santo, 78% (n = 120) da Epaminondas, 93% (n = 145) dos Remédios, 89% (n = 138) da Floriano Peixoto foram ameaçados nos últimos 12 meses. Não foram ameaçados nos últimos 12 meses: 15% (n = 23) da Espírito Santo, 22% (n = 33) da Epaminondas, 7% (n = 10) dos Remédios, 11% (n = 17) da Floriano Peixoto.

GALERIAS COMERCIAIS	AGRESSÃO						AMEAÇA (últimos 12 meses)					
	<i>Foi Vitima nos últimos 12 meses</i>		<i>Não foi Vitima nos últimos 12 meses</i>		<i>Recusou ou Não respondeu</i>		<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Recusou ou Não respondeu</i>	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<b>Espírito Santo</b>	90%	140	10%	15	0%	0	85%	132	15%	23	0%	0
<b>Epaminondas</b>	95%	144	5%	9	0%	0	78%	120	22%	33	0%	0
<b>Remédios</b>	94%	146	6%	9	0%	0	93%	145	7%	10	0%	0
<b>Floriano Peixoto</b>	96%	150	4%	5	0%	0	89%	138	11%	17	0%	0

**TABELA 36: AGRESSÃO E AMEAÇA**

**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Do total de agredidos nos últimos 12 meses que prestaram queixa do ocorrido na policia: 3,87% (n = 6) da Galeria Espírito Santo, 1,96% (n = 3) da Epaminondas, 7,74% (n = 12) dos Remédios, 7,74% (n = 12) da Floriano Peixoto. Não prestaram queixa do ocorrido à policia: 86,13% (n = 134) da Espírito Santo, 92,15% (n = 141) da Epaminondas, 86,45% (n = 134) dos Remédios, 89,03% (n = 138) da Floriano Peixoto.

Sobre a satisfação ou não das vítimas sobre o modo com que a policia lidou com o caso, ficaram satisfeitos: 6 (100%) entrevistados da Galeria Espírito Santo, 3 (100%) entrevistados da Galeria Epaminondas, 12 (100%) entrevistados dos Remédios, 8 entrevistados da Floriano

Peixoto; apenas registraram não ficarem satisfeitos com a atuação da policia no caso registrado de agressão 4 entrevistados da Floriano Peixoto.

FOI VITIMA DE AGRESSÃO NOS ULTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	90%	3,87%	86,13%	0%	100%	0%	0%
	<i>n (140)</i>	<i>n (6)</i>	<i>n (134)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (6)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Epaminondas</b>	95%	1,96%	92,15%	0%	100%	0%	0%
	<i>n (144)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (141)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Remédios</b>	94%	7,74%	86,45%	0%	100%	0%	0%
	<i>n (146)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (134)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Floriano Peixoto</b>	96%	7,74%	89,03%	0%	0%	0%	0%
	<i>n (150)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (138)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (8)</i>	<i>n (4)</i>	<i>n (-)</i>

**TABELA 37: AGRESSÃO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Os entrevistados que foram vitimas de ameaça nos últimos 12 meses que prestaram queixa à policia: 15,48% (n = 24) da Espírito Santo, 29,41% (n = 45) da Epaminondas, 45,16% (n = 70) dos Remédios, 32,25% (n = 50) da Floriano Peixoto. Não registraram queixa à policia do ocorrido: 69,70% (n = 108) da Espirito Santo, 48,59% (n = 75) da Epaminondas, 47,84% (n = 75) dos Remédios, 56,75% (n = 78) da Floriano Peixoto.

FOI VITIMA DE AMEAÇA NOS ULTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	85%	15,48%	69,70%	0%	100%	0%	0%
	<i>n (132)</i>	<i>n (24)</i>	<i>n (108)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (24)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Epaminondas</b>	78%	29,41%	48,59%	0%	73%	27%	0%
	<i>n (120)</i>	<i>n (45)</i>	<i>n (75)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (33)</i>	<i>n (12)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Remédios</b>	93%	45,16%	47,84%	0%	100%	0%	0%
	<i>n (145)</i>	<i>n (70)</i>	<i>n (75)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (70)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (-)</i>
<b>Floriano Peixoto</b>	89%	32,25%	56,75%	0%	84%	16%	0%
	<i>n (138)</i>	<i>n (50)</i>	<i>n (78)</i>	<i>n (-)</i>	<i>n (42)</i>	<i>n (8)</i>	<i>n (-)</i>

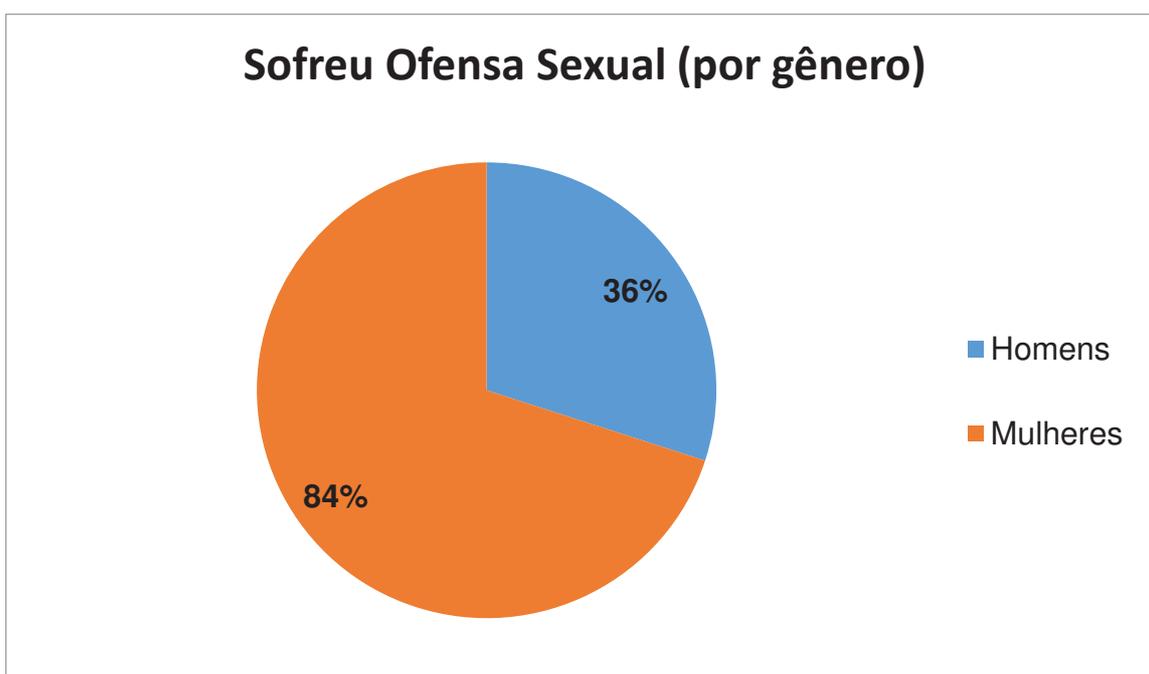
**TABELA 38: AMEAÇA – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Ficaram satisfeitos com o modo que a policia lidou com o caso: 24 (100%) entrevistados da Espírito Santo, 33 (73%) entrevistados da Epaminondas, 70 (100%) entrevistados dos Remédios, 42 (84%) entrevistados da Floriano Peixoto. Registraram insatisfação quanto aos modos que policia teve diante do caso de ameaça: 12 (27%) entrevistados da Epaminondas e 8 (16%) da Floriano Peixoto.

#### 6.1.9 – Ofensa Sexual

Relataram ofensa sexual 84% das mulheres entrevistadas e 36% dos homens entrevistados nas Galerias Comerciais (Gráfico 12), sendo que sofreram ofensa sexual: 73% (n = 113) dos entrevistados da Espírito Santo, 67% (n = 102) dos entrevistados da Epaminondas, 72% (n = 111) dos Remédios, 69% (n = 106) da Floriano Peixoto. Foram ofendidos sexualmente nos últimos 12 meses: 70% (n = 108) dos Remédios, 66% (n = 102) da Floriano Peixoto, 66% (n = 100) da Epaminondas, 65% (n = 101) da Espírito Santo. E foram ofendidos em outro momento: 8% (n = 12) da Espírito Santo, 3% (n = 4) da Floriano Peixoto, 2% (n = 3) dos Remedos, 1% (n = 2) da Epaminondas. Alguns entrevistados relataram que nunca foram ofendidos sexualmente: 27% n = 42) da Espírito Santo, 33% (n = 51) da Epaminondas, 28% (n = 44) dos Remédios, 31% (n = 49) da Floriano Peixoto, como demonstra a Tabela 49.



**GRÁFICO 11: SOFREU OFENSA SEXUAL**  
FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

GALERIAS COMERCIAIS	Sofreu Ofensa Sexual		Sofreu Ofensa Sexual nos últimos doze meses		Não Sofreu Ofensa Sexual nos últimos doze meses	
	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>
<b>Espírito Santo</b>	73%	113	65%	101	8%	12
<b>Epaminondas</b>	67%	102	66%	100	1%	2
<b>Remédios</b>	72%	111	70%	108	2%	3
<b>Floriano Peixoto</b>	69%	106	66%	102	3%	4

**TABELA 39: OFENSA SEXUAL**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

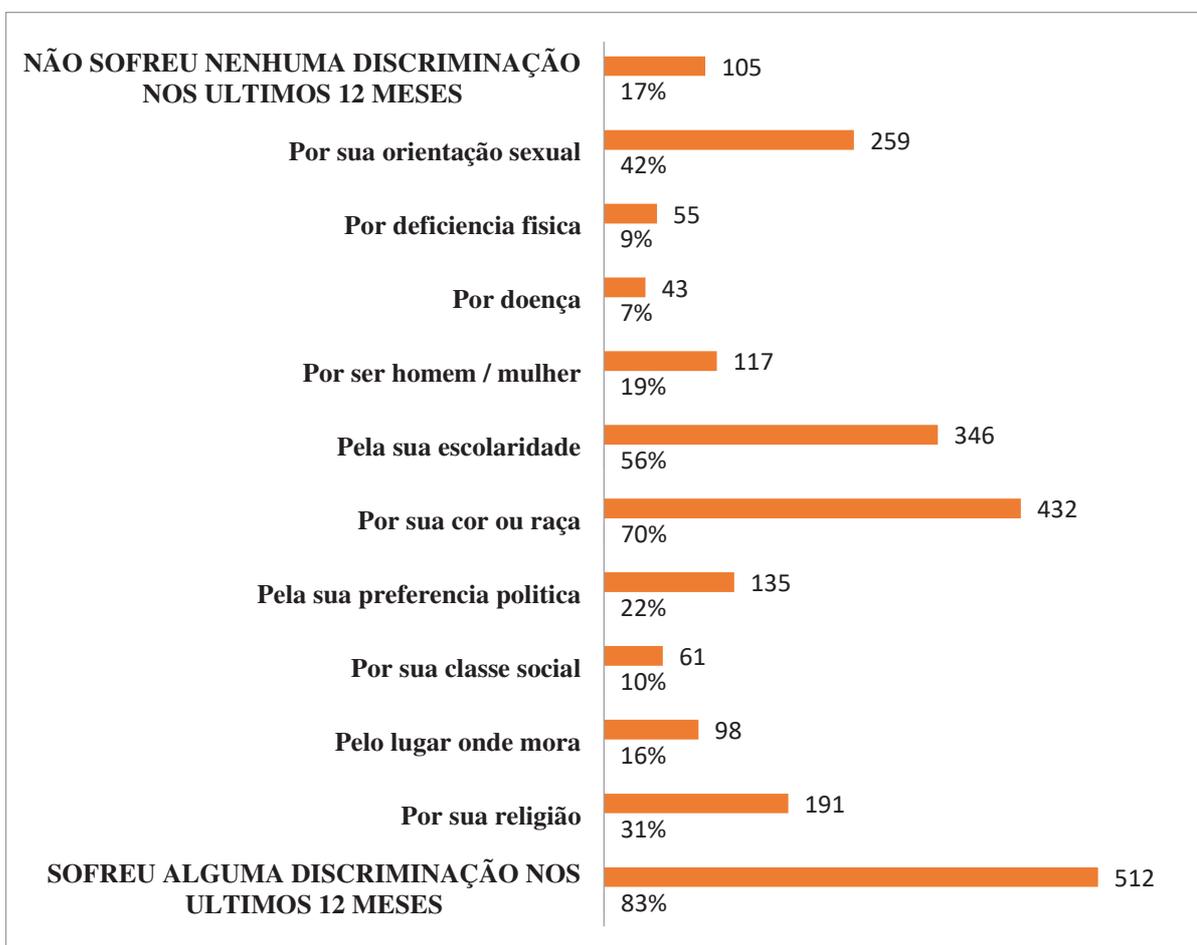
Das vítimas por ofensa sexual nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa relatam que prestaram queixa do ocorrido na polícia: 9,67% (*n* = 15) da Espírito Santo, 3,26% (*n* = 5) da Epaminondas, 6,45% (*n* = 10) dos Remédios, 4,51% (*n* = 7) da Floriano Peixoto. Não registraram queixa à polícia: 62,74% (*n* = 95) da Epaminondas, 55,48% (*n* = 86) da Espírito Santo, 63,55% (*n* = 98) dos Remédios, 61,49% (*n* = 95) da Floriano Peixoto. De forma unânime, todas as vítimas de ofensa sexual nos últimos 12 meses que prestaram queixa à polícia ficaram insatisfeitas com o modo que a polícia lidou com o caso registrado, como demonstra a Tabela 50 abaixo.

FOI VITIMA DE OFENSA SEXUAL NOS ULTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	65%	9,67%	55,48%	0%	0%	100%	0%
	<i>n</i> (101)	<i>n</i> (15)	<i>n</i> (86)	<i>n</i> (-)	<i>n</i> (-)	<i>n</i> (15)	<i>n</i> (-)
<b>Epaminondas</b>	66%	3,26%	62,74%	0%	0%	100%	0%
	<i>n</i> (100)	<i>n</i> (5)	<i>n</i> (95)	<i>n</i> (-)	<i>n</i> (-)	<i>n</i> (5)	<i>n</i> (-)
<b>Remédios</b>	70%	6,45%	63,55%	0%	0%	100%	0%
	<i>n</i> (108)	<i>n</i> (10)	<i>n</i> (98)	<i>n</i> (-)	<i>n</i> (-)	<i>n</i> (10)	<i>n</i> (-)
<b>Floriano Peixoto</b>	66%	4,51%	61,49%	0%	0%	100%	0%
	<i>n</i> (102)	<i>n</i> (7)	<i>n</i> (95)	<i>n</i> (-)	<i>n</i> (-)	<i>n</i> (7)	<i>n</i> (-)

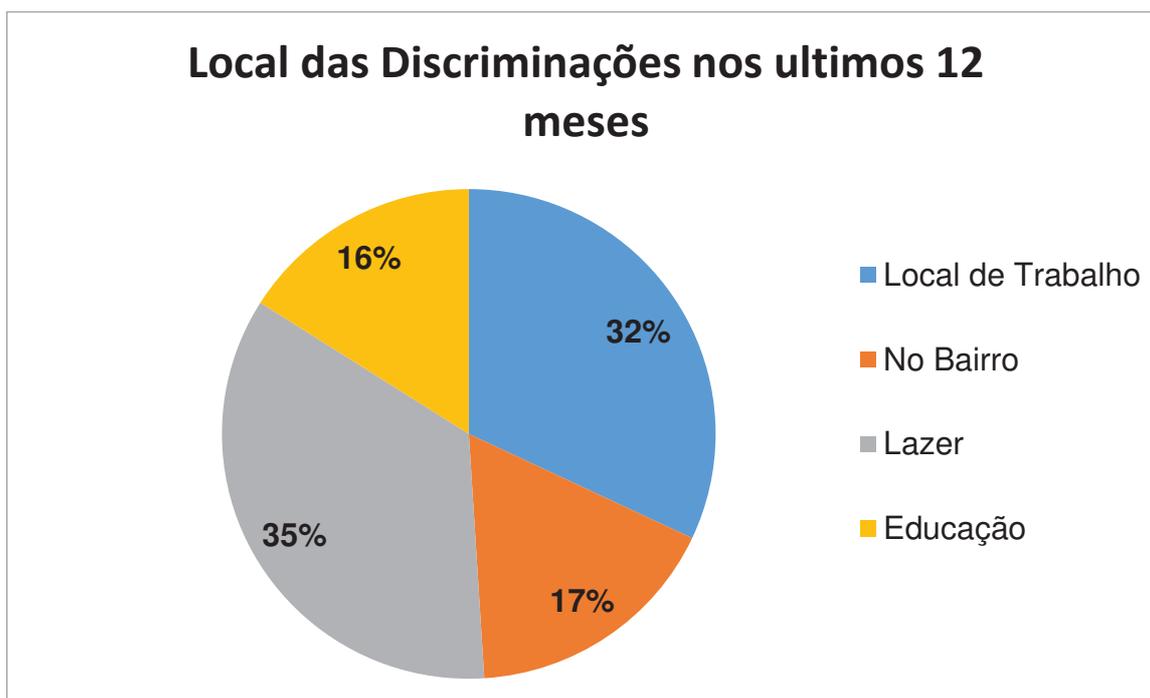
**TABELA 40: OFENSA SEXUAL – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

### 6.1.10 - Discriminação

Quanto ao assunto discriminação 83% (n = 512) dos entrevistados nas Galerias Comerciais relatam que sofreram algum tipo de discriminação nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, em que 70% (n = 432) foi por sua cor ou raça, 56% (n = 346) por sua escolaridade, 42% (n = 259) por sua orientação sexual, 31% (n = 191) por sua religião, 22% (n = 135) por sua preferência política, 19% (n = 117) por ser homem ou mulher, 16% (n = 98) pelo lugar onde reside, 10% (n = 61) por sua classe social, 9% (n = 55) por sua deficiência física, 7% (n = 43) por sua doença. Onde o local das discriminações nos últimos 12 meses, 36% em locais de lazer, 32% no local de trabalho, 17% no bairro onde reside, 16% em instituições educacionais (Gráfico 14).



**GRÁFICO 12: TIPOS DE DISCRIMINAÇÕES**  
 FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)



**GRÁFICO 13: LOCAL DAS DISCRIMINAÇÕES**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Os entrevistados que foram discriminados se dividiam assim na Galerias Comerciais: 78% (n = 102) Espírito Santo, 86% (n = 131) Epaminondas, 77% (n = 119) Remédios, 82% (n = 127) Floriano Peixoto. Os que foram vítimas nos últimos 12 meses: 73% (n = 113) Espírito Santo, 80% (n = 122) Epaminondas, 72% (n = 111) Remédios, 79% (n = 122) Floriano Peixoto. Os que foram vitimizados em outro momento da vida: 5% (n = 7) e (n = 8), respectivamente, Espírito Santo e Remédios, 6% (n = 9) Epaminondas, 3% (n = 5) Floriano Peixoto. Relatam que nunca foram vítimas de discriminação: 22% (n = 35) Espírito Santo, 14% (n = 22) Epaminondas, 23% (n = 36) Remédios, 18% (n = 28) Floriano Peixoto.

GALERIAS COMERCIAIS	Sofreu Discriminação		Sofreu Discriminação nos últimos doze meses		Não Sofreu Discriminação nos últimos doze meses	
	%	n	%	n	%	n
<b>Espírito Santo</b>	78%	120	73%	113	5%	7
<b>Epaminondas</b>	86%	131	80%	122	6%	9
<b>Remédios</b>	77%	119	72%	111	5%	8
<b>Floriano Peixoto</b>	82%	127	79%	122	3%	5

**TABELA 41: DISCRIMINAÇÃO**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Do total de vitimizados nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa que prestaram queixa à polícia sobre o ocorrido: 5,80% (n =9) da Espírito Santo, 3,92% (n = 6) da Epaminondas, 3,22% (n = 5) dos Remédios, 1,93% (n = 3) da Floriano Peixoto; não deram queixa do ocorrido: 51,61% (n = 80) da Espírito Santo, 47,71% (n = 73) da Epaminondas, 32,90% (n = 51) dos Remédios, 23,22% (n = 36) da Floriano Peixoto. Sobre a satisfação ou não com os procedimentos tomados pela polícia no caso, ficaram satisfeitos: 4 entrevistados da Espírito Santo, 3 entrevistados da Epaminondas, 1 entrevistado dos Remédios, 2 entrevistados da Floriano Peixoto; não ficaram satisfeitos: 3 entrevistados da Espírito Santo e dos Remédios, 2 entrevistados da Epaminondas, 1 entrevistado da Floriano Peixoto, como demonstra a Tabela 52 abaixo.

FOI VITIMA DE DISCRIMINAÇÃO NOS ULTIMOS 12 MESES		O Sr(a) deu queixa na policia do ocorrido			De modo geral como a policia lidou com o caso deixou o Sr(a) satisfeito		
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Recusou Ou Não Respondeu</i>	<i>Sim, fiquei satisfeito</i>	<i>Não fiquei satisfeito</i>	<i>Não lembra Ou Não Respondeu</i>
<b>Espírito Santo</b>	73%	5,80%	51,61%	15,59%	44%	33%	23%
	<i>n (113)</i>	<i>n (9)</i>	<i>n (80)</i>	<i>n (24)</i>	<i>n (4)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (2)</i>
<b>Epaminondas</b>	80%	3,92%	47,71%	28,37%	50%	33%	17%
	<i>n (122)</i>	<i>n (6)</i>	<i>n (73)</i>	<i>n (43)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (2)</i>	<i>n (1)</i>
<b>Remédios</b>	72%	3,22%	32,90%	35,88%	20%	60%	20%
	<i>n (111)</i>	<i>n (5)</i>	<i>n (51)</i>	<i>n (55)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (1)</i>
<b>Floriano Peixoto</b>	79%	1,93%	23,22%	53,85%	66%	17%	0%
	<i>n (122)</i>	<i>n (3)</i>	<i>n (36)</i>	<i>n (83)</i>	<i>n (2)</i>	<i>n (1)</i>	<i>n (-)</i>

**TABELA 42: DISCRIMINAÇÃO – NOTIFICAÇÃO E SATISFAÇÃO COM A POLICIA**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

## 6.2 - CONDICIONAMENTOS DA VITIMIZAÇÃO

Nesta pesquisa entende-se como condicionante da vitimização o conjunto de percepções relacionais e ambientais estabilizados na sensação ambiental da segurança, nos modos de percepção individual da criminalidade, dos riscos de se tornar vitima e do entendimento social e institucional dos órgãos de segurança pública a partir do contato individual com a Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC), com o acionamento de seus processos administrativos de policiamento ostensivo (PM) e/ou procedimento investigativo e judicial (PC)

Pondera-se que neste item são apresentados as taxas estatísticas da amostra pesquisada no período de um ano (out./14 à out./15) com relação a sensação de segurança, à percepção da

criminalidade, aos riscos de vitimização e sobre as formas relacionais com a Polícia Militar (PM) e a Polícia Civil (PC) a partir das formas de contato e acionamento dos processos administrativos

### 6.2.1 – Sensação De Segurança

Crer-se que a dinâmica contemporânea da criminalidade na sociedade manauara conforma a insegurança e o medo nas redes de interação social dando a entender que esses dois componentes próximos e dependentes sejam considerados pelos indivíduos como determinantes sociais antagônicos do senso de segurança e da percepção da criminalidade. Pois a concepção ideológica desses itens perpassa pelo entendimento da mobilidade social das práticas delitivas em uma Sociedade, da conformação ideológica dos modos contextuais de segurança acordado como normas de proteção, e de como a escalada da criminalidade impacta diretamente a mudança de hábitos e rotinas, nem sempre benéficas para a saúde mental e qualidade de vida individual.

O principal ponto de reflexão de como se percebe a segurança é quanto ao impacto degradante da criminalidade na qualidade de vida, que se desdobra em preocupação individual sobre como possíveis ameaças e perigos possam ser controlados antes da consumação de perdas e danos ocasionados pela ação criminosa. A desconfiança e o medo são dois mecanismos contextuais estimulantes da criação de formas de segurança na sociedade, já que incitam socialmente a organização de formas de autocontrole pessoal de hábitos e rotinas protecionistas que de modo gradativo reforçam a ordem pública ao dirimir contextualmente a sensação de medo e insegurança por conta da escalada da violência e da criminalidade.

Por outro lado, reagir por insegurança e medo diante de possíveis ameaças reais pode levar a Sociedade alimentar dois modelos de controle social da criminalidade, um *formal*, quando as formas de proteção se baseiam na credibilidade institucional no poder de polícia que mantém as políticas de segurança pública, com o policiamento ostensivo e o investigativo/judicial. E outro modelo eminentemente *informal*, quando o nível de credibilidade nas políticas de segurança pública é superior a credibilidade, por isso os indivíduos a organizar contextualmente diversas formas de proteção baseadas na violência arbitrária, uma vez que o policiamento ostensivo e o investigativo/judicial não dão mais conta

de suas tarefas de vigiar e punir, podendo em certos momentos utilizar esse modelo *informal* para dar conta das mesmas.

Diante dessas prerrogativas a pesquisa definiu a sensação de segurança percebida pelos trabalhadores MEI das Galerias Comerciais localizadas na Área Central de Manaus (AM) a partir da resposta de três perguntas: 1) Você se sente seguro em andar de dia e/ou noite no seu bairro e/ou no seu local de trabalho? 2) O que deixou de fazer por causa da violência? 3) O que mais teme no seu bairro e/ou em seu local de trabalho? Conforme tabela abaixo:

BAIRRO	Espírito Santo		Epaminondas		Remédios		Floriano Peixoto	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
DIA	91%	80%	63%	81%	78%	96%	84%	98%
NOITE	32%	12%	46%	9%	59%	28%	51%	10%

**TABELA 43: SENSÇÃO DE SEGURANÇA DE ANDAR NO BAIRRO**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

LOCAL DE TRABALHO	Espírito Santo		Epaminondas		Remédios		Floriano Peixoto	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
DIA	62%	33%	54%	22%	79%	45%	67%	43%
NOITE	24%	8%	58%	3%	11%	5%	16%	10%

**TABELA 44: SENSÇÃO DE SEGURANÇA DE ANDAR NO ENTORNO DO LOCAL DE TRABALHO**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Com relação se os trabalhadores MEI homens entrevistados se sentem seguros andando de dia e/ou a noite no seu bairro ou no seu local de trabalho, 91% da Galeria Espírito Santo, 84% da Floriano Peixoto, 78% da Remédios e 63% da Epaminondas, se sentem seguros andando de dia no seu bairro. Já 79% da Galeria dos Remédios, 67% da Floriano Peixoto, 62% da Espírito Santo, 54% da Epaminondas dos homens se sentem seguro andando de dia próximo ao seu local de trabalho. Sobre se sentir seguro andando a noite pelo bairro: 59% da Galeria dos Remédios, 51% da Floriano Peixoto, 46% da Epaminondas e 32% da Espírito Santo dos homens se sentem confortáveis e seguros andando a noite pelo seu bairro. Logo se sentir seguro andando a noite no entorno do seu local de trabalho: 58% da Galeria Epaminondas, 24% da Espírito Santo, 16% da Floriano Peixoto e 11% da Remédio dos homens se sentem seguros andando a noite pelo seu local de trabalho.

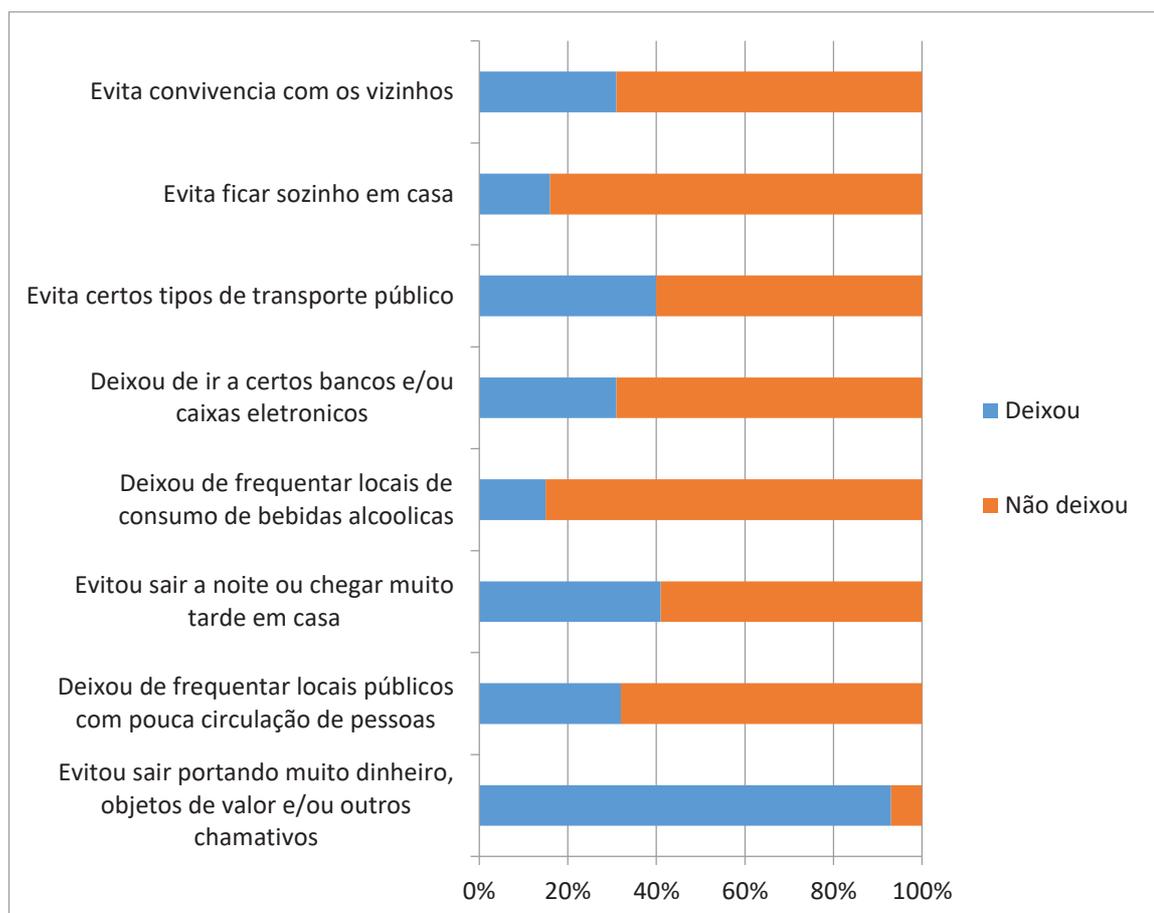
Se as trabalhadoras MEI entrevistadas se sentem seguras andando de dia e/ou a noite no seu bairro ou no seu local de trabalho: 98% da Floriano Peixoto, 96% da Remédios, 81% da Epaminondas e 80% da Espírito Santo se sentem seguras andando de dia no seu bairro. Logo, 28% da Remédios, 12% da Espírito Santo, 10% da Floriano Peixoto e 9% da Epaminondas se

sentem seguras andando a noite pelo seu bairro. Com relação se sentem seguras de dia ou a noite andando no local de trabalho, 45% da Remédios, 43% da Floriano Peixoto, 33% da Espírito Santo, 22% da Epaminondas se sentem seguras andando de dia no local de trabalho. No entanto, 10% da Floriano Peixoto, 8% da Espírito Santo, 5% da Remédios e 3% da Epaminondas se sentem confortáveis andando a noite pelo seu local de trabalho, acreditando que não vá lhe acontecer nenhum mal.

As taxas revelam que os homens entrevistados se sentem mais confiantes e seguros no entorno de suas residências durante o dia, enquanto que a noite eles são mais receosos em trafegar pelos espaços da vizinhança, por considerar que durante a noite a vizinhança se torna mais perigosa. A mesma frequência é observada entre as mulheres entrevistadas, elas se sentem mais seguras pela parte do dia, enquanto a noite a concepção de segurança baixa drasticamente, aduzindo que elas sentem mais receio em andar pela vizinhança residencial à noite do que pelo dia.

Por andar durante o dia e a noite no entorno das Galerias Comerciais onde a região é eminentemente comercial com grande movimentação de mercadorias e valores financeiros, os homens entrevistados se sentem mais seguro durante o dia em comparação com a noite, que eles se sentem mais inseguros. Com relação às respostas das mulheres entrevistadas, observa-se a ocorrência de um padrão de desconfiança por andar de dia e a noite em torno do seu local de trabalho, as taxas revelam um alto índice de mulheres que se sentem desprotegidas nas Galerias Comerciais seja de dia ou a noite.

Quando os entrevistados perguntados sobre o que eles deixaram de fazer devido a violência criminal, 95% dos entrevistados evitaram sair portando muito dinheiro, objetos de valor chamativo; 40% evitou sair a noite ou chegar muito tarde em casa e evitou certos tipos de transportes; 35% deixou de frequentar locais públicos com pouca circulação de pessoas; 33% deixou de ir a certos bancos ou caixas eletrônicos; 31% evitou convivência com os vizinhos; 18% evitou ficar sozinho em casa e deixou de frequentar locais de consumo de bebidas alcoólicas, como demonstra o gráfico abaixo:

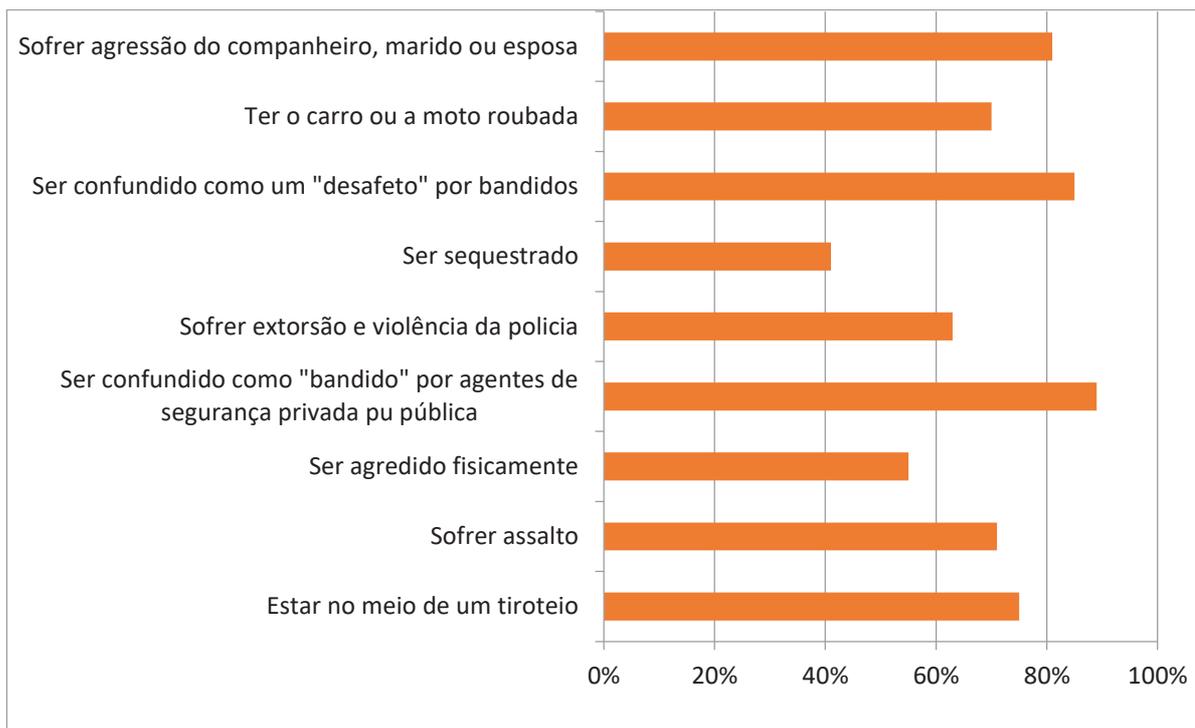


**GRÁFICO 14: EFEITOS DA VIOLÊNCIA NAS ATIVIDADES ROTINEIRAS**

**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Considerando que a criminalidade tem como consequência após a instauração dos danos e perdas por conta da ação criminosa, a corporificação do medo no comportamento social do indivíduo pela amplificação das noções ideológicas e sociais da insegurança moral, física e patrimonial, concorda-se que o território urbano configura-se a partir da frequência da insegurança sobre o estilo de vida, nos hábitos e atividades rotineiras no cotidiano, pois o “acumulo social da violência” (MISSE, 1999) torna o crime representação do perigo eminente motivador das alterações dos modos de sociabilidade nas redes de integração social.

Assim, perguntando aos entrevistados o que eles mais temiam em seu bairro e local de trabalho, 88% tinha medo de ser confundido como “bandido” por agentes de segurança privado e pública; 85% ser confundido com um “desafeto” por bandidos; 81% sofrer agressão do companheiro, marido ou esposa; 75% estar no meio de um tiroteio; 70% ter o carro ou moto roubada; 63% sofrer extorsão e violência da polícia; 55% ser agredido fisicamente; 41% ser sequestrado, como demonstra o gráfico abaixo:



**GRÁFICO 15: SITUAÇÕES DE MEDO NO BAIRRO E NO LOCAL DE TRABALHO**

FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

### 6.2.2 – Percepção Da Criminalidade

A percepção da criminalidade possui como um dos fatores formativos a posição socioespacial do indivíduo dentro do território, em que a íntima relação entre espaço citadino e urbanidade nivela a frequência perceptiva da criminalidade. Essa pesquisa entende que a formação perceptiva dos entrevistados sobre o “aumento” e/ou “diminuição” da criminalidade no local de trabalho e próximo à residência é influenciada pela posição socioespacial do entrevistado na Área Central de Manaus, do nível de relação estabelecida com os outros indivíduos do local, do nível de urbanidade presente no espaço e da sua relação direta ou indireta com a configuração da ação criminosa de certos delitos.

Por isso, a expressão do fenômeno criminal percebido pelos entrevistados no período de um ano de pesquisa é concebida pela frequência relacional entre os seguintes critérios: a) pelas características socioespaciais no que diz respeito à formação ambiental e estrutural de determinados locais da Área Central que são realizados certos tipos de crimes com capacidade de alteração da rotina de apropriação desses espaços urbanos pelas redes de integração comunitária; b) pela contextualização da violência nivelada pelas particularidades históricas e sociais da dinâmica social do lugar; c) pela indissociabilidade entre certos tipos de crime e outros contextos criminosos urbanos regionais, nacionais e internacionais; d) pela

instrumentalização de certas violências com a finalidade de resguardar a personalidade, o patrimônio e garantir a segurança da individualidade.

Na qual, 96% dos entrevistados na Galeria dos Remédios, 89% na Galeria Espírito Santo, 53% da Epaminondas e 44% da Floriano Peixoto, percebem um aumento na criminalidade no local de trabalho. Enquanto, 93% dos entrevistados na Galeria Epaminondas, 80% da Galeria dos Remédios, 77% da Espírito Santo e 68% da Floriano Peixoto, avaliam que a criminalidade aumentou nos bairros onde residem. Dados expressos na tabela abaixo:

<b>PERCEPÇÃO DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE</b>	Espírito Santo	Epaminondas	Remédios	Floriano Peixoto
No Local de Trabalho	89%	53%	96%	44%
No Bairro	77%	93%	80%	68%

**TABELA 45: PERCEPÇÃO DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO LOCAL DE TRABALHO E NO BAIRRO**

**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Os dados revelam que a criminalidade percebida pelos entrevistados compõe um quadro situacional de ações e conflitos organizados pela multiplicidade factual de eventos vinculados ou não a própria caracterização do crime e da violência, devido a dinâmicas sociais urbanas presente na Área Central e dos vários estilos de vida estabelecidos nesse território a criminalidade percebida apropria-se de um extenso contingente de *incivilidades* expressas em atos de desordem pública, que quando interpretados em conjunto reforçam motivações, racionalizações, aprendizados e comportamentos de certos crimes percebidos como elementares para o aumento da criminalidade.

Pela capacidade de agregar outras definições e eventos, a percepção do aumento da criminalidade dos entrevistados apresenta a noção de violência criminal pluralizada e polissêmica, sem limites definidos por se auto incorporarem rotineiramente em ações e comportamentos que “incomodam” *une bonne marche*, que por sua vez estimula racionalizações de como andar pelas vias públicas e na mudança das rotinas cotidianas, a noção de aumento da criminalidade avaliada não é restrita apenas à prática delituosa, mas a um conjunto mix de ações criminosas e comportamentos desviantes tidos como “incivis”.

A criminalidade como um problema social e a avaliação de seu aumento um problema de representação coletiva guarda um núcleo de sentido único que confere orientações para a conduta social construída simbolicamente na conjunção entre violência urbana, contexto social

e comportamento individual em que a percepção dos riscos de se tornar vítima de ato criminoso nivela a frequência do medo do crime entre os membros de uma sociedade como é demonstrado na tabela abaixo:

<b>RISCO DE VITIMIZAÇÃO</b>	<b>TEM MUITO MEDO</b>	<b>ACHA QUE PODE SER VITIMA</b>
Sofrer agressão do companheiro, marido ou esposa.	81%	76%
Ter o carro ou a moto roubada	70%	90%
Ser confundido com um “desafeto” por bandidos	85%	78%
Ser sequestrado	41%	30%
Sofrer extorsão e violência da policia.	63%	90%
Ser confundido como “bandido” por agentes de segurança publica ou privada.	89%	80%
Ser agredido fisicamente	55%	50%
Sofrer assalto	71%	98%
Estar no meio de um tiroteio	75%	95%

**TABELA 46: PERCEPÇÃO DO RISCO DE VITIMIZAÇÃO**

**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Em sofrer agressão do companheiro, marido ou esposa, 81% dos entrevistados revelam ter muito medo, já 76% acredita que a qualquer momento poder ser vítima; por ter o carro ou a moto roubada, 70% dos entrevistados tem muito medo de isso ocorrer com eles, logo 90% dos participantes dizem que podem ser vítima. Ser confundido com um “desafeto” por bandidos, 85% tem muito medo, 78% acha que pode ser vítima; em sofrer extorsão e violência da policia 63% revela que tem muito medo, 90% acha que um dia pode ser vítima; em ser sequestrado, 41% dos entrevistados tem muito medo de que possa ocorrer com eles, 30% acha que pode ser vítima. Ser confundido como “bandido” por agentes de segurança pública ou privada, 89% dos entrevistados tem muito medo, 80% acha que pode ser vítima; em a qualquer momento ser agredido fisicamente, 55% dos entrevistados revelam ter muito medo e 50% acredita que um dia pode ser vítima. Por sofrer assalto de qualquer natureza 71% dos entrevistados dizem ter muito medo, 98% revelam que um dia podem ser vítima; estar no meio de um tiroteio, 75% dos entrevistados dizem ter muito medo, 95% afirma que a qualquer momento podem ser vítimas.

Na correlação entre ter muito medo e recear que um dia possa se tornar vítima, no caso de ter a personalidade afetada por qualquer evento criminal ou conflito, em *Sofrer agressão do companheiro, marido ou esposa, Ser agredido fisicamente*, o medo é maior que a probabilidade de se tornar vítima direta desses eventos. Já com relação aos riscos de vitimização patrimonial em *Ter o carro ou a moto roubada, Ser sequestrado, Sofrer assalto*, o risco de um dia se tornar vítima é mais real que a própria imaginação do risco pela sensação do medo do crime. Quanto ao risco de vitimização por violência arbitrária institucionalizada em *Sofrer extorsão e violência da polícia* o risco de se tornar vítima é maior que o próprio medo, assim como em relação aos efeitos da criminalidade em *Ser confundido com um “desafeto” por bandido, Ser confundido como “bandido” por agentes de segurança pública ou privada e Estar no meio de um tiroteio*.

### 6.2.3 – Percepção De Segurança Pública

Pretendendo conhecer como a população amostrada de trabalhadores MEI instalados nas Galerias Comerciais da Área Central de Manaus percebem os modos institucionais de segurança pública, isto é como a população de trabalhadores pesquisados acionam os serviços administrativos e de controle da Polícia Militar (PM) no policiamento ostensivo e da Polícia Civil (PC) no registro da queixa crime e de sua investigação. Essa pesquisa organizou perguntas sobre as formas de contato dessa população com as polícias, das situações em que teve contato, da taxa de confiança no trabalho policial e das situações em que por algum evento foi vítima nos últimos 12 meses de violência arbitrária praticada pelas polícias (PM / PC).

Sobre os meios de contato que os entrevistados disseram ter com as polícias, 96% dos entrevistados conhece o serviço prestado pela Central de Emergência 190, só que 84% tiveram necessidade de utilizar; sobre o Disque Denúncia, 74% dos participantes da pesquisa conhecem, o qual 56% já utilizaram o serviço; sobre a Central de Atendimento à Mulher 85% dos entrevistados afirmaram conhecer, mas 56% o acionaram para alguma situação. Quanto ao órgão suplementar da Corregedoria da Polícia, 43% dos entrevistados conhecem os serviços prestados no órgão, porém 12% precisou fazer algum tipo de denúncia na Corregedoria; com relação à Ouvidoria da Polícia, 34% alegaram conhecer os procedimentos técnicos e as formas de acioná-la, só que 4% dos entrevistados procuraram qualquer tipo de auxílio junto a este órgão.

Observa-se que entre conhecer os procedimentos técnicos e se por alguma situação já acionou um serviço de segurança pública há um desnível significativo entre saber para que

serve um determinado serviço e se já utilizou. É elementar que este desnível se faz entre os serviços ligados ao atendimento de emergência como o conhecimento e o uso da Central de Emergência 190 com relação aos canais de registros de denúncias e investigação como o Disque Denúncia, a Central de Atendimento à Mulher, da Corregedoria e Ouvidoria de Polícia, onde as respostas demonstram necessariamente que conhecer não significa que um dia utilizou, como é possível observar na tabela abaixo:

<b>MEIOS DE CONTATO</b>	<b>CONHECE</b>	<b>JÁ USOU</b>
Central de Emergência 190	96%	84%
Disque Denúncia	74%	56%
Central de Atendimento à Mulher	85%	41%
Corregedoria da Polícia	43%	12%
Ouvidoria da Polícia	34%	4%

**TABELA 47: CONTATO COM AS POLÍCIAS**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Quando os trabalhadores MEI das Galerias Comerciais questionados sobre quais as situações em que manteve contato com os serviços de segurança pública, 85% dos entrevistados afirmaram que foi quando estavam em uma blitz policial de rotina; 79% quando estavam envolvidos ou presenciaram acidentes no trânsito; 69% quando em momento de necessidade pediram informações aos policiais; 43% quando procuraram um policial ou delegacia para comunicar algum crime; 40% quando acionaram a polícia para intervir diretamente em um crime em andamento; 30% quando por algum motivo passaram por revista pessoal e 21% dos entrevistados tiveram contato com os serviços de segurança pública quando necessitavam de assistência ou estavam em situação que precisava de primeiros socorros, como demonstra a tabela a seguir.

<b>SITUAÇÕES DE CONTATO</b>	<b>VALOR %</b>
Pedido de informações	69%
Blitz	85%
Comunicação de crime	43%
Revista pessoal	30%
Assistência ou primeiros socorros	21 %
Acidente de trânsito	79%
Intervenção em crime em andamento	40%

**TABELA 48: SITUAÇÕES DE CONTATO COM AS POLÍCIAS**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Considerando que a atividade prioritária em segurança pública da Polícia Militar (PM) é a atuação de policiamento ostensivo e de controle emergências de conflitos sociais de qualquer natureza, foi perguntado aos trabalhadores MEI participante da pesquisa como eles avaliam a atuação da Polícia Militar (PM) no que compete a suas funções em segurança pública.

Assim, 65% dos entrevistados da Galeria Espírito Santo dizem ter muita confiança e 35% afirmam não ter muita confiança na PM; 62% dos entrevistados da Galeria dos Remédios dizem ter muita confiança na Polícia Militar, 38% tem pouca confiança; na Galeria Floriano Peixoto: 61% afirmaram ter muita confiança na atuação da PM, 39% disseram ter pouca confiança; já 57% dos entrevistados na Galeria Epaminondas afirmam ter confiança na PM e 43% tem pouca confiança; como demonstra a tabela abaixo, vide:

<b>GALERIAS COMERCIAIS</b>	<b>TAXA DE CONFIANÇA</b>	
	<b>Confia</b>	<b>Não Confia</b>
Espírito Santo	65%	35%
Epaminondas	57%	43%
Remédios	62%	38%
Floriano Peixoto	61%	39%

**TABELA 49: TAXA DE CONFIANÇA NA POLICIA MILITAR**

**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

A partir disso, foi perguntado aos entrevistados se em um período dos últimos 12 meses eles sofreram algum tipo de agressão física, verbal ou se foram extorquidos por policiais militares, sobre isso a pesquisa revela que 38% dos trabalhadores MEI das Galerias Comerciais da Area Central de Manaus entrevistados foram vítimas de extorsão praticada por policiais militares; já 22% sofreram agressão física por parte de policiais militares em serviço e 17% dos entrevistados foram insultados e humilhados com palavras de baixo calão por policiais militares em serviço, como bem demonstra o gráfico abaixo.



**GRÁFICO 16: SITUAÇÕES EM QUE FOI VITIMA DA POLICIA MILITAR**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

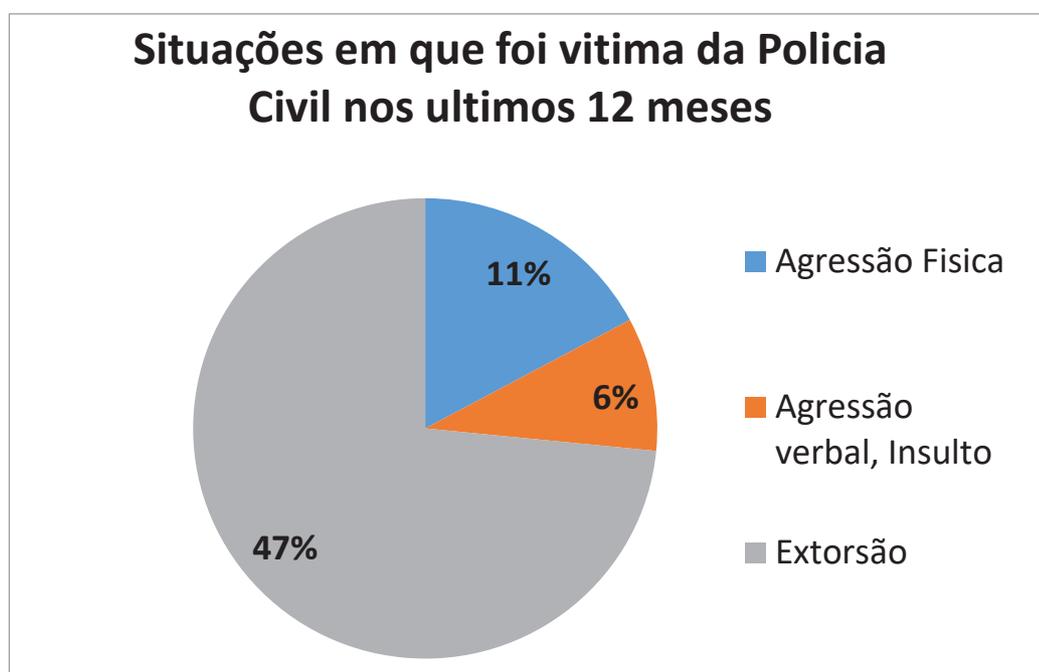
Sobre a avaliação perceptiva dos trabalhos realizados pela Polícia Civil (PC) na segurança pública consideradas pelos trabalhadores MEI das Galerias Comerciais da Área Central de Manaus (AM), essa pesquisa parte das premissas laborais dos agentes PC na segurança pública que é de registrar em Boletim de Ocorrência (B.O.) a queixa-crime, investigar as alegações da vítimas, testemunhas, do suposto criminoso sobre o fato delituoso registrado e encaminhar ou não para a Justiça os resultados dos primeiros procedimentos investigativos sobre os crimes comunicados.

A pesquisa revela que 51% dos entrevistados da Galeria Espírito Santo tem muita confiança na Polícia Civil, 49% tem pouca confiança; 45% dos entrevistados na Galeria Epaminondas tem muita confiança, 55% tem pouca confiança; 56% dos entrevistados na Galeria Floriano Peixoto dizem ter muita confiança nos trabalhos da Polícia Civil, já 44% não tem confiança; na Galeria dos Remédios: 49% dos entrevistados possuem muita confiança na Polícia Civil e 51% não tem confiança na PC.

GALERIAS COMERCIAIS	TAXA DE CONFIANÇA	
	Muita Confiança	Pouca Confiança
Espírito Santo	51%	49%
Epaminondas	45%	55%
Remédios	49%	51%
Floriano Peixoto	56%	44%

**TABELA 50: TAXA DE CONFIANÇA NA POLICIA CIVIL**  
**FONTE:** Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

Diante deste quadro avaliativo a pesquisa inquiriu os trabalhadores MEI participantes da pesquisa se em um período dos últimos 12 meses eles foram vítima de agressão física, verbal ou extorsão por parte de agentes da policia civil, nisso: 47% dos entrevistados das Galerias Comerciais alegam que sofreram extorsão praticada por policiais civis; 11% sofreram agressão física em algum momento dos últimos 12 meses e 6% dos entrevistados foram humilhados e/ou ameaçados por palavras insultuosas desferidas por agentes da policia civil, como apresenta a tabela abaixo.



**GRÁFICO 17: SITUAÇÕES EM QUE FOI VITIMA DA POLICIA CIVIL**  
FONTE: Pesquisa de Vitimização MEI (2014-2015)

## CONCLUSÃO

Com pouco mais de meio século de estudos sistematizados sobre a vítima, muito pouco ou quase nada esses estudos fogem a prerrogativa investigativa da Segurança Pública. No Brasil, a questão caminha lentamente, desde o período da redemocratização política, 1984, até os dias presentes, foram realizados em todo território nacional 24 pesquisas de vitimização, sendo que 23 trabalharam com amostragem populacionais regionais e apenas uma, de 2012, trabalhou em uma escala censitária nacional, cobrindo mais de 70 mil indivíduos.

Considerando o total de 24 pesquisas de vitimização realizadas no Brasil, eis a pergunta: quem é a vítima de crime no Brasil? Ainda é uma identidade em construção, sem rosto, fragmentaria e formada por informações locais; a maioria das pesquisas utilizou metodologia própria que impossibilitou a leitura dos dados numa sincronia entre as pesquisas, noutras sérios problemas estruturais incapacitaram procedimentos técnicos e tratamentos estatísticos, mais de 80 % dessas investigações esbarrou em dilemas estruturais que comprometeram a manutenção periódica das pesquisas.

Em outros casos o “local” não refletia o “global”, pois próximo ao número total dessas pesquisas foram realizadas no eixo Sul-Sudeste, que numa análise holística, “marginalizou” certos dados e realidades distantes do polo político e econômico concentrado, como as localizadas na Região Norte e Nordeste, onde pequenas e médias cidades detêm índices estatísticos do crime superiores à média de cidades abastardas economicamente e mais estruturadas politicamente como aquelas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina, para citar os mais emblemáticos.

Vítimas são pessoas que representando sua individualidade ou a coletividade tenham sido acometidos de ações danosas, o que inclui lesões físicas, mentais, emocionais, com perda econômica e subtração significativa de seus direitos fundamentais, consequência de omissões e violações penais vigentes no Estado; é o que prescreve a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça para as Vítimas de Delitos e Abuso de Poder da Organização das Nações Unidas (1985).

Apesar do esforço epistemológico e das pesquisas realizadas no Brasil sobre a vítima, ainda há uma incongruência tanto conceitual assim como metodológica para definição dessa identidade. Quanto a incongruência conceitual é refletida no plano íntimo como no ideológico,

porque o entendimento sobre a vítima varia tanto para quem sofre a ação danosa como para o analista criminal que se detém metodologicamente em compreender as condições de formação do fato e da vítima. Dai resultar a incongruência metodológica, porque a nível da vitimologia pode-se determinar a vítima pelo condicionamento e pela representação, assim como pela retenção do ato danoso em si.

Lembremos que a experiência do analista criminal do fato que gerou a vitimização é uma visão terceirizada da ocorrência, amparada na percepção de elementos formadores do contexto e do ato lesivo, o que difere em termos substanciais do sofrimento mental, emotivo e físico do indivíduo vitimado, ao qual quando contextualizado na pesquisa difere em escala do nível de sofrimento do indivíduo pela gravidade lesiva do ato danoso.

Por uma questão de uniformidade da representação da vítima, neste estudo optou-se por considerar a vítima e a vitimização, modulações dos condicionamentos e determinantes contextuais de questões sócio-relacionais ligados à integração e a coesão social; à percepção do ambiente físico da cidade; e à sensação da segurança / insegurança pública.

Por que consideramos que as variantes analíticas apontadas objetivam a análise social da vítima no que compreendemos como experiência social traumática que condiciona a intimidade e a coletividade dos indivíduos pesquisados, por considerarmos os impactos da vitimização ordem grave à integração social e à saúde psíquica. Uma vez que o conhecimento das características das vítimas, dos contextos de vitimização, ajudam a compreender, assim como substanciar estratégias de prevenção contra ações criminosas.

Então, entre a previsão e prevenção; entre o entendimento e a intervenção; entre conjecturas e eficiência. Optamos por uma análise compreensiva dos contextos, processos e representações sociais da vítima, com a finalidade de fornecer elementos contextuais e identitários para que sejam elaboradas ações pragmáticas de minimização da vitimização e seus efeitos mentais e emocionais nas populações do espaço estudado.

Como objeto de pesquisa científica, a representação social como processo social apreendido passa por uma transformação construtiva que todo esforço da pesquisa científica capta partes de sua integralidade de modo direto. Há nesse caso a captação de “imagens” do processo representativo, uma vez que as realizações da ciência no campo dos estudos da representação concebem aproximações da realidade factível.

Constituídos em universos consensuais de pensamento, os processos de representação social quando objetos da pesquisa científica derivam produtos típicos do Conhecimento, porque como campo de estudo em si num universo consensual de pesquisa movimenta outros objetos de fins práticos para a vida, logo o resultado desse estudo em si é a própria representação social.

Ser indivíduo atento aos movimentos desse universo consensual e dele apreender fatos é uma situação da vida ordinária comum a todos nós, já que os fenômenos ainda serão fugidios e multifacetados. Agora, estudar o mesmo movimento a partir de critérios da pesquisa científica em Sociais e Humanidades com a finalidade de produzir conhecimentos sobre o saber social é uma finalidade impar substanciada em linhas teóricas sobre a coisa representada, produtora de um outro tipo de conhecimento sobre o fenômeno humano da representação social.

Por esta via, pesquisar as representações sociais da vítima é construir *outro* modo de conhecer as formas de interação social e os pensamentos humanos resultante dessas interações, sejam eles moralizados pelas normas dos grupos sociais e/ou institucionalizados em leis, códigos e normas gerais da sociedade. A “fotografia” tirada deste *outro* modo de conhecer pelos métodos e técnicas da pesquisa científica do fenômeno da representação social é um caminho que transforma fenômenos em objetos manejáveis da Ciência.

Assim, considerando a vítima elemento fundamental do crime ao qual divide importância com o ofensor, esse último tipificado pelas leis penais do Estado; a condição de ser vítima é um elemento processual, portanto a imagem do crime que ela carrega é uma representação construída pelos modos de interação social entre ofensor e vítima, daí a representação social da vítima serem aproximações da realidade do crime e da violência.

Ao estudarmos a vítima como representação social observamos que o processo da vitimização é mais complexo que os objetos de pesquisa construído na relação ofensor-vítima. Provocou o pesquisador a retirar uma “fotografia” do processo, que implica construir o objeto de pesquisa na realidade do crime e da violência, de certo modo o pesquisador utilizou o princípio da simplificação da realidade na medida em que ele monta uma teoria da representação social da vítima, do crime e da vitimização.

Uma teoria não compacta processos para torna-los simples, ela os organiza, tornando-os reconhecíveis e inteligíveis. No caso da constituição da vitimização como objeto de pesquisa a representação social da vítima é tornada compreensível pela teoria e pelos métodos e técnicas da pesquisa científica, que como critério de simplificação, a pesquisa seleciona e circunscreve as dimensões e as características do processo estudado.

Por essa razão a verificação contextual de como e quais os elementos ambientais presentes na vizinhança associados à criminalidade condicionam e determinam a vitimização concebem elementos formadores da “vulnerabilidade” sócio-demográfica por atos infracionais, tidos nessa pesquisa como as chaves para compreensão da imagem da vítima e do processo de vitimização.

Pois, como Pesquisa de Vitimização entendemo-la como uma ferramenta de diagnose contextual aplicada a uma parcela da população urbana com a finalidade de medir a ocorrência de infrações penais sofridas por uma amostra populacional, cujo objetivo primordial dessa pesquisas de vitimização foi identificar e distribuir a vitimização na população e em seus subgrupos, procurando qualificar e quantificar a prevalência e a incidência contextual e populacional da criminalidade.

Por isso, os elementos históricos, identitários e culturais, a partir dos dados obtidos com o “*survey* de vitimização” aplicado a 618 trabalhadores MEI das Galerias Comerciais, permitiram avaliar a dialética sujeito/objeto e individuo/sociedade a partir da vitimização a partir de três horizontes contextuais: 1) Sinais de Violência na Vizinhança; 2) Vitimização Direta e Indireta; 3) Desordem Social e Física na Vizinhança. No intento foi possível avaliar os elementos de risco presentes nesses três horizontes, determinando a existência de uma condição social de desproteção e insegurança, auto reconstrutiva da tessitura social frente ao processo o territorialização da criminalidade urbana, bem como os comportamentos individuais resultantes da mobilidade cotidiana da população quando defrontada com dilemas contextuais que afetam suas rotinas laborais, relacionais e existenciais.

A condição negociada no processo de vitimização se justifica por razões histórico-sociais, especificamente pelo panorama conflituoso gerado pelas relações de poder e do uso econômico do solo urbano, onde a sociabilidade violenta moldou novas relações e formas de ocupação da Área Central de Manaus (AM).

Primeiro a amostra populacional pesquisada, possui uma trajetória histórica e social ascendente na Área Central de Manaus (AM). Onde em 40 anos de presença trabalhista nesse local a figura do “camelô” saltou da “ilegalidade” e informalidade empregatícia para um patamar formal do trabalho, sendo atualmente categorizado de “microempreendedor individual” (CMEI), ocupação amparada atualmente por leis trabalhistas.

Segundo, na constituição sócio-histórica da Área Central de Manaus (AM) os indivíduos pesquisados consolidam uma identidade urbana formada pela conjugação existencial da ideia

de “ilegal”/crime e “trabalhador”. Essa identidade se locomove pelos caminhos urbanos da Área Central ora desempenhando funções laborais e ora cumprindo papel estratégico de sujeito do meio na criminalidade, seja como delituoso ou vítima.

Terceiro, devido a vários fatores sociais como, por exemplo, o novo processo de revalorização econômica da Área Central, os indivíduos pesquisados são portadores de uma história de choques e conflitos pelo uso do solo urbano, carregam consigo marcas produzidas pelas formas de controle social da “ilegalidade”, do crime e ao mesmo tempo são vítimas de práticas delituosas muitas vezes nunca comunicadas às polícias, e de um processo desigual de urbanização e acesso ao trabalho e renda na Amazônia.

Condições e determinantes que apareceram na pesquisa de vitimização pelas noções de atratividade delituosa e pela lógica comportamental da oportunidade de vitimização, que conjugados arrolam processos de divisão espacial da cidade e roteiros de uso cotidiano do espaço urbano. Ideias fundamentais para compreender o ecossistema do trabalho na Área Central de Manaus (AM), bem como a posição do “Microempreendedor Individual” (CMEI) pesquisado ao carregar consigo elementos identitários de “classe perigosa” e vitimizada.

A partir dessas observações identificamos no processo sócio-histórico de consolidação do trabalhador pesquisado na Área Central de Manaus (AM) um acúmulo de experiências sociais em conflitos produzidos pelo choque entre a ilegalidade profissional, a permissividade laborativa e o crime. Esses conflitos constituíram uma sociabilidade urbana específica entre os pares trabalhistas que em muitas passagens de sua história esteve associado a criminalidade urbana de Manaus (AM).

Nesses termos, observa-se em perspectiva macro contextual que o Estado brasileiro não possui mais a capacidade de conter os elementos formatadores do processo de vitimização, e nem de aplicar a ordem social, muito menos manter a harmonia nas relações sociais e na mediação de poderes. O Estado brasileiro sucumbiu em seu próprio projeto democrático de direito e abriu espaço para outras formas de construção da sociedade, como é o caso da sociabilidade violenta, que denota simplesmente a cadeia de submissão formada pelo reconhecimento do desequilíbrio da força, como consequência da *transformação* da força em *meio* de obtenção de interesse, no *principio* de coordenação das ações.

Desse modo, a compreensão mais plausível para essa condição reside na certeza de que o fenômeno social da violência foi integrado à história da formação da sociedade, e que a sociabilidade violenta é um sintoma contemporâneo dentro da urbanidade, que reflete todo o

corpo histórico das estruturas sociais que se serviram da violência para se constituir como tal dentro da sociedade brasileira.

Civilização e barbárie se chocam na sociedade que se “civiliza”, movimentam a formação da legitimidade social da ordem urbana. Ordem, etiqueta, cortesia, civilidade, política acabam se articulando na manutenção da paz social e devem ser entendidas como fazendo parte de um mesmo processo de construção de imagens sobre o que deva ser o convívio social. A exemplo, a polícia no entendimento dos pesquisados não deveria apenas conter os crimes, não deveria apenas vigiar, recolher e punir, o “pacto urbano” impunha à polícia a função de disciplinar de acordo com as normas de etiqueta que operam a sociabilidade a partir da noção de polidez.

Vê-se desse modo que a sociedade criada pelos pesquisados é de uma sintonia complexa, hierarquizada em individualismos; desenvolvem, associados um sistema de trocas, a reciprocidade, a desigualdade e a patronagem são perenes, não condições. A violência e seu uso, seja legítimo ou ilegítimo, definem atores sociais, conformam métodos de manipulação do poder, onde a corrupção e o uso da força se combinam em um papel fundamental para a estruturação de um sistema social conduzida pela legitimação velada de atos sociais.

A impunidade e a intolerância ocupam lugar central no esgarçamento do tecido social, pautando-se pelo uso de práticas agressivas e constituição de uma “cultura da violência”, que se manifesta pela ausência de ordem legal e insuficiência da inscrição efetiva da lei, associada aos déficits do Estado na garantia da cidadania e dos direitos sociais.

Nesse contexto, as populações urbanas passam a conviver com a percepção de riscos pessoais e patrimoniais que possam causar dano(s) ao comportamento social e à organização interna das coisas. A insegurança gerada por conta das projeções de mal-estar diante da exposição direta ou indireta à criminalidade pontua uma nova forma de organização socioespacial da sociedade e da posição dos atores sociais nas redes e processos sociais.

Com relação a sensação de insegurança por conta da criminalidade, a pesquisa entende que o grau de sensação de segurança e percepção do risco criminal de populações em situação de vulnerabilidade social devido a criminalidade, amplificam o mal-estar individual gerado pela insegurança criminal, estimula intimamente atitudes, emoções e escolhas sociais que demonstraram ser fatores de compreensão social e urbana contemporânea

Isso é atribuído às mudanças nas experiências humanas em sociedade configuradas no espaço e no tempo dos processos histórico-sociais em que as formas de barbárie ditam normas

e posturas sentimentais, emocionais. Provocam alternâncias nas formas relacionais dos indivíduos em sociedade, bem como especificam um repertório de experiências e contextos próprios de uma nova História vinculada à violência, tornando o “mal-estar” pela criminalidade o ponto fundamental de todas as emoções que desencadeiam imaginações culturais e sociais

Limitar, espiar, espionar, falar baixo, não atender o telefone em via pública, utilizar mais as redes sociais para uma conversa com um conviva próximo; e outras atitudes que refletem distanciamento e superficialidade à vida social denotam “mal-estar” no meio urbano, atestam as condições de “desconforto” urbano.

Por esse prisma há um “mal-estar” pela criminalidade, seu cerne está nos indicadores de risco iminentes postos, valorados e difundidos na sociabilidade. Revelam muito mais que a simples sensação de insegurança. Demonstram uma cadeia de valores culturais interpretativos da posição do “eu” e do “alheio” na sociedade, bem como as expectativas psíquicas da população por segurança. O “mal-estar” pelo crime corre além das margens da insegurança física, moral e patrimonial; aprofunda-se nas manifestações de pequenos medos pessoais, nos estigmas de ordem verbal, comportamental e coletiva. São abarcados pela noção de sociabilidade e se manifestam pelas variáveis do medo íntimo de ter a identidade e a propriedade maculadas.

Assim, a condição social dos pesquisados nas “Galerias Populares” na Área Central de Manaus (AM) reflete todas as variáveis analíticas apresentadas até então, sobretudo sobre a “criação” de um roteiro urbano seguro com limite tênue entre a criminalidade e a desordem física e social, que se desdobra no uso social e econômico do solo urbano na Área Central de Manaus (AM).

Revela, então, que devido a longa trajetória na clandestinidade e na informalidade desses trabalhadores, conjugada com a demora de mais de 30 anos para solucionar a posição comercial desses indivíduos dentro do núcleo de negócios da antiga área do projeto Zona Franca Comercial, potencializou-se o reconhecimento de estigmas e rotulações delinquentes para com esses trabalhadores, que foram apropriadas e condensadas na história de conflitos dessa população urbana, numa sociabilidade violenta.

Pois, a disposição territorial da criminalidade não é um evento individual, mas um fenômeno agrupado entre lugar (meio ambiente) e as características físicas, sociais e culturais identificadas nas qualidades e predicados da vizinhança socialmente desorganizada, que influenciam por sua vez as atividades daqueles que convivem com esses agravantes.

Assim, visualizamos um contexto importante e emergente da compreensão da criminalidade, que se revela no presente estudo da população remanejada para os Centros de Compras, “Galerias Populares”, construídos pela Prefeitura de Manaus na Área Central de Manaus (AM), coisa que fornece uma ecologia social da sociabilidade violenta, que revela incivildades, desordens físicas, percepções de risco criminal, sentimentos de desprazer urbano, bem como possibilita avaliar como esse contexto constrói uma coesão e a integração social específica.

Pois, existe um grande acúmulo social da violência neste território estigmatizando o trabalhador pesquisado como o sujeito social ativo dessas mazelas sociais, trabalhadores ainda carregam o duplo senso de ofensor/vítima. Sustentados por uma banalização da violência expressa no aumento exorbitante das práticas de atos delituosos, impressos constantemente a sensação de insegurança de 618 trabalhadores, inscritos como “Microempreendedores Individuais (CMEI)”, abrigados em quatro Galerias Comerciais localizadas na Região Centro-Sul, Área Central de Manaus.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção** (Coleção Estado de Sítio). Trad. I. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, João Ferreira de, **Integração e exclusão social – algumas questões**, *Análise Social*, 123/124, 2000.
- ALVAREZ, Marcos César. **Bacharéis, criminologistas e juristas: o saber jurídico e Nova Escola Penal (1889 – 1930)**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.
- AKERS, Ronald. **Law and control in society**. Boston, MA: Northeastern University Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Deviant behavior: a social learning approach**. Boston, MA: Northeastern University Press, 1985
- \_\_\_\_\_. **Social learning and social structure**. Boston, MA: Northeastern University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_.; SELLERS, Christine S.; JENNINGS, Wesley G. **Criminological theories: introduction, evaluation and application**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- ANGEL, D. Q. **Como abordan la criminalidade el estado, los académicos y los ciudadanos?** *El Observador Regional*. Cai, n. 10, jun. 2009.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 7º ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BAUMAN, Zigmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BEATO, Claudio. **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, São Paulo, n. 13, v. 37, jun. 1998, pp. 74-87.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco - Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BECKER, Howard. **Writing for social scientists**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. **The Other Side: Perspectives on Deviance**. New York: The Free Press, 1963
- BURGESS, Robert; AKERS, Ronald. **A differential association-reinforcement theory of criminal behavior**. *Social Problems*, 14:2, 128-147, 1966.
- BURGESS, Ernest; MACKENZIE, Roderick; PARK, Robert. **The city**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

BURSIK, Robert J.; GRASMICK, Harold G. **Neighborhoods and crime: the dimensions of effective community control**. New York: Lexington Books, 1993.

CANO, I. *Registros Criminais da Polícia no Rio de Janeiro: Problemas de Validade e Confiabilidade*. In: CERQUEIRA, D.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L. (orgs.). **Fórum de Debates – criminalidade, violência e segurança pública: uma discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas I**. Rio de Janeiro: Ipea/CESEC-UCAM, 2000.

CANTOR, D.; LYNCH, J. **Self-report surveys as measures of crime and criminal victimization. Measurement and analysis of crime and justice, criminal justice 2000**. Washington D.C.:U.S. Department of Justice, National Institute of Justice, v. 4, 2000, pp. 85-138.

CARR, Patrick. **The new parochialism: the implications of the beltway case for arguments concerning informal social control**. *The American Journal of Sociology*, vol. 108, p. 1244-1249, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Um théâtre d'ombres: La politique impériale au Brésil**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004..

CATÃO, Y. *Pesquisa de Vitimização*. In.: CERQUEIRA, D.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L. (org.) **Fórum de debates – criminalidade, violência e segurança pública: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: Ipea/CESEC-UCAM, 2000.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. Brasília: IPEA. N. 1144, dez. 2005.

COLES, Catherine; KELLING, George L. **Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities**. New York: Free Press, 1996.

COSTA, Cristina. **Sociologia – introdução à ciência da sociedade**. 3ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2007.

CUSSON, Maurice, **Criminologia**, Casa das Letras, Cruz Quebrada, 2009.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 2000.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DIRK, Renato. Coelho. **Homicídio doloso no Estado do Rio de Janeiro: uma análise sobre os registros de ocorrência da polícia civil**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisa Social do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ERLS, Felton; RAUDENBUSH, Stephen W.; SAMPSON, Robert J. **Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy**, *Science*, vol. 277, p. 918-924.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. São Paulo: UNESP, 2002.

GOMES, Laurentino. **1889**. Rio de Janeiro: Globo, 2014.

HIRSCHI, Travis. **Causes of delinquency**. Berkeley: University of California Press, 1969.

HUNTER, Albert J. *Private, parochial and public school orders: the problem of crime and incivility in urban communities*. In.: **The challenge of social control: citizenship and insitution building in modern society**. New Jersey: Ablex Publishing, 1985.

KAHN, T. **Pesquisas de vitimização**. Revista do ILANUD. São Paulo, ILANUD, n. 10, 1998.

\_\_\_\_\_. *Medindo a criminalidade: um panorama dos principais metodos e projetos existentes*. In.: CERQUEIRA, D.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L. (org.) **Fórum de debates – criminalidade, violência e segurança pública: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: Ipea/CESEC-UCAM, 2000.

KELLING, George L.; WILSON, James Q. **Broken windows: the Police and neighborhood safety**. New York: Atlantic, 1982.

JODELET, D., *Les représentations sociales: Un domaine en expansion*. Em JODELET, D., (Ed.), **Les Représentations Sociales**, PUF, Paris, 2009.

LANGTON, L. et al. **Victimizations not reported to the police, 2006-2010**, U.S. Department of Justice Office of Justice, Programs Bureau of Justice Statistics, 2012.

LIMA, R. S. **Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

LYMAN, Michael; POTTER, Gary W. **Organized crime**. 2ª edição. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

- LEBRUN, J. P. **O futuro do ódio**. Porto Alegre: CMC, 2008.
- MAGUIRE, M. **Crime statistics: the data explosion and its implications**. The Oxford HandBook of Criminology. New York: Oxford University Press, 2002.
- MANNHEIM, Hermann. **Pionners in criminology**. 2ª edição. New Jersey: Patterson Smith, 1973.
- MARTINS, Wilson. **Historia da inteligência brasileira**, vol. VII. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MERTON, Robert K. *Estrutura social e anomia*. In.: **Sociologia teoria e estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. **As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio**. Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro, ano 2, v.93, n. 1, 1997, p. 116.
- MOSCOVICI, S., **A Representação Social da Psicanálise**, Zarpar, Rio de Janeiro, 2003.
- MOSHER, C.; MIETHE, T.; PHILLIPS, D. **The mismeasure of crime**. California: Sage Publications, 2002.
- MUNIZ, J. *Registros de Ocorrência da PCERJ como Fonte de Informações Criminais*. In: CERQUEIRA, D.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L. (orgs.). **Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: uma discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas**. Rio de Janeiro, Ipea/CESEC-UCAM, 2000.
- NEWMAN, O. **Defensible space: crime prevation throughurban design**. New York: Macmillan, 1972.
- NYE, Francis I. **Family relationships and delinquent behavior**. New York: Praeger, 1958.
- PABLOS DE MOLINA, Antonio G. **Criminologia: uma introdução e seus fundamentos teóricos**. Brasília: Revista dos Tribunais, 1997.
- PEIXOTO, Alberto, **Cartografia dos Medos**, DRJEF-PSP, Ponta Delgada, 2004.
- PIERSON, Donald. **Estudos de ecologia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- PINTO, A.S.; MELO, D.L.B; AZEVEDO, J. **Desenvolvimento de metodologia e aplicação de pesquisa de vitimização na região metropolitana do Rio de Janeiro**, 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 2007.
- RECKLESS, Walter. **The crime problem**. New York: Appleton-century-crofts, 1961

REISS, Albert J. **Delinquency as the failure of personal and social controls**. American Sociological Review, vol. 16, n. 02, 1951, 196-207.

SAMPSON, Robert J. **Techniques of research neutralization**. Theoretical Criminology, Symposium on Ronald L. Akers, Social Learning and Social Structure: A general theory of crime and deviance. Boston: Northeastern University Press, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2003.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2007.

SHAW, R. Clifford; MCKAY, Henry D. **Juvenile delinquency and urban areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SHOEMAKER, Donald. **Theory of delinquency**. New York: Oxford University Press, 1996.

SILVA, B. **Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**. Belo Horizonte, 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. In: MISSE, Michel (org.). **Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

SKOGAN, W.G. **Disorder and decline: crime and the spiral of decay in American Neighborhoods**. New York: The Free Press, 1990.

SUMMER, Colin. **The sociology of deviance – an obituary**. Buckingham: Open University Press, 1994.

SUTHERLAND, Edwin. **Principles of criminology**. Chicago: University of Chicago Press, 1947.

TITTLE, Charles. **Sanctions and social deviance: the question of deterrence**. New York: Praeger, 1980.

\_\_\_\_\_. **Control balance: toward a general theory of deviance**. Boulder: Westview Press, 1995.

TRUMAN, J.; PLANTY, M. **Criminal Victimization in International Perspective: key findings from the 2004-2005 ICVS and EU-ICS**. United Nations Office on Drugs and Crime, 2008.

VALA, Jorge, **Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano**, Psicologia Social, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

- VARELA, F., **The creative circle: sketches on the natural history of circularity**, em P. Watzlawick (ed.), *The Inventive Reality*, Nova Iorque, 1984.
- VAN DIJK, J. et al. **Criminal victimization in international perspective: key findings from the 2004-2005 ICVS and EU-ICS**. United Nations Office on Drugs and Crime, 2008
- VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- YOUNG, Jock. **The exclusive society**. New York: Free Press, 2002.
- WEBER, Max. A “**objetividade**” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2004.
- WIRTH, Louis. **Ideological aspects of social disorganization**. *American Sociological Review*, v. 40, 472-482, 1940.
- WRIGHT, Richard. *Edwin H. Sutherland (1883-1950)*. In.: **Encyclopedia of criminology**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- ZALUAR, Alba. *Violência e Crime*. In: MICELI, Sérgio. (org.) **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995), vol. 1: Antropologia**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 2000.
- ZILLI, L. F. **O Bonde tá Formado: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta**. Belo Horizonte, 2011. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**ANEXO**

**Pesquisa de Vitimização e Condições de Vida**

Galeria Comercial: \_\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) H ( ) M

Bom dia/boa tarde. Sou do Doutorando em Sociedade e Cultura e estou realizando uma pesquisa sobre os diferentes problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas. O(a) Sr(a) poderia me responder a algumas perguntas? Gostaria de esclarecer que os resultados desta pesquisa são confidenciais, e em nenhum momento seu nome será mencionado nos resultados.

P.1. Quantas pessoas com 16 anos ou mais moram na sua casa? E quantas são mulheres com **16 anos ou mais**?

ANOTE TOTAL DE PESSOAS

ANOTE TOTAL DE MULHERES

P.2. O(a) Sr(a) poderia me dizer a idade de cada pessoa com **16 anos ou mais**, incluindo o(a) Sr(a), e começando do mais velho para o mais novo?

	SEXO	IDADE
1	1 masc 2 fem	
2	1 masc 2 fem	
3	1 masc 2 fem	
4	1 masc 2 fem	
5	1 masc 2 fem	
6	1 masc 2 fem	
7	1 masc 2 fem	
8	1 masc 2 fem	
9	1 masc 2 fem	
10	1 masc 2 fem	

Quadro para substituição		
	SEXO	IDADE
1	1 masc 2 fem	
2	1 masc 2 fem	
3	1 masc 2 fem	
4	1 masc 2 fem	
5	1 masc 2 fem	
6	1 masc 2 fem	
7	1 masc 2 fem	
8	1 masc 2 fem	
9	1 masc 2 fem	
10	1 masc 2 fem	

**CONFIRME O NÚMERO DE MORADORES COM 16 ANOS OU MAIS NA CASA. MARQUE NA PLANILHA O NÚMERO DE ADULTOS NA CASA**

TABELA 1										
Nº DE MULHERES	NÚMERO DE ADULTOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
0	Adulto	Homem mais velho								
1	Adulto	Homem	Homem mais velho							
2		Mulher mais velha	Homem	Homem mais velho						
3			Mulher mais velha	Homem	Homem mais velho					
4				Mulher mais velha	Homem	Homem mais velho				
5					Mulher mais velha	Homem	Homem mais velho	Homem mais velho	Homem mais velho	Homem mais velho
6						Mulher mais velha	Homem	Homem mais velho	Homem mais velho	Homem mais velho
7							Mulher mais velha	Homem	Homem mais velho	Homem mais velho
8								Mulher mais velha	Homem	Homem mais velho
9									Mulher mais velha	Homem
10										Mulher mais velha

<b>Anote o sexo e a faixa de idade do sorteado</b>	1 mas	2 fem	1 16 a 24 anos	2 25 a 34 anos	3 35 a 44 anos	4 45 a 59 anos	5 60 anos ou mais
--	-------	-------	----------------	----------------	----------------	----------------	-------------------

P.2a. Quantas pessoas com **menos de 16 anos** moram em sua casa?

**ANOTE**

96 Nenhuma

---

P.3. O(a) Sr(a) sempre morou nesta cidade?

1 Sim [**PULE PARA P.5**]      2 Não [**PROSSIGA**]

---

P.4. Há quanto tempo aproximadamente o(a) Sr(a) mora nessa cidade?

Anos

meses

---

P.5. Atualmente o(a) Sr(a) é:

- |  |                                    |
|--|------------------------------------|
| 1 Solteiro(a);                               | 5 Separado (a) não oficialmente OU |
| 2 Casado(a);                                 | 6 Viúvo(a)?                        |
| 3 Amigado, amasiado (união consensual);      |                                    |
| 4 Separado(a) judicialmente / Divorciado(a); |                                    |

---

P.6. Qual das seguintes categorias descreve melhor sua cor:

- |           |                                     |
|-----------|-------------------------------------|
| 1 Branca; | 4 Amarela OU                        |
| 2 Preta;  | 5 Indígena?                         |
| 3 Parda;  | 98 Outra Cor ( <b>ANOTE</b> ) _____ |

---

P.7. Qual é o curso mais elevado que já concluiu? Até que série o(a) Sr(a) estudou?

- |   |   |
|---|---|
| 1 Sem instrução                                   | 6 Superior incompleto (Universidade / Faculdade incompleto) |
| 2 Ensino fundamental incompleto (1º Grau incomp.) | 7 Superior completo (Universidade / Faculdade completo)     |
| 3 Ensino fundamental completo (1º Grau completo)  | 8 Pós-graduação   |
| 4 Ensino médio incompleto (2º Grau incomp.)       | 99 Não sabe/Não lembra                                      |
| 5 Ensino médio completo (2º Grau completo)        |   |

---

P.8. Em relação à sua orientação sexual, o(a) Sr(a) diria que é :

- 1 **heterossexual**, isto é, alguém que tem afeto e desejo sexual por pessoas de sexo diferente do seu,
- 2 **homossexual**, ou seja, alguém que tem afeto e desejo sexual por pessoas do mesmo sexo que o seu, ou
- 3 **bissexual**, alguém que tem afeto e/ou desejo sexual tanto por pessoas de sexo diferente quanto por pessoas do mesmo sexo que o seu?
- 96 Não tem orientação sexual
- 97 Não respondeu

P.9. Qual é a sua ocupação principal

**PEA**

- 1 Assalariado registrado
- 2 Assalariado sem registro
- 3 Autônomo regular (Paga CMEI ou ISS)
- 4 Profissional Liberal(Autônomo Universitário)
- 5 Empresário
- 6 Free-lance / Bico
- 9 Outros **(ANOTE)** \_\_\_\_\_

P.10. Agora gostaria de saber qual é aproximadamente a renda total mensal de todas as pessoas que moram neste domicílio, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis, bicos?

- 1 Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00)
- 2 Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 1.020,00)
- 3 Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 1.530,00)
- 4 Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)
- 5 Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00)
- 6 Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.650,00)
- 7 Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00)
- 8 Mais de 20 salários mínimos (R\$ 10.200,01)
- 99 Não sabe/Não lembra
- 97 Não respondeu/Recusa

P.11. Vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) me indique se alguma delas é a sua:

- 1 **Evangélica Pentecostal** (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Cruzada Evangélica, Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, Casa da Benção, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Internacional da Graça Divina, "crente")
- 2 **Evangélica não Pentecostal** (Batista, Presbiteriana, Metodista, Adventista, Luterana, Episcopal, Anglicana, Congregacional, Exército da Salvação, "protestante" )
- 3 **Umbanda**
- 4 **Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras** (Xangô, Batuque de Mina, Omoloco, Catimbó)
- 5 **Espírita Kardecista, espiritualista**
- 6 **Católica**
- 7 **Judaica** ou
- 8 **Outra religião ?** (Mórmon, Testemunha de Jeová, Seicho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade, Budista, Santo daime, Esotérica)
- 9 Não tem religião/nenhuma
- 10 É ateu/não acredita em Deus

P.12. Durante a semana, de segunda a sexta-feira, onde o(a) Sr(a) costuma ficar a maior parte da em casa ou fora de casa?

	Em Casa	Fora de casa
A) Manhã, das 06h ao meio-dia	1	2
B) Tarde, do meio-dia às 18h	1	2
C) Noite, das 18h01 à meia-noite	1	2
D) Madrugada, da meia-noite às 06h	1	2

P.13. Nos últimos 30 dias o(a) Sr(a)

APLICAR RODÍZIO	Sim	Não	Não sabe
A) Saiu para ir ao cinema?	1	2	99
B) Saiu para ir à praia ou parque?	1	2	99
C) Saiu para comer fora de casa, sem contar os dias de trabalho?	1	2	99
D) Saiu para visitar amigos ou parentes?	1	2	99
E) Saiu para assistir algum evento esportivo amador ou profissional ao vivo?	1	2	99
F) Saiu para praticar alguma atividade esportiva ou física como futebol, basquete, tênis, boliche, natação, aula de dança, ginástica ou fazer caminhada?	1	2	99
G) Saiu para ir a missa, culto, atividade religiosa ou mística?	1	2	99
H) Saiu para ir ao shopping ou centro comercial?	1	2	99
I) Saiu para feiras populares?	1	2	99
J) Saiu para assistir a algum show ou espetáculo de música, dança?	1	2	99
K) Saiu para ir a algum bar ou casa noturna?	1	2	99

P.14. Quais os três principais meios de transporte que o(a) Sr(a) mais costuma utilizar durante a semana?

- |                  |                         |                       |
|------------------|-------------------------|-----------------------|
| 1 Carro          | 5 Táxi                  | 9 Bicicleta           |
| 2 Moto           | 6 Trem                  | 10 A pé               |
| 3 Ônibus         | 7 Metrô                 | 98 Outro. Qual: _____ |
| 4 Ônibus Fretado | 8 Van / Kombi / Lotação |                       |

P.15. Quem (é) são os responsáveis por cuidar e supervisionar as crianças ou adolescentes de sua residência, quando não estiverem na escola ou creche?

- |   |  |
|---|--|
| 96 Não tem criança na casa  | 6 parentes mais distantes (primos, tios e tias de 2º grau) da criança; |
| 1 O pai e a mãe da criança;   | 7 empregados(as) e/ou funcionários(as) da residência;                  |
| 2 o pai da criança;   | 8 vizinhos ou amigos OU  |
| 3 a mãe da criança;   | 9 eles ficam sozinhos a maior parte do dia?                            |
| 4 o (a) irmão(ã) mais velho(a) da criança;                          | 98 Outro. Qual?( <b>ANOTE</b> ) _____                                  |
| 5 parentes mais próximos (avós, tios e tias de 1º grau) da criança; | _____  |

## BLOCO DE MAPEAMENTO DE CRIMES

P.16. O(a) Sr(a) ou alguém da sua casa possui ou possuiu algum carro, caminhão ou caminhonete para uso próprio nos últimos 12 meses?

1 Sim \_\_\_\_\_ 2 Não \_\_\_\_\_

P.17. O(a) Sr(a) ou alguém da sua casa possui ou possuiu alguma moto, motocicleta para uso próprio nos últimos 12 meses?

1 Sim \_\_\_\_\_ 2 Não \_\_\_\_\_

## ROUBO, FURTO E SEQUESTRO

**AGORA, FAREI PERGUNTAS A RESPEITO DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE QUE O(A) SR(A) POSSA TER SIDO VÍTIMA NOS ÚLTIMOS 12 MESES, CONSIDERE OS ÚLTIMOS 12 MESES. LEMBRE-SE DE QUE FURTO É DIFERENTE DE ROUBO.**

**O FURTO ACONTECE QUANDO ALGUÉM LEVA ALGUMA COISA DO(A) SR(A) SEM QUE O(A) SR(A) PERCEBA.**

**O ROUBO ACONTECE QUANDO ALGUÉM AMEAÇA OU USA A FORÇA PARA TOMAR ALGO DO(A) SR(A).**

			Se sim, isso ocorreu nos últimos doze meses?	
	Sim	Não	Sim	Não
P.18. (P.17 = 1) Alguma vez, alguém <b>FURTOU</b> o(s) seu(s) carro(s), caminhão(ões) ou caminhonete(s) ou de alguém de sua casa, isto é, levou sem utilizar força ou fazer ameaça? <u>(SE P.18 = 1) Isso ocorreu nos últimos doze meses?</u>	1	2	3	4
P.19. (P.17 = 1) Alguma vez, alguém <b>ROUBOU</b> o seu(s) carro(s), caminhão(ões) ou caminhonete(s) ou de alguém de sua casa com o uso de violência ou ameaça? <u>(SE P.19 = 1) Isso ocorreu nos últimos doze meses?</u>	1	2	3	4
P.20. (P.18= 1) Alguma vez, alguém <b>FURTOU</b> a(s) sua(s) moto(s), motocicleta(s) ou lambreta(s) ou de alguém de sua casa, isto é, levou sem utilizar força ou fazer ameaça? <u>(SE P.20 = 1) Isso ocorreu nos últimos doze meses?</u>	1	2	3	4
P.21. (P.18 = 1) Alguma vez, alguém <b>ROUBOU</b> a(s) sua(s) moto(s), motocicleta(s) ou lambreta(s) ou de alguém de sua casa com o uso de violência ou ameaça? <u>(SE P.21 = 1) Isso ocorreu nos últimos doze meses?</u>	1	2	3	4
P.22. Alguma vez, o(a) Sr(a) teve qualquer evidência de que alguém <b>FURTOU</b> qualquer um outro(s) bem(ns) do(a) Sr(a), isto é, levou sem utilizar força ou fazer ameaça? <u>(SE P.22 = 1) Isso ocorreu nos últimos doze meses?</u>	1	2	3	4
P.23. Alguma vez, alguém <b>ROUBOU</b> algum objeto seu, com o uso de violência ou ameaça? <u>(SE P.23 = 1) Isso ocorreu nos últimos doze meses?</u>	1	2	3	4
P. 24. Alguma vez o(a) Sr(a) foi vítima de sequestro? <u>(SE P.24 = 1) Isso ocorreu nos últimos doze meses?</u>	1	2	3	4
P. 25. E alguma vez o(a) Sr(a) foi vítima de sequestro relâmpago? (LER EXPLICAÇÃO APENAS SE HOUVER DÚVIDA - é um crime, em que a vítima é mantida por um curto espaço de tempo, geralmente poucas horas. O tempo que a vítima permanecerá com os sequestradores será apenas o necessário para que os mesmos façam compras e saques em dinheiro com seus cartões de crédito e saques bancários com cheques assinados pela vítima) <u>(SE P.25 = 1) Isso ocorreu nos últimos doze meses?</u>	1	2	3	4

## FRAUDE E ESTELIONATO

P.26. Nos últimos 12 meses, o(a) Sr(a)

P.26a. Qual dessas foi a última?

APLICAR RODÍZIO	Sim	Não	Não sabe/Não lembra	P.27a. Última fraude
A) Sofreu alguma fraude contra o seu cartão de crédito?	1	2	99	1
B) Sofreu fraude com cheque?	1	2	99	2
C) Recebeu notas de dinheiro falso?	1	2	99	3
D) Pagou por algum produto que não foi entregue?	1	2	99	4
E) Foi vítima de fraude em algum investimento que realizou?	1	2	99	5
F) Teve o seu celular clonado, ou seja, o seu número foi usado indevidamente por outra pessoa?	1	2	99	6
G) Teve linha telefônica residencial violada ou desviada?	1	2	99	7
H) Sofreu fraude de documentos pessoais?	1	2	99	8
I) Foi vítima de algum outro tipo de fraude?	1	2	99	9
J) Fraudes pela internet (sites de bancos falsos, etc)?	1	2	99	10

## ACIDENTE

P.27. Nos últimos 12 meses, o (a) Sr (a) foi vítima de

	Sim	Não
A) Afogamento?	1	2
B) Queda?	1	2
C) Asfixia?	1	2
D) Eletrocução ou seja, choque de alta voltagem?	1	2
<b>E) ACIDENTE DE TRÂNSITO? (inclui atropelamento)</b>	1	2
F) Outro tipo de acidente? Qual? _____	1	2

P.28. Nos últimos 12 meses, algum conhecido seu foi vítima de

	Sim	Não	Não sabe/Não lembra
A) Afogamento?	1	2	99
B) Queda?	1	2	99
C) Asfixia?	1	2	99
D) Eletrocução, ou seja, choque de alta voltagem?	1	2	99
E) Acidente de Trânsito? (inclui atropelamento)	1	2	99
F) Outro tipo de acidente? Qual? _____	1	2	99

## AGRESSÕES OU AMEAÇAS

P.29. Nos últimos 12 meses, o(a) Sr(a) foi vítima de

P.29a. **(P.30 = 1)** Quantas vezes?

P.29b. Qual dessas foi a última agressão ou ameaça sofrida?

APLICAR RODÍZIO	P.30.		P.30a. Quantas vezes? <b>(ANOTE)</b>	P.30b. Última agressão
	Sim	Não		
A) Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)?	1	2		1
B) Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar?	1	2		2
C) Ameaça com faca ou arma de fogo?	1	2		3
D) Amedrontamento ou perseguição?	1	2		4
E) Batida, empurrão ou chute?	1	2		5
F) Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado?	1	2		6
G) Espancamento ou tentativa de estrangulamento?	1	2		7
H) Esfaqueamento ou tiro?	1	2		8
I) Ameaça de ter seus bens e documentos subtraídos/tomados/retirados/ por parentes, companheiros ou conhecidos?	1	2		9
J) Alguma outra ameaça ou agressão? <b>Qual?</b> _____	1	2		10

## OFENSA SEXUAL

**ALGUMAS VEZES AS PESSOAS AGARRAM, TOCAM OU AGRIDEM OUTRAS PESSOAS POR MOTIVOS SEXUAIS. ISTO PODE ACONTECER EM CASA OU EM OUTROS LUGARES. AS PERGUNTAS A SEGUIR SÃO SOBRE AGRESSÕES SEXUAIS. LEMBRO-LHE QUE SUA IDENTIDADE NÃO SERÁ REVELADA.**

P.30. Alguma vez, alguém fez ou tentou fazer isto com o(a) Sr(a)?

1 Sim **[PROSSIGA]**                      2 Não **[PULE PARA P.31]**

P.30a. Isso aconteceu nos últimos 12 meses?

1 Sim                                      2 Não

## DISCRIMINAÇÃO

P.31. Nestes últimos 12 meses, o(a) Sr(a) sofreu algum tipo de discriminação

P.31a. **(P.31 = 1)** Quantas vezes?

P.31b. Qual dessas foi a última?

APLICAR RODÍZIO	P.32.		P.32a. Quantas vezes? <b>(ANOTE)</b>	P.32b. Última
	Sim	Não		
A) Por sua cor ou raça?	1	2		1
B) Por ser homem / mulher?	1	2		2
<b>C) Por sua orientação sexual?</b>	1	2		3
D) Por doença?	1	2		4
E) Por deficiência física?	1	2		5
F) Por sua religião?	1	2		6
G) Pelo lugar onde mora?	1	2		7
H) Por sua classe social?	1	2		8
I) Pela sua escolaridade?	1	2		9
J) Pela sua preferência política?	1	2		10

**(APLIQUE CADA BLOCO DE ACORDO COM O COMANDO EM CADA PÁGINA)**





P.45e. O(s) assaltante(s) foi(ram) identificado(s) pela polícia?

1 Sim

2 Não

99 Não sabe/Não lembra

---

P.46. (P.45 = 2 PARA QUEM NÃO DEU QUEIXA A POLÍCIA) Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO dar queixa à polícia?

1    2    3    4    5    6    7    8    9    10    11    12    13    14    15    16    98


---

P.47. Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia?

1 Sim (**PROSSIGA**)

2 Não (**PULE PARA O PRÓXIMO BLOCO**)

---

P.47a. (P.47 = 1) A qual órgão ou instituição o(a) Sr(a) deu queixa?

1 Ministério Público

2 Corregedoria

3 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

98 Outros (**ANOTE**) \_\_\_\_\_





P.60d. Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a ficar SATISFEITO/INSATISFEITO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 98


P.60e. O(s) assaltante(s) foi(ram) identificado(s) pela polícia?

1 Sim

2 Não

99 Não sabe/Não lembra

P.61. **(P.60 = 2 PARA QUEM NÃO DEU QUEIXA A POLÍCIA)** Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO dar queixa à polícia?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 98


P.62. **(PARA TODOS)** Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia?

1 Sim **(PROSSIGA)**

2 Não **(PULE PARA O PRÓXIMO BLOCO)**

P.62a. **(P.62 = 1)** A qual órgão ou instituição o(a) Sr(a) deu queixa?

1 Ministério Público

2 Corregedoria

3 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

98 Outros **(ANOTE)**

**P.22 = 3**  
**FURTO DE QUALQUER OBJETO**

P.63. Quantas vezes seus objetos foram furtados nos últimos 12 meses?

ANOTE

**LEIA PARA O ENTREVISTADO: AS PERGUNTAS A SEGUIR SÃO SOBRE A ÚLTIMA VEZ QUE O FURTO DE QUALQUER OUTRO BEM ACONTECEU**

P.64. O que lhe furtaram?

- |  |                                      |                               |
|--|--------------------------------------|-------------------------------|
| 1 Jóias, Relógio                                     | 4 Celular/Bip                        | 8 Bicicleta                   |
| 2 Aparelho de CD, discman, walkman, MP3, Ipod        | 5 Documentos                         | 98 Outros. <b>Qual?</b> _____ |
| 3 Peças de vestuário (roupas, calçados, bolsas, etc) | 6 Cartão de crédito, talão de cheque | _____                         |
|  | 7 Dinheiro (real, dólar, etc)        | _____                         |

P.65. Onde o sr.(a) estava quando percebeu que o objeto tinha sido furtado?

- |   |                                    |
|---|------------------------------------|
| 1 Na minha casa   | 6 Andando na rua                   |
| 2 Casa de algum parente ou amigo  | 7 No local de trabalho             |
| 3 Meios de transporte (ônibus, metrô, trem, táxi, lotação, etc.);                 | 98 Outro Local. <b>Qual?</b> _____ |
| 4 Locais públicos internos (banco, escola, shopping, restaurante, bar, loja, etc) | _____                              |
| 5 Locais públicos externos (praça, parque, jardim, etc.)                          | 99 Não sabe/Não lembra             |

P.66. O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?

- 1 Sim [**PROSSIGA**]                      2 Não [**PULE PARA P.67**]

P.66a. Qual o primeiro órgão o(a) Sr(a) procurou:

- 1 Polícia Militar,    2 Polícia Civil,    3 Polícia Federal,    4 Polícia Rodoviária Federal ou    5 Guarda Municipal?  
98 Outra. **Qual?** \_\_\_\_\_                      99 Não sabe/Não lembra

P.66b. Quais foram as principais razões que levaram o(a) Sr(a). a procurar a polícia?

- 1    2    3    4    5    6    7    8    9    10    11    12    13    14    15    98


P.66c. De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?

- 1 Sim, ficou satisfeito(a);                      2 Não ficou satisfeito(a)                      99 Não sabe/Não lembra

P.66d. Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a ficar SATISFEITO/INSATISFEITO

- 1    2    3    4    5    6    7    8    9    10    11    12    13    14    15    16    98


P.66e. O(s) assaltante(s) foi(ram) identificado(s) pela polícia?

- 1 Sim    2 Não    99 Não sabe/Não lembra

P.67. (**P.66 = 2 PARA QUEM NÃO DEU QUEIXA A POLÍCIA**) Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO dar queixa à polícia?

- 1    2    3    4    5    6    7    8    9    10    11    12    13    14    15    16    98


P.68. (**PARA TODOS**) Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia?

- 1 Sim (**PROSSIGA**)    2 Não (**PULE PARA O PRÓXIMO BLOCO**)

P.68a. (**P.68 = 1**) A qual órgão ou instituição o(a) Sr(a) deu queixa?

- 1 Ministério Público    2 Corregedoria    3 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180  
98 Outros (**ANOTE**) \_\_\_\_\_



P.77b. Quais foram as principais razões que levaram o(a) Sr(a). procurar a polícia?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	98

P.77c. De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?

1 Sim, ficou satisfeito(a);      2 Não ficou satisfeito(a)      99 Não sabe/Não lembra

P.77d. Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a ficar SATISFEITO/INSATISFEITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	98

P.77e. O(s) assaltante(s) foi(ram) identificado(s) pela polícia?

1 Sim                                      2 Não                                      99 Não sabe/Não lembra

P.78. **(P.77 = 2 PARA QUEM NÃO DEU QUEIXA A POLÍCIA)** Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO dar queixa à polícia?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	98

P.79. **(PARA TODOS)** Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia?

1 Sim **(PROSSIGA)**                      2 Não **(PULE PARA O PRÓXIMO BLOCO)**

P.79a. **(P.79 = 1)** A qual órgão ou instituição o(a) Sr(a) deu queixa?

1 Ministério Público                      2 Corregedoria                      3 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180  
98 Outros **(ANOTE)** \_\_\_\_\_



---

P.88c. De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?

1 Sim, ficou satisfeito(a);      2 Não ficou satisfeito(a)      99 Não sabe/Não lembra

P.88d. Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a ficar SATISFEITO/INSATISFEITO

1      2      3      4      5      6      7      8      9      10      11      12      13      14      15      16      98

--

---

P.88e. O(s) sequestrador(es) foi(ram) identificado(s) pela polícia?

1 Sim                                      2 Não                                      99 Não sabe/Não lembra

---

P.89. **(P.88 = 2 PARA QUEM NÃO DEU QUEIXA A POLÍCIA)** Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO dar queixa à polícia?

1      2      3      4      5      6      7      8      9      10      11      12      13      14      15      16      98

--

---

P.90. **(PARA TODOS)** Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia?

1 Sim **(PROSSIGA)**                      2 Não **(PULE PARA O PRÓXIMO BLOCO)**

---

P.90a. **(P.90 = 1)** A qual órgão ou instituição o(a) Sr(a) deu queixa?

1 Ministério Público                      2 Corregedoria                      3 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

98 Outros **(ANOTE)** \_\_\_\_\_

---





**P.29b EM ALGUM ITEM  
AGRESSÕES OU AMEAÇAS**

**ATENÇÃO**, antes de fazer as perguntas a seguir, certifique-se que não há mais nenhum outro indivíduo ouvindo as perguntas e respostas apresentadas a seguir. Caso haja, solicite respeitosamente que somente o(a) entrevistado(a) ouça as próximas perguntas. Caso haja outro(s) presente(s) ouvindo as perguntas e que se recusem a sair do ambiente, anote aqui o número de indivíduos presentes neste momento:

**LEIA PARA O ENTREVISTADO: AGORA VOU PASSAR PARA OUTRO ASSUNTO E FAZER PERGUNTAS SOBRE RELAÇÕES PESSOAIS. AS PERGUNTAS A SEGUIR SÃO SOBRE A ÚLTIMA VEZ QUE O(A) SR(A) SOFREU A AGRESSÃO OU AMEAÇA**

P.105. Onde o(a) Sr(a) estava?

- |   |                                    |
|---|------------------------------------|
| 1 Na minha casa   | 6 Andando na rua                   |
| 2 Casa de algum parente ou amigo  | 7 No local de trabalho             |
| 3 Meios de transporte (ônibus, metrô, trem, táxi, lotação, etc.);                 | 98 Outro Local. <b>Qual?</b> _____ |
| 4 Locais públicos internos (banco, escola, shopping, restaurante, bar, loja, etc) | _____                              |
| 5 Locais públicos externos (praça, parque, jardim, etc.)                          | 99 Não sabe/Não lembra             |

P.106. Qual/Quais era(m) o(s) sexo do(s) agressor(es)?

- |             |            |                      |                        |
|-------------|------------|----------------------|------------------------|
| 1 Masculino | 2 Feminino | 3 Masculino/Feminino | 99 Não sabe/Não lembra |
|-------------|------------|----------------------|------------------------|

P.107. Entre os agressores, havia algum conhecido seu?

- |       |       |
|-------|-------|
| 1 Sim | 2 Não |
|-------|-------|

P.108. Quem era(m) o(s) agressor(es)?

- |                              |   |                        |
|------------------------------|---|------------------------|
| 1 Desconhecido(a)            | 6 Colega de trabalho                                    | 11 Vizinho(a)          |
| 2 Policial                   | 7 Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira) | 12 Padrasto / Madrasta |
| 3 Conhecido(a) de vista      | 8 Marido (Companheiro) / Esposa (Companheira)           | 13 Amigo(a)            |
| 4 Professor(a)               | 9 Ex-namorado(a) / Ex-noivo                             | 14 Pai / Mãe           |
| 5 Chefe (Patrão / Patroa)    | 10 Namorado(a) / Noivo(a)                               | 15 Filhos(as)          |
| 98 Outro. <b>Quem?</b> _____ | P.108a.   |                        |

O(a) autor (a) da agressão/ameaça estava sob efeito de entorpecentes (drogas/álcool)?

- |        |        |                         |
|--------|--------|-------------------------|
| 1. Sim | 2. Não | 99. Não sabe/Não lembra |
|--------|--------|-------------------------|

P.109. Além do(a) agressor(a), havia mais alguém presente?

- |                         |                                |   |
|-------------------------|--------------------------------|---|
| 1 Sim <b>[PROSSIGA]</b> | 2 Não <b>[PULE PARA P.110]</b> | 99 Não sabe/Não lembra <b>[PULE PARA P.110]</b> |
|-------------------------|--------------------------------|---|

P. 109a. (**PARA P.109 = 1**) Quem?

- |                              |   |                        |
|------------------------------|---|------------------------|
| 1 Desconhecido(a)            | 6 Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira) | 11 Vizinho(a)          |
| 2 Policial                   | 7 Colega de trabalho                                    | 12 Padrasto / Madrasta |
| 3 Conhecido(a) de vista      | 8 Marido(Companheiro) / Esposa(Companheira)             | 13 Amigo(a)            |
| 4 Professor(a)               | 9 Ex-namorado(a) / Ex-noivo                             | 14 Pai / Mãe           |
| 5 Chefe(Patrão / Patroa)     | 10 Namorado(a) / Noivo(a)                               | 15 Filhos(as)          |
| 98 Outro. <b>Quem?</b> _____ |   |                        |

P.110. O(s) agressor(s) tinha(m) uma faca, arma de fogo, outra arma, ou alguma coisa que foi usada como arma?

- |   |        |                |               |         |
|---|--------|----------------|---------------|---------|
| 96 Não                                    | 1 Faca | 2 Arma de fogo | 3 Pau/Madeira | 4 Pedra |
| 98 Outro tipo de arma. <b>Qual?</b> _____ |        |                |               |         |

P.111. Nesta agressão ou ameaça, o(a) Sr(a) sofreu algum ferimento?

1 Sim 2 Não

P.112. O(a) Sr(a) teve atendimento médico ou hospitalar?

1 Sim 2 Não

P.113. O(a) Sr(a) teve atendimento psicológico?

1 Sim 2 Não

P.114. De uma forma geral, a agressão/ameaça atrapalhou sua rotina de vida?

1 Sim [PROSSIGA] 2 Não [ PULE PARA P.115]

P.114a. (P.114 = 1) Como esse fato atrapalhou a sua rotina:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 98


P.115. O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?

1 Sim [PROSSIGA] 2 Não [ PULE PARA P.116]

P.115a. Qual o primeiro órgão o(a) Sr(a) procurou:

1 Polícia Militar, 2 Polícia Civil, 3 Polícia Federal, 4 Polícia Rodoviária Federal ou 5 Guarda Municipal?  
98 Outra. Qual? 99 Não sabe/Não lembra

P.115b. Quais foram as principais razões que levaram o(a) Sr(a). a procurar a polícia?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 98


P.115c. De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?

1 Sim, ficou satisfeito(a); 2 Não ficou satisfeito(a) 99 Não sabe/Não lembra

P.115d. Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a ficar SATISFEITO/INSATISFEITO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 98


P.115e. O(s) assaltante(s) ou agressor(es) foi(ram) identificado(s) pela polícia?

1. Sim 2. Não 99. Não sabe/Não lembra

P.116. (P.115 = 2 PARA QUEM NÃO DEU QUEIXA A POLÍCIA) Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO dar queixa à polícia?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 98


P.117. (PARA TODOS) Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia?

1 Sim (PROSSIGA) 2 Não (PULE PARA O PRÓXIMO BLOCO)

P.117a. (P.117 = 1) A qual órgão ou instituição o(a) Sr(a) deu queixa?

1 Ministério Público 2 Corregedoria 3 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180  
98 Outros (ANOTE)



P.127. Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) relatou o fato a alguém ou a algum outro órgão, instituições ou grupos que não tenha sido a polícia? **(SE SIM)** Qual?

- 96 Não  
1 Amigos  
2 Parentes / Familiares  
3 Instituição religiosa  
4 Grupos de apoio (mulher, criança e idoso)  
5 Conselhos tutelares  
98 Outro **(ANOTE)** \_\_\_\_\_

P.128. O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?

- 1 Sim **[PROSSIGA]**                      2 Não **[ PULE PARA P.129]**

P.128a. Qual o primeiro órgão o(a) Sr(a) procurou:

- 1 Polícia Militar,      2 Polícia Civil,      3 Polícia Federal,      4 Polícia Rodoviária Federal ou      5 Guarda Municipal?  
98 Outra. Qual? \_\_\_\_\_      99 Não sabe/Não lembra

P.128b. Quais foram as principais razões que levaram o(a) Sr(a) a procurar a polícia?

- 1            2            3            4            5            6            7            8            9            10            11            98


P.128c. De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?

- 1 Sim, ficou satisfeito(a);      2 Não ficou satisfeito(a)      99 Não sabe/Não lembra

P.128d. Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a ficar SATISFEITO/INSATISFEITO

- 1            2            3            4            5            6            7            8            9            10            11            12            13            14            15            16            98


P.128e. O(s) agressor(es) foi(ram) identificado(s) pela polícia?

- 1 Sim                                      2 Não                                      99 Não sabe/Não lembra

P.129. **(P.128 = 2 PARA QUEM NÃO DEU QUEIXA A POLÍCIA)** Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO dar queixa à polícia?

- 1            2            3            4            5            6            7            8            9            10            11            12            13            14            15            16            98


P.130. **(PARA TODOS)** Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia?

- 1 Sim **(PROSSIGA)**                      2 Não **(PULE PARA O PRÓXIMO BLOCO)**

P.130a. **(P.130 = 1)** A qual órgão ou instituição o(a) Sr(a) deu queixa?

- 1 Ministério Público                      2 Corregedoria                      3 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180  
98 Outros **(ANOTE)** \_\_\_\_\_

## P.31b EM ALGUM ITEM DISCRIMINAÇÃO

**LEIA PARA O ENTREVISTADO: AS PERGUNTAS A SEGUIR SÃO SOBRE A ÚLTIMA VEZ QUE O(A) SR(A) SOFREU DISCRIMINAÇÃO**

P.131. Onde o(a) Sr(a) estava quando **(LEIA A ÚLTIMA OCORRÊNCIA P.31b)?**

- |   |                                    |
|---|------------------------------------|
| 1 Na minha casa   | 6 Andando na rua                   |
| 2 Casa de algum parente ou amigo  | 7 No local de trabalho             |
| 3 Meios de transporte (ônibus, metrô, trem, táxi, lotação, etc.);                 | 98 Outro Local. <b>Qual?</b> _____ |
| 4 Locais públicos internos (banco, escola, shopping, restaurante, bar, loja, etc) | _____                              |
| 5 Locais públicos externos (praça, parque, jardim, etc.)                          | 99 Não sabe/Não lembra             |

P.132. Quem o discriminou?

- |                              |   |                        |
|------------------------------|---|------------------------|
| 1 Desconhecido(a)            | 6 Colega de trabalho                                    | 11 Vizinho(a)          |
| 2 Policial                   | 7 Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira) | 12 Padrasto / Madrasta |
| 3 Conhecido(a) de vista      | 8 Marido (Companheiro) / Esposa (Companheira)           | 13 Amigo(a)            |
| 4 Professor(a)               | 9 Ex-namorado(a) / Ex-noivo                             | 14 Pai / Mãe           |
| 5 Chefe (Patrão / Patroa)    | 10 Namorado(a) / Noivo(a)                               | 15 Filhos(as)          |
| 98 Outro. <b>Quem?</b> _____ |   |                        |

P.133. Além da(s) pessoa(s) que lhe discriminou, havia mais alguém presente?

- |                                |   |
|--------------------------------|---|
| 1 Sim <b>[PROSSIGA]</b>        | 99 Não sabe/Não lembra <b>[PULE PARA P.134]</b> |
| 2 Não <b>[PULE PARA P.134]</b> |   |

P.133a. Quem?

- |                              |   |                        |
|------------------------------|---|------------------------|
| 1 Desconhecido(a)            | 6 Colega de trabalho                                    | 11 Vizinho(a)          |
| 2 Policial                   | 7 Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira) | 12 Padrasto / Madrasta |
| 3 Conhecido(a) de vista      | 8 Marido (Companheiro) / Esposa (Companheira)           | 13 Amigo(a)            |
| 4 Professor(a)               | 9 Ex-namorado(a) / Ex-noivo                             | 14 Pai / Mãe           |
| 5 Chefe (Patrão / Patroa)    | 10 Namorado(a) / Noivo(a)                               | 15 Filhos(as)          |
| 98 Outro. <b>Quem?</b> _____ |   |                        |

P.134. O(a) Sr(a) teve atendimento psicológico?

- |       |       |
|-------|-------|
| 1 Sim | 2 Não |
|-------|-------|

P.135. O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?

- |                         |                                |
|-------------------------|--------------------------------|
| 1 Sim <b>[PROSSIGA]</b> | 2 Não <b>[PULE PARA P.136]</b> |
|-------------------------|--------------------------------|

P.135a. Qual o primeiro órgão o(a) Sr(a) procurou:

- |                       |                  |                    |                                 |                        |
|-----------------------|------------------|--------------------|---------------------------------|------------------------|
| 1 Polícia Militar,    | 2 Polícia Civil, | 3 Polícia Federal, | 4 Polícia Rodoviária Federal ou | 5 Guarda Municipal?    |
| 98 Outra. Qual? _____ |                  |                    |                                 | 99 Não sabe/Não lembra |

P.135b. Quais foram as principais razões que levaram o(a) Sr(a) a procurar a polícia?

- |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 98 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|


P.135c. De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?

- |                             |                           |                        |
|-----------------------------|---------------------------|------------------------|
| 1 Sim, ficou satisfeito(a); | 2 Não ficou satisfeito(a) | 99 Não sabe/Não lembra |
|-----------------------------|---------------------------|------------------------|

P.135d. Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a ficar SATISFEITO/INSATISFEITO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 98


P.135e. O(s) agressor(es) foi(ram) identificado(s) pela polícia?

1. Sim 2. Não 99. Não sabe/Não lembra

P.136. **(P.135 = 2 PARA QUEM NÃO DEU QUEIXA A POLÍCIA)** Quais foram os principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO dar queixa à polícia?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 98


P.137. **(PARA TODOS)** Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia?

1 Sim **(PROSSIGA)** 2 Não **(PULE PARA O PRÓXIMO BLOCO)**

P.137a. **(P.137 = 1)** A qual órgão ou instituição o(a) Sr(a) deu queixa?

1 Ministério Público 2 Corregedoria 3 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180  
98 Outros **(ANOTE)**